

Volume XXI - Número 42 - Julho-Dezembro/2024

Cadernos do
Lepaaraq



Antropologia
Arqueologia
Patrimônio



UFPEL

ISSN 2316 8412



INSTITUTO DE
CIÊNCIAS
HUMANAS
UFPEL

Cadernos do
Lepaaraq



Volume XXI - Número 42 - Julho-Dezembro/2024

Antropologia
Arqueologia
Patrimônio



UFPEL

ISSN 2316 8412



ICH INSTITUTO DE
CIÊNCIAS
HUMANAS
UFPEL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

REITORA

Isabela Fernandes Andrade

VICE-REITORA

Ursula Rosa da Silva

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Maria de Fátima Cossio

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Flávio Fernando Demarco

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO E CULTURA

Eraldo dos Santos Pinheiro

PRÓ-REITOR ADMINISTRATIVO

Ricardo Hartlebem Peter

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

Paulo Roberto Ferreira Júnior

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

DIRETOR

Sebastião Peres

VICE-DIRETORA

Andréa Bachettini

LABORATÓRIO DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA

COORDENADOR

Rafael Guedes Milheira

EDITORA E GRÁFICA UNIVERSITÁRIA

Rua Lobo da Costa, 447 - Pelotas, RS - CEP 96010-150

Fone/fax:(53)227 3677 e-mail:

editoraufpel@uol.com.br

Dados de Catalogação na Publicação:

Bibliotecário Alex Serrano de Almeida - CRB-10/2156

C122 Cadernos do LEPAARQ [recurso eletrônico] : Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio / Instituto de Ciências Humanas, Laboratório de Antropologia e Arqueologia. - v. 21, n. 42 (jul- dez. 2024) - Pelotas : Núcleo de Apoio aos Periódicos, 2004-

Semestral

ISSN eletrônico 2316-8412

ISSN impresso 1806-9118

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso:

<<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/lepaarq>>

1. Arqueologia- periódico. 2. Antropologia - periódico. 3. Patrimônio - periódico. I. Instituto de Ciências Humanas, Laboratório de Antropologia e Arqueologia.

EDITORIAL

O periódico Cadernos do LEPAARQ, volume 21, número 42, referente aos meses de julho a dezembro de 2024, é composto por sete artigos científicos e um ensaio visual. A temática do volume é variada, e estende-se desde temas da antropologia vinculados às paisagens sagradas e mágico-religiosas no Vodou haitiano, até práticas de descarte e lixo em residências novecentistas do sul do Brasil, passando por temas de arqueologia amazônica e arqueometria de vasilhas Guarani. Destaca-se também o artigo sobre as ações da Comissão da Verdade na atuação dos direitos indígenas, um tema tão silenciado na história nacional do passado recente.

Vale lembrar que o "Cadernos do LEPAARQ" é um periódico de acesso livre, sem que recursos sejam cobrados para publicação. A Revista é inteiramente sustentada pela Universidade Federal de Pelotas através da atuação de docentes e discentes ligados ao Bacharelado em Arqueologia e Licenciatura em História da UFPEL.

Desejamos a todos e todas uma ótima leitura.

Pelotas, 15 de dezembro de 2024.

Rafael Guedes Milheira
Fábio Vergara Cerqueira
Editores-chefes Cadernos do LEPAARQ

SUMÁRIO

EDITORIAL

Rafael Guedes Milheira, Fábio Vergara Cerqueira..... 05

ARTIGOS

COMISSÕES DA VERDADE E DIREITOS INDÍGENAS: DESVENDANDO INJUSTIÇAS HISTÓRICAS POR MEIO DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E DA ARQUEOLOGIA

Claudia Regina Plens, Flávio de Leão Bastos Pereira..... 06

PAISAGENS SAGRADAS E LUGARES DE MEMÓRIA: INTERAÇÕES MÁGICO-RELIGIOSAS COM OS LOAS NO VODOU HAITIANO A PARTIR DAS REFLEXÕES CONSTRUÍDAS NA REGIÃO DE ANSE-À-PITRES, ÀS MARGENS DO MAR DO CARIBE

Sebastião Lacerda de Lima Filho, Emmanuel Stéphane Laurent, Manoel Odorico de Moraes Filho, Danielle S. Macedo, Marcos Tadeu Ellery Frota, Allysson Allan de Farias..... 36

SÍTIO ARQUEOLÓGICO PORTO DA FIGUEIRA: VESTÍGIOS DE UMA UNIDADE DOMÉSTICA RURAL OITOCENTISTA NO INTERIOR DE NOVA SANTA RITA, RS

Jonathan Santos Caino, Thaissa de Castro Almeida Caino, Luísa Nunes D'ávila, Marcelo dos Santos Lazzarotti, Marcelo Carlos Ribeiro, Fernando Alexandre Soltys..... 53

ENTRE GUERRAS E MICRORGANISMOS: EXPLORANDO O POTENCIAL DA PALEOPATOLOGIA NA ANÁLISE DO IMPACTO DAS DOENÇAS INFECCIOSAS DURANTE A GUERRA DO PARAGUAI

Jaisson Teixeira Lino, Isabella Brandão de Queiroz..... 79

COMPOSIÇÃO DAS PASTAS CERÂMICAS GUARANI DA ÁREA ARQUEOLÓGICA DA FOZ DO CHAPECÓ, ALTO RIO URUGUAI

Aline Bertoncello, Mirian Carbonera, Daniel Loponte, Marcos César Pereira Santos, Antoine Lourdeau..... 97

SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DE OCUPAÇÃO SAZONAL NA COSTA ESTUARINA DO AMAPÁ

Keyla Maria Ribeiro Frazão, Rafael Stabile, Luiz Eduardo Oleiro, Alan Nazaré, Lúcio Costa Leite..... 120

PROJETO “MEMÓRIAS DA TERRA: PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DA COMUNIDADE DE VILA VELHA DO CASSIPORÉ, AP”, ATIVIDADES DE PESQUISA REFERENTES AOS ANOS DE 2018 E 2023

Jelly Juliane Souza de Lima, Avelino Gambim Júnior, Aron Rauri Medeiros de Miranda, Tami Martins, Kathelin Thayssa Mendonça Carneiro, Leiticia Pinheiro Barros..... 152

ENSAIO VISUAL

VISÕES DE BARRO, TAIPA E TELHA: UMA CASA E VÁRIAS VIDAS NA COMUNIDADE DE TANQUE VELHO, EM SÃO BRAZ DO PIAUÍ – PI

Maria Jéssica Rodrigues da Silva, Alencar de Miranda Amaral, Leandro Elias Canaan Mageste, Luís Antônio Silva, Isaías Joaquim de Souza, Emídio da Conceição Souza..... 175

ARTIGO | *PAPER*

COMISSÕES DA VERDADE E DIREITOS INDÍGENAS: DESVENDANDO INJUSTIÇAS HISTÓRICAS POR MEIO DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E DA ARQUEOLOGIA

TRUTH COMMISSIONS AND INDIGENOUS RIGHTS: UNRAVELING
HISTORICAL INJUSTICES THROUGH TRANSITIONAL JUSTICE
AND ARCHAEOLOGY

Cláudia Regina Plens^a

Flávio de Leão Bastos Pereira^b

^a Laboratório de Estudos Arqueológicos, Departamento de História, Universidade Federal de São Paulo, plens@unifesp.br, ORCID: 0000-0002-4894-9536.

^b Pós-doutorado em Direitos Humanos e Novas Tecnologias (Mediterranea International Centre for Human Rights Research/MICHR - "Mediterranea" University, Department of Law, Economics and Humanities - Via Università, Cittadella Universitaria, Reggio Calabria, Itália. Doutor e Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, onde leciona Direitos Humanos, Direito Constitucional e Direito Eleitoral. Professor visitante na Technische Hochschule Nürnberg Georg Simon Ohm, Alemanha; na University of Applied Sciences of Linz, Upper Austria e na Universidade de Barcelona. Especialista em Genocídios pelo International Institute of Genocide and Human Rights Research (Zoryan Institute and University of Toronto). Autor da obra "Genocídio Indígena no Brasil: Desenvolvimentismo Entre 1964 e 1985" (Juruá, 2018). Coordenador do Núcleo de Direitos Indígenas e Quilombolas e do Núcleo da Memória, ambos da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SP. Vice-Coordenador do Grupo de Pesquisas Territórios e Direitos Humanos (TDH). Coordenador do grupo de Pesquisas Justiça de Transição, Memória e Verdade (CNPQ) da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Membro da Comissão da Verdade de Osasco (2012-2014). Membro do GT DOI-CODI. ORCID 0000-0002-9955-186X. Link Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0429477617811762>.

RESUMO

Nos atuais debates sobre justiça de transição, a busca por verdade e reparação das injustiças históricas, especialmente aquelas direcionadas a grupos marginalizados, desempenha um papel central. Dentro desse contexto, as Comissões da Verdade são reconhecidas como ferramentas fundamentais para a revelação e confrontação de violações de direitos humanos, possibilitando o enfrentamento de narrativas previamente esquecidas ou negligenciadas. Enquanto a Comissão Nacional da Verdade no Brasil, criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012, avançou significativamente na documentação dos crimes estatais durante a Ditadura, é pertinente ressaltar que existem lacunas investigativas persistentes no que diz respeito às populações indígenas. Este artigo propõe-se a analisar a relevância das comissões da verdade no contexto dos direitos humanos, com ênfase no seu impacto nos processos de reparação das comunidades indígenas. Para tanto, serão explorados os desafios e alcances enfrentados por essas comissões da verdade ao confrontar as violações dos direitos humanos contra os povos indígenas, realçando a urgência de confrontar oficialmente referidas injustiças. Adicionalmente, será enfatizado o papel crítico desempenhado pela arqueologia na investigação dos crimes ocorridos nos períodos colonial e neocolonial, esclarecendo a herança traumática legada por esses períodos e como a arqueologia pode contribuir para a busca da verdade e da justiça em prol das comunidades indígenas afetadas.

PALAVRAS-CHAVE

Comissão Nacional Indígena da Verdade, Direitos Humanos, Comissões da Verdade, Arqueologia, Arqueologia Forense.

ABSTRACT

In current debates on transitional justice, the pursuit of truth and reparation for historical injustices, especially those targeted at marginalized groups, plays a central role. Within this context, Truth Commissions are recognized as fundamental tools for the disclosure and confrontation of human rights violations, enabling the addressing of previously forgotten or neglected narratives. While the National Truth Commission in Brazil, established by Law 12528/2011 and instituted on May 16, 2012, has made significant progress in documenting state crimes during the dictatorship, it is pertinent to highlight that there are persistent investigative gaps regarding indigenous populations. This article aims to analyze the relevance of truth commissions in the context of human rights, with an emphasis on their impact on the processes of reparation for indigenous communities. To this end, the challenges and achievements faced by these truth commissions in confronting human rights violations against indigenous peoples will be explored, highlighting the urgency of officially addressing these injustices. Additionally, the critical role played by archaeology in investigating crimes that occurred during the colonial and neocolonial periods

COMO CITAR ESTE ARTIGO

PLENS, Cláudia R.; PEREIRA, Flávio de Leão Bastos. Comissões da Verdade e Direitos Indígenas: Desvendando Injustiças Históricas por meio da Justiça de Transição e da Arqueologia. *Cadernos do Lepaarq*, v. XXI, n. 42, p. 06-36, Jul-Dez. 2024.

will be emphasized, elucidating the traumatic legacy left by these periods and how archaeology can contribute to the pursuit of truth and justice for affected indigenous communities.

KEYWORDS

National Indigenous Truth Commission, Human Rights, Truth Commissions, Archaeology, Forensic Archaeology.

Introdução

[...] O desafio mais importante não é fazer história narrativa e 'dominar o passado' (vergangenheitsbewältigung), mas sim fazer história crítica e 'dominar o presente [...]' (HENRIQUES, 2007, p. 10)

A busca pela verdade e reconhecimento das injustiças históricas, especialmente aquelas perpetradas contra populações vulneráveis, emerge como um tema central nos debates contemporâneos sobre justiça de transição. Nesse contexto, em diversos países e ao longo da história recente, especialmente após a segunda guerra mundial, as Comissões da Verdade surgem como ferramentas essenciais na tentativa de reparar as violações de direitos humanos a partir da resignificação da história, proporcionando um espaço para que narrativas esquecidas ou ignoradas venham à tona.

De acordo com Hayner (2002, p. 11-14), a Comissão da Verdade é uma entidade de caráter temporário oficialmente autorizada pelo estado que se dedica à investigação e ao esclarecimento de padrões de eventos e violências políticas ocorridos no passado, abrangendo um determinado período a partir de análise de padrões de eventos com base em informações coletadas diretamente com a população afetada. Comissões da Verdade tem por objetivo atuar em transições políticas, abrindo espaço público para a discussão de assuntos anteriormente silenciados, com um forte intento de impulsionar reformas sérias. Em essência, elas buscam sanar as feridas de um passado traumático através da consecução de suas etapas, mais especificamente a partir da investigação da verdade histórica, da apuração da memória coletiva e pavimentando o caminho para a cura e reconciliação da sociedade.

Na América latina, o Brasil, comparado com Argentina e Chile (TORELLY, 2018, p. 03) foi o último país a estabelecer esse mecanismo essencial de justiça de transição, vale dizer, sua Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada pela Lei nº 12.528/2011 (Brasil, 2011) e instituída em 16 de maio de 2012, com o escopo de proceder à apuração de graves violações aos Direitos Humanos cometidas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, nos termos do artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (CF/88) combinado com o artigo 1o. da referida Lei nº 12.528/2011.

Foram necessárias quase cinco décadas para o governo brasileiro iniciar efetivamente esse processo suprapartidário de revisão e análise crítica de sua história, especialmente no que se refere às violações de direitos humanos ocorridas durante o período da ditadura civil-militar (1964-1985). Tal movimento teve como objetivo principal esclarecer casos de mortes, torturas, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres, revelando e tornando públicos os locais, estruturas, instituições, empresas e circunstâncias envolvidas nessas práticas (DIAS, 2013; COSTA & SILVA, 2017, p. 165).

Como resultado desse esforço, uma série de novas informações veio à tona, ao mesmo tempo em que versões anteriores foram revisitadas por meio de extensa pesquisa documental e

coleta de depoimentos. Todo esse material foi disponibilizado em arquivos abertos para acesso público, permitindo não apenas o esclarecimento dos fatos, mas, também, o resgate da memória e a promoção da verdade histórica sobre um período marcado por graves violações de direitos humanos no Brasil (BRASIL/CNV, 2014; COSTA & SILVA, 2017, p. 165).

Em relação às violações cometidas contra os povos originários, a CNV, após investigações realizadas durante seu mandato e sob relevante trabalho desenvolvido por Maria Rita Kehl e sua equipe, concluiu que as populações indígenas no Brasil foram alvo de graves violações de direitos humanos durante o período da ditadura militar (1964-1985). Em seu relatório final, divulgado em 2014, a CNV dedicou uma seção específica para discutir as violências cometidas contra os povos indígenas (Texto 5, Volume II, Textos Temáticos, BRASIL/CNV, 2014, p. 203), reconhecendo que estes foram submetidos a uma série de abusos, incluindo assassinatos, tortura, deslocamentos forçados, e a destruição de seus meios de subsistência.

Aspecto muito importante destacado pelo trabalho da Comissão Nacional da Verdade (CNV), diz respeito à sistematização das violações de direitos humanos a que foram submetidos os povos originários do Brasil, tal como informa a CNV em seu relatório: “Não são esporádicas nem acidentais essas violações: elas são sistêmicas, na medida em que resultam diretamente de políticas estruturais de Estado, que respondem por elas, tanto por suas ações diretas quanto pelas suas omissões” (BRASIL/CNV, 2014, p. 204).

Referida conclusão possui importante significado, uma vez que a sistematização pode implicar na “intenção” (*mens rea*) elemento jurídico subjetivo e psicológico indispensável para a tipificação de crimes lesa-humanidade, como o crime de genocídio (*dolo específico*) e crimes contra a humanidade, cometidos de forma ampla ainda hoje, em território brasileiro, contra mencionados povos.

A Comissão destacou que, nesse período, políticas de desenvolvimento nacional promovidas pelo regime militar, como a expansão da fronteira agrícola, a construção de grandes obras de infraestrutura, e a exploração de recursos naturais, levaram à invasão e ao desmatamento de territórios indígenas tradicionais. Tais ações resultaram em conflitos diretos com as populações indígenas, ocasionando mortes, desaparecimento forçado de membros de diversas comunidades, além de sua transferência forçada.

Além disso, o relatório da CNV assinala o papel de instituições do Estado, como o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que, ao invés de protegerem os interesses e direitos dos povos indígenas, muitas vezes agiram de forma conivente com os abusos cometidos, seja por ação direta ou por omissão.

A CNV concluiu que essas violações constituem graves violações dos direitos humanos e recomendou que o Estado brasileiro reconheça oficialmente sua responsabilidade pelos danos causados às populações indígenas durante o regime militar, além de promover medidas de reparação e de garantia de não repetição dessas violações.

Entretanto, o relatório também foi criticado. De acordo com Torelly (2018, p. 18), diferentemente das situações da Argentina e do Chile, onde as comissões da verdade foram estabelecidas

logo após o retorno à democracia, a Comissão Nacional da Verdade brasileira teve um papel distinto em um contexto único. Sua principal conquista inicial não foi a descoberta de novas informações, mas sim a organização sistemática do conhecimento já existente, reforçando a narrativa com evidências testemunhais e validando um relato de violações que o regime anterior havia tentado ocultar principalmente.

Se por um lado Rubens Valente em seu livro "Os Fuzis e as Flechas: História de Sangue e Resistência Indígena na Ditadura" ressalva o pioneirismo do trabalho da Comissão Nacional da Verdade quanto a questão indígena, por outro, o autor levanta importantes questionamentos sobre a inclusão de um capítulo dedicado aos indígenas no relatório final da CNV. Ele aponta para uma possível discrepância, observando que, embora o documento trate dos indígenas, isso acontece sem que eles sejam mencionados como o principal enfoque nas narrativas dominantes sobre o golpe e o regime militar. Isso, segundo ele, pode sugerir equivocadamente que as políticas repressivas exercidas pelos militares em várias ocasiões não afetaram as comunidades indígenas de maneira significativa (VALENTE, 2017, p. 10).

De acordo com outro pesquisador, Gilney Viana, a principal crítica refere-se à superficialidade com que a CNV abordou os crimes contra os indígenas. Ele destaca que a CNV não deu a devida atenção às especificidades das violências sofridas por camponeses e indígenas. Ainda de acordo com o pesquisador, o relatório final da CNV dedicou poucas páginas aos indígenas, o que reflete uma investigação limitada sobre os impactos da ditadura neste grupo (VALENTE, 2024).

Nesse diapasão, já tivemos a oportunidade de afirmar, que:

[...] Afinal, não se desenvolveu, no Brasil redemocratizado, o aludido e necessário processo de memorialização acerca do extermínio dos povos originários durante a ditadura civil-militar (período de análise da presente pesquisa), tendo prevalecido um estranho silêncio durante os governos redemocratizados [...] (PEREIRA, 2018, p. 40).

É importante ressaltar que a asserção acima se refere à não consolidação da memória histórica relacionada aos crimes da ditadura militar sobre os povos indígenas, sob a perspectiva da Justiça de Transição, conceito técnico estabelecido por Ruti Teitel, tida como a intelectual que primeiro estabeleceu uma definição de Justiça de Transição, enquanto resposta à violência de Estados autoritários ou decorrentes de guerra civis anteriores (SILVA, 2020, p. 177), consideradas suas etapas: efetivação da verdade histórica; memória coletiva; punição dos perpetradores; resarcimento das vítimas; reformulação das instituições do Estado e adoção de políticas de não-repetição.

Não tratamos, sob tal ótica, da memória enquanto termo no seu sentido sociológico, histórico, urbanístico etc.

Assim, por exemplo, é evidente que a memória da existência de um continente indígena é presente no subsolo de cada cidade brasileira ou, ainda, nos termos indígenas usados na língua portuguesa, no dia a dia. É necessário tal alerta, uma vez que interpretações equivocadas podem

ocorrer neste sentido.

Diante das lacunas históricas e da insuficiência de investigações detalhadas sobre as violências perpetradas contra os povos indígenas durante a ditadura militar e outros períodos no Brasil, bem como em face do pouco tempo disponibilizado por lei à Comissão Nacional da Verdade (CNV) para conclusão de seus trabalhos e apresentação de seu relatório, uma de suas principais recomendações foi, exatamente, a instalação de uma Comissão Nacional Indígena da Verdade exclusiva para o estudo das graves violações de direitos humanos contra os povos indígenas, visando aprofundar os casos não detalhados nos estudos realizados pela CNV (BRASIL/CNV, 2014, p. 253).

Essa nova comissão teria o objetivo específico de aprofundar as investigações sobre as atrocidades cometidas contra as populações originárias, abrangendo desde violações diretas, como homicídios, torturas, e deslocamentos forçados, até impactos mais amplos relacionados à destruição dos modos de vida tradicionais e à desestruturação cultural.

A expectativa é que, por meio de um trabalho mais focalizado e atento às particularidades das diferentes etnias indígenas, seja possível se conhecer melhor os crimes e as omissões do Estado brasileiro contra as populações indígenas. A iniciativa reflete uma crescente conscientização sobre a necessidade de adotar abordagens mais inclusivas e representativas na historiografia brasileira, reconhecendo os povos indígenas como protagonistas de sua própria história e como titulares de direitos que precisam ser integralmente respeitados.

Marcelo Zelic, um dos mais importantes defensores dos direitos dos povos indígenas da história recente do Brasil, era um dos principais articuladores junto ao novo governo eleito em 2022 de Luiz Inácio Lula da Silva, para a formação de uma Comissão Nacional Indígena da Verdade (CNIV).

Neste sentido, escreveu Zelic no Relatório da Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil referente ao ano de 2022, publicado anualmente pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que (ZELIC, 2023, p. 274):

[...] A criação da CNIV por decreto do Executivo brasileiro, além de ser uma medida de cumprimento das recomendações recebidas por parte deste poder da República, aponta aos demais entes federativos e órgãos do Estado, a quem também são destinados o relatório final e as recomendações da CNV, a necessidade de um esforço conjunto de continuidade do processo de justiça de transição aos povos indígenas, para fazer frente às inúmeras repetições de graves violações de direitos humanos contidas no relatório final da CNV e as praticadas pelo último governo brasileiro entre 2019 e 2022, bem como à emergência civilizatória vivida no Brasil para o fortalecimento de nossa democracia. [...]

Ao ressaltar a necessidade de um esforço comum para apuração das violações dos direitos humanos não apenas apontadas pelo relatório da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL/CNV, 2014), mas também para investigação dos crimes perpetrados contra as nações originárias pelo

governo de Jair Bolsonaro, Marcelo Zelic estabelece uma relação indissociável entre o passado e o presente.

Sob tal prisma, cumpre salientar que o Ministério Público Federal de Minas Gerais realizou, em 27 de outubro de 2022, audiência pública para recebimento de sugestões visando a criação da Comissão Nacional Indígena da Verdade, inclusive com a presença de Marcelo Zelic, dentre outros.

Na referida audiência pública, este coautor pôde apresentar algumas sugestões para a futura CNIV, dentre as quais: (i) que as investigações a serem desenvolvidas considerem a perspectiva de gênero, dada a histórica e hoje também crescente violência contra as mulheres indígenas; (ii) olhar atento às dinâmicas de violência que caracterizem crime de genocídio a partir das cosmologias e das identidades indígenas, não apenas tendo por paradigma os referenciais eurocentricos, inclusive considerando o etnocídio; (iii) que os trabalhos da futura CNIV atue também na fixação da conexão entre as dinâmicas de violência do passado, com aquelas do presente; (iv) que se tenha por objetivo claro a reformulação das instituições de Estado, com o escopo de consolidar a democracia também para os povos indígenas; e, (v) que a CNIV atue com vistas a estabelecer, de modo democrático e bem preservado, os repositórios com os arquivos apurados e a serem produzidos, especialmente diante da destruição de arquivos históricos ocorrida ao longo do governo Bolsonaro (PEREIRA, 2022).

A possibilidade de instalação de uma CNIV vem se convertendo em uma proposta cada vez mais viável. Tem sido objeto de discussão já há algum tempo, bem como sua operacionalidade, inclusive mediante propositura de organograma operacional apresentado pelo já mencionado Relatório da Violência Contra os Povos Indígenas, dados de 2022, pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI: 2023, 276).

Cumpre ressaltar que foi criado, mediante lançamento em 13 de setembro de 2024, o Fórum Povos Indígenas, Justiça, Verdade, Memória e Justiça, em Brasília, sob coordenação do Ministério Público Federal e sua 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (6ª CCR); da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB); do Instituto de Pesquisas Relacionais e da Universidade de Brasília (UNB). O Fórum, com prazo determinado para desenvolver seus trabalhos, tem por objetivo discutir estratégias e planos de trabalho, com foco na criação de uma Comissão Nacional da Verdade Indígena e na abordagem de questões como memória, verdade, reparação, não repetição e justiça para os povos originários. Ainda, constitui seu escopo (Fórum: Memória, Verdade, Reparação Integral, Não Repetição e Justiça para os Povos Indígenas, 2024):

[...] O Fórum: Memória, Verdade, Reparação Integral, Não Repetição e Justiça para os Povos Indígenas nasce com o objetivo de articular entidades dos povos indígenas, da sociedade civil, do poder público, da academia brasileira e de outras instituições nacionais e estrangeiras, para empreender um processo de análise e debate em torno de questões fundamentais que expliquem o histórico de violências e subtração de direitos sofridas pelos povos indígenas ao longo da história do Brasil, envolvendo práticas de

esbulho territorial, prisões arbitrárias, torturas, assassinatos de lideranças, massacres e etnocídios; e, em decorrência, ampliar o debate público em favor de um processo de memória, verdade, reparação integral, não repetição e justiça para os povos indígenas [...]

O Fórum: Memória, Verdade, Reparação Integral, Não Repetição e Justiça para os Povos Indígenas conta com a participação, além das entidades coordenadoras acima destacadas, também da Academia, organizações indígenas, organizações da sociedade civil, entidades e órgãos públicos, especialistas, militantes históricos e observadores internacionais (Fórum: Memória, Verdade, Reparação Integral, Não Repetição e Justiça para os Povos Indígenas, 2024).

O presente artigo, portanto, tem como propósito aprofundar a análise sobre a significância das comissões da verdade no âmbito dos direitos humanos, com um enfoque específico em seu impacto nos processos de reparação e adoção de políticas de não-repetição voltados para as populações indígenas, objetivos fundamentais e prementes.

Para tanto, serão investigados os desafios e sucessos enfrentados por tais comissões ao confrontarem as violações dos direitos humanos contra os povos indígenas, ressaltando a urgência em reconhecer e confrontar historicamente as injustiças perpetradas. Além disso, será dada uma ênfase especial ao papel crucial desempenhado pela arqueologia no processo de investigação dos crimes cometidos nos períodos colonial e neocolonial, que resultaram em etnocídio e genocídio, lançando luz sobre a herança traumática deixada por esses períodos. Essa abordagem interdisciplinar oferecerá uma perspectiva elucidativa sobre como a arqueologia pode contribuir de forma substancial para a busca da verdade e da justiça em favor das comunidades indígenas afetadas, reconstruindo suas narrativas históricas e fortalecendo seus direitos fundamentais a partir da busca e apresentação da materialidade dos crimes perpetrados contra os povos indígenas do Brasil, especialmente no período ditatorial militar.

Um olhar sistêmico sobre as violações dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas desde a colonização até a atualidade

As violações de direitos contra as populações indígenas não se limitaram ao período da ditadura militar, mas ocorreram de forma contínua e sistemática desde os primórdios da colonização do Brasil até os dias atuais. Ao longo da história, essas comunidades foram sujeitas a desapropriação de terras, violência física e cultural, violência sexual, escravidão, massacres e genocídios, resultando em um cenário de opressão que perdura ao longo dos séculos (PLENS, 2017; VALENTE, 2017; PEREIRA, 2018).

As práticas coloniais de exploração, apropriação de territórios e imposição de uma cultura dominante levaram à marginalização e desrespeito aos direitos fundamentais dessas populações. Mesmo nos dias atuais, as violações contra os povos indígenas persistem, seja pela negligência estatal na demarcação e proteção de terras indígenas, conflitos territoriais motivados por

interesses econômicos ou pela ausência de políticas públicas eficazes que assegurem o respeito e integridade dessas comunidades (PLENS, 2022).

Nos últimos anos vêm crescendo denúncias acerca da violência contra as populações indígenas, dentre eles, ressaltamos alguns trabalhos e seus/suas autores/as, tais como Claudia Andujar, renomada fotógrafa e ativista cujo trabalho dedicado à documentação e denúncia das violações de direitos humanos sofridas pelos povos indígenas, especialmente os Yanomami, é amplamente reconhecido. Outra obra fundamental é "A Queda do Céu" (2015), escrita por Davi Kopenawa, xamã Yanomami, em colaboração com o antropólogo Bruce Albert. Neste livro, são abordadas as lutas dos Yanomami contra a invasão de suas terras e os impactos do contato com a sociedade não indígena, proporcionando uma perspectiva sobre a resistência e os desafios enfrentados por esse povo.

Neste ponto é interessante ressaltar que o povo Yanomami, que hoje vem suportando mais um processo genocidário em razão da invasão de milhares de garimpeiros ilegais em suas terras, estimulados pelo governo Bolsonaro (2019-2022), é protagonista do único caso de genocídio indígena até hoje reconhecido e julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), conhecido como o "genocídio de Haximu", que completou trinta anos em 2023 (1993). (PLENS, 2022; AGÊNCIA BRASIL, 2023)

O contexto que atinge atualmente o povo Yanomami é de genocídio, especialmente gestado durante o governo de Jair Bolsonaro, razão pela qual já afirmamos, juntamente com Sylvia Steiner, que:

[...] A terrível situação humanitária sob a qual se encontra o povo Yanomami no Brasil, conforme noticiado amplamente em janeiro de 2023, e que vem chocando grande parte do país e do mundo, parece encontrar eco no passado: uma nação indígena (Yanomami), portanto, que já vivia em território brasileiro antes do surgimento do próprio Brasil, é deixada sob abandono pelo Estado, regido por uma Constituição que impõe sua proteção, enquanto órgãos do governo e milhares de garimpeiros ilegais decretam a morte de todo um povo por meio do envenenamento das águas e do solo; pela propagação da malária; pelas invasões e assassinatos [...] (STEINER & PEREIRA, 2023).

Os fatos falam por si e sugerem certa sistematização na proposição e adoção de medidas e "omissões" capazes de levar o povo indígena ao seu extermínio, tal como vem sendo denunciado há anos pelos próprios Yanomamis, pelos indigenistas, defensores dos direitos humanos e especialistas.

Plens (2022) descreveu recentemente como que desde o início da colonização até os dias atuais, as construções racializadas dos indígenas permitiram que essas populações fossem alvo de barbáries e desapropriações de direitos, legitimadas tanto pelo Estado quanto pela sociedade e que as inúmeras violações que as populações indígenas têm enfrentado ao longo do processo colonizatório no Brasil são reflexo de um histórico de suspensão do estado de direito e uso siste-

mático de terror e violência por parte das autoridades.

A não-demarcação das terras indígenas, tal como determinado pela Constituição Federal, bem como a verdadeira guerra legislativa e jurídica (lawfare) encetada contra os povos indígenas do Brasil, constituem das principais causas que contribuem para a supressão da base fundamental para a existência digna dos povos indígenas, assim como para a violação de inúmeros outros direitos das populações indígenas.

Ao longo da história, a espoliação de territórios indígenas resultou na perda de modos de vida, cultura, saúde e até mesmo de vidas inteiras dessas comunidades vulneráveis. A busca por lucro a curto prazo e interesses privados têm prevalecido sobre o bem-estar e os direitos coletivos das populações indígenas, gerando um ciclo de violência e desigualdade (PLENS, 2022).

Rubens Valente (2017) aborda temas relacionados ao impacto da colonização e resistência dos povos indígenas no Brasil, explorando as lutas e conflitos históricos entre os colonizadores armados de fuzis e os povos nativos com suas flechas. Sua obra destaca não apenas os aspectos históricos, mas também questões socioculturais, políticas e econômicas envolvidas nesse processo. Sob uma perspectiva sociológica (não apenas subsumida aos limites restritos da definição de genocídio registrada na Convenção Para Prevenção e Repressão ao Crime de Genocídio de 1948), os contextos acima podem conduzir à caracterização do delito de genocídio, uma vez que a supressão das bases culturais e econômicas dos povos originários possui o condão de lhes paralisar a capacidade de desenvolvimento relacional e social próprios de todos os grupos humanos.

A própria definição de Raphael Lemkin, o criador do termo “genocídio”, é considerada mais ampla, sob os seguintes termos (LEMKIN, 2017, p. 161):

[...] A destruição das fundações para a existência econômica de um grupo de cidadãos conduz, por necessidade, a uma paralisação do seu desenvolvimento, incluindo um retrocesso. O declínio do nível de vida cria dificuldades para cumprir os seus requisitos culturais e espirituais [...]

Em relação a tal ótica sociológica acerca do crime de genocídio, também Martin Shaw, estabelece sua crítica ao afirmar que recuperar a visão de Lemkin sobre genocídio é o início para efetivação de um estudo sério sobre este crime. Para Shaw, muitos autores posteriores a Lemkin atribuem à Convenção de 1948 o conceito de genocídio, afastando-se das proposições mais adequadas de Raphael Lemkin. De fato, o estabelecimento do elemento intencional (dolo específico; mens rea) como central para sua caracterização, afastou-se da concepção lemkiniana sobre genocídio.

Defende Shaw que a perspectiva subjetiva deve ceder lugar para a consideração à estrutura social genocida, portanto, às bases sociais estabelecidas e que são estratificadas sobre o genocídio, com condições e relações definidas entre perpetradores, entre vítimas e entre perpetradores e vítimas (SHAW, 2013, p. 134).

As proposições críticas de Shaw, dentre outros teóricos do genocídio, parecem apropriadas para a análise da situação de extermínio sofrida pelos povos indígenas no Brasil.

Neste sentido, foi proposto em outra obra (PEREIRA, 2018) uma revisão crítica da teoria do genocídio, explorando suas bases sociológicas e jurídicas. Desse modo, foi questionado os fundamentos estabelecidos após a Segunda Guerra Mundial, além de evidenciar sua insuficiência no âmbito internacional. Outrossim, foram destacadas as conexões históricas e colonialistas nos genocídios presentes ao longo do século XX, com foco sobre os povos indígenas no Brasil durante o regime ditatorial de 1964-1985, com destaque aos atos genocidas amparados por decisões estatais, sociais e políticas que afetaram profundamente a continuidade cultural e a vida desses povos. Documentos como o Relatório Figueiredo (1967) e o Relatório da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL/CNV, 2014) evidenciam o contexto etnocida vivenciado pelos indígenas no Brasil.

Zema et al (2021), por sua vez, escreveram artigo analisando a eficácia reconciliatória e reparadora das Comissões da Verdade sob a perspectiva dos Estudos Críticos de Transições, além de examinar os obstáculos enfrentados ao implementar suas recomendações, observando que, apesar das promessas de mudança nas dinâmicas coloniais, tais Comissões da Verdade não conseguiram, ainda, lidar plenamente com a história passada e a persistência das violações estruturais que impactam as comunidades indígenas.

Compreender os crimes específicos cometidos contra as populações indígenas durante ao longo do tempo é fundamental, mesmo considerando a violência sistêmica e sistematizada ao longo dos séculos. Ao analisar essas violações desse período, torna-se possível identificar as atrocidades direcionadas aos povos indígenas, permitindo o reconhecimento da responsabilidade do Estado e seus agentes e garantindo justiça às vítimas e suas comunidades. Além disso, essa contextualização histórica mais detalhada contribui para uma compreensão mais ampla do desenvolvimento da opressão e subjugação dos indígenas ao longo do tempo.

O estudo dessas injustiças específicas serve como uma ferramenta poderosa para conscientização, educação, promoção de justiça e reparação, incentivando o respeito à diversidade cultural, a compreensão das consequências dos atos violentos e o engajamento na defesa dos direitos indígenas. Portanto, ao examinar de forma detalhada as violações contra os indígenas durante a ditadura, fortalecemos a luta por justiça, memória histórica preservada e prevenção de novas violações.

O contexto jurídico: explorando os conceitos de Genocídio e Etnocídio

Do ponto de vista jurídico, a compreensão aprofundada dos conceitos de genocídio e etnocídio é essencial para a análise e o reconhecimento das violações mais graves dos direitos humanos, particularmente no que diz respeito às populações indígenas e minorias étnicas. Enquanto o genocídio se refere à destruição deliberada de um grupo étnico, racial, religioso ou nacional, o etnocídio trata-se da aniquilação de práticas culturais e identidades étnicas. Nesta sessão, bus-

camos explorar esses conceitos sob uma perspectiva legal, examinando sua definição, seus elementos característicos e sua relevância para a proteção e a promoção dos direitos das minorias étnicas dentro do contexto jurídico internacional e nacional.

Como já acima enfatizado, a Convenção Para Prevenção e Repressão ao Crime de Genocídio das Nações Unidas, de 1948, restringiu a visão de Raphael Lemkin, para a tipificação deste que é chamado de o crime dos crimes.

Dentre as restrições verificadas, também reiteradas pelo Estatuto de Roma, o genocídio cultural (etnocídio), foi também ignorado. Referidas restrições tiveram por fator impulsionador as negociações políticas do pós-guerra, especialmente segundo interesses norte-americanos e soviéticos, que podem ser melhor detalhados na obra de Samantha Power, *Genocídio: a Retórica Americana em Questão* (2004).

As restrições mencionadas tornaram a Convenção de 1948 uma norma internacional sem muita efetividade no mundo sob a guerra-fria, para muitos, uma convenção que mirava o passado, mas não o futuro, não apenas em razão do fato de que um dos meios mais eficazes para a completa eliminação das culturas indígenas é o seu apagamento cultural, mas também diante da exigência de que a prova do genocídio tem como elemento subjetivo indispensável, a demonstração da intenção do perpetrador em erradicar, da face da terra, o grupo humano alvo.

Cabe, inicialmente, uma breve explanação sobre o termo utilizado para destacar o genocídio cultural, ou seja, o etnocídio e que vem, ao longo dos anos, recebendo maior atenção, como já afirmamos:

[...] Nesse sentido, imprescindível se mostra a análise crítica realizada a seguir, sobre pontos de intersecção entre a teoria do genocídio e os processos que levam ao genocídio cultural ou etnocídio, cujo reconhecimento vem obtendo significativos avanços, como se pode inferir pelos advenços da apresentação do Informe Whitaker sobre Prevenção e Punição ao Crime de Genocídio das Nações Unidas; também pela adoção de instrumentos de Soft Law, como a Declaração de San José da Costa Rica (1981), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), reconhecendo o etnocídio como violação ao Direito Internacional; ou, ainda, pelos estudos e proposições acadêmicas inter e multidisciplinares na direção de focar a análise do fenômeno genocida mais nas dinâmicas de extermínio do que nos perfis dos grupos vitimados [...] (PEREIRA, 2018, p.57-58).

Além dos documentos de soft-law acima mencionados, como Relatório Whitaker (ONU, 1985) produzido no âmbito das Nações Unidas ou a Declaração da UNESCO de 1981 e que reconhece o etnocídio como genocídio cultural, o conceito de etnocídio vem se consolidando ao longo do tempo. Pierre Clastres oferece sua definição (CLASTRES, 2014, p. 78) sob os seguintes parâmetros:

[...] Se o termo genocídio remete à ideia de ‘raça’ e à vontade de extermínio de uma minoria racial, o termo etnocídio aponta não para a destruição física dos homens (caso em que se permaneceria na situação genocida), mas para a destruição de sua cultura. O Etnocídio...é a destruição sistemática dos modos de vida e pensamento de povos diferentes daqueles que empreendem essa destruição...o genocídio assassina os povos em seu corpo, o etnocídio os mata em seu espírito. Em ambos os casos, trata-se sempre de morte, mas de uma morte diferente [...] (Grifamos).

O etnocídio implica na supressão de uma cultura, por outra. Referida constatação encontra-se presente também em outra lição de Raphael Lemkin, em sua clássica obra onde cria o termo “genocídio”, *Axis Rule in Occupied Europe: Laws of Occupation, Analysis of Government, Proposals for Redress (Foundations of the Laws of War)*, na qual Lemkin ensina, de modo muito pertinente e relacionada também à tragédia indígena no Brasil, que o genocídio não se caracteriza exclusivamente pelo extermínio físico, mas também por outras dinâmicas de anulação, nos seguintes termos (LEMKIN, 2017, p. 153-154):

[...] o genocídio não significa a destruição imediata de uma nação, exceto quando é realizado por meio do assassinato em massa de todos os membros de um país. Deve ser entendido como um plano coordenado de diferentes ações, cujo objetivo é a destruição das bases essenciais da vida de grupos de cidadãos, buscando aniquilar os próprios grupos. Os objetivos de tal plano seriam a desintegração das instituições políticas e sociais, cultura, linguagem, sentimentos de patriotismo, religião e existência econômica de grupos nacionais, e a destruição da segurança, liberdade, saúde, dignidade pessoal e, até mesmo da vida de indivíduos pertencentes a esses grupos...O genocídio tem duas etapas: uma, a destruição do padrão nacional do grupo oprimido; a outra, a imposição do padrão nacional do opressor. Sucessivamente, essa imposição pode ser realizada sobre a população oprimida a quem é permitida permanecer no lugar, ou apenas sobre o território após a remoção da população e com a posterior colonização da área pelos mesmos cidadãos da nação opressora [...] (Grifamos)

A abordagem acima representa um dos aspectos centrais da crítica dos *genocide scholars* ao vigente direito penal internacional e sobre seu conceito de genocídio, uma vez que não possui o condão de incidir sobre as dinâmicas mais conhecidas que marcaram - e ainda marcam - os genocídios ocorridos pós-1945, salvo exceções. Na realidade, em parte, em vista de manter como paradigma, para sua definição, o modelo eurocêntrico de genocídio plasmado pela tragédia do Holocausto, em que a intenção dos nazistas em erradicar todo o povo judeu e sua cultura, onde quer que se encontrassem no planeta.

A experiência histórica comprova que um dos meios mais eficazes para se erradicar um povo da própria esfera visível da humanidade consiste exatamente em anular seus referenciais

culturais, aliás, como fizeram também os nazistas, fator que faz reforçar a crítica diante da eliminação do motor cultural das causas que autorizam a caracterização do crime de genocídio.

O etnocídio, assim, implica no genocídio cultural e tem por essência dois fatores indissociáveis do fenômeno: (i) pressupõe a inferioridade das culturas a serem apagadas e, portanto, posteriormente assimiladas (assimilacionismo); e, (ii) que somente a cultura ocidental deve prevalecer e predominar. Pierre Clastres, uma vez mais, elucida tais pressupostos do etnocídio (CLASTRES, 2014, p. 80).

[...] A espiritualidade do etnocídio é a ética do humanismo. O horizonte no qual se destacam o espírito e a prática etnocidas é determinado segundo dois axiomas. O primeiro proclama a hierarquia das culturas: há inferiores e superiores. Quanto ao segundo, ele afirma a superioridade absoluta da cultura ocidental. Portanto, esta só pode manter com as outras, e em particular com as culturas primitivas, uma relação de negação. Mas trata-se de uma negação positiva, no sentido de que ela quer suprimir o inferior enquanto inferior para içá-lo ao nível do superior. Suprime-se a indianidade do índio para fazer dele um cidadão brasileiro [...]

Não sem razão, Raphael Lemkin, em sua obra, após definir o genocídio, também acrescenta, no capítulo IX de sua obra, que outro termo poderia ser usado para a mesma ideia, a saber, etnocídio, composto pela palavra grega *ethnos* – nação – e a palavra latina *cide*; Por “genocídio” entendemos a destruição de uma nação ou de um grupo étnico (LEMKIN, 2009, p. 153).

Ressalte-se que o termo etnocídio ganhou maior popularidade com a apresentação de resolução, no Congresso Internacional de Americanistas realizado em Stuttgart (Alemanha) no ano de 1968, de críticas aos Estados americanos em vista das violações aos direitos dos povos indígenas.

Para Caleffi, referida ação de Jaulin levou a popularização do termo etnocídio, o qual entende-se como todo o ato que conduz a degradação ou desaparecimento da cultura indígena (nativa) de qualquer parte do mundo (CALEFFI, 2003, p. 5).

A despeito do descompasso entre as clássicas definições legais vigentes para genocídio e o conceito de etnocídio, com suas abordagens sociológicas mais próximas à realidade; e, considerando-se, ainda, a evolução no pensamento jurídico imposta até mesmo pelos novos e urgentes desafios existenciais postos diante da humanidade, somadas às mentalidades mais abertas às concepções biocêntricas que têm na natureza uma entidade titular de direitos (e não, apenas, “objeto” de direito segundo as concepções jurídicas mais tradicionais), fato é que novos desdobramentos do direito penal internacional permitem antever as futuras discussões centrais relacionadas à própria sobrevivência da humanidade, como por exemplo, a definição e a tipificação do crime de ecocídio, isto é, a destruição sistemática da biodiversidade com tais proporções que ficam inviabilizadas as formas de vida dela dependentes, incluída neste rol, a própria humanidade.

Sem os povos indígenas, não haverá humanidade.

Perspectivas Globais: o papel das Comissões Nacionais da Verdade e seus impactos nas Populações Indígenas

A Argentina foi o berço da primeira reconhecida "comissão da verdade" em 1983, embora na época tenha sido chamada de CONADEP, a Comissão Nacional sobre os Desaparecidos. A designação popularizada de "comissões da verdade" como termo específico surgiu quase uma década depois, após a conclusão das Comissões Nacionais de Verdade e Reconciliação no Chile e em El Salvador, respectivamente em 1990 e 1992 (HAYNER, 2002, p. 10).

Segundo Hayner, uma comissão da verdade é um órgão oficialmente autorizado ou empoderado pelo estado, focado em revisar eventos passados para investigar padrões ao longo de um período específico, interagindo amplamente com a população afetada para coletar suas experiências. Considerado um órgão temporário, busca concluir suas atividades gerando um relatório final (HAYNER, 2002, p. 13).

É importante destacar que as comissões da verdade não têm autoridade para deter indivíduos, nem autonomia para implementar suas recomendações independentemente. Geralmente, não possuem autoridade para obrigar a presença de pessoas para interrogatórios e atuam sem interferir nas funções do sistema judiciário. No entanto, apesar das limitações legais, possuem um escopo mais abrangente que as capacita a focar em padrões, origens e consequências da violência política, permitindo investigações e conclusões mais abrangentes do que as que se dariam na esfera judicial (HAYNER, 2002, p. 13).

O foco principal das comissões da verdade são as vítimas, frequentemente reunindo milhares de depoimentos e honrando essas verdades em um relatório oficial e público. Isso é muitas vezes considerado a primeira admissão do estado de que as reivindicações das vítimas são válidas e de que as atrocidades foram erradas (HAYNER, 2002, p. 13). A característica distintiva dessas comissões é a intenção de moldar a compreensão e aceitação públicas do passado do país, indo além da resolução de eventos específicos. Embora as comissões da verdade tenham eventualmente se voltado para a promoção da reconciliação, este aspecto não era inicialmente central em seus propósitos (HAYNER, 2002, p. 13).

Uma das metas essenciais de qualquer comissão da verdade é prevenir futuras violações de direitos e abusos. Isso pode ser alcançado interrompendo o ciclo de vingança e ódio entre ex-opositores, fomentando a reconciliação entre grupos antagônicos, que podem ter sentimentos intensos de ódio ou medo uns dos outros. Essas iniciativas buscam romper com a prática sistemática de violência (HAYNER, 2002, p. 182).

Diante da complexidade dos elementos envolvidos e da necessidade de abordar a recuperação de danos em larga escala, a reparação buscada por meio das comissões da verdade deve abranger diversas formas para além do apoio financeiro às vítimas (HAYNER, 2002, p. 182). Na prática, a maioria dessas comissões recomenda reformas nas forças armadas, na polícia, no

sistema judiciário e nos sistemas políticos, com a esperança de prevenir futuros abusos (HAYNER, 2002, p. 182).

O impacto de um processo de comissão da verdade reside em sua capacidade de fomentar a reconciliação em âmbitos nacionais e políticos, ao abrir diálogos sinceros sobre eventos passados contenciosos e permitir que uma comissão independente esclareça casos relevantes. Isso ajuda a dissipar tensões que poderiam prejudicar órgãos legislativos e entidades políticas, permitindo que facções contrárias governem juntas sem ressentimentos do passado. A memória histórica influencia a política atual, porém, se os pontos de conflito persistem, as relações políticas enfrentam desafios. Este é um elemento crucial em transições onde tensões latentes podem se transformar em sérios dilemas políticos, necessitando de uma abordagem atenciosa e inclusiva (HAYNER, 2002, p. 10, 182).

No plano individual, no entanto, a reconciliação é consideravelmente mais complexa e desafiadora de ser alcançada por meio de uma comissão nacional. Embora existam casos de processos de comissões da verdade que levaram diretamente ao perdão e à cura para alguns indivíduos, o conhecimento da verdade global ou mesmo a compreensão específica sobre seu próprio caso não garantem necessariamente que a vítima, ou seus familiares, se reconciliará com os perpetradores. O perdão, a cura e a reconciliação são processos profundamente pessoais, e as necessidades e reações de cada pessoa em relação à construção da paz e à revelação da verdade podem variar (HAYNER, 2002, p. 183).

A reconciliação não é um evento instantâneo. As pessoas não podem simplesmente decidir em um dia perdoar e esquecer. A maioria das vítimas está empenhada em um processo contínuo de reconciliação. Elas não buscam necessariamente vingança, porém não estão dispostas a ignorar completamente o que ocorreu. Elas demandam a verdade e tempo para refletir sobre ela. Muitas vezes, elas não estão preparadas para perdoar a menos que os perpetradores mostrem arrependimento e ofereçam medidas de reparação. As vítimas não estão prontas para participar de um processo de reconciliação a menos que compreendam melhor os eventos passados e as circunstâncias. Frequentemente, elas afirmam estar dispostas a perdoar, mas necessitam saber quem estão perdoadando e o motivo do perdão (HAYNER, 2002, p. 185).

Resultados de Comissões Nacionais da Verdade em prol da causa indígena

A atuação das Comissões da Verdade (CV) ao redor do mundo aponta para o fato de que embora haja inúmeras limitações das CV, a importância crucial desses órgãos na investigação e esclarecimento das violações dos direitos humanos é vital, especialmente no que diz respeito aos povos indígenas. Exemplos emblemáticos, como a Comissão da Verdade e Reconciliação na África do Sul, liderada por Desmond Tutu, após o fim do apartheid, e investigações nas Filipinas, Guatemala, Canadá, Austrália e Peru, ilustram como essas comissões têm sido decisivas em reconhecer abusos históricos contra comunidades indígenas e recomendar ações para promover

justiça, reparação e inclusão.

A Comissão da Verdade e Reconciliação na África do Sul, liderada por Desmond Tutu, foi estabelecida após o fim do apartheid. A comissão investigou os abusos cometidos durante o regime segregacionista, incluindo violações dos direitos dos povos indígenas, como os Khoisan e os San. O relatório da comissão proporcionou um espaço para a narrativa das comunidades indígenas e recomendou ações para a reconciliação e a inclusão (REPORT OF THE SOUTH AFRICAN HUMAN RIGHTS, 2016).

A Comissão da Verdade e Reconciliação (CVR) enfrentou uma série de desafios, já que nem todas as partes no conflito a aceitaram. Altos escalões das forças armadas não cooperaram, sendo os soldados rasos e os que estavam enfrentando acusações que pediram amnistia. Políticos e líderes seniores não se candidataram. Alguns membros dos movimentos de libertação argumentaram que não precisavam de anistia, pois consideravam ter conduzido uma guerra justa. Foi preciso muito esforço para persuadi-los a participar do processo de amnistia (TUTU, 2023).

Um ponto fraco da CVR foi a falta de foco nas políticas e economia política do apartheid. Isso resultou em perpetradores suportando a culpa coletiva, enquanto beneficiários do apartheid escapavam da responsabilidade. O governo pós-Mandela demorou para implementar as recomendações da CVR, incluindo reparações, levando à desilusão de muitas vítimas. Houve poucos processos judiciais e altos funcionários das forças de segurança foram condenados a penas suspensas (TUTU, 2023).

Apesar das limitações, a CVR foi considerada internacionalmente bem-sucedida, destacando a importância da participação pública. As audiências públicas da CVR foram crucialmente importantes, permitindo vítimas e perpetradores serem ouvidos. A abordagem da CVR sul-africana foi inovadora, sendo um modelo para construir paz e justiça, responsabilizando violadores dos direitos humanos e promovendo reconciliação. Muitos países seguiram seu exemplo, estabelecendo comissões semelhantes na busca por justiça e paz (TUTU, 2023).

A Comissão da Verdade nas Filipinas (Comissão Presidencial sobre Desaparecimentos Forçados - (Presidential Committee on Human Rights – Disappearances) investigou casos de desaparecimentos forçados durante o regime de Ferdinand Marcos nas Filipinas. Muitos dos desaparecidos eram ativistas indígenas que lutavam pelos direitos das comunidades tribais. A comissão contribuiu para a identificação dos responsáveis e a busca por justiça para as vítimas indígenas (PILLAI, 2016).

O relatório da Comissão de Verdade e Reconciliação nas Filipinas confirmou que há, de fato, queixas legítimas, injustiças históricas, violações de direitos humanos e marginalização devido à desapropriação de terras. O relatório examina diferentes categorias de crimes, como violência sexual, deslocamento interno, recrutamento de crianças soldados, assassinatos extrajudiciais, tortura e desaparecimentos forçados, entre outros. O relatório destaca a falta de registros oficiais sobre violações de direitos humanos e do direito humanitário como uma lacuna importante (PILLAI, 2016).

Outra preocupação central relacionada ao conflito é a desapropriação de terras e seu impacto contínuo nas comunidades em Mindanao. A desapropriação de terras tem suas raízes no período colonial espanhol, americano e japonês. O relatório destaca a necessidade de investigações formais e responsabilização de todas as partes envolvidas nessas violações (PILLAI, 2016).

Além das violações de direitos humanos e do direito humanitário internacional, a TJRC destaca o impacto sobre as mulheres. O uso sistemático de estupro e violência sexual direcionados às mulheres das comunidades Moro e indígenas como forma de desestabilizar a comunidade é abordado. O papel cultural e de gênero na violência contra as mulheres é destacado, com exemplos de incidentes menos conhecidos (PILLAI, 2016).

A Comissão da Verdade e Reconciliação do Canadá investigou o sistema de escolas residenciais indígenas no país, onde crianças indígenas foram separadas de suas famílias e submetidas a abusos físicos, emocionais e culturais. O relatório da comissão destacou as violações dos direitos humanos cometidas contra essas crianças, reconhecendo o impacto intergeracional do trauma e fazendo recomendações para a reparação e reconciliação (ZEMA et al, 2011; CANADA, 2015a; CANADA, 2015b).

A Comissão da Verdade e Reconciliação da Guatemala (GUATEMALA - MEMORY OF SILENCE..., 1999) investigou os abusos ocorridos durante o conflito armado interno na Guatemala, incluindo massacres e violações dos direitos humanos contra comunidades indígenas. Seu relatório documentou as violações sofridas pelos povos indígenas e recomendou medidas de justiça, reparação e reconstrução do tecido social (ROSS, 2006).

No Peru, a Comissão da Verdade e Reconciliação investigou as violações dos direitos humanos ocorridas durante o período de violência política entre o Sendero Luminoso e o governo peruano. O relatório da comissão abordou as violações contra comunidades indígenas, incluindo deslocamentos forçados, massacres e abusos, e propôs ações para a reparação e o fortalecimento dos direitos indígenas (PERÚ, 2003).

A partir dos exemplos acima apontados, vemos que as comissões nacionais da verdade produziram resultados significativos sobre crimes perpetrados pelos Estados contra suas populações indígenas. Contudo, é igualmente notável, como notado por Pillai (2006) em relação ao caso das Filipinas, a escassez de ações governamentais efetivas para implementar medidas que abordem essas questões de forma abrangente. Ruti Teitel, em seu livro "Transitional Justice" (2000), aponta vários limites das Comissões Nacionais da Verdade. Alguns dos principais limites discutidos pela autora incluem a falta de poder de execução das recomendações das comissões, a ausência de cooperação por parte das autoridades ou indivíduos envolvidos nos crimes, a limitação de tempo e recursos para investigar totalmente os casos, a resistência política à implementação das recomendações e a dificuldade de reconciliar narrativas conflitantes sobre o passado. Esses desafios podem comprometer a capacidade das comissões de alcançar seus objetivos de promover a verdade, a justiça e a reconciliação após períodos de conflito ou regimes autoritários.

Essa lacuna na efetivação de medidas mitigadoras dos problemas enfrentados pelas populações indígenas revela uma falha crucial na justiça de transição. As limitações dessas comissões

são muitas vezes atribuídas à falta de suporte político e recursos adequados, bem como à resistência institucional à implementação de suas recomendações. Apesar disso, é importante ressaltar que a existência dessas comissões desempenha um papel fundamental na documentação, reconhecimento e memorialização dos crimes cometidos contra os povos indígenas, contribuindo para a construção de uma memória coletiva e para a sensibilização da sociedade em geral. Além disso, ao levantar questões e evidências cruciais, essas comissões podem criar pressão para a adoção de medidas mais eficazes no futuro, promovendo a justiça e a reconciliação em longo prazo.

De acordo com Ruti Teitel (2000), embora os limites existentes, as Comissões Nacionais da Verdade possuem largo alcance, por meio da promoção da verdade histórica ao documentar e esclarecer violações de direitos humanos ocorridas no passado, a criação de um registro oficial dos eventos traumáticos, a contribuição para a reconciliação nacional ao reconhecer o sofrimento das vítimas e responsabilizar os perpetradores, e o estabelecimento de bases sólidas para processos de justiça de transição e para prevenir a repetição de violações no futuro. Esses alcances refletem a importância das Comissões da Verdade em lidar com os legados de violações de direitos humanos e promover a construção de sociedades mais justas e pacíficas.

Comissão Nacional Indígena da Verdade no Brasil

A colonização europeia impactou profundamente os povos indígenas das Américas, trazendo genocídio, doenças, escravidão, e diversas formas de opressão, cujos efeitos ainda são sentidos atualmente (PLENS, 2017; PEREIRA, 2018; PLENS et al, 2021; ZEMA et al, 2021; PLENS, 2022). No Brasil, o racismo, as desigualdades e a exclusão continuam a marcar as vidas indígenas, apesar das sistemáticas lutas por justiça e reparação dos povos indígenas que foram respondidas pelo Estado em forma de políticas de assimilação forçada e criminalização de protestos e resistência (ZEMA et al, 2021, p. 01).

A luta incessante dos indígenas pelas suas prerrogativas resultou no reconhecimento constitucional desses direitos, garantindo na Constituição a autonomia desses povos. Isto inclui o respeito aos seus estilos de vida, costumes e tradições, bem como o reconhecimento de suas terras, abandonando definitivamente o projeto de integração que anteriormente dominava a política indígena nacional.

Embora os direitos constitucionais dos povos indígenas estejam assegurados no papel, passados mais de 30 anos da promulgação da nova constituição brasileira, as previsões constitucionais não passaram do que Araujo Junior (2018, p. 90) chama de “cláusulas adormecidas”, que não foram colocadas em prática e encontram no poder judiciário um bloqueador das transformações sociais.

Práticas sob a perspectiva assimilacionista anteriores a Constituição Federal de 1988, continuam em vigor, impulsionando segmentos sociais não indígenas para áreas vizinhas aos te-

rritórios indígenas, ameaçando a saúde, modo de vida, inclusive com a subtração de recursos naturais, flora e faunísticos, essenciais para a manutenção da vida coletiva dos povos indígenas, embora a partir do princípio constitucional brasileiro de 1988, acerca da dignidade humana, são previstas posições jurídicas, com função de tutelar a condição existencial humana contra quaisquer violações ao seu âmbito de proteção (FENSTERSEIFER, 2008, p. 33).

Frente a esses desafios históricos e atuais enfrentados pelos povos indígenas no Brasil, evidenciados pelos impactos devastadores da colonização europeia a continuidade de práticas assimilacionistas e as políticas e práticas de desterritorialização, urge a necessidade de reafirmação e implementação efetiva das garantias constitucionais previstas desde 1988.

Apesar do reconhecimento legal de direitos fundamentais indígenas, a realidade demonstra uma lacuna significativa entre as cláusulas jurídicas e a efetivação dessas prerrogativas. Portanto, a constituição de uma Comissão Nacional Indígena da Verdade surge como uma medida essencial na transposição desse abismo. Esta comissão deve atuar na investigação e documentação dos abusos e violações de direitos históricos e contemporâneos contra os povos indígenas, servindo como um pilar para a justiça de transição.

A Comissão Nacional Indígena da Verdade tem o potencial de não apenas revelar as verdades e promover a reconciliação, mas, também, de instrumentalizar políticas públicas efetivas que resgatem as dívidas históricas e garantam a proteção e promoção dos direitos indígenas. Tal iniciativa se alinha ao princípio de dignidade humana, visando garantir a integralidade da existência desses povos, não como cláusulas adormecidas, mas como direitos ativamente protegidos e promovidos. A Comissão seria um passo fundamental na reversão das injustiças e na consolidação de uma sociedade verdadeiramente inclusiva e justa, com base no respeito às diferenças e na valorização dos povos indígenas como parte inalienável do tecido social brasileiro.

O contexto das reuniões em andamento sobre a potencial criação de uma Comissão Nacional Indígena no Brasil, tem sido objeto de intenso debate o formato que essa comissão deveria assumir. Uma das questões em pauta é se a comissão deveria ser composta exclusivamente por indígenas ou se também deveriam integrá-la acadêmicos e profissionais não indígenas. Além disso, outro ponto essencial discutido é a cronologia de investigação que tal comissão adotaria, considerando que a violência contra os povos indígenas não se limitou a um único período, como a ditadura militar, mas tem sido uma realidade sistemática desde o período colonial até os dias atuais. Dessa forma, o desafio reside em estabelecer uma abordagem que possa abranger e responsabilizar por essas violações históricas e contemporâneas, visando a verdade, justiça e reparação para as comunidades indígenas afetadas ao longo dos séculos.

O principal desafio enfrentado pelas comissões da verdade está na complexa missão de coletar, analisar e apresentar dados robustos e fidedignos sobre os eventos sob investigação. Essas comissões se dedicam a reunir evidências sólidas, testemunhos autênticos e realizar minuciosas análises a fim de reconstruir de forma imparcial e transparente os episódios históricos em questão.

A garantia da precisão e veracidade dessas informações assume papel crucial, pois a partir

delas é possível promover a verdade, assegurar a justiça e fomentar a reconciliação em sociedades que foram impactadas por violações de direitos humanos e injustiças passadas. Além disso, a documentação minuciosa de fatos, crimes e investigações desempenha um papel fundamental nesse processo, permitindo uma reconstrução precisa dos acontecimentos históricos e a responsabilização dos envolvidos. Nos casos em que a documentação é escassa, a arqueologia emerge como uma ferramenta essencial, capaz de realizar escavações detalhadas, analisar vestígios e empregar métodos científicos para revelar evidências tangíveis, mesmo em cenários nos quais os registros escritos são limitados. Dessa forma, a arqueologia se torna um aliado valioso na investigação de crimes complexos e antigos, contribuindo de maneira significativa para a busca da verdade e da justiça.

A Contribuição da arqueologia e da arqueologia forense em investigações de crimes do passado

A análise de locais traumáticos e cenários de violência por meio de métodos arqueológicos é crucial para interpretação de eventos com base em evidências físicas e contextuais, possibilitando uma compreensão mais precisa dos fatos. A integração da arqueologia em investigações forenses e em outros contextos, através de técnicas forenses, resultou no surgimento de uma nova disciplina: a arqueologia forense.

Nesse sentido é importante enfatizar que o arqueólogo que atua na área forense deve ter conhecimento multidisciplinar para além da arqueologia tradicional como, por exemplo, na área da osteologia, legislação, ciências forenses (CONNOR, 2019, p. 41), procedimentos de coleta e salvaguarda de vestígios forenses e protocolos.

Dessa forma, associada ao arcabouço teórico e metodológico da arqueologia, a investigação conduzida pelo arqueólogo forense desempenha um papel fundamental ao auxiliar processos criminais, permitindo a identificação das vítimas e a reconstrução dos eventos, por meio da busca, recuperação, registro, análise, processamento e interpretação de diversas evidências materiais (MORAN, 2019, p. 9), possibilitando a reconstituição de eventos passados e a compreensão das circunstâncias envolvendo restos humanos e demais categorias de vestígios, nos mais variados contextos, tais como superfícies terrestres, subsolo, ambientes submersos, cenas de desastres em massa, incêndios e atos de terrorismo doméstico (PLENS & UBELAKER, 2022; PLENS & SOUZA, 2022).

A Arqueologia Forense não atua somente sobre vestígios enterrados, mas, também, em todo o contexto superficial, permitindo uma interpretação de diferentes vestígios em associação a identificação dos processos tafonômicos (efeitos físicos, químicos e biológicos que atuam na decomposição do corpo), que podem interferir nos vestígios (PLENS & SOUZA, 2022; PLENS & UBELAKER, 2022).

A interpretação do local de crime sob a sistematização dos dados a partir da perspectiva arqueológica possibilita a formulação de hipóteses com alta probabilidade condicionada aos

dados, ou exclusão delas, para a identificação dos processos de formação da cena investigada e as pessoas nela envolvidas.

Sob a fundamentação da arqueologia, o registro, a coleta e a identificação do material são fundamentais para a manutenção da cadeia de custódia do vestígio a ser entregue ao laboratório responsável pelas análises e a fim de fornecer informações que possam ser utilizadas juridicamente.

Desde 1970, os métodos da arqueologia tradicional vêm sendo aplicados em contextos forenses em vários países. No entanto, foi na década de 1980, com a formação de estudantes argentinos de medicina e arqueologia por Clyde Collins Snow, que a arqueologia forense ganhou destaque global. Esse treinamento levou à criação do Equipo Argentino de Antropología Forense (EAAF), uma organização científica, não governamental e sem fins lucrativos, fundada em 1984 para investigar o desaparecimento de pessoas durante a ditadura. Nessa época, a arqueologia forense, intrinsecamente ligada à antropologia forense, começou a ser reconhecida internacionalmente, uma vez que, naquele contexto, os arqueólogos também se capacitaram em antropologia forense (PLENS & SOUZA, 2020).

Os alcances atingidos pela EAAF levaram à expansão da arqueologia e antropologia forenses a partir da década de 1990, por meio de investigações em comissões da verdade para esclarecimento de violações dos direitos humanos em diversas regiões do mundo, como no caso de Ruanda.

Durante a segunda fase da Guerra Civil de Ruanda, mais de 800.000 pessoas foram mortas e mais de 3 milhões tiveram que se refugiar. A Equipe de Arqueologia Forense que atuou no país encontrou 493 indivíduos em escavações iniciais, sendo que 70% dos corpos eram de mulheres e crianças, incluindo cerca de 140 crianças pequenas e bebês. O padrão de mortes violentas, caracterizado como execução sumária, foi fundamental como evidência para o julgamento e a condenação de indivíduos como Kayishema, sentenciado à prisão perpétua por genocídio contra a Humanidade no Tribunal Penal Internacional para Ruanda (ICTR), em um dos casos mais conhecidos como Rwandan Genocide. Os resultados da Arqueologia Forense, aliados aos da Antropologia Forense, não apenas permitiram a identificação das vítimas, mas também contribuíram significativamente para a condenação dos responsáveis pela violência empregada (PLENS & SOUZA, 2020).

Ademais, na América Latina a arqueologia forense como ferramenta de investigação em comissões nacional da verdade vem sendo de suma importância como em casos, por exemplo, da Argentina, Guatemala, El Salvador e Peru (JUHL, 2005, p.3), revelando a extensão das violações dos direitos humanos e oferecendo um caminho para a justiça e a memória.

Nos últimos anos, a arqueologia forense vem expandindo seu alcance para além da investigação de homicídios com corpos enterrados, sendo aplicada em uma variedade de contextos, incluindo desastres em massa, de origem criminosa ou natural, locais de tortura, crimes domésticos e de guerra, bem como na preservação do patrimônio histórico-cultural. Esta disciplina tem sido cada vez mais reconhecida e utilizada para trazer à tona verdades obscurecidas e buscar

justiça em situações complexas (PLENS & SOUZA, 2022). Esse desenvolvimento mostra como a arqueologia forense está evoluindo e se adaptando para atender às demandas de uma sociedade em constante transformação.

O objetivo da arqueologia forense em diferentes cenas de investigação é, portanto, associar informações do ambiente, dos objetos e pessoas envolvidas, de modo a fornecer elementos que estabeleçam a relação entre os diferentes atributos a partir do observador *in loco*, das conexões ou associações que a posteriori não serão mais possíveis de serem realizadas.

Os resultados científicos, humanitários e jurídicos da aplicação da Arqueologia Forense podem ser inúmeros; como no auxílio do processo de identificação das vítimas e reconstituição dos eventos por meio da interpretação das áreas de concentração dos vestígios de diferentes naturezas, objetos e remanescentes humanos. Além disso, as intervenções arqueológicas também podem contribuir para fundamentar e aprimorar as regras e regulamentos padrões de segurança em relação a diferentes cenas investigadas ou desastres.

Embora o potencial da arqueologia forense para atuação conjunta com a reconstrução de cenas investigadas por policiais, ainda são raros os países onde a polícia atue conjuntamente em investigações cotidianas. Entre os quatro países que desenvolvem a Arqueologia Forense, Inglaterra, Escócia, EUA e Austrália, uma formação mais consolidada ocorre na Inglaterra onde a associação da arqueologia e geofísica forense vem ajudando em inúmeras investigações (PLENS & SOUZA, 2022).

No Brasil, embora na última década a arqueologia esteja em pauta em diferentes áreas acadêmicas e forense, ela ainda é confundida com a antropologia forense, outro campo do conhecimento, e seu emprego dentro das investigações criminais ainda é inexistente.

Os cursos de graduação em arqueologia no Brasil não possuem até o momento disciplinas de Arqueologia Forense em suas grades curriculares, em consequência, nem tampouco há, ainda, profissionais habilitados para atuar plenamente nessa área, justamente por falta de formação adequada e no cenário investigativo da polícia, não há o ingresso do arqueólogo em seu corpo técnico legal, conforme o art. 159 do CPP e a Lei no 12.030/2009 (PLENS & SOUZA, 2022).

Contudo, dado que a Antropologia Física ou Biológica foi bastante desenvolvida na arqueologia brasileira, principalmente remontando ao curso de Arqueologia da Universidade Estácio de Sá, ativo dos anos 1970 ao ano 2000, onde professores ligados ao Museu Nacional do Rio de Janeiro e a Fundação Nacional Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) formaram profissionais que atuam hoje na área da Arqueologia Biológica em diferentes instituições, e a paralela ausência de cursos de antropologia forense no contexto brasileiro, em 2014, o Grupo Trabalho Perus (GTP), grupo interinstitucional sediado na Universidade Federal de São Paulo, à luz do exemplo da Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF) e Equipe Peruana de Antropologia Forense (EPAAF), contratou profissionais da arqueologia, para além dos professores de arqueologia voluntários, para a análise dos remanescentes humanos. Este cenário contribuiu para que a confusão entre as duas áreas de conhecimento se estabelecesse.

A partir de então, o tema de arqueologia forense tem sido mencionado em diferentes con-

textos em congressos, encontros e publicações acadêmicas, geralmente, se referindo erroneamente à antropologia forense e não propriamente à arqueologia forense.

Como já citado em outro artigo que tratou justamente de esclarecer o que é ou não é antropologia e arqueologia forenses (PLENS & SOUZA, 2020, p. 170), a antropologia forense é a aplicação de pesquisa e técnicas antropológicas para a resolução de questões médico-legais com a finalidade da realização da identificação humana (NAWROCKI, 2006, p. 1). A antropologia forense analisa ossos humanos para estimar sexo, idade, estatura e ancestralidade para a identificação de pessoas, para além dos traumas, com objetivos forenses, ou seja, casos que possam ser devidamente judicializados.

A arqueologia forense, por sua vez, de acordo com Melbye & Jimenes (1997), visa a localização de todas as evidências físicas *in situ*, horizontal e verticalmente, identificação dos vestígios ou evidências importantes por meio de marcações e registros de número em campo, registro e produção de documentação de estruturas em campo que não poderão ser preservadas e/ou coletadas, registro fotográfico, por meio de vídeos a cena investigada, e confecção e preenchimento de formulário de cadeia de custódia que registrará todas as pessoas, com data e horário, que tiveram acesso às evidências sob devidas autorizações - entrada e saída - (PLENS & SOUZA, 2022).

No Brasil, embora não exista uma formação específica em Arqueologia Forense, há uma disciplina no âmbito do curso de especialização em "Antropologia Forense e Direitos Humanos" que ocorreu de 2017 a 2023 e atualmente no curso "Antropologia Forense e Técnicas de Arqueologia Aplicadas à Ação Forense Humanitária", na Universidade Federal de São Paulo. Esses cursos são coordenados pela autora.

Paralelamente ao crescente interesse de peritos oficiais no tema da arqueologia forense, no âmbito acadêmico, tem surgido a aplicação da arqueologia forense para pesquisa de crimes da ditadura brasileira (1964-1985), a partir de projetos internacional e nacional, como a investigação de violações de direitos humanos contra comunidades indígenas Xavante, no MT (PLENS et al, 2021) e, posteriormente, tendo em vista as possibilidades de desdobramentos da investigação arqueológica com aplicação de técnicas forenses, a pesquisa do DOI-Codi/SP, um dos maiores centros de repressão da época da ditadura (PLENS et al, 2024).

Esses estudos evidenciam o papel crucial da arqueologia forense na busca pela verdade e na justiça histórica para as vítimas desses períodos conturbados da história brasileira.

Como visto ao longo desse subcapítulo, a arqueologia forense geralmente é aplicada em três frentes: humanitária, legal e histórica (JUHN, 200, p. 54), desempenhando importante papel na promoção e proteção dos direitos humanos em situações de violações e abusos. Em termos humanitários, busca-se garantir a dignidade e o respeito pelas vítimas, proporcionando assistência e reparação quando necessário. Do ponto de vista legal, tem-se por finalidade a responsabilização de perpetradores, buscando justiça e garantindo que não haja impunidade para crimes cometidos e, por fim, no âmbito histórico, busca-se documentar e preservar a verdade sobre violações passadas, contribuindo para a construção de narrativas precisas e educativas sobre os eventos que ocorreram.

Por todas as razões apresentadas, a arqueologia forense tem exercido um papel significativo no êxito de comissões da verdade nacionais e internacionais, tribunais de direitos humanos, cortes criminais e tribunais em todo o mundo, contribuindo para a busca da verdade e justiça nesse contexto (JUHN, 2005, p. 53). A análise detalhada de evidências físicas, como restos mortais e vestígios de violência, tem sido essencial para a reconstrução de eventos passados e a identificação de possíveis autores de crimes contra a humanidade.

Essas evoluções e potencial da arqueologia forense em contexto de lugares de violência e memórias traumáticas ressaltam a crescente importância da disciplina como uma ferramenta poderosa na busca pela verdade, justiça e reconciliação em sociedades impactadas por conflitos e violações dos direitos humanos. Este campo interdisciplinar revela-se fundamental não apenas na identificação de vítimas e na reconstrução de eventos passados, mas também na criação de narrativas mais abrangentes e empáticas sobre a história e as experiências das pessoas afetadas por esses traumas.

Com os avanços tecnológicos da última década, o estudo de casos históricos através de métodos avançados tornou-se possível, permitindo uma revisão crítica e detalhada de eventos e oferecendo novas evidências e perspectivas. Nesse sentido, a convergência entre a criminalística e a arqueologia forense exerce um papel fundamental na investigação de locais associados a eventos traumáticos, especialmente aqueles caracterizados por violência extrema. Isso possibilita uma análise minuciosa de crimes tanto do passado quanto do presente. No contexto brasileiro, é crucial que a academia se dedique a expandir o campo da arqueologia forense, integrando métodos forenses em suas pesquisas acadêmicas e possíveis contribuições para investigações policiais. Tal abordagem é indispensável para uma compreensão mais profunda de eventos históricos e de violações de direitos humanos. Essa interação entre disciplinas distintas não apenas aprimora a resolução de crimes do passado, como também sublinha sua importância na resolução de questões criminais contemporâneas.

Considerações finais

O genocídio e o etnocídio praticados contra os povos indígenas do Brasil desde a ocupação do atual território brasileiro, pelos portugueses, em 1500, jamais foi realmente conhecido pela sociedade brasileira e, por via de consequência, o extermínio físico e cultural, além dos estereótipos colonizadores, bem como o epistemicídio calculado, tornaram as milhares de culturas indígenas que existiram no Brasil e que, heroicamente, sobreviveram aos dias atuais, invisíveis em relação ao acesso à cidadania plena, bem como às políticas públicas necessárias para que a democracia multicultural brasileira não fosse uma visão apenas presente nas páginas da Constituição Federal de 1988, mas também uma realidade em nosso país.

A despeito das dificuldades enfrentadas no Brasil e por sua sociedade em relação à efetivação de todas as etapas que compõem o processo de Justiça de Transição, o trabalho desen-

volvido por sobreviventes e familiares de mortos e desaparecidos na ditadura, bem como por profissionais de distintas áreas do conhecimento vem surtindo bons frutos, ainda que distantes de um cenário ideal de conhecimento e enfrentamento do passado.

Dentre tais áreas, a arqueologia forense constitui ferramenta essencial, uma vez que além de viabilizar a produção da materialidade dos crimes lesa-humanidade cometidos contra a sociedade brasileira pelo regime de exceção e que podem nutrir as medidas legais e judiciais necessárias à realização da justiça, muitas vezes possibilita às famílias de entes queridos desaparecidos o conforto há tanto desejado de receber os restos mortais de seus entes amados, encerrando assim um luto de décadas.

Eis um dos efeitos principais da Justiça de Transição: a pacificação social e a consequente consolidação do regime democrático. Daí porque, em relação aos povos indígenas do Brasil, dentre as várias recomendações propostas pela Comissão Nacional da Verdade, a criação de uma Comissão Nacional Indígena da Verdade se revela medida imperiosa para o Estado brasileiro proceda à necessária e cabível reparação aos seus povos originários.

Referências bibliográficas

- AGÊNCIA BRASIL. Massacre de Haximu completa 30 anos em agosto, 2023. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-02/massacre-de-haximu-completa-30-anos-em-agosto>. Acesso em 6 abril 2024.
- ARAUJO JUNIOR, Julio José. Direitos territoriais indígenas: uma interpretação intercultural. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2018.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade (CNV). Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Disponível em <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso 5 abril 2024.
- BRASIL. Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI). Disponível em <https://www.gov.br/funai/pt-br>. Acesso em 5 abril 2024.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia Para Assuntos Jurídicos. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm. Acesso 5 abril 2024.
- CALEFFI, Paula. "O que é ser índio hoje?" A questão indígena na América Latina/Brasil no início do século XXI. Diálogos Latinoamericanos. Aarhus Universitet: Aarhus/Dinamarca, núm. 7, p. 20-42, 2003. Disponível em <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.redalyc.org/pdf/162/16200702.pdf>. Acesso 6 abril 2024.
- CANADA. Truth and Reconciliation Commission (TRC). Honouring the Truth, Reconciling for the Future: Summary of the Final Report of the Truth and Reconciliation Commission of Canada, 2015a. http://www.trc.ca/assets/pdf/Honouring_the_Truth_Reconciling_for_the_Future_July_23_2015.pdf. Acesso 1 de abril 2024.
- CANADA. Truth and Reconciliation Commission (TRC). Calls to Action, 2015b. <http://trc.ca/assets/>

- pdf/Calls_to_Action_English2.pdf. Acesso 1 de abril 2024.
- CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da Violência*. São Paulo, Cosac Naify, 2014.
- CONNOR, Melissa A. Professionalism in Forensic Archaeology: transitioning from “Cowboy of Science” to “officer of the Curt”. In: MORAN, Kimberlee Sue & GOLD, Claire L. (eds.). *Forensic Archaeology. Multidisciplinary Perspectives*. Cham: Springer, p. 33 - 42, 2019.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). *Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil - Dados de 2022, 2022*. Disponível em <https://cimi.org.br/2023/07/relatorioviolencia2022/>. Acesso em 6 abril 2024.
- COSTA, Alessandra Sá Mello; Silva, Marcelo Almeida de Carvalho. *Novas Fontes, Novas Versões: Contribuições do Acervo da Comissão Nacional da Verdade*. *Rev. adm. contemp.* 21 (02), p. 163-183, 2017.
- DIAS, Reginaldo Benedito. *A Comissão Nacional da Verdade: disputa da memória sobre o período da ditadura e o tempo presente*. *Patrimônio & Memória*, 9(1), p. 71-95, 2013.
- FENSTERSEIFER, Tiago. *Direitos fundamentais e proteção do ambiente: a dimensão ecológica da dignidade humana no marco jurídico-constitucional do Estado Socioambiental de Direito*. Porto Alegre: Livr. Do Advogado, 2008.
- FÓRUM: MEMÓRIA, VERDADE, REPARAÇÃO INTEGRAL, NÃO REPETIÇÃO E JUSTIÇA PARA OS POVOS INDÍGENAS. *Quem Somos*. Disponível em <https://www.forumjtpi.org.br/quemsomos>. Acesso em 1º de dezembro de 2024.
- FÓRUM: MEMÓRIA, VERDADE, REPARAÇÃO INTEGRAL, NÃO REPETIÇÃO E JUSTIÇA PARA OS POVOS INDÍGENAS. *Sobre*. Disponível em <https://www.forumjtpi.org.br/>. Acesso em 1º de dezembro de 2024.
- GUATEMALA - MEMORY OF SILENCE: Report of the Commission for Historical Clarification: Conclusions and Recommendations. Comisión para el Esclarecimiento histórico (Guatemala). Science and Human Rights Program of the American Association for the Advancement of Sciences, 1999.
- HAYNER, Priscilla B. *Unspeakable Truths: Facing the Challenge of Truth Commissions*. New York: Routledge, 2002.
- HENRIQUES, Mendo Castro. *Hitler e os Alemães*. São Paulo: Ed. É Realizações, 2007.
- JUHL, Kirsten. *The Contribution by (Forensic) Archaeologists to Human Rights Investigations of Mass Graves*. *AmS-NETT 5*, Stavanger, 2005.
- KOPENAWA, Albert; BRUCE, Davi. *A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- LEMKIN, Raphael. *A Europa Sob o Domínio do Eixo*. Buenos Aires, Del Rey, 2017.
- MELBYE, Jerry; JIMENEZ, Susan B. Chain of custody from the field to the courtroom. In: HAGLUND, William D.; SORG, Marcela H. (eds.). *Forensic taphonomy: The postmortem fate of human remains*. Boca Raton, FL: CRC Press, p. 65 - 74, 1997.
- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). *Audiência Pública - Criação de Comissão Nacional Indígena da Verdade*. MPF/MG. 27.10.2022. Disponível em https://www.youtube.com/live/CVAB7a-8HPhQ?si=8iewGb_qC6WXWchG. Acesso em 6 abril 2024.

- NAWROCKI, Stephen P. An Outline of Forensic Anthropology. University of Indianapolis Archeology & Forensics Laboratory (<http://archlab.uindy.edu>), 2006.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Special Rapporteur on Prevention and Punishment of the Crime of Genocide. Disponível em <https://digitallibrary.un.org/record/108352?v=pdf>. Acesso 6 abril 2024.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Declaración de San José. San José da Costa Rica, dez. 1981. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0004/000499/049951so.pdf>>. Acesso 6 abril 2024.
- PERÚ. COMISIÓN DE LA VERDAD Y RECONCILIACIÓN INFORME FINAL, 2003. <https://www.cverdad.org.pe/ifinal/index.php>. Acesso em 07 de abril de 2024.
- PEREIRA, Flávio de Leão Bastos. Genocídio Indígena no Brasil: Desenvolvimentismo Entre 1964 e 1985. Curitiba: Juruá, 2018.
- POWER, Samantha. Genocídio: a Retórica Americana em Questão. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- PILLAI, Priya. Instituto de Mulheres, Paz e Segurança da Universidade de Georgetown. The Report of the Philippine Transitional Justice and Reconciliation Commission: Amplifying the Voices of Women, 2016. Disponível em: <https://giwps.georgetown.edu/the-report-of-the-philippine-transitional-justice-reconciliation-commission-amplifying-the-voices-of-women/>. Acesso em 01 de abril de 2024.
- PLENS, Cláudia R. (ed.). Objetos, Paisagens e Patrimônio: Arqueologia do Colonialismo e as pessoas de Guarulhos. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2017.
- PLENS, Cláudia R. & SOUZA, Camila Diogo de. Arqueologia Forense: Um balanço crítico da disciplina, suas abordagens e contribuições. In: AMADEO, J. (org.). Violência de Estado: Direitos humanos, justiça de transição e antropologia forense. São Paulo: FAP-UNIFESP, p. 455-484, 2019.
- PLENS Cláudia R., SOUZA Camila Diogo. O que é e o que não é Antropologia e Arqueologia Forense: considerações sobre as aplicações da Bioantropologia nas Ciências Forenses. Tessituras, Pelotas, V8, N.2, p. 169 – 181, 2020.
- PLENS, Cláudia R., SOUZA, Camila D., ROKSANDIC, Ivan, GÓRKA, Katarzyna, ROKSANDIC, Mirjana. Surviving the Contact. The Xavante and the Demographic Impact of Epidemics on Brazilian Indigenous People from Colonization to the Military Dictatorship. Cadernos Do LEPAARQ (UFPEL), 18(35), p. 146-173, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/lepaarq.v18i35.19974>. Acesso em 01 de abril de 2024.
- PLENS, Cláudia R. Política de violações de direitos humanos que culminam na retirada sistêmica do direito à vida das populações indígenas no Brasil. In: Plens, C. R. (coord.) Direitos Humanos sob a perspectiva do direito à vida, da Antropologia Forense e da Justiça no caso de violações. São Paulo: Editora Annablume, p. 345 - 357, 2022.
- PLENS, Cláudia R.; SOUZA, Camila D. Arqueologia Forense: dos procedimentos técnicos à interpretação dos eventos. In: Machado, Carlos Eduardo Palhares; Deitos, Alexandre R.; VELHO, Jesus Antonio; Cunha, Eugênia. (Org.). Tratado de Antropologia Forense. São Paulo: Editora Millenium, p. 229 – 258, 2022.

- PLENS, Cláudia R.; UBELAKER, Douglas H. Taphonomy: Applications in Forensic Anthropology. In: Machado, Carlos Eduardo Palhares; Deitos, Alexandre R.; VELHO, Jesus Antonio; Cunha, Eugênia. (Org.). Tratado de Antropologia Forense. São Paulo: Editora Millenium, p. 479 – 496, 2022.
- PLENS, Cláudia. R.; TOGNOLI, Anderson; Zarankin, ANDRÉS; Carvalho; ALINE, Deborah, NEVES, Deborah; LIMA, Fernanda; OKSMAN, Silvio. Vestígios do Tempo no Cárcere - arqueologia no maior centro urbano de tortura da ditadura militar brasileira, o DOI-Codi/SP. Revista de Arqueologia (SAB), Vol. 38., 2024 (no prelo).
- REPORT OF THE SOUTH AFRICAN HUMAN RIGHTS COMMISSION (National Hearing Relating to the Human Rights Situation of the Khoi-San in South Africas), 2016. Disponível em [https://www.sahrc.org.za/home/21/files/National%20Hearing%20Report%20on%20the%20Humn%20Rights%20of%20the%20Khoi-San%20-%202014%20March%202018%20\(003\).pdf](https://www.sahrc.org.za/home/21/files/National%20Hearing%20Report%20on%20the%20Humn%20Rights%20of%20the%20Khoi-San%20-%202014%20March%202018%20(003).pdf). Acesso 26 março 2024.
- ROSS, Amy. The creation and conduct of the Guatemalan Commission for Historical Clarification. Geoforum. Vol 37(1), p. 69-81, 2006.
- SHAW, Martin. ¿Qué es el genocidio?. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013.
- SILVA, Camilla Cristina. Uma Genealogia Alternativa para a Justiça de Transição Brasileira. Revista Sul-Americana de Ciência Política, v. 6, n. 1, p. 177-200, 2020.
- STEINER, Sylvia Helena; PEREIRA, Flávio de Leão Bastos. Extermínio do povo Yanomami e Repercussões no Direito Penal Internacional. Le Monde Diplomatique Brasil. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/extermínio-do-povo-yanomami-e-repercussões-no-direito-penal-internacional/>. Acesso em 6 abril 2024.
- TEITEL, Ruti. Transitional Justice. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- TORELLY, Marcelo. Assessing a Late Truth Commission: Challenges and Achievements of the Brazilian National Truth Commission. International Journal of Transitional Justice, 2018, 0, 1–22 doi: 10.1093/ijtj/ijy002
- TUTU, Desmond. "Truth and Reconciliation Commission, South Africa". Encyclopedia Britannica, 20 Dec. 2023, <https://www.britannica.com/topic/Truth-and-Reconciliation-Commission-South-Africa>. Acesso em 21 março 2024.
- VALENTE, Rubens. Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- VALENTE, Rubens. 60 anos do golpe militar: Estudo aponta 1654 camponeses mortos e desaparecidos na ditadura. Agência Pública. Março de 2024. Disponível em: <https://apublica.org/2024/03/60-anos-do-golpe-militar-estudo-aponta-1654-camponeses-mortos-e-desaparecidos-na-ditadura/?amp>. Acesso em 07 de abril de 2024.
- ZEMA, Ana Catarina; DRUMMOND, Clarisse; ZELIC, Marcelo; MOREIRA, Elaine. Historical justice and reparation for Indigenous Peoples in Brazil and Canada. Vibrant, Virtual Braz Anthr, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-43412021v18a707>. Acesso em 01 de abril de 2024.

Recebido em: 07/04/2024
Aprovado em: 19/08/2024
Publicado em: 17/12/2024

ARTIGO | *PAPER*

PAISAGENS SAGRADAS E LUGARES DE MEMÓRIA: INTERAÇÕES MÁGICO-RELIGIOSAS COM OS LOAS NO VODOU HAITIANO A PARTIR DAS REFLEXÕES CONSTRUÍDAS NA REGIÃO DE ANSE-À-PITRES, ÀS MARGENS DO MAR DO CARIBE

SACRED LANDSCAPES AND PLACES OF MEMORY: MAGICAL-RELIGIOUS INTERACTIONS WITH LOAS IN HAITIAN VODOU BASED ON REFLECTIONS CONSTRUCTED IN THE REGION OF ANSE-À-PITRES, ON THE SHORES OF THE CARIBBEAN SEA

Sebastião Lacerda de Lima Filho^a

Emmanuel Stéphane Laurent^b

Manoel Odorico de Moraes Filho^c

Danielle S. Macedo^d

Marcos Tadeu Ellery Frota^e

Allysson Allan de Farias^f

^a Doutorando em Medicina pelo PPGMDT/UFC e Bacharelado em Biomedicina pelo Centro Universitário Leonardo Da Vinci. Bacharel, mestre e doutor em Arqueologia. Pós-doutor em Antropologia/História. Coordenador da Reserva Técnica Arqueológica (RTA) do Laboratório de Bioarqueologia Translacional (LABBAT), da Universidade Federal do Ceará (UFC). Pós-graduado em Investigação Forense e Perícia Criminal. Antropólogo e entomólogo forense assistente na PEFOCE. E-mail: arqueologiasobradinho@gmail.com.

^b Professeur de Mythologie du Vodou Haïtien à l'ENARTS; de Sociologie, d'Anthropologie et de Culture Haïtienne à l'Académie National Diplomatique et Consulaire (ANDC). Doutorando em Antropologia-UnB. E-mail: stephanelaurent95@gmail.com.

^c Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) e do Programa de Pós-Graduação em Medicina Translacional (PPGMDT) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Pesquisador do Laboratório de Bioarqueologia Translacional (LABBAT) e Bolsista de Produtividade em Pesquisa 1A do CNPq. E-mail: odorico@ufc.br.

^d Professora do Departamento de Fisiologia e Farmacologia, Faculdade de Medicina. Laboratório de Neuropsicofarmacologia e Psiquiatria Translacional, Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM), Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: danielle.macedo@ufc.br.

^e Médico Legista. Supervisor do Setor de Antropologia Forense da Perícia Forense do Estado do Ceará (PEFOCE). Doutorando em Medicina Translacional pelo PPGMDT-NPDM/UFC e Professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). E-mail: werneckfrota@gmail.com.

^f Biólogo com mestrado em Arqueologia. Doutor em Genética pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do PPGMDT em Medicina Translacional/NPDM - UFC. E-mail: allyssonallan@gmail.com.

RESUMO

A presente pesquisa é fruto das reflexões construídas durante parte das atividades de campo do **"Projeto Vodou: estudos de Antropologia Cognitiva, Etnobotânica e Medicina Tradicional na Isla Hispaniola, mar do Caribe"**. Durante atividades de documentação de espaços sagrados na região de Anse-à-Pitres e Thiotte se pôde vivenciar e documentar alguns marcos na paisagem e no ambiente, assim como espaços naturais que foram intencionalmente modificados ou reaproveitados no que se refere ao simbolismo vodou. Tais espaços servem de peregrinação para membros da religião vodou e é onde eles entram em comunhão com os loas. O trabalho é em si a síntese de uma leitura etnográfica maior da relação entre comunidade, nichos ecológicos como espaços mágico-religiosos e os desafios de fazer ciência, refletir e construir conhecimento em um país arrasado e impactado por uma série de fatores naturais, históricos e sociais.

PALAVRAS-CHAVE

Paisagens e Memórias, Vodou Haitiano, Leitura Etnográfica, Anse-à-Pitres, Sudeste do Haiti, *Isla Hispaniola*.

ABSTRACT

This research is the result of reflections built up during part of the field activities of the **"Vodou Project: studies of Cognitive Anthropology, Ethnobotany and Traditional Medicine on Isla Hispaniola, Caribbean Sea"**. During activities to document sacred spaces in the Anse-à-Pitres and Thiotte region, it was possible to experience and document some landmarks in the landscape and environment, as well as natural spaces that have been intentionally modified or reused in terms of Vodou symbolism. These spaces serve as pilgrimages for members of the Vodou religion and are where they enter into communion with the loas. The work itself is the synthesis of a larger ethnographic reading of the relationship between community, ecological niches as magical-religious spaces and the challenges of doing science, reflecting and building knowledge in a country devastated and impacted by a series of natural, historical and social factors.

KEYWORDS

Landscapes and Memories, Haitian Vodou, Ethnographic Reading, Anse-à-Pitres, southeast Haiti, *Isla Hispaniola*.

COMO CITAR ESTE ARTIGO

LIMA FILHO, Sebastião Lacerda; LAURENT, Emmanuel Stéphane; MORAES FILHO, Manoel Odorico; MACEDO, Danielle S.; FROTA, Marcos Tadeu Ellery; FARIAS, Alysson Allan. Paisagens sagradas e lugares de memória: interações mágico-religiosas com os Loas no Vodou haitiano a partir das reflexões construídas na região de Anse-à-Pitres, às margens do mar do Caribe. Cadernos do Lepaarq, v. XXI, n. 42, p. 36-52, Jul-Dez. 2024.

Introdução

A pesquisa aqui apresentada é fruto da síntese de um trabalho maior que se encontra em desenvolvimento na Isla Hispaniola, especialmente no Haiti. Ele reflete os interesses de um grupo de pesquisadores de diferentes campos do conhecimento científico. O projeto maior, intitulado “**Projeto Vodou: estudos de Antropologia Cognitiva, Etnobotânica e Medicina Tradicional na Isla Hispaniola, mar do Caribe**” já tem conseguido levantar informações relevantes sobre as interações sociais e culturais na região sudeste do Haiti, e na porção sul da República Dominicana. Embora, a pesquisa esteja direcionada para investigações no campo da Antropologia Cognitiva, levando em consideração a busca e o resgate por informações e dados que permitam o estudo da cognição humana em contextos culturais e interculturais, e neste caso levando em consideração o contexto religioso, histórico e social do Vodou, tanto no Haiti quanto na República Dominicana. Em nossas pesquisas na Isla Hispaniola, a Antropologia Cognitiva tem sido usada no estudo de uma série de domínios, incluindo taxonomias populares, a interação da linguagem e do pensamento a partir da incorporação dos loas e os modelos culturais construídos, abandonados ou fortalecidos nessa região caribenha.

Do ponto de vista da Etnobotânica as investigações têm se dedicado a documentar a plantação, coleta e utilização das mais variadas espécies de plantas usadas nos preparados, porções, banhos, venenos, antídotos, remédios e tudo mais relacionado a esse contexto e que são elaborados pelos sacerdotes vodúístas. O objetivo é verificar a possibilidade de existência de elementos psicoativos nessas substâncias e pesquisá-los à luz da Neurofarmacologia, da Medicina Tradicional Caribenha e da Química Analítica (fitoquímica), a partir da verificação de sua ampla variedade e das farmacopeias disponíveis em ambos os países. Feito isso, muitos dados novos poderão ser somados ao conhecimento científico já construído, e em construção para a ilha caribenha em apreço.

Para além desses campos de trabalho, uma parcela do grupo de pesquisa tem se interessado pelas questões mágico-religiosas que permeiam a cultura e a prática do Vodou haitiano, por exemplo. Portanto, optou-se, nesse momento, por uma leitura etnográfica a partir da vivência, interação e documentação de campo realizadas em espaços naturais sagrados na região de Anse-à-Pitres, sudeste do país, às margens do mar do Caribe no ano de 2023. O trabalho em si, é a síntese de uma leitura geral e maior da relação entre comunidade, nichos ecológicos, paisagens e memória e suas reflexões como espaços mágico-religiosos e os desafios enfrentados pela Ciência, em construir conhecimento em um país arrasado e impactado por uma série de fatores naturais, históricos e sociais.

O conceito de paisagens sagradas e lugares de memória: uma síntese

Toda a impressão que deixamos ou vivenciamos no mundo está carregada de informações sobre quem somos enquanto indivíduos ou grupos sociais. Os espaços que ocupamos, modifica-

mos de forma estrutural e simbólica também refletem os caminhos e as escolhas feitas enquanto sociedades (Weightman, 1996, p. 03). Logo, paisagens são construídas e desconstruídas, enquanto uma série de impactos ambientais, por exemplo, são percebidos em determinados espaços. Nesse sentido e buscando compreender como os grupos constroem e incorporam tais noções no seu repertório cultural, enquanto seres atuantes no mundo, os professores Abinet Shiferaw, Mamo Hebo & Getachew Senishaw na obra *The spiritual ecology of sacred landscapes in Ethiopia* (2023, p. 07) argumentam que “As paisagens sagradas são textos de relações humano-ecológicas sustentáveis com fortes sentidos de espiritualidade. Elas permitem a junção do palpável com o sagrado atuando no fortalecimento da identidade cultural e social de uma comunidade”. Portanto, as paisagens fornecem elementos reais, mas também simbólicos e estão diretamente relacionadas com o dia a dia de uma comunidade. Nesse sentido, as paisagens de interações e experimentações, como observadas na região de Anse-à-Pitres, no sudeste do Haiti, demonstram seu apego, intercâmbio e aproximação tanto se levarmos em conta o margeamento do mar do Caribe, quanto pela presença de elementos naturais, sejam eles rochas, minerais, lagoas, matas densas e ambientes cársticos perceptíveis. Estes mesmos espaços levam a pensar sobre o que chamamos na Antropologia Social de lugares de memória que por sua vez fornecem não apenas lembranças, mas abastecem e constroem um forte valor afetivo e de apego emocional e funcional por parte de pessoas ou grupos de pessoas.

Lugares de memória, neste trabalho, é entendido a partir das reflexões elaboradas por Pierre Nora na obra *Les Lieux de Mémoire* (1994, p. 12), em que as considera como “todas as unidades significativas, de ordem material ou ideal, a partir das quais a vontade dos homens ou o efeito do tempo criaram um elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade”. A pesquisa, portanto, reflete sobre as noções de paisagens sagradas e lugares de memórias a partir dessa vivência e síntese etnográfica. Mesmo porque, são esses dois principais elementos que configuraram uma parte expressiva do sistema de crenças e atuam como suporte para compreensão do contexto mágico-religioso observado e documentado na região sudeste do Haiti.

O universo mágico-religioso do vodou haitiano, se configura como um ciclo complexo e multifacetado, permeando todos os aspectos da vida dos praticantes e sua relação em comunidades, bem como, as transformações sofridas enquanto sociedade (Hurbon, 1987, p. 73). Algumas características principais incluem, desde a incorporação dos loas (espíritos), que são considerados como entidades divinas intermediárias entre os seres humanos e o bon Dye (Deus supremo). Cada loa tem sua própria personalidade, domínio e preferências, e são invocados através de rituais para oferecer orientação, proteção e intervenção nas questões humanas (Louis, 1999, p. 45). Para além dessas relações com os loas, também se destacam os rituais e cerimônias, que por sua vez agregam música, dança, cantos, oferendas e sacrifícios para honrar os loas, fortalecer laços comunitários e buscar orientação espiritual; a prática do vodou haitiano também inclui o uso da magia e feitiçaria para diversos fins, como cura, proteção, vingança ou manipulação de eventos. Isso geralmente é realizado pelos sacerdotes voduístas, tais como houngans, bokors, mambos e caplatas, que são os praticantes especializados em magia ritualística. O que se verifica

é que o vodou está carregado de um sincretismo religioso e pode ser traduzido em uma síntese única de crenças africanas trazidas pelos escravos para o país durante a era colonial, combinadas com elementos do catolicismo devido à influência dos colonizadores franceses. Esse sincretismo religioso é evidente em muitos aspectos da prática do vodou haitiano, incluindo a associação de muitos loas adorados com santos católicos tipicamente reconhecidos na religião cristã (Hurbon, 1987, p. 70-85; Louis, 1999, p. 45-50; Lima Filho, et. al., 2023, p. 06).

Para além de tal importância, a noção de paisagens sagradas e lugares de memórias se configuram e associam com a valorização e mescla entre o passado e o presente nas dinâmicas culturais do Haiti, onde as crenças e respeito pelos ancestrais são levados em consideração. Isso se constata porque os ancestrais desempenham um papel importante no vodou haitiano, sendo reverenciados e invocados para orientação e proteção. Os rituais que homenageiam os ancestrais apresentam profundos elementos trazidos da África Ocidental, mas incorporou uma série de aspectos típicos da ilha caribenha. O que se verifica é que eles atuam de forma dinâmica e são fundamentais para manter a conexão com o passado e a identidade cultural da sociedade haitiana como um todo.

Assim, o universo mágico-religioso do vodou haitiano é profundamente enraizado na história, cultura e identidade de seu povo, e continua a desempenhar um papel vital na vida espiritual e social da nação, direcionando muitas vezes questões importantes do ponto de vista político, social e também espiritual (Laurent, 2020, p. 14).

Portanto, a ideia de paisagens sagradas dentro desse repertório cultural deve ser compreendidas como áreas naturais consideradas sagradas dentro da prática do vodou. Elas se estendem também para além do contexto do Haiti, sendo interpretada, ainda, na própria configuração da República Dominicana, por exemplo. Tais paisagens, incluem montanhas, florestas, cachoeiras e outras características geográficas que são veneradas como lugares de poder espiritual e conexão com os loas (espíritos). Uma vez que para os praticantes do vodou, essas paisagens são locais importantes para realizar rituais, cerimônias e prestar homenagem aos espíritos. Além disso, essas áreas muitas vezes são protegidas e preservadas como parte da tradição cultural e espiritual do Haiti. Na região de Anse-à-Pitres –que descreveremos melhor na continuação desse trabalho– se encontram espaços na paisagem usados para oferendas e demais rituais relacionados aos loas e outros elementos sagrados do repertório cultural do vodou haitiano .

De forma sintetizada, as paisagens sagradas e os lugares de memória no Haiti estão intimamente interligados, pois ambos desempenham papéis importantes na prática religiosa e na preservação da história e da identidade cultural do país, já que agregam e congregam aspectos importantes do ponto de vista religioso e cultural, sendo destaque os espaços com significado espiritual e religioso; práticas rituais e cerimônias; preservação da história e da cultura. As paisagens sagradas muitas vezes estão associadas a eventos históricos ou lendas transmitidas oralmente ao longo das gerações, enquanto os lugares de memória são físicos, tangíveis, onde essas histórias são lembradas e celebradas através de rituais e cerimônias (Hurbon, 1987, p. 14-16; Louis, 1999, p. 09-15; Lima Filho, et. al, 2024, p. 23, no prelo).

Durante as diferentes atividades de campo no país, o grupo de trabalho pôde refletir e perceber que ambos os campos, sejam elas as paisagens sagradas e os lugares de memória contribuem para a construção da identidade nacional e espiritualidade do povo haitiano. Eles representam a conexão profunda entre o Haiti (enquanto sociedade), sua terra e sua história, fornecendo um senso de pertencimento e continuidade cultural em meio a desafios históricos e contemporâneos que impactam constantemente essa nação.

Vodou haitiano e a importância dos Loas: breves reflexões a partir da vivência na região de Anse-à-Pitres, mar do Caribe

A título de síntese, nesta pesquisa entendemos o Vodou, como uma religião, prática ou fenômeno cultural, social e religioso de origem tradicional afro-caribenha. Sendo assim, o Vodou representa um sincretismo da religião Vodun da África Ocidental e a incorporação de elementos de distintas religiões, muitas vezes dominantes, por exemplo o Catolicismo Romano. Ela foi amplamente difundida pelos descendentes dos Daomé, Kongos, Iorubás e ainda outros grupos étnicos que foram escravizados e transportados para a ilha de Saint-Domingue colonial. Tal nome se associa a descrição de como o Haiti era conhecido na época, sendo também parcialmente cristianizado por missionários católicos romanos nos séculos XVI e XVII. A palavra Vodou significa "espírito" ou "divindade" na língua Fon do reino africano do Daomé, hoje atual Benin, país na costa da África Ocidental (MCalister, 2024, p. 02; Lima Filho et. al., 2023, p. 03-04; Laurent, 2020, p. 74; Hurbon, 1987, p. 25; Prospere & Gentini, 2013, p. 13-14).

O Vodou, portanto, é uma cosmogonia de mundo que engloba uma série de suportes advindos da filosofia global, história secular, medicina tradicional, aspectos no campo da justiça e muito especialmente, crenças e religião. Seu princípio fundamental é que tudo é espírito. Os humanos são espíritos que habitam o mundo visível e que interagem com as deidades que estão no campo invisível, mas que exercem influência direta sobre todas as coisas e acontecimentos. De uma maneira simplista o principal objetivo e atividade do Vodou é *sevi lwa* ("servir os espíritos"), com isso, oferecendo orações e realizando vários ritos devocionais direcionados a Deus e a espíritos específicos em troca de saúde, proteção e favores (MCalister, 2024, p. 02; Lima Filho et. al., 2023, p. 03-04; Laurent, 2020, p. 74; Hurbon, 1987, p. 25; Prospere & Gentini, 2013, p. 13-14).

A religião Vodou, prática e os fenômenos relacionados – há quem fale também em culto – deve ser compreendido na sua configuração, sendo praticado quase exclusivamente pelos descendentes de pessoas escravizadas trazidas da África Ocidental para o Novo Mundo, especialmente aqueles que atracaram na Isla Hispaniola, em sua grande parte centrado no Haiti. O Vodou com esse perfil cosmológico, prático e outros cultos semelhantes também são praticados em outras ilhas do Caribe, no sudeste dos Estados Unidos e nas áreas do norte da América do Sul. Outros autores consideram a terminologia Voodoo e sua *praxe* como um culto de possessão em que os participantes, de forma individual ou coletivamente, entram em transe para ter experiências espirituais, curar ou realizar adivinhações e constroem uma noção muito particular da realidade,

duplicando essas experimentações em sucessivas etapas e momentos (Planson 1975, p. 12-14; Prospere & Gentini, 2013, p. 12; Hurbon, 1987, p. 32; Lima Filho, et. al, 2024, no prelo) .

Em se tratando dos loas ou lwas como também são descritos na literatura sobre o tema, eles são entendidos como “espíritos” que estão diretamente relacionados com os mais distintos elementos da natureza. São chamados de espíritos primários do Vodou. Alguns autores argumentam que eles são semelhantes aos orixás da religião iorubá e de novos movimentos religiosos afro-caribenhos semelhantes, mas, ao contrário dos orixás, os loas não são divindades, mas espíritos, sejam de origem humana ou divina, que foram criados por Bondye (Deus) para ajudar os vivos em seus afazeres diários e na aproximação entre o terreno e o sagrado (Mazama, 2024, p. 01; Louis, 1999, p. 30). Um mergulho intenso e profundo nesse tipo de pesquisa, nos mostra que existem mais de 1.000 loas no Vodou, e eles estão agrupados em 17 panteões (nanchon). O Rada e os panteões Pettwo são indiscutivelmente os mais importantes, tanto em termos de tamanho como do papel desempenhado por Rada e Pettwo lwa no Vodou, e, de fato, muitos dos outros grupos se juntam nesses dois conjuntos (Mazama, 2024, p. 01).

Os loas (lwas) desempenham um papel fundamental no vodou haitiano, sendo considerados sim divindades ou espíritos intermediários que atuam como vínculos (pontes) entre os praticantes e o mundo espiritual/sagrado. Sua importância pode ser entendida através de vários aspectos, tais como: intercessão e proteção; relação entre culto e devoção; sua função enquanto busca por conhecimento e sabedoria; fortalecimento da identidade cultural e coesão comunitária, assim como a busca por transformação pessoal e espiritualidade. Em síntese, os loas são uma parte integral e essencial do vodou haitiano, desempenhando múltiplos papéis na vida espiritual, cultural e social dos praticantes. Sua importância é evidente na forma como são adorados, reverenciados e invocados pelos praticantes do vodou em busca de orientação espiritual e conexão com o sagrado.

Em se tratando da documentação *in loco* vivenciada durante as atividades de campo seja na documentação do ponto de vista etnográfica, mas também nos estudos de etnobotânica, os autores puderam visitar parte desses espaços naturais onde muitos dos cultos e rituais do vodou são realizadas, tanto se levarmos em consideração as visitas aos hounfors/peristiles, quanto durante as atividades exploratórias em campo (no meio natural), em setores mais interioranos da comunidade de Anse-à-Pitres, região sudeste do país, às margens do mar do Caribe. Assim, parte das imagens abaixo ilustram um panorama geral dessas atividades e documentação de espaços/paisagens sagradas e lugares de memórias relacionadas a religião vodou foco dessa investigação. Eles estão carregados de dados culturais, mágico-religiosos e sociais, e demonstram a importância do ambiente e contexto ecológico para construção de muitos aspectos identitários de uma sociedade, a partir da utilização e transformação de espaços/paisagens (Fig. 01 a 02).



Figura 1: Vista de parte das atividades de documentação de espaços naturais usados para práticas, ritualizações e incorporações dos loas, na região de Anse-à-Pitres. Fonte: Lima Filho e Colaboradores, 2023.



Figura 2: Vista de parte da equipe durante as atividades de documentação de espaços naturais usados para práticas, ritualizações e incorporações dos loas, na região de Anse-à-Pitres. Fonte: Lima Filho e Colaboradores, 2023.

Também, se vistoriou um cruzeiro localizado nas proximidades desses espaços, onde fica claro a mescla e o sincretismo entre a religião católica incorporada na região entre os séculos XVI e XVII e as práticas vodous na região de Anse-à-Pitres. Tal localidade aparece como um marco na paisagem e está localizado apenas 200m da costa caribenha. Anse-à-Pitres, termina sendo reflexo da rica cultura haitiana, com suas próprias tradições, música, dança e culinária, conservando traços milenares, por seu distanciamento dos grandes centros. Termina sendo uma ótima comunidade para se documentar e experimentar as práticas vodous na sua essência interiorana (Fig. 03).



Figura 3: Visita e documentação do espaço de memória e paisagens sagradas relacionado ao cruzeiro local, onde muitos voduístas frequentam para realização de suas atividades e cerimônias. Fonte: Lima Filho e Colaboradores, 2023.

Portanto, embora faça fronteira com a região de Pedernales, na República Dominicana, através do rio Dajabón (rio Massacre), Anse-à-Pitres conserva muitos elementos particulares, embora o intercâmbio e dinâmica entre as duas cidades e países seja notável, por exemplo na prática comercial, aspectos religiosos, com a presença de igrejas católicas e protestantes, bem como elementos culturais e festividades que demonstram a diversidade vibrante das relações sociais entre ambos os povos. Outro ponto bastante relevante, especialmente nesse território de fronteira, é justamente a existência de um mercado informal, e a forte relação de comunidade com atividades campesinas. Neste sentido, se observa a relação dos rituais vodous e sua dinâmica com os elementos ambientais, que por sua vez podem ser constatados em ambos os territórios da ilha caribenha. É importante comentar que durante atividades de campo na região de Pedernales, muito elementos do vodou haitiano puderam ser verificados, reflexo da constante migração e transferência cultural realizadas entre os dois países. A migração de haitianos para o território dominicano sempre foi maciça, mas parece ter se intensificado com a deterioração das condições do país, ao passo em que a violência atingiu níveis alarmantes, tendo a ascensão das gangues contribuído para ampliação dessa fuga em massa. Anse-à-Pitres, bem como as demais fronteiras que se relacionam com a República Dominicana, a citar exemplos como as fronteiras de Dajabón e Elías Pina, se tornaram corredores de tentativa de fuga do país. Por sua vez e infelizmente, a República Dominicana tem instaurado uma política extremamente pesada e discriminatória com a comunidade haitiana. Através da orientação do presidente atual, Luis Abinader, tem se intensificado o controle e a deportação de cidadãos haitianos que vivem na Rep. Dominicana. Questões como essas precisam ser citadas, porque elas atuam de forma direta nas transformações sociais, políticas e culturais de um povo, não sendo diferente no caso da comunidade haitiana que vive no território dominicano.

De toda forma, mesmo em meio à essa vasta tensão, a equipe de pesquisa conseguiu constatar que na região de Anse-à-Pitres, a prática do vodou (ou vodu haitiano), é uma parte integrante da vida cotidiana e da cultura local, sendo encontrado diversos templos, em tamanhos maiores ou menores, por todos os espaços da comunidade, do centro do distrito, até áreas mais rurais. A investigação *in loco*, realizando parte de um trabalho etnográfico, constatou ainda que o vodou nesta região, conclama seus rituais e cerimônias como objeto central que é venerar os espíritos ancestrais (loas ou lwas). Através deles, buscam orientação espiritual para resolver problemas pessoais e comunitários, cada vez mais frequentes no país, a exemplo, tais como ausência de segurança, infraestrutura, condições precárias de saúde, ausência de recursos alimentícios e desenvolvimento socioeconômico, para além disso, se constata um êxodo constante de haitianos que se arriscam na tentativa de encontrar sobrevivência ou melhor qualidade de vida na região da República Dominicana e/ou em outros países da América Latina. É oportuno comentar que se trata de uma prática ancestral que data de muito tempo atrás e está especialmente relacionada, por exemplo, a revolução. As articulações políticas e sociais dessa revolução, associadas as ideias de liberdade, foram conseguidas através de rituais vodous, inicialmente nas reuniões e cerimônias articuladas na região de Bois Caiman (Hurbon, 1987). Estes rituais muitas vezes envolvem

música, dança, cantos, oferendas e invocações. A prática vodou em Anse-à-Pitres está profundamente enraizada na relação com a natureza e os elementos mágico-simbólicos. Muitos rituais são realizados ao ar livre, perto do mar ou em áreas naturais sagradas, como montanhas ou bosques, como os espaços descritos acima, onde se constata essa clara relação entre paisagens sagradas e lugares/espaços de memória numa espécie de sintonia.

É relevante considerar, também, que como em outras partes do Haiti, a prática vodou em Anse-à-Pitres incorpora elementos do catolicismo devido ao sincretismo religioso. Os praticantes muitas vezes associam os loas/lwas a santos católicos, criando uma interseção única entre as duas tradições religiosas. Também, se verificou que os sacerdotes voduístas (Fig. 04 e 05), assim como outros membros da religião, muitas vezes desempenham papéis de curandeiros e médicos tradicionais, utilizando plantas medicinais, rituais de cura e conhecimentos espirituais para tratar doenças físicas, emocionais e espirituais que acometem os moradores da comunidade, sejam eles crianças, jovens, adultos ou idosos. Feito isso, o vodou desempenha um papel importante na coesão e identidade da comunidade em Anse-à-Pitres unindo as pessoas em torno de crenças compartilhadas, tradições culturais e rituais religiosos. Também, é importante reconhecer a importância e a complexidade da prática vodou em Anse-à-Pitres e em outras regiões do Haiti, e abordá-la com respeito, sensibilidade cultural e compreensão de sua significância para as comunidades locais.



Figura 4: Diálogos com houngans (sacerdotes voduístas) em dois espaços distintos onde práticas religiosas do tipo são efetivadas (Templos Vodous na região de Anse-à-Pitres). Fonte: Lima Filho e Colaboradores, 2023.



Figura 5: Diálogos com hounsans (sacerdotes voduístas) em dois espaços distintos onde práticas religiosas do tipo são efetivadas (Templos Vodous na região de Anse-à-Pitres). Fonte: Lima Filho e Colaboradores, 2023.

Considerações finais

Muito ainda pode ser investigado na religião vodou haitiana e caribenha, os campos de investigações são amplos e existe uma escassez de pesquisadores atualmente que se interesse pelo tema, especialmente se levarmos em consideração a situação atual do país e as dificuldades claras enfrentadas para as mais diferentes atividades de campo e/ou gabinete. O que se constata é que fazer ciência no Haiti apresenta vários desafios significativos devido a uma série de fatores socioeconômicos, políticos e ambientais, sendo destaque pontuar os seguintes: total falta de infraestrutura científica, incluindo laboratórios, equipamentos especializados e instalações de pesquisa; recursos financeiros escassos ou limitados, tanto por parte do governo quanto de fontes externas. A falta de recursos financeiros dificulta a realização de pesquisas de longo prazo, aquisição de equipamentos modernos e o recrutamento e retenção de talentos científicos; falta de capacitação e educação científica de qualidade e isso tem resultado numa espécie de lacuna na capacitação de cientistas locais, limitando o número de estudantes interessados em seguir carreiras científicas no país. Outro ponto destaque constatado em campo durante os anos de 2021 e 2023, está relacionado a instabilidade política e social da nação. A situação de insegurança e violência recorrente no Haiti criou um ambiente incerto para investigações, e que já afetou negativamente a escassa pesquisa científica. Protestos, instabilidade governamental e violência tem interrompido as operações de laboratórios e instituições acadêmicas, além de desencorajar colaborações internacionais.

Todavia, apesar desses desafios, é importante perceber que realizar pesquisas no Haiti atual, é ter a oportunidade de reconhecer e integrar as tradições culturais e históricas do país para obter uma compreensão holística e precisa da sociedade haitiana. Caminhos de estudo voltados para abordagem interdisciplinar, participação comunitária, construção de métodos e abordagens de pesquisas sensíveis culturalmente, assim como, incorporação da história do Haiti, análises contextualizadas, respeito ético, assim como comunicação e compartilhamento de resultados, terminam servindo de norte para continuação dos trabalhos nessa região caribenha ao passo que abrirá caminho para outros pesquisadores.

Em se tratando das leituras etnográficas e experimentações culturais, construídas através dos conceitos de paisagens sagradas e lugares de memórias com a documentação dos espaços de adoração ou invocação dos loas (lwas), o que se constata é que trabalhos assim devem envolver uma abordagem cuidadosa e sensível para compreender sua importância cultural, práticas rituais e significados dentro da cosmovisão haitiana.

Agradecimentos

Muitas pessoas colaboraram de forma direta e indireta para que este trabalho acontecesse, tanto na campanha de 2021 quanto na de 2023, sendo impossível nomear todos. Entretanto, os

autores agradecem de forma singela ao apoio logístico e orientações imprescindíveis partilhadas pelo colega dominicano, engenheiro Daniel Alonso, também agradecemos ao médico haitiano Dr. Féguens Forestal, do Hospital Dr. Vinicio Calvinti, Rep. Dominicana. Nossa admiração ao pessoal da Ambassade D´ Haiti en Republique Dominicaine por esclarecimentos de muitas dúvidas e por nos receber de forma tão gentil e atenciosa. Ao pessoal da Universidad Autonoma de Santo Domingo – UASD, por fornecer parte do ambiente intelectual e estrutural onde muito do material bibliográfico pôde ser consultado, estendendo nossa gratidão ao Instituto Dominicano de Investigaciones Antropológicas – INDIA nas pessoas da maestra Jaqueline Álvarez, diretora do INDIA, Eduardo Léon (pesquisador do instituto) e Sra. Keisy Hernandez (secretária). No Haiti, temos uma dívida de gratidão e admiração pelo pessoal da Croix-Rouge Haitienne (Cruz Vermelha) de Anse-à-Pitres e Thiotte, da ONG Bureau Réseau Frantalier Jeanot Succès “KZ SUD´ EST”, ONG Flores de Kiskeya, pessoal das Igrejas Católicas de Anse-à-Pitres e Thiotte. Também, se agradece ao pessoal do Paradise Hotel, a Police Nationale de Haiti, Commissariat de L´ Anse-à-Pitres e Thiotte, Ministere de la Sante Publique et de la Population – MSPP, Centre Hospitalier de L´ Anse-à-Pitres, Retiro espiritual indiano Sadhana Forest (pela visita guiada e conhecimento da estrutura e aspectos religiosos). Ainda, se agradece a ajuda e apoio inestimável do engenheiro Josue Jean, membro colaborador da ONG Fondation Dr Lovely Jeudy (Agir Pour les Personnes Agées), o engenheiro Dr. Jac Ssone Alerte de Les Cayes, Dr. Marly J. Desir e Dra. Muhalia Betch Fort-Le e ao parceiro Ganthier Didier, todos de Port-au-Prince por muitos esclarecimentos, recomendações e preocupações frente a segurança da pesquisa. É muito importante agradecer ao etnobotânico canadense Prof. Dr. Wade Davis pelo trabalho fascinante realizado no Haiti central e no norte do país na década de 1980 e por fornece a base bibliográfica necessária para elaboração dessa pesquisa, tantos anos depois. Seus esclarecimentos de muitas das questões sobre a temática aqui investigada continuam servindo de norte para outras reflexões em curso, sejam elas em campo, laboratório ou gabinete.

Por fim, dedicamos este trabalho aos adeptos do Vodou na *Isla Hispaniola* e pelo mundo, pela resistência e coragem!

Referências bibliográficas

- HURBON, L. 1987. O Deus da resistência negra: o vodu haitiano. São Paulo: Paulinas.
- LIMA FILHO et. al., 2023. Nota preliminar sobre estudos iniciais de Etnobotânica e Antropologia Cultural no Sudeste do Haiti e na porção Sul da República Dominicana: documentação da prática Vodou e sua contribuição para Medicina Tradicional na Isla Hispaniola, mar do Caribe. Campina Grande. Revista Tarairiú. Periódico Científico do LABAP/UEPB.
- LIMA FILHO et. al., 2024. Nota sobre a utilização de preparados, porções e outros elementos farmacológicos: reflexões a partir da medicina tradicional caribenha e sua relação com rituais vodous na região de Anse-à-Pitres e Thiotte, sudeste do Haiti. Alagoas. Revista de Ciências

- Humanas Caeté, UFAL. (no prelo, 2024).
- LOUIS, A J. 1999. Le Vodou en Haiti. Bibliothèque Nationale du Canada.
- LAURENT, E. S. 2020. Droits de L'homme et Zombification en Haiti. Université D'état D'HAïti (UEH), Port-au-Prince.
- PROSPERE, R. & GENTINI, A. M. 2013. Voodoo in the Haitian symbolic universe. Universitas Relações Internacionais, Brasília, v. 11, n. 1, p. 73-81.
- MAZAMA, Ana. 2024. Lwa in the Vodou. Vodou | Definition, History, West African Vodun, & Facts. Encyclopaedia Britannica Inc. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/lwa-Vodou>
- MCALISTER, E. A., 2024. Vodou | Definition, History, West African Vodun, & Facts. Encyclopaedia Britannica Inc. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Vodou>
- NORA, Pierre. 1994. Les lieux de Mémoire. Paris: Gallimard. Vol 1 La République. p. XXIV.
- SHIFERAW, Abinet; HEBO, Mamo & SENISHAW, Getachew. 2023. The spiritual ecology of sacred landscapes: Evidence from sacred forests of the Sebat Bête Gurage, Central - South Ethiopia. Cogent Social Sciences, Vol. 9.
- WEIGHTMAN, Barbara. 1996. Sacred Landscapes and the Phenomenon of Light. In. Geographical Review. Vol. 86, n* 1. Published By: Taylor & Francis, Ltd.

Recebido em: 25/03/2024

Aprovado em: 06/06/2024

Publicado em: 17/12/2024

SÍTIO ARQUEOLÓGICO PORTO DA FIGUEIRA: VESTÍGIOS DE UMA UNIDADE DOMÉSTICA RURAL OITOCENTISTA NO INTERIOR DE NOVA SANTA RITA, RS

ARCHAEOLOGICAL SITE PORTO DA FIGUEIRA: TRACES OF A NINETEENTH-CENTURY RURAL DOMESTIC UNIT IN THE INTERIOR OF NOVA SANTA RITA, RS

Jonathan Santos Caino^a

Thaissa de Castro Almeida Caino^b

Luísa Nunes D'ávila^c

Marcelo dos Santos Lazzarotti^d

Marcelo Carlos Ribeiro^e

Fernando Alexandre Soltys^f

^a Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPEL), Esp. em Cultura Material em Arqueologia (UPF), Licenciado em História (Unicruz). E-mail: jon.caino@gmail.com

^b Mestra em Antropologia, com Área de Concentração em Arqueologia (UFPEL), Bacharel em Arqueologia (UFS), Graduada em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (UNIVALI) E-mail: almeida.c.thaissa@gmail.com

^c Mestra em Antropologia, com Área de Concentração em Arqueologia (UFPEL), Bacharel em Ciências Sociais, com ênfase em Antropologia (UFRGS). E-mail: luisa_n_davila@hotmail.com.

^d Mestre em História, com Área de Concentração em Arqueologia (PUCRS), Licenciado em História (FAPA). E-mail: olecramlazza@gmail.com^e descrição

^e Licenciado em História (UNITINS). E-mail: marcelocarlos.ribeiro@gmail.com

^f Mestre em Antropologia, com Linha de Pesquisa em Arqueologia (UFMG), Bacharel em História (UNICAMP). E-mail: f.a.soltys@gmail.com

RESUMO

O sítio Porto da Figueira foi identificado em Nova Santa Rita, RS, no âmbito do processo de licenciamento da LT 525 kV Gravataí - Guaíba 3. Continha quantidade reduzida de peças líticas e cerâmica indígena, mas um vasto depósito de materiais dos séculos XIX e XX. O trabalho de campo envolveu coleta georreferenciada de materiais em superfície, prospecção intensiva do subsolo e a escavação de duas estruturas: uma lixeira com tralha doméstica e restos alimentares, e um conjunto de fragmentos de pratos associados a um cristal de quartzo hialino. A coleção foi categorizada em termos tecno-tipológicos, e sua distribuição espacial analisada com uso de Estimativa de Densidade Kernel em Sistema de Informação Geográfica. Os resultados sugerem que o local fora uma unidade doméstica de construção rústica. A hipótese de ocorrência de práticas religiosas afro-brasileiras foi sugerida pela estrutura de pratos com o quartzo, semelhante a contextos encontrados no continente americano.

PALAVRAS-CHAVE

Arqueologia Histórica, Arqueologia de Unidades Domésticas, Práticas de Consumo e Descarte, Práticas Religiosas Afro-Brasileiras, Nova Santa Rita.

ABSTRACT

The Porto da Figueira site, located in Nova Santa Rita, Rio Grande do Sul, Brazil, was identified during the licensing process for the 525 kV Transmission Line Gravataí-Guaíba 3. While the site yielded a limited amount of indigenous lithic and ceramic remains, it presented a rich deposit of construction materials and utensils from the 19th and 20th centuries. The fieldwork involved the georeferenced collection of surface materials, intensive subsurface survey, and the excavation of two features: a refuse pit containing domestic waste and food remains, and a cluster of plate fragments associated with a hyaline quartz crystal. The assemblage was categorized using techno-typological criteria, and its spatial distribution was analyzed employing Kernel Density Estimation in a Geographic Information System. The results suggest that the site was a domestic unit with a rustic construction. The hypothesis of the occurrence of Afro-Brazilian religious practices is suggested by the structure of plates with the quartz crystal, which resembles similar contexts found in the Americas.

KEYWORDS

Historical Archaeology, Household Archaeology, Consumption and Disposal Practices, African-Brazilian Religious Practices, Nova Santa Rita.

COMO CITAR ESTE ARTIGO

CAINO, Jonathan Santos; CAINO, Thaissa de Castro Almeida; D'ÁVILA, Luísa Nunes; LAZZAROTTI, Marcelo dos Santos; RIBEIRO, Marcelo Carlos; SOLTYS, Fernando Alexandre. Sítio arqueológico Porto da Figueira: vestígios de uma unidade doméstica rural oitocentista no interior de Nova Santa Rita, RS. *Cadernos do Lepaarq*, v. XXI, n. 42, p. 53-78, Jul-Dez. 2024.

Introdução

O sítio arqueológico Porto da Figueira foi identificado em julho de 2020, durante a instalação da torre 38/2 da Linha de Transmissão 525 kV Gravataí - Guaíba 3, em Nova Santa Rita, RS, na planície de inundação do rio Caí. As obras evidenciaram uma mancha escura no solo e fragmentos de louça no talude norte¹ de um buraco retangular com 3,5x3,2 m e 60 cm de profundidade. A retificação de um trecho de 1 m do talude evidenciou uma feição escura com faiança fina, vidro, objetos de metal e ossos bovinos. Prospecções no entorno identificaram mais faiança fina, vidro, cerâmica, objetos de metal, materiais construtivos e outros, por pelo menos 140 m a leste do primeiro achado².

A gleba é desde a década de 1980 um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e o ocupante da área, Sr. Altair, não conhecia a história local, mas indicou o Sr. Vilson Amorim à época com 67 anos. O informante relatou em entrevista que a área pertencia a seu bisavô, Patrício Amorim, e permaneceu na família até a década de 1970, quando foi vendida por seu tio, Altino Viégas, até que em 1994 fosse adquirida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

A sede habitada por Altino Viégas se situava em local a cerca de 130 m a sudoeste do sítio arqueológico, onde ainda há algumas edificações, um poço e remanescentes de fundações de tijolos maciços sob uma fina camada de sedimento e grama. Segundo Vilson, da antiga sede partia um caminho calçado até o porto da figueira, a pouco mais de 800 m, no rio Caí, e havia na propriedade mais de quarenta casas e um salão de baile. Relatou ainda que no local do sítio ficava a morada de um filho de Altino Viégas, chamado Brasil. A Certidão obtida no Registro de Imóveis de Canoas (Livro nº 2 – Registro geral – Matrícula 297) não continha dados anteriores a 1976 e busca no acervo do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul por nomes citados pelo Sr. Vilson – Altino Viegas, Althino Viegas, Alfredo Amorim, Patrício Amorim – foi infrutífera.

Discutiremos o sítio sob a ótica da “arqueologia das unidades domésticas” (household archaeology) (WILK e RAHTJE, 1982; BEAUDRY, 2004; SYMANSKI, 2022). Nessa perspectiva a unidade doméstica é compreendida como o “mais comum componente social de subsistência” (WILK; RAHTJE, 1982, p. 618) ou o “átomo básico da sociedade” (LIMA, 1995, p. 133). A despeito de ser uma “unidade”, é um sítio complexo, de interação e conflito (BEAUDRY, 2004). O grupo doméstico é formado por pessoas que compartilham a mesma residência ou composto residencial, mas o conceito não se restringe ao grupo familiar. Pode incluir a família nuclear, agregados, trabalhadores escravizados e/ou livres, em diferentes arranjos.

O conceito não se restringe à estrutura de habitação, mas inclui cozinhas sujas, senzalas, latrinas, poços, fontes de água, currais, jardins, pomares e hortas (TOCCHETTO, 2010, p. 292), estruturas que ordenam o meio físico, dão suporte ao desempenho das atividades cotidianas e

1 Identificada pelo paleontólogo Tomaz Panceri Melo, que acionou a equipe de Arqueologia.

2 Pesquisa financiada pela Chimarrão Transmissora de Energia S.A. no âmbito do Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico do Grupo Região Metropolitana A, processo IPHAN nº 01512.000018/2020-56

criam as condições que possibilitam a interação entre seus ocupantes (LIMA, 1995, p. 133).

O sítio Porto da Figueira foi formado, em grande medida, por práticas de descarte de lixo, tema recorrente na arqueologia histórica brasileira (por ex. TOCCHETTO, et al., 2001, TOCCHETTO, 2010, TOCCHETTO e MEDEIROS, 2009; SOARES, 2011; SYMANSKI, 1998; SYMANSKI, 2001; SYMANSKI, GOMES e SUGUIMATSU, 2015). Áreas de refugo doméstico, em superfície ou em buracos escavados para este fim, são comuns em sítios históricos urbanos e rurais da América (LEEDECKER, 1994; TOCCHETTO, 2010), e são testemunhos preciosos para a pesquisa arqueológica, principalmente quando encontrados em contexto estratigráfico preservado.

O sítio arqueológico Porto da Figueira

Para a investigação arqueológica o sítio foi dividido em duas áreas que correspondem a dois contextos: a base da torre, onde fora identificada a lixeira, denominada Área 1; e a lavoura adjacente, com material disperso, Área 2.

Na Área 1 foram escavados 129 poços-teste com cavadeira articulada, em malha ortogonal, com apenas 2 positivos: um fragmento de faiança fina entre 0-20 cm e outro entre 20-40 cm, ambos pequenos e sem marcas ou decorações. No local da lixeira foi escavada área de pouco mais de 4 m² e 90 cm de profundidade, que evidenciou completamente o que restou da feição. Na Área 2 foram escavados 119 poços-testes, 36 positivos. A camada arqueológica não ultrapassou 40 cm, com maior densidade entre 0-20 cm. Uma sondagem com maior concentração de fragmentos foi ampliada para uma unidade de escavação de 1,5 m² e 40 cm de profundidade, evidenciando fragmentos de dois pratos e um cristal de quartzo, numa estratigrafia homogênea e sem matéria orgânica, muito distinta da encontrada na lixeira da Área 1.

A feição evidenciada na Área 1 consiste em uma mancha de sedimento escurecido por carvão e matéria orgânica, na qual havia ossos de gado bovino e utensílios doméstico. No perfil, aparece enquanto uma lente côncava com 1,5 m de comprimento e cerca de 10 cm de espessura, iniciando aos 35 cm e desaparecendo aos 60 cm de profundidade.

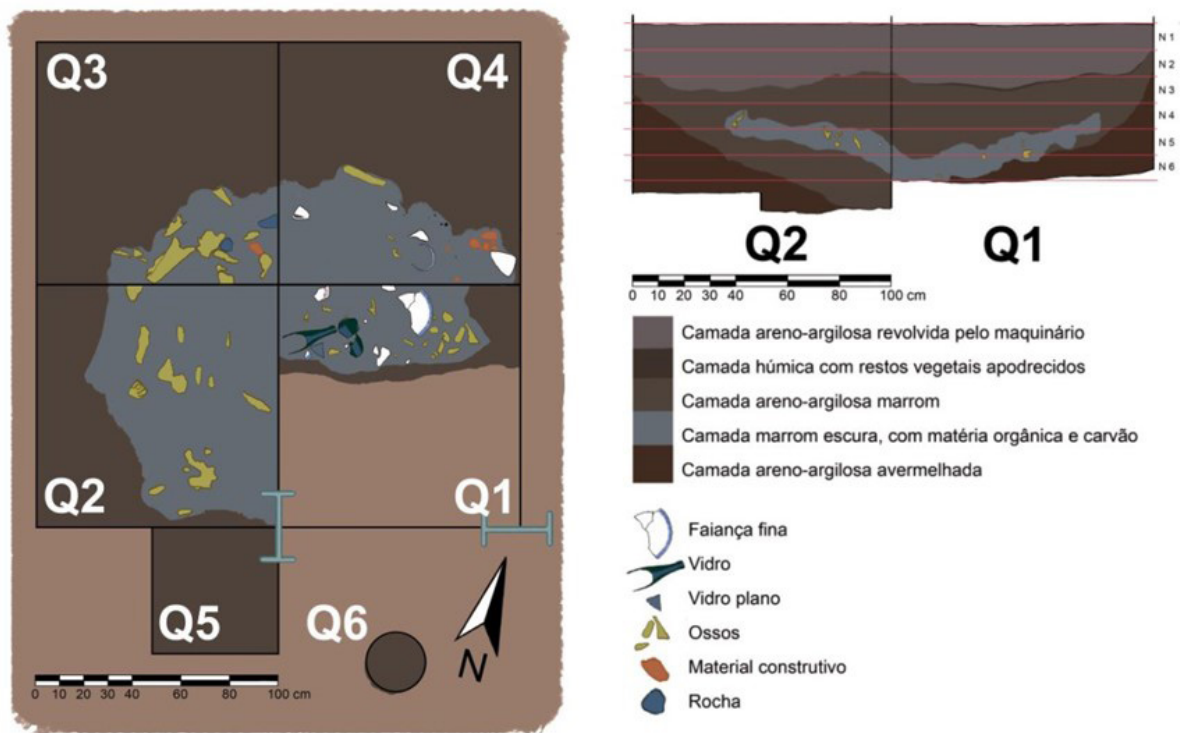


Figura 1: Croqui de topo e do perfil estratigráfico norte da Unidade de Escavação na Área 1.

A estratigrafia, descrita em níveis arbitrários de 10 cm, comportou-se da seguinte forma: os níveis 1, 2 e 3 eram materiais descontextualizados, extraídos durante escavação da base da torre e espalhados na superfície. No nível 1, havia fragmentos diminutos de faiança fina, vidro e metal em Q3, além de carvão e ossos em Q1, Q2 e Q3. No nível 2, elementos construtivos, faiança fina, vidro e cerâmica vidrada em Q2, Q3 e Q4. No nível 3 a quantidade de vestígios aumentou sutilmente, com faiança fina, vidro metal, elementos construtivos e ossos bovinos em Q2, Q3 e Q4. A presença de grama e solo húmico neste nível indicaram a superfície do terreno antes das obras.

No nível 4 se evidencia a lixeira. Em Q1, Q2 e Q3 havia faiança fina, vidro, metal e uma lasca. No nível 5 aumentou substancialmente a quantidade de todas as categorias materiais, principalmente ossos, notadamente em Q2 e Q3. O nível 6 foi ainda mais denso que o anterior, com maior quantidade de vestígios em Q1 e Q4. No nível 7 reduziu drasticamente a feição e a quantidade de evidências, com destaque para vidros em Q2 e um projétil de chumbo em Q1. No nível 8 a quantidade total de testemunhos decresceu ainda mais, e apenas a Q2 apresentou alguns materiais no nível 9.

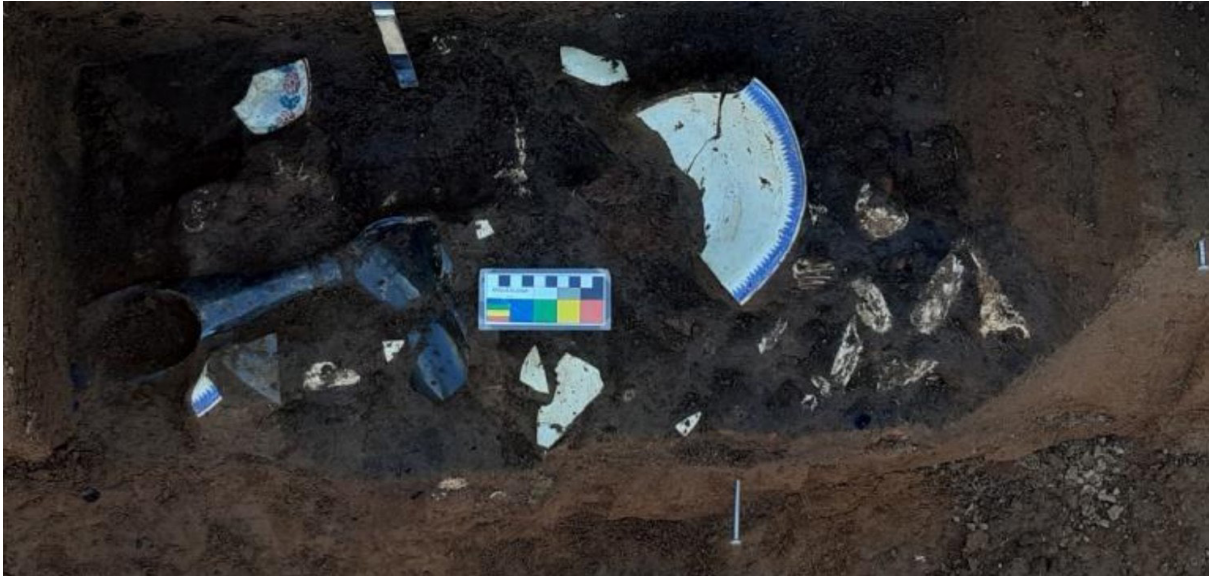


Figura 2: Lixeira parcialmente evidenciada na Quadra 1, nível 5 (40-50 cm).

O vidro foi a categoria mais significativa (48%), seguido pelas cerâmicas e louças históricas³ (35%). Considerando o Número Mínimo de Peças (NMP), porém, tem-se pelo menos 16 peças na categoria das cerâmicas e louças históricas e 12 peças de vidro, diferença que indica maior fragmentação do vidro. Objetos de metal são 5,87% do total analisado, mas a categoria está subrepresentada, pois muitos testemunhos oxidados e friáveis foram descartados em campo. O mesmo ocorreu para os vestígios faunísticos, que representam 9% da coleção analisada, mas eram muito mais representativos na lixeira, onde se desintegraram durante a escavação.

Categoria	Qtd	%	NMP
Cerâmicas e louças históricas	126	35%	16
Vidro	171	48%	12
Metal	21	5,87%	9
Lítico	3	1%	2
Elementos construtivos	6	2%	0
Fauna	31	9%	4
TOTAL	358	100%	43

Quadro 1: quantidade de fragmentos (Qtd), percentual (%) e Número Mínimo de Peças (NMP) por categoria material na lixeira da Área 1.

³ A classificação dos vestígios observou a categorização utilizada pela Instituição de Guarda que recebeu a coleção, o Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia – LEPAARQ da Universidade Federal de Pelotas.

Na categoria das cerâmicas e louças históricas a faiança fina representa aproximadamente 90% da amostra, e o restante são cerâmicas torneadas vidradas. O esmalte pearlware é predominante, um importante indicativo cronológico, pois Segundo Schávelzon (1991, p. 41) a produção das faianças finas com esse esmalte foi abandonada entre 1830 e 1840, ao ser substituída pelo esmalte whiteware. O esmalte creamware, cuja produção encerrou nas primeiras décadas do século XIX (TOCCHETTO, et al., 2001, p. 23) está representado em 9 fragmentos de uma mesma xícara (Quadro 2). Tais características sugerem que a formação da lixeira ocorreu durante a primeira metade do século XIX.

Tipologia	Qtd	%	NMP
Faiança fina pearlware	70	56%	9
Faiança fina creamware ou pearlware	30	24%	3
Cerâmica vidrada	13	10,32%	2
Faiança fina creamware	9	7%	1
Faiança fina pearlware ou whiteware	4	3%	1
Total	126	100%	16

Quadro 2: Quantidade de fragmentos (Qtd), percentual (%) e Número Mínimo de Peças (NMP) da categoria Cerâmicas e louças históricas na lixeira da Área 1.

Na identificação de forma/função, considerando o NMP, 57% das louças estão relacionadas ao serviço de chá, representado por 6 xícaras e 2 pires, e 43% ao serviço de jantar, representado por 1 travessa, 1 tigela e 4 pratos (Quadro 3). A análise de elementos decorativos identificou 37 fragmentos carimbados, 1 pintado à mão, 1 com padrão trigal e 90 com decoração não definida. Dado o NMP, foram recuperadas na lixeira 10 peças com decoração carimbada, predominantemente policrômica.



Figura 3: Conjunto de peças de vidro e faiança fina reintegradas a partir dos fragmentos escavados na lixeira.

Identificação	Qtd	%	NMP
Não definido	12	10%	0
Xícara	46	37%	6
Pires	33	26,19%	2
Travessa	12	10%	1
Bacia	11	9%	2
Prato	9	7%	4
Tigela	1	1%	1
Vasilha	1	1%	0
Garrafa	1	0,79%	0
Total	126	100%	16

Quadro 3: quantidade de fragmentos (Qtd), percentual (%) e Número Mínimo de Peças (NMP) por Identificação das cerâmicas e louças históricas na lixeira da Área 1.

A categoria dos vidros somou 171 fragmentos, com número mínimo de 12 peças, sendo 4 garrafas (Quadro 4). Não foram encontrados recipientes de vidro de produção semiautomática ou automática. As garrafas e frascos coletados foram produzidas manualmente com o auxílio de moldes e ferramentas de finalização como ponteais e ferros de marisar (ZANETTINI e CAMARGO, 2017).

Identificação	Qtd	%	NMP
Não definido	3	2%	1
Garrafa	90	53%	4
Lampião	37	21,64%	1
Frasco	25	15%	3
Espelho	15	9%	2
Conta	1	1%	1
Total	171	100%	12

Quadro 4: Quantidade de fragmentos (Qtd), percentual (%) e Número Mínimo de Peças (NMP) por Identificação de vidros na lixeira da Área 1.

Na categoria dos metais, com 21 itens, 57% foram classificados como ferragens diversas e 9,52% não foram identificados, devido à dificuldade em identificar objetos fragmentados e oxidados (Quadro 5). Na categoria de elementos construtivos foram recuperados apenas 1 fragmento de ladrilho, 2 de telha capa-canal e 3 de tijolos.

Identificação	Qtd	%	NMP
Ferragens diversas	12	57%	0
Ferragens de abertura	2	10%	2
Não definido	2	9,52%	2
Foice	1	5%	1
Projétil	1	5%	1
Cravo	1	5%	1
Faca	1	5%	1
Botão	1	5%	1
Total	21	100%	9

Quadro 5: Quantidade de fragmentos (Qtd), percentual (%) e Número Mínimo de Peças (NMP) por Identificação dos metais na lixeira da Área 1.

O depósito na Área 2 ocupava cerca de 4.000 m² sobre uma pequena elevação cercada de áreas alagadiças. Foram coletados 544 vestígios na superfície e nos poços-teste, dos quais 192 foram descartados em laboratório. As cerâmicas e louças históricas foram as mais significativas,

71% do total, e o vidro, 20%. Fragmentos de telhas, tijolos e ladrilhos eram abundantes⁴, sendo as telhas capa-canal mais frequentes, porém apenas uma pequena amostra foi coletada. Foram recuperados ainda utensílios de metal, botões, peças líticas e fragmentos de cerâmica pré-colonial.

Categoria	Qtd	%	NMP
Cerâmicas e louças históricas	385	71%	66
Botão	2	0%	2
Metal	17	3%	14
Vidro	108	20%	28
Elementos construtivos	8	1%	2
Lítico	21	4%	8
Cerâmicas pré-coloniais	3	1%	1
Total	544	100%	

Quadro 6: Quantidade de fragmentos (Qtd), percentual (%) e Número Mínimo de Peças (NMP) por Categoria material da coleta de superfície e Poços-teste na Área 2.

Dentro da categoria de cerâmicas e louças históricas, as faianças finas correspondem a 94% do total analisado, com amplo predomínio de esmalte pearlware e whiteware. Tipos como ironstone, biscuit, grés e cerâmicas simples ou vidradas ocorreram em baixa quantidade.

4 Foram plotados com estação total 360 pontos de ocorrência de fragmentos de telhas, tijolos e ladrilhos.

Tipologia	Qtd	%	NMP
Biscuit	2	0,52%	1
Cerâmica simples	6	1,56%	1
Cerâmica vidrada	7	1,82%	6
Faiança fina	126	32,73%	0
Faiança fina creamware ou pearlware	5	1,30%	0
Faiança fina pearlware	109	28,31%	13
Faiança fina pearlware ou whiteware	118	30,65%	39
Faiança fina Whiteware	4	1,04%	1
Grés	3	0,78%	2
Ironstone	5	1,30%	3
Total	385	100%	66

Quadro 7: Quantidade de fragmentos (Qtd), percentual (%) e Número Mínimo de Peças (NMP) de cerâmicas e louças históricas da coleta de superfície e poços-teste na Área 2.

Dos fragmentos de faiança fina, 48,57% não tiveram forma/função identificados. Dentre os demais, predominaram pratos, xícaras e pires, conforme demonstra a Quadro 8. Os padrões decorativos mais frequentes foram o Trigal (NMP 15), o Shell Edged sem superfície modificada (NMP 3) e com superfície modificada (NMP 3), carimbado (NMP 3), frisos (NMP 3), além do Transfer printing de padrão Willow (NMP 2). O tipo decorativo Trigal começou a ser produzido a partir da segunda metade do século XIX (TOCCHETTO et al., 2001, p. 125), ao passo que a maioria dos demais tipos são característicos da primeira metade do século XIX (TOCCHETTO et al., 2001).

Identificação	Qtd	%	NMP
Não definido	187	48,57%	9
Prato	116	30,13%	28
Xícara	30	7,79%	13
Pires	23	5,97%	9
Prato ou pires	9	2,34%	0
Peça de servir	3	0,78%	1
Urinol	3	0,78%	1
Vaso	3	0,78%	1
Bibelô	2	0,52%	1
Tinteiro	2	0,52%	1
Travessa	2	0,52%	0
Vasilha	2	0,52%	1
Bule	1	0,26%	0
Tampa	1	0,26%	1
Tigela	1	0,26%	0
Total	385	57	

Quadro 8: Quantidade de fragmentos (Qtd), percentual (%) e Número Mínimo de Peças (NMP) das cerâmicas e louças históricas, por identificação de forma/função da coleta de superfície e poços-teste na Área 2.

Dos vidros, 40,91% não teve função identificada, e dentre os demais há frascos (NMP 11), garrafas cilíndricas (NMP 10) e retangulares (NMP 3), além de botões e outros utensílios em ocorrência única (Quadro 9).

Identificação	Qtd	%	NMP
Não definido	45	40,91%	0
Garrafa	38	34,55%	10
Frasco	14	12,73%	11
Garrafa retangular	5	4,55%	3
Botão	2	1,82%	2
Vaso	2	1,82%	1
Construtivo	1	0,91%	0
Frasco ou pote	1	0,91%	1
Garrafa ou copo	1	0,91%	1
Frasco retangular	1	0,91%	1
Total	110	30	

Quadro 9: Quantidade de fragmentos (Qtd), percentual (%) e Número Mínimo de Peças (NMP) por identificação de forma/função dos vidros da coleta de superfície e poços-teste na Área 2.

Os objetos de metal (Quadro 10) ocorreram em pequena quantidade: 3 fragmentos entraram na categoria “ferragens diversas” e 1 na categoria “ferramenta não definida”, somando 24% da amostra. Dentre os demais, há cravos (NMP 4) colheres (NMP 2), além de uma ferradura e um projétil de arma de fogo.

Identificação	Qtd	%	NMP
Cravo	4	24%	4
Ferragens diversas	3	18%	0
Ferragens de abertura	2	12%	2
Colher	2	12%	2
Ferramenta não definida	1	6%	1
Trinco	1	5,88%	1
Ruela	1	6%	1
Ferradura	1	6%	1
Projétil	1	6%	1
Dobradiça	1	6%	1
Total	17		14

Quadro 10: Quantidade de fragmentos (Qtd), percentual (%) e Número Mínimo de Peças de metal (NMP) da coleta de superfície e poços-teste na Área 2.

A identificação de uma concentração de fragmentos de faiança fina em um dos poço-teste suscitou a abertura de uma Unidade de Escavação de 1,5m², em níveis artificiais de 20 cm. Na superfície havia apenas 3 fragmentos de faiança fina. No primeiro nível (0-20 cm) foram evidenciados e coletados 22 fragmentos, sendo 19 de cerâmicas e louças históricas, 2 vidros e 1 fragmento de quartzo. No nível seguinte (20-40 cm) mais 24 fragmentos, todos classificados como cerâmicas e louças históricas, e abaixo dos 40 cm nada mais foi registrado (Quadro 11). A estratigrafia dessa unidade era homogênea em cor e textura, sem matéria orgânica.

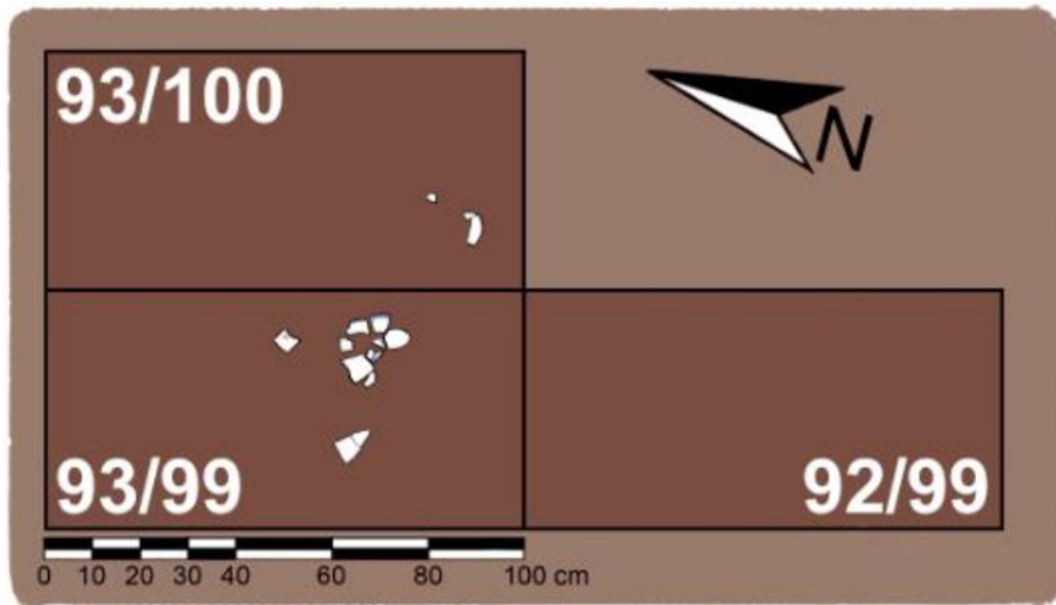


Figura 4: Croqui de topo da Unidade de Escavação na Área 2. Na quadra 93/99 a estrutura formada pelo prato com o cristal de quartzo.

Categoria	Qtd	%	NMP
Cerâmicas e louças históricas	46	93,88%	4
Vidro	2	4,08%	1
Lítico	1	2,04%	0
Total	49		5

Quadro 11: Quantidade de fragmentos (Qtd), percentual (%) e Número Mínimo de Peças (NMP) por categoria material na Unidade de Escavação da Área 2.

A faiança fina é predominante, novamente com frequência maior de esmalte do tipo pear-ware (Quadro 12), além de cerâmica torneada em pequena quantidade. O NMP para esse conjunto indicou que havia fragmentos de pelo menos 2 pratos (Quadro 13) e 1 garrafa (Quadro 14). O lítico corresponde a um cristal de quartzo.

Tipologia	Qtd	%	NMP
Faiança fina creamware ou pearlware	27	58,70%	0
Faiança fina pearlware	16	34,78%	2
Cerâmica simples	2	4,35%	1
Cerâmica vidrada	1	2,17%	1
Total	46		4

Quadro 12: Quantidade de fragmentos (Qtd), percentual (%) e Número Mínimo de Peças (NMP) por Tipologia das Cerâmicas e louças históricas na Unidade de Escavação da Área 2.

Identificação	Qtd	%	NMP
Não definido	21	46%	1
Prato	23	50%	2
Vaso	2	4,35%	1
Total	46	3	

Quadro 13: Quantidade de fragmentos (Qtd), percentual (%) e Número Mínimo de Peças (NMP) por Identificação das Cerâmicas e louças históricas na Unidade de Escavação da Área 2.

Identificação	Qtd	%	NMP
Garrafa	2	100%	1
Total	2	1	

Quadro 14: Quantidade de fragmentos (Qtd), percentual (%) e Número Mínimo de Peças (NMP) por Identificação dos vidros na Unidade de Escavação da Área 2.

Foram apenas dois padrões decorativos identificados na louça deste contexto: Transfer Printing no padrão Willow e Shell Edged com superfície modificada. A data média obtida foi de 1813, contudo o número reduzido de vestígios datáveis limita a confiabilidade do resultado. Chamaram a atenção, neste contexto, o fato de estarem concentrados vários fragmentos de uma mesma peça e, principalmente, a presença do quartzo.

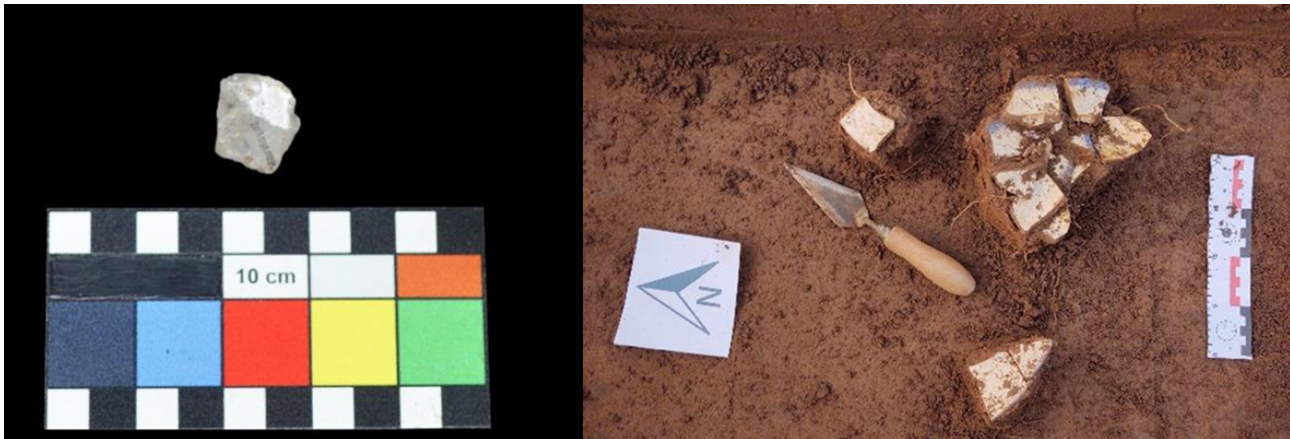


Figura 5: À esquerda, cristal de quartzo hialino coletado na quadra 93/99, nível 2. À direita, fragmentos de faiança fina evidenciados na quadra 93/99, nível 3.

Práticas de consumo e descarte

Uma primeira questão com relação à compreensão desse sítio diz respeito à localização da unidade doméstica, pois não identificamos remanescentes de fundações, pisos ou paredes que indicassem o local de uma edificação, apenas materiais construtivos fragmentados e dispersos.

Para visualizar a distribuição espacial das diferentes categorias materiais, utilizamos a Estimativa de Densidade Kernel (Kernel Density Estimate – KDE) (BEVAN, 2020). Nessa operação, executada em Sistema de Informação Geográfica, uma camada vetorial de pontos representa cada item plotado no sítio, classificado segundo a categoria material. Dado um raio arbitrário – aqui, de 5 metros – o algoritmo conta, para cada ponto, a quantidade de outros pontos dentro do raio, gerando uma camada matricial em que os pixels contêm os valores obtidos. Essa camada, representada visualmente por uma escala de cores, mostra quão concentrados ou dispersos estão os vestígios.

Analisamos a distribuição em dois conjuntos: o dos elementos construtivos – telhas, tijolos, ladrilhos, metais construtivos como cravos, dobradiças, ferragens de abertura – e o dos elementos não construtivos – cerâmicas e louças históricas, vidros, metais.

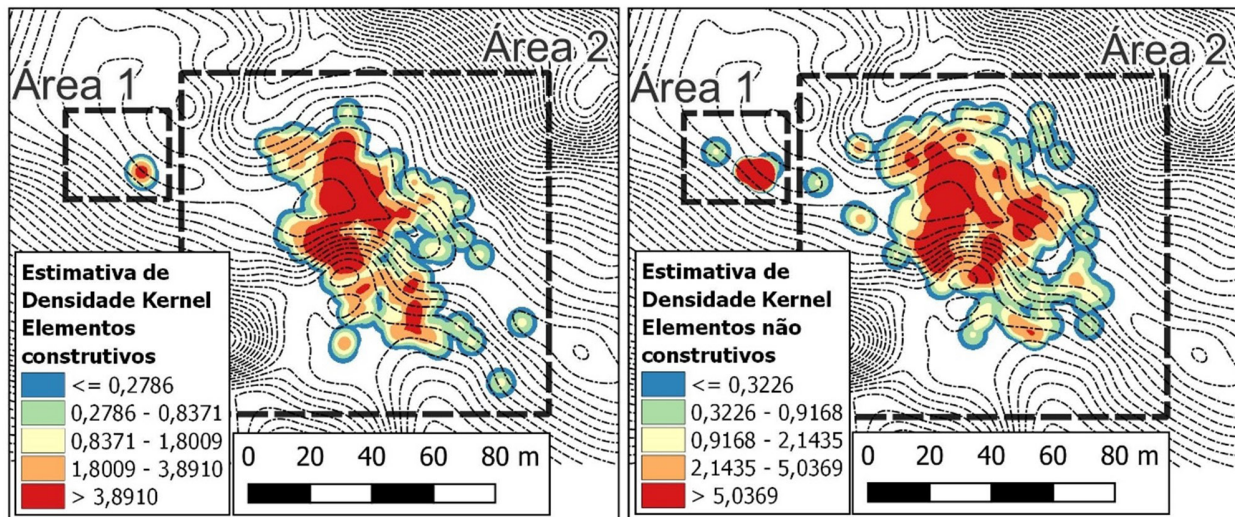


Figura 6: Estimativa de Densidade Kernel (KDE) com raio de 5 m a partir de cada vestígio, para elementos construtivos (à esquerda) e para o conjunto de cerâmicas e louças históricas, vidros, metais não construtivos e fauna (à direita), sobre a topografia do terreno.

A mancha resultante na Área 1 não será considerada, pois os materiais em superfície provinham da lixeira e foram movimentados pelas obras da torre. Na Área 2, o núcleo denso nas duas categorias se sobrepõe parcialmente, e não há distinção clara entre uma área de habitação e outra de descarte de lixo. Nossa hipótese é de que ali houve uma habitação, possivelmente de construção rústica, cujos remanescentes foram sendo removidos e fragmentados para dar lugar à atividade agrícola, o que explicaria a ausência de testemunhos mais contundentes de uma edificação.

Foram identificadas duas práticas distintas de descarte. Na Área 1, um local de descarte periférico, a cerca de 60 m da habitação, em uma depressão no terreno onde o refugo doméstico foi depositado em poucos, talvez um único episódio. A presença de matéria orgânica pode justificar a opção pelo enterramento, a fim de evitar os odores da putrefação. Já o depósito da Área 2 foi resultado de descarte aleatório adjacente, decorrente de práticas continuadas durante um período prolongado.

Sobre os jogos de jantar, chama a atenção que na área de descarte aleatório adjacente (Área 2) de 28 pratos recuperados, segundo o cálculo do NMP, 11 tinham padrão decorativo não definido e 10 tinham padrão decorativo Trigal, de longe o padrão mais frequente no sítio, representado ainda em 3 xícaras e 2 pires. Produzido desde 1851 até a atualidade, o pico de produção de peças com esse padrão foi entre 1870 e 1880 (TOCCHETTO et al., 2001, p. 40).

O segundo padrão decorativo mais frequente foi o *shell edged* com superfície modificada, de cor rosa em 3 pratos e azul em 1. É esse o padrão decorativo da única peça de servir coletada na Área 2. Produzido desde o século XVIII, é considerado barato, ocorrendo com frequência em sítios do século XIX (MILLER, 1980; SYMANSKI, 1998). Assim como o trigal, esse padrão não aparece na lixeira da Área 1. Demais padrões decorativos ocorreram em apenas 1 ou, como o padrão

Willow, em 2 pratos.

De jogos de chá, na Área 2 foi calculado um NMP de 12 xícaras, 4 de padrão não definido e 3 de padrão trigal, novamente o mais frequente. Dentre os 9 pires, os padrões trigal e carimbado policrômico foram mais frequentes, com 2 ocorrências cada. Na lixeira da Área 1 havia 3 pratos e 1 tigela de padrão decorativo não definido, 2 pires carimbados policrômicos e 4 xícaras, sendo duas delas carimbadas, uma policrômica e a outra rosa.

O conjunto analisado não indica a presença de jogos completos de jantar ou de chá, mas sim padrões decorativos diversos ocorrendo em baixa frequência, à exceção do Trigal. Os padrões identificados correspondem, na maioria, a peças consideradas baratas. Essas características convergem para a hipótese de um grupo doméstico de baixo poder aquisitivo, possivelmente trabalhadores rurais.

O gráfico de barras de SOUTH (1971) para faiança fina e vidros datáveis indica utensílios produzidos entre 1830 e 1845 na Área 1 (Figura 7). Para a Área 2, o gráfico indica utensílios produzidos entre 1860 e 1905 (Figura 8).

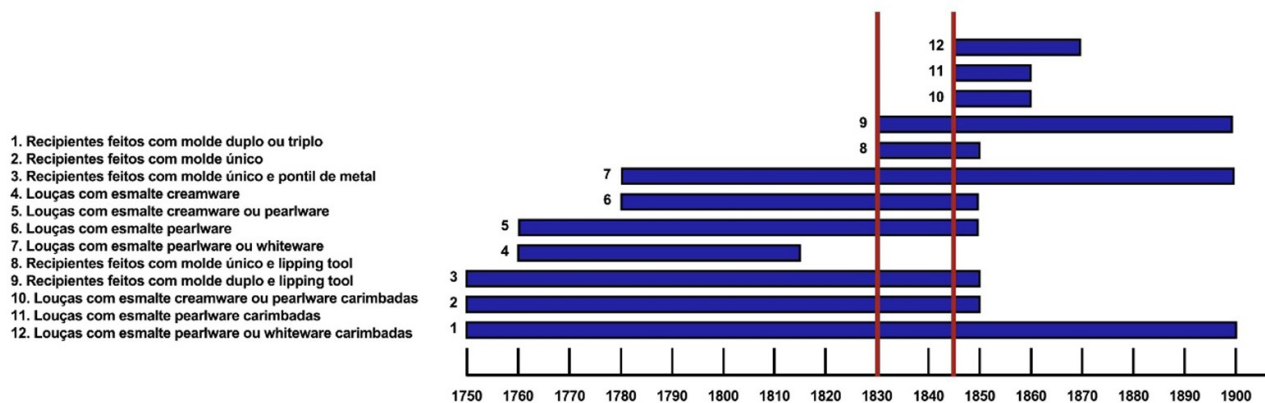


Figura 7: Gráfico de barras (SOUTH, 1971) a partir das louças e vidros com atributos datáveis coletados na lixeira da Área 1.

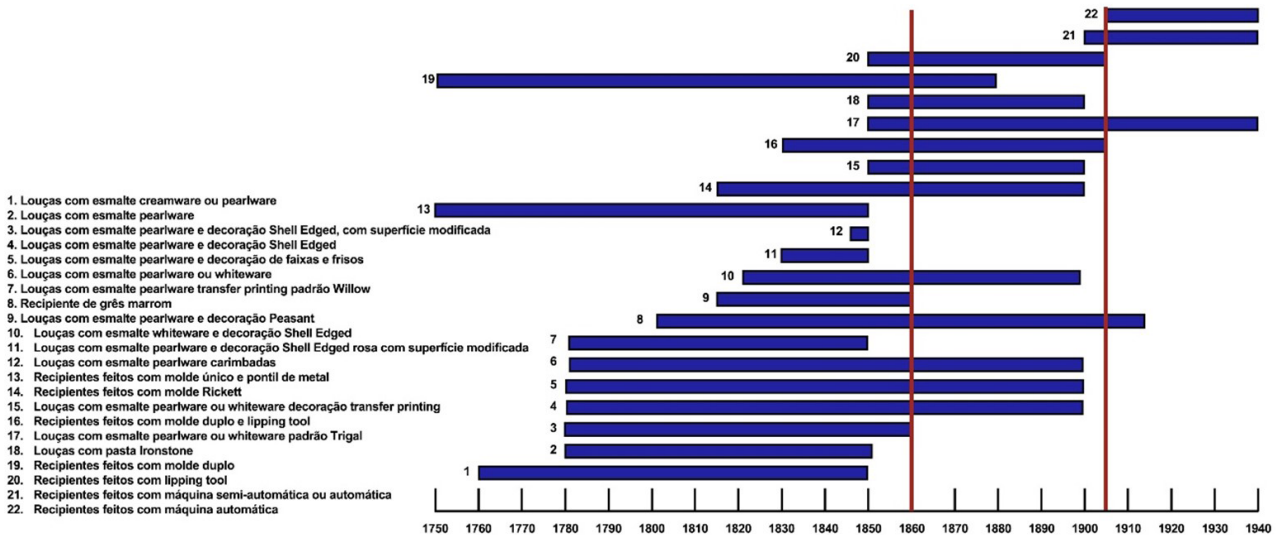


Figura 8: Gráfico de barras (SOUTH, 1971) a partir das louças e vidros com atributos datáveis coletados na Área

Para tentar situar o sítio cronologicamente, é necessário ponderar o intervalo entre a produção, aquisição, uso e descarte desses utensílios. Adams (2003, p. 38) sugeriu um intervalo de 15 a 20 anos, com base em estudos etnográficos nos EUA. Symanski (1998), por sua vez, adicionou 10 anos à data terminal do gráfico que elaborou para as louças do Solar Lopo Gonçalves. Adotando o critério de Symanski, a fim de traçar comparação com um contexto mais próximo, resulta que o descarte de refugo na Área 1 teria ocorrido entre 1830 e 1855, ao passo que o descarte de refugo na Área 2 teria ocorrido mais tarde e por mais tempo, entre 1860 e 1915.

Nas referências aqui utilizadas, as práticas de descarte são discutidas no contexto da chegada ao Brasil do paradigma moderno de higiene (TOCCHETTO, 2010). Em Porto Alegre o Código de Posturas Policiais de 1838 já demonstrava a preocupação em designar locais para despejo de lixo a fim de minimizar os problemas de insalubridade. Ao longo do século XIX a cidade enfrentou diversas epidemias e diferentes mecanismos de normatização e fiscalização das práticas de descarte de lixo e dejetos foram discutidos e implementados (TOCCHETTO, 2010, p. 258-259). Apesar disso, a prática de descarte nos quintais seguiu recorrente ao longo do século XIX, tanto no contexto urbano quanto no rural.

No sítio Casa da Riachuelo, em contexto urbano, o descarte do refugo doméstico era feito nos fundos do terreno, concentrado em uma depressão que ocupava a largura total do lote, prática que pode ter sido abandonada apenas em meados dos 1880 ou na década de 1890 (TOCCHETTO, 2010, p. 269-271). No sítio Chácara da Figueira, em contexto rural, o descarte de lixo doméstico identificado foi adjacente e periférico, feito de forma aleatória nas laterais e nos fundos da moradia (TOCCHETTO, 2010, p. 271-273).

No Solar Lopo Gonçalves, Symanski (1998) delimitou dois grupos domésticos distintos: um ocupou o solar enquanto uma chácara na semiperiferia da cidade, utilizou itens mais simples, fora de moda e que não compunham jogos, e o segundo quando o solar já havia sido cercado

pela urbanização, período no qual a tralha doméstica era de melhor qualidade (SYMANSKI, 1998, 2022). Na ocupação mais antiga o lixo era descartado aleatoriamente nos fundos da edificação, em áreas próximas à habitação. Posteriormente houve a abertura de dois buracos para depósito de lixo em uma zona periférica da propriedade, onde foi encontrado material orgânico e inorgânico datado do século XX (SYMANSKI, 1998).

Situação semelhante foi observada no sítio Solar da Travessa Paraíso, também numa zona periférica da cidade que depois foi cercada pela urbanização, onde foram identificados dois pequenos buracos de lixo, mas a prática predominante foi o descarte aleatório a céu aberto nos fundos da edificação, em período delimitado aproximadamente entre meados do século XIX e começo do século XX (CARLE; OLIVEIRA, 1996; TOCCHETTO, 2010, p. 277-284).

O estudo de Tocchetto (2010) demonstra que mesmo grupos domésticos da elite seguiram realizando o descarte nos fundos do pátio por todo o século XIX. No caso do Solar da Travessa Paraíso, a arqueóloga destacou ainda o fato de que um dos moradores era médico e, portanto, conhecia os debates sobre higiene e saneamento. Outro exemplo de um grupo doméstico da elite que não tinha preocupações sanitárias foi apresentado por Soares (2011) no Palácio do Governo de Santa Catarina, onde a arqueóloga identificou descarte aleatório de refugo em local muito próximo aos cômodos destinados ao preparo de alimentos, e sugeriu que os restos eram possivelmente arremessados de dentro da cozinha ou da área de serviço.

O sítio Porto da Figueira parece corroborar a discussão de Tocchetto (2010) de que a relação das pessoas com seu lixo e odores no ocidente moderno é uma “experiência universalizante”, e que as formas de fazer o descarte do lixo são condutas compartilhadas, aprendidas e reproduzidas socialmente, que resistiram ao longo do século XIX aos discursos relacionados ao paradigma moderno de higiene e saneamento.

Práticas religiosas Afro-Brasileiras

Merece discussão específica o conjunto evidenciado na Unidade de Escavação da Área 2, com fragmentos de dois pratos, um de decoração transfer printing de padrão Willow e outro do tipo shell edged azul com superfície modificada, sobre os quais repousava um pequeno cristal de quartzo. Esse conjunto se assemelha a arranjos encontrados em diferentes contextos relacionados à diáspora africana, que Symanski define como “agrupamentos de artefatos de uso ritual relacionados ao controle de espíritos” (SYMANSKI, 2007, p. 24).

Segundo Andrade Lima e Ribeiro Junior (2021, p. 201), desde a década de 1960, pesquisadores estadunidenses têm encontrado em contextos associados a africanos e descendentes “arranjos de coisas enterradas intencionalmente ou escondidas embaixo de edificações”. Tais arranjos são elaborados com objetos de uso cotidiano, como panelas, fragmentos de louça, cerâmicas, garrafas, contas, moedas, botões; materiais orgânicos como ossos, dentes, unhas, cabelos, sementes, raízes; e materiais inorgânicos, como seixos, cristais de quartzo, conchas e giz, dentre outros. Geralmente são posicionados em alicerces de edificações ou sob os pisos, em can-

tos de cômodos, batentes de porta ou vãos de janelas. O objetivo, ainda segundo Andrade Lima e Ribeiro Junior (Idem), seria o de “capturar espíritos e direcioná-los para a proteção e cura de quem os invoca”, porém há casos em que tais conjuntos são compreendidos como conjuros cujo objetivo é “causar malefícios, ou clamar por justiça ou vingança”.

Symanski (2007) utiliza o termo “cachês” para denominar esses arranjos, porém Denardo e Baptista Filho (2023) discutiram as dificuldades de interpretação destes conjuntos e os diferentes nomes dados a eles – cache, minkisi, mandinga, assentamento – dependendo do povo que os fez e de seu sistema religioso.

Um exemplo dos Estados Unidos é o de Jones (2000), que escavou a casa de Charles Carroll, um dos signatários da Declaração de Independência dos Estados Unidos, em Annapolis, Maryland, onde encontrou sob o piso diversos cachês de quartzo, um deles com 12 cristais associados a uma conta de colar, e uma pedra preta, cobertos por uma malga de esmalte pearlware e pintura a mão de cor azul, semelhante a um asterisco, em contexto datado do início do século XIX (ANDRADE LIMA e RIBEIRO JUNIOR, 2021, p. 201).

No Brasil, alguns exemplos são as pesquisas de Symanski, que encontrou evidências de práticas religiosas em engenhos na Chapada dos Guimarães, MT, e relatou a presença de cristais de quartzo na casa grande do sítio Engenho do Rio da Casca (SYMANSKI, 2007, p. 25) e na senzala da Fazenda Santa Clara, no vale do Paraíba mineiro, onde foram encontrados um núcleo de quartzo enterrado sob o piso, além de concentrações de lascas de quartzo (SYMANSKI e GOMES, 2016). No Rio de Janeiro, Andrade Lima e Ribeiro Junior (2021) descreveram achados de blocos e seixos de quartzo nos alicerces de trapiches na chamada “Pequena África”, na região portuária. Também no RJ, Denardo e Baptista Filho (2023, p. 188) relataram o achado de um conjunto composto por uma panela na qual havia uma xícara e diversos objetos, dentre eles um fragmento de quartzo leitoso, durante uma escavação em Campinho.

Tania Andrade Lima (2023, p. 129) observa que, apesar do sabido dinamismo das religiões afro-brasileiras, as evidências materiais têm demonstrado um “surpreendente conservadorismo na materialidade dessas práticas, em suportes físicos que se mantiveram inalterados através dos séculos, apesar das transformações pelas quais essas religiões passaram e continuam passando”.

No caso do Porto da Figueira a manutenção do arranjo espacial entre os fragmentos de prato e o quartzo sugere que o conjunto foi deliberadamente enterrado, e não simplesmente jogado, como os demais vestígios da Área 2. Além disso, o fato de tais conjuntos estarem associados a edificações é mais um fator que corrobora a hipótese de uma edificação no local. Embora falem outras evidências, materiais ou documentais, para demonstrar a presença de pessoas de origem afro-brasileira no contexto do sítio Porto da Figueira, essa estrutura, compreendida como resultado de uma prática religiosa, aponta para a necessidade de atenção aos pequenos detalhes, em um contexto onde essas pessoas, fossem como trabalhadores escravizados ou livres, eram reprimidas e invisibilizadas, ficando restritas ao “domínio da tática” (SYMANSKI, 2007) nos momentos de pouca vigilância, em que podiam exercer pequenos momentos de autonomia.

Considerações finais

O cenário desenhado pela interpretação das evidências arqueológicas sugere uma habitação rústica ocupada por um grupo doméstico de trabalhadores rurais durante período entre 1830 e 1915, que deixou ali os vestígios de sua presença. Em algum momento dessa ocupação, talvez ainda no primeiro quartel do século XIX, práticas religiosas afro-brasileira parecem ter ocorrido no local, por pessoas que buscaram alguma forma de proteção ou, ao contrário, alguma forma de justiça ou vingança. Em meados do século XIX, uma depressão no terreno foi escolhida para o descarte de muitos restos alimentares e utensílios, talvez resultado de um único evento. Numa duração mais longa, parece que por todo o período de ocupação, entre os séculos XIX e XX, objetos eram descartados aleatoriamente pelo terreno. Quantos e quem eram os ocupantes, não podemos precisar nesse momento, mas estariam associados de alguma forma à propriedade da família de Patrício Amorim.

A ausência de fontes documentais e de uma melhor compreensão da história agrária local limitaram nossas interpretações do contexto. O relato oral obtido sobre a área dá conta de que havia várias estruturas na propriedade, e algumas edificações próximas foram visitadas em campo, mas novos levantamentos seriam necessários para mapear e compreender melhor como eram e como se articulavam as diferentes estruturas presentes nessa propriedade.

Novas leituras dos dados disponíveis podem trazer outras interpretações, afinal as unidades domésticas são terreno fértil para diferentes abordagens e problemáticas, sobre questões de consumo, relações de poder, conflito, resistência, fronteiras sociais, gênero, etnia, etc (BEAUDRY, 2004; SYMANSKI, 2022).

Não foi abordada aqui a reduzida presença no sítio de vestígios líticos e cerâmicos pré-coloniais, os últimos provavelmente associados a populações Guarani. Não há densidade material que suporte a hipótese de existência de um assentamento indígena no local, mas ele pode ter sido uma área de captação de recursos ou cultivo, associada a assentamentos ou acampamentos próximos, não identificados em campo. Outras pesquisas, contudo, são necessárias para melhor compreender como esses vestígios se articulam a outros contextos pré-coloniais próximos.

Referências bibliográficas

- ADAMS, William Hampton. Dating Historical Sites: The importance of understanding time lag in the acquisition, curation, use, and disposal of artifacts. *Historical Archaeology*, V. 37, n. 2, p. 38-64, 2003. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/25617056>> Acessado em: 14/02/2024.
- ANDRADE LIMA, Tania. Práticas espirituais esquecidas: memória para a resistência das religiões afro-brasileiras. *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 127-150, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/vestigios/article/view/42162>. Acessado em: 30/05/2024.

- ANDRADE LIMA, Tania.; RIBEIRO JUNIOR, Ademir. Nos domínios das entidades das rochas: arqueologia das pedras de poder e devoção no Rio de Janeiro e em Salvador, séculos XIX ao XXI. *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 195–230, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/vestigios/article/view/32436>. Acessado em: 30/05/2024.
- BEAUDRY, Mary C. Doing the Housework. *New Approaches to the Archaeology of Households*. In: BARILE, K.; BRANDON, J. (Org). *Household chores and household choices: theorizing the domestic sphere in historical archaeology*. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 2004.
- BEVAN, Andrew. Spatial point pattern and processes. In: GILLINGS, Mark; HACIGÜZELLER, Piraye; LOCK, Gary (Ed.). *Archaeological Spatial Analysis. A Methodological Guide*. New York: Routledge, 2020.
- BRANDON, Jamie C.; BARILE, Kerri S. Introduction: Household chores; or, the Chore of Defining the Household. In: BARILE, K.; BRANDON, J. (Org). *Household chores and household choices: theorizing the domestic sphere in historical archaeology*. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 2004.
- CARLE, Cláudio Baptista. & OLIVEIRA, Alberto Tavares Duarte de. O solar da Travessa **Paraíso**: um exemplo de arqueologia história em Porto Alegre. *Estudos Ibero-Americanos*, V. 22 n.1, p. 47–70, 1996. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/28775> Acessado em: 15/02/2024.
- FENNELL, Christopher C. Group identity, individual creativity, and symbolic Generation in a BaKongo Diaspora. *International Journal of Historical Archaeology*, V. 7, n. 1, p. 1-31, 2003. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20853014> Acessado em: 11/02/2024.
- DENARDO, Thandryus Augusto Guerra Bacciotti; BAPTISTA FILHO, Winner Querevalu Soares. Um Minkisi em Campinho? Dificuldades e Possibilidades de Interpretação de Artefatos Religiosos Afro-Brasileiros no Contexto da Arqueologia Urbana, em Campinho, Rio de Janeiro. *Clio Arqueológica*, V. 38, n. 2, p. 167-209, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/clioarqueologica> Acessado em: 04/03/2024.
- JONES, Lynn. Crystals and Conjuring at the Charles Carroll House, Annapolis, Maryland, *African Diaspora Archaeology Newsletter*, V. 7, n. 1, Article 2, 2000. Disponível em: <https://scholarworks.umass.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1730&context=adan> Acessado em: 12/02/2024.
- LEEDECKER, Charles H. Discard behavior on domestic historic sites: Evaluation of contexts for the interpretation of household consumption patterns. *Journal of Archaeological Method and Theory*, V. 1, n. 4, p. 345-375, 1994. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20177317> Acessado em: 12/02/2024.
- LIMA, Tânia Andrade. Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Ser. v. 3 p. 129-191, jan/dez. 1995
- MACHADO, Neli Terezinha Galarce. Entre guardas e casarões: um pouco da história do interior do RS – uma perspectiva arqueológica. Tese (Doutorado em Arqueologia). Programa de Pós-Gr-

- duação do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- MILLER, George L. Classification and Economic Scaling of 19th Century Ceramics. *Historical Archaeology*, V. 14, p. 1-40, 1980. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/25615367>> Acessado em: 15/02/2024.
- RAHTJE, William; MURPHY, Cullen. *Rubbish!: the archaeology of gargabe*. New York: Harper Collins Publishers, 1992.
- SCHÁVELZON, Daniel. *Arqueología Historica de Buenos Aires. La cultura material porteña de los siglos XVIII y XIX*. Buenos Aires: Ediciones Corregidor, 1991.
- SOARES, Fernanda Codevilla. “Joga ali mesmo!”: o descarte de lixo no Palácio do Governo de Santa Catarina. In: *Semana de Arqueologia e Patrimônio da UFSC. Anais da V Semana de Arqueologia e Patrimônio da UFSC*. Florianópolis, 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/17527092/SOARES_F_2011_JOGA_ALI_MESMO_o_descarte_de_lixo_no_Palácio_do_Governo_de_Santa_Catarina_Anais_da_Semana_de_Arqueologia_e_Patrimônio_da_UFSC_Florianópolis_Pp_120_152 Acessado em: 12/02/2024.
- SOUTH, Stanley. *Evolution and Horizon as Revealed in Ceramic Analysis in Historical Archeology*. Research Manuscript Series. Book 15, 1971. Disponível em: http://scholarcommons.sc.edu/archanth_books/15 Acessado em: 06/03/2024.
- SOUTH, Stanley. Pattern recognition in Historical Archaeology. *American Antiquity*, V. 43, n. 2, Contributions to Archaeological Method and Theory, p. 223-230, 1978. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/279246>> Acessado em: 12/02/2024.
- SYMANSKI, Luís Cláudio P. *Arqueologia das unidades domésticas*. In: SYMANSKI, Luís Cláudio P. SOUZA, Marcos André Torres de. *Arqueologia Histórica Brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2022.
- SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. *Espaço privado e vida material em Porto Alegre no Século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.
- SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. Exposição e isolamento: práticas de descarte de refugo e mudanças de visão de mundo em um ambiente rural – o Sítio Fazenda Camurugi (BA). *Revista de Divulgação Científica, Goiânia*, v. 4, p. 113-137, 2001.
- SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. O domínio da tática. Práticas religiosas de origem africana nos engenhos de Chapada dos Guimarães (MT). *Vestígios. Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica. Laboratório de Arqueologia – Fafich/UFMG; Belo Horizonte, MG: Argvmentvm*, 2007.
- SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira; GOMES, Flávio dos Santos. Iron Cosmology, Slavery, and Social Control: The Materiality of Rebellion in the Coffee Plantations of the Paraíba Valley, Southeastern Brazil. *Journal of African Diaspora Archaeology and Heritage*, 5:2, 174-197, 2016. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/symanski_gomes_-_iron_cosmology_slavery_and_social_control.pdf Acessado em: 30/05/2024.
- SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira; GOMES, Flávio dos Santos; SUGUIMATSU, Isabela Cristina. Práticas de descarte de refugo em uma Plantation escravista: o caso da Fazenda do Colégio dos

Jesuítas de Campos dos Goytacazes. *Revista de Arqueologia*, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 93–122, 2015. Disponível em: <<https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/418>>. Acesso em: 26/01/2024.

TOCCHETTO, Fernanda Bordin; SYMANSKI, Luis Cláudio Pereira; OZÓRIO, Sérgio Rovani; OLIVEIRA, Alberto Tavares Duarte de; CAPPELLETTI, Ângela Maria. *A faiança fina em Porto Alegre: vestígios arqueológicos de uma cidade*. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 2001.

TOCCHETTO, Fernanda Bordin. *Fica dentro ou joga fora? Sobre práticas cotidianas na Porto Alegre moderna oitocentista*. São Leopoldo: Oikos, 2010.

WILK, Richard R.; RAHTJE, William L. Household Archaeology. *American Behavioral Scientist*, v. 25, n. 6, p. 617-639, 1982. Disponível em: <https://www.academia.edu/222890/Household_Archaeology> Acessado em: 14/02/2024

ZANETTINI, Paulo Eduardo; CAMARGO, Paulo Fernando Bava. *Cacos e mais cacos de vidro. O que fazer com eles? Guia arqueológico de classificação e análise*. Aracaju: Editora UFS, 2017.

Recebido em: 12/06/2024

Aprovado em: 30/08/2024

Publicado em: 17/12/2024

ARTIGO | *PAPER*

ENTRE GUERRAS E MICRORGANISMOS: EXPLORANDO O POTENCIAL DA PALEOPATOLOGIA NA ANÁLISE DO IMPACTO DAS DOENÇAS INFECCIOSAS DURANTE A GUERRA DO PARAGUAI

BETWEEN WARS AND MICROORGANISMS: EXPLORING THE POTENTIAL OF PALEOPATHOLOGY IN ANALYZING THE IMPACT OF INFECTIOUS DISEASES DURING THE PARAGUAY WAR

Jaisson Teixeira Lino^a

Isabella Brandão de Queiroz^b

^a Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS. Pós-doutor em Arqueologia - Universidade de Amsterdã. Bolsista Produtividade (Pq) do CNPq (Processo n. 310650/2022-4). E-mail: lino@uffs.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5582-526X>.

^b Mestra em Arqueologia Pré-Histórica - Instituto Politécnico de Tomar. Professora da rede pública de ensino do Paraná.. E-mail: isabella.b.queiroz@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4733-9963>.

RESUMO

A Guerra do Paraguai, maior conflito bélico da América Latina, ocorreu entre 1864 e 1870, opondo o Paraguai às forças aliadas do Brasil, Argentina e Uruguai em razão de intrincadas disputas geopolíticas. De acordo com a literatura, as doenças, especialmente as infecciosas, desempenharam um papel tão significativo nas fatalidades quanto as armas. O presente artigo busca explorar as potencialidades do estudo paleopatológico das doenças infecciosas, buscando aprimorar a compreensão de seu impacto no conflito. Abordaremos os desafios inerentes a essa análise e propomos uma abordagem interdisciplinar e multimetodológica para otimizar os resultados, integrando a história, com o uso de fontes escritas, iconográficas e fotográficas à análise paleopatológica, baseada em métodos da osteologia, biologia, imagiologia biomédica e biologia molecular. Ao correlacionar dados bioarqueológicos com fontes estabelecidas, essa pesquisa visa proporcionar novas perspectivas sobre saúde, condições de vida e estratégias médicas da época.

PALAVRAS-CHAVE

Guerra do Paraguai, Doenças Infecciosas, Paleopatologia, Bioarqueologia, Remanescentes Ósseos.

ABSTRACT

Paraguay War, the largest war conflict in Latin America, was fought between 1864 and 1870, pitting Paraguay against the allied forces of Brazil, Argentina and Uruguay due to intricate geopolitical disputes. According to the literature, diseases, particularly infectious ones, played an equally significant role in fatalities as weapons. This article aims to delve into the potential of the paleopathological study of infectious diseases to enhance our comprehension of their impact on the conflict. We will address the challenges inherent in this analysis and propose an interdisciplinary and multi-methodological approach to optimise the results, integrating history, with the use of written, iconographic and photographic sources, and palaeopathological analysis, based on methods from osteology, biology, biomedical imaging and molecular biology. By correlating bioarchaeological data with established sources, this research endeavors to offer fresh insights into health, living conditions, and medical strategies of that period.

KEYWORDS

Paraguay War, Infectious Diseases, Palaeopathology, Bioarchaeology, Skeletal Remains.

COMO CITAR ESTE ARTIGO

LINO, Jaisson Teixeira; QUEIROZ, Isabella Brandão. Entre guerras e microrganismos: explorando o potencial da Paleopatologia na análise do impacto das doenças infecciosas durante a Guerra do Paraguai. *Cadernos do Lepaarq*, v. XXI, n. 42, p. 79-96, Jul-Dez. 2024.

Introdução

A Guerra do Paraguai, também conhecida como a Guerra da Tríplice Aliança e Guerra Gua-sú, ocorreu entre 1864 e 1870, opondo o Paraguai às forças aliadas do Brasil, Argentina e Uruguai. O conflito originou-se de disputas geopolíticas complexas na região sul da América do Sul, envolvendo questões como disputas territoriais, direitos de navegação na Bacia do Prata, hegemo-nia econômica e interferência imperialista. Ao longo desses anos, inúmeras batalhas terrestres e navais foram travadas, e embora censos precisos sobre as baixas sejam difíceis de determinar, alguns estudiosos atribuem mais de um milhão de mortes diretamente causadas pelo conflito. Além disso, centenas de milhares de pessoas foram mortas indiretamente, tanto durante quanto após a disputa. Trata-se, portanto, do maior conflito armado na América do Sul e o maior em todo o continente americano, se considerarmos apenas o caráter transnacional da guerra. De acordo com Doratioto (2002, p.17), “Foi o conflito externo de maior repercussão para os países envolvidos, quer quanto à mobilização e perda de homens, quer quanto aos aspectos políticos e financeiros. O enfrentamento entre a Tríplice Aliança e o Paraguai tornou-se um verdadeiro divi-sor na história das sociedades desses países [...]”¹

Dentre as diversas causas de morte atribuídas ao conflito, incluindo aquelas resultantes de ações de combate direto envolvendo armas de fogo ou armas brancas, as doenças demonstra-ram ser responsáveis por uma taxa de mortalidade significativamente mais alta do que qualquer outro fator nessa guerra, conforme relatado por Jourdan (2013). Em termos das mortes efetivas dos corpos de exército, acredita-se que as infecções foram o fator mais significativo de violência na Guerra do Paraguai, especialmente aquelas causadas por epidemias contagiosas, que, devido às condições precárias que os participantes enfrentaram na linha de frente, se propagaram de maneira verdadeiramente intensa. O presente capítulo tem como objetivo analisar o impacto das doenças no contexto da Guerra do Paraguai por meio de uma perspectiva interdisciplinar que combina história e arqueologia, com especial ênfase na paleopatologia.

Este texto foi motivado por um projeto de longo prazo que os autores estão realizando no Paraguai, atualmente em sua fase inicial de levantamentos de campo (Figura 1). Ao longo dos anos, serão realizadas escavações arqueológicas e, sem dúvida, ossos humanos desempenharão um papel crucial no material que será estudado. Assim, visamos aqui a construção de uma escri-ta nas vias dos desafios e perspectivas para o estudo paleopatológico destes materiais que o-correrá no escopo do projeto “Materialidades do Conflito e do Pós-conflito na Guerra do Paraguai”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Governo Fe-deral Brasileiro.

1 Este artigo faz parte do projeto de pesquisa “Materialidades do Conflito e do Pós-conflito na Guerra do Para-guai”, que conta com apoio financeiro aprovado no Edital CNPq Pró-Humanidades (Chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 40/2022 - Processo 420794/2022-0)



Figura 1: Cemitério militar paraguaio visitado durante os trabalhos de campo. Foto dos autores, 2023.

Doenças nas guerras do continente americano no século XIX: Arqueologia e História

Desde o início da colonização europeia do continente americano, no fim do século XV, estabeleceu-se no “Novo Mundo” a guerra de conquista pelos territórios ocupados milenarmente por populações indígenas. Além das contendas militares, houve o uso, muitas vezes inconsciente e por vezes intencional, de epidemias como principal “arma” em projetos destinados a exterminar as populações nativas, resultando na morte de milhões de pessoas. Essas epidemias provaram ser muito mais letais do que as mortes por todas as outras causas combinadas.

Diamond destaca que, na América do Sul, durante a conquista do Peru, uma epidemia de varíola desempenhou um papel crucial no avanço dos espanhóis liderados por Francisco Pizarro nos territórios do Império Inca. Em 1526, a doença resultou na morte do Inca Huayna Capac e praticamente toda a sua corte, desencadeando uma guerra civil pela sucessão entre seus irmãos, Atahualpa e Huascar (Diamond, 1999, p.77).

Assim, doenças vindas da Europa para as quais os povos indígenas não possuíam imunidade eficaz, espalharam-se por todas as regiões do continente gradualmente conquistado pelos projetos coloniais europeus, contribuindo significativamente para a despovoação dos habitantes originais do território. Esse cenário epidemiológico perdurou ao longo dos séculos, estendendo-se até o século XIX e, em alguns casos, persistindo até os dias atuais, como evidenciado pelo caso dos indígenas amazônicos. Mortes generalizadas de populações indígenas devido às doenças continuaram, como demonstram eventos como as “marchas para o oeste” nos Estados Unidos e no Brasil, que ocorreram entre os séculos XVIII e XX. Para o caso da Guerra do Para-

guai, em particular, destaca-se a maciça participação indígena em ambos os lados do conflito, composta por etnias diversas, e, para além do cenário bélico, a evidência de um grave quadro de mortes ocasionadas também pelas doenças, quer seja nos campos de batalha, que seja na volta para casa, como ocorrido no caso de indígenas recrutados em Alagoas, onde “vários soldados voltaram para as províncias imperiais mutilados, subnutridos e acometidos por diversas doenças, dentre as quais, cólera, varíola e beribéri” (Rocha, 2024, p. 262).

Matthew Smallman-Raynor e Andrew Cliff (2004, p.112) apontam que, desde a conquista europeia, as guerras no continente americano estiveram intrinsecamente ligadas às doenças, frequentemente epidêmicas. Os autores destacam, em particular, a epidemia de varíola que assolou a América do Norte no século XVIII, tanto durante as "Guerras Índias" (1756-1763) quanto nos conflitos da independência americana (1775-1783) (Smallman-Raynor & Cliff 2004, p.117-119).

A Guerra Civil Americana (1861-1865), maior conflito dos Estados Unidos do século XIX e de toda a história pós-colonial, ceifou milhares de vidas com doenças. Essas enfermidades não se limitaram aos campos de batalha, alcançando também os inúmeros campos de internamento estabelecidos para abrigar prisioneiros de ambos os lados do conflito. A concentração massiva de prisioneiros em locais confinados com espaço limitado levou à rápida propagação de doenças, especialmente as epidêmicas, causando sofrimento generalizado, problemas sanitários e até mesmo mortes.

Jameson (2013) destaca a propagação de doenças em dois campos de concentração na Geórgia, estabelecidos pelos Confederados, nos quais aproximadamente 13.000 homens perderam a vida, de um total de cerca de 45.000 soldados unionistas confinados. O autor atribui a disseminação das doenças entre a população prisional a condições sanitárias precárias, uma dieta inadequada (com falta de frutas e vegetais), a fome que os obrigava a caçar e consumir ratos, o já mencionado confinamento em espaços reduzidos, as adversidades climáticas, dentre outros fatores. Entre as doenças mais comuns estavam a disenteria, cólera, malária, febre tifoide, gangrena e varíola. Além disso, a depressão chamou a atenção, pois afetava muitas pessoas nesses contextos: "de todas essas aflições, talvez a mais perigosa fosse a depressão. Um bom número de prisioneiros tornou-se catatônico, definhando, e alguns escolheram o suicídio como remédio, provocando os guardas para que atirassem neles." (Jameson, 2013, p. 26, tradução dos autores).

Mcnutt (2019) também investiga dois campos de prisioneiros na Geórgia, levantando uma questão importante sobre os espaços associados às guerras: sua efemeridade e as dificuldades consequentes para seu estudo arqueológico. Em relação às doenças, ele relata que a construção do Campo Lawton ocorreu, dentre outros fatores, devido à propagação de doenças no campo de prisioneiros de Andersonville (um dos dois lugares estudados por Jameson, mencionados anteriormente). O autor também destaca a depressão como uma patologia presente em muitos prisioneiros, referindo-se como “Transtorno de Estresse Pós-Traumático” (Mcnutt, 2019, p.16, tradução dos autores).

Diferente dos estudos anteriormente mencionados, que se baseiam em registros históri-

cos sem o estudo de evidências bioarqueológicas, Hanson (2014) apresenta um estudo sobre Fort Craig, no Novo México. Embora o forte tenha sido originalmente construído em 1854 no contexto das Guerras Índias, ganhou relevância quando foi utilizado pelas forças unionistas a partir de 1862. Seguindo a metodologia também proposta nesse capítulo, o autor teve acesso aos registros do hospital de Fort Craig, onde várias doenças foram registradas, incluindo malária, cólera, doenças venéreas, tuberculose, febre tifoide, sífilis, entre outras, além de alta taxa de alcoolismo. É importante destacar que as doenças representaram a maioria das internações hospitalares (89%), seguidas pelos ferimentos causados em combate.

Estudos bioarqueológicos também foram realizados, e a partir das análises de dentes e ossos, as seguintes doenças puderam ser identificadas: tuberculose em três indivíduos, sífilis em dois ou três indivíduos, estresse físico em 13 indivíduos e estresse alimentar em 10 indivíduos (Hanson, 2014, pp.10-11). Esses dados reforçam a concordância entre os dados históricos e arqueológicos.

Na América Latina e no Caribe, o século XIX foi palco de intensos conflitos. Iniciou-se com as contendas dos processos revolucionários, desencadeando lutas pela independência em grande parte da região. Estas resultaram em dezenas de guerras contra as metrópoles coloniais, principalmente Espanha, Portugal e França. O desfecho desse turbulento período foi o surgimento de Estados-Nação no subcontinente. Começou com a Revolução Haitiana em 1804, seguiu com o rompimento das colônias espanholas e portuguesas nas décadas de 1810 e 1820, e estendeu-se até o final do século, com a Guerra de Independência de Cuba (1895-1898). Além das guerras de independência, a região testemunhou diversas guerras civis e transnacionais, destacando-se a Guerra do Paraguai e a Guerra do Pacífico (1879-1884), na qual o Chile confrontou o Peru e a Bolívia. Nessas contendas, as doenças foram uma presença constante, muitas vezes causando mais mortes do que os traumas diretos dos combates. De acordo com Carlos Viesca-Treviño (2010), as epidemias mais uma vez assolaram o território da Nova Espanha quando as guerras de independência do México começaram, a partir da década de 1810. Doenças como febre amarela, influenza e catarro pestilento causaram inúmeras mortes. Um cenário semelhante ocorreu durante as guerras de independência da Nova Granada e Venezuela (1811-1821), onde os exércitos de ambos os lados (realistas e revolucionários) sofreram milhares de mortes por doenças como varíola, febre amarela, malária e disenteria (Daza Villar, 2019). O próprio líder revolucionário, El Libertador Simón Bolívar, foi acometido pela tuberculose e faleceu em 1830 (Lynch, 2006, p.277).

Através de uma breve revisão da literatura sobre as guerras no continente americano no século XIX, torna-se evidente que: (a) uma parte significativa das baixas resultou de doenças; (b) embora os dados sobre doenças entre o corpo militar tenham sido bem documentados por fontes históricas, principalmente registros escritos, há uma falta geral de estudos bioarqueológicos analisando a presença de doenças nos remanescentes esqueléticos; c) além dos desafios e problemas da análise paleopatológica, poucas escavações sistemáticas de sítios arqueológicos relacionados aos conflitos foram realizadas até agora, resultando, portanto, em amostras ainda pequenas de ossos humanos suscetíveis à pesquisa bioarqueológica.

Desafios, problemas e perspectivas para o estudo bioarqueológico de doenças na Guerra do Paraguai

A partir de uma breve revisão da extensa historiografia da Guerra do Paraguai, buscamos contemplar os possíveis desafios na identificação de evidências de doenças nos ossos humanos dos indivíduos envolvidos. A seguir, apresentamos os aspectos tafonômicos que podem ter influenciado negativamente na preservação dos remanescentes ósseos humanos e consequentemente nas análises paleopatológicas. Dividimos a descrição em duas partes: primeiro abordaremos o trato com mortos durante e logo após as batalhas. Posteriormente, discorreremos sobre o destino dos mortos e as alterações no território nos anos posteriores ao conflito, com mudanças que ocorrem até hoje e afetam o registro da cultura material da guerra.

A guerra, além de gerar uma quantidade significativa de mortos, provoca alterações drásticas no território e nas características materiais da paisagem. Por suas características únicas, pode gerar a eliminação física de seres humanos, a improvisação nos enterramentos, a profanação de cemitérios inimigos e até mesmo o abandono dos corpos insepultos nos campos de batalha. Códigos e condutas éticas, combinados com táticas durante o combate também afetam o tratamento dos caídos nos fronts de batalha.

Recolher os mortos após os combates nem sempre era viável, seja devido ao abandono deliberado ou à falta de momentos oportunos em meio ao combate em andamento. Na guerra, centenas de milhares de corpos foram deixados para decomposição ao ar livre, desaparecendo ao longo do tempo. Em Estero Bellaco, local de uma das batalhas mais sangrentas no início da ofensiva aliada após a invasão do território paraguaio em abril de 1866, o oficial militar Dionísio Cerqueira testemunhou uma cena angustiante após uma das batalhas, descrevendo que via um extenso tendal de cadáveres horrivelmente mutilados e amontoados (Doratioto, 2002, p.213). Na batalha de Lomas Valentinas, ocorrida em 23 e 24 de dezembro de 1868, José Bernardino Bormann (1897, p.246) relata que “Os bravos estão ali na encosta insepultos; os cadáveres inchados entumescidos, haviam aumentado de volume, e exalavam um cheiro nauseabundo”.

Dentre o arsenal de armas utilizadas nos combates, os canhões de alto calibre, geralmente de fabricação inglesa, se destacavam como os mais devastadores. Eles não apenas ceifavam vidas e causavam ferimentos, mas também, não raramente, despedaçavam a estrutura física dos combatentes. Em 1866, na Batalha de Curupaity, as forças paraguaias desferiram uma grande carga de bombas, lançadas por mais de 90 canhões. A ação resultou, de acordo com Jourdan (2013, p.104), na seguinte descrição: “o inimigo manda-nos também a morte, nos braços da qual caem, logo, centenas de nossos companheiros! A nossa bateria move-se em um solo alastrado de cadáveres brasileiros”. Nessas circunstâncias, a coleta dos corpos dos soldados revelava-se extremamente desafiadora, especialmente quando estes eram despedaçados pelo poder letal dos projéteis explosivos.

Quando era possível oferecer um enterro adequado aos falecidos, seguiam-se os seguintes procedimentos: os oficiais recebiam sepultamentos individuais, e, quando viável, seus corpos

eram transportados para fora da zona de guerra para serem enterrados em cemitérios civis, preferencialmente em seus países de origem. Numerosos vapores foram utilizados, inclusive, para repatriar os corpos de oficiais de alta patente de volta ao Brasil. Um dos casos mais notáveis talvez seja a história pós-morte de Solano López, o Presidente e chefe supremo das forças paraguaias. Ele faleceu e foi sepultado em Cerro Corá em 10 de setembro de 1869, sendo seus restos posteriormente trasladados para o Panteão Nacional dos Heróis em Assunção (Figura 2).



Figura 2: Possíveis restos mortais de Solano López e de outros membros do alto escalão do exército paraguaio.

Foto dos autores, 2022.

No caso dos soldados mortos, o destino frequente era a vala comum, onde centenas de corpos de ambos os lados da guerra eram amontoados e posteriormente cobertos com terra. Ocasionalmente, algum tipo de identificação, como um cruzeiro, era utilizado como marcador. Referente à Batalha de Lomas Valentinas, mencionada anteriormente, Bormann (1897, p.275) relata que, além dos corpos não sepultados, aproximadamente 4.000 pessoas foram enterradas em uma vala comum, local que tivemos a oportunidade de visitar durante a avaliação arqueológica realizada para nosso projeto de pesquisa (Figura 3). O local parece estar razoavelmente bem preservado, proporcionando condições propícias para futuras escavações arqueológicas e pesquisas. No entanto, é plausível considerar que ao longo do tempo, os restos possam ter se misturado e decomposto, dificultando a individualização dos remanescentes ósseos. Essas dificuldades podem surgir devido a vários fatores tafonômicos, como características geológicas, intervenção humana, ações de animais, bactérias, entre outros.



Figura 3: Área onde está localizada uma vala comum dos combates de *Lomas Valentinas* (1869). Foto dos autores, 2022.

Em muitas ocasiões, recorria-se também à prática de queimar os falecidos, levando à criação de grandes crematórios improvisados. Essa abordagem frequentemente levava ao completo ou quase total desaparecimento dos remanescentes esqueléticos, como ocorreu após a batalha de Tuiuti, quando o General Bartolomeu Mitre ordenou a incineração de milhares de mortos (Lima 2016, p.237). Além disso, vastas áreas eram incendiadas por meio da tática de terra arrasada, afetando milhares de indivíduos falecidos, sepultados ou não (Cerqueira 2011, p.108).



Figura 4: Remanescentes de ossos queimados nos campos de Tuyuti, em exibição no *Museu de Paso de Patria*, Paraguay. Foto dos autores, 2023.

Quando possível, os feridos eram transportados para hospitais instalados na retaguarda dos campos de batalha. Nessas instalações, dentre outros procedimentos, eram realizadas amputações, que resultavam na geração de fragmentos ósseos. As amputações eram amplamente utilizadas como procedimento curativo na época, como ilustrado por este trecho do médico militar brasileiro Carlos Frederico dos Santos Xavier Azevedo (1870, p.60): “vieram confirmar essa minha prevenção, que tornou-se mais firme, quando vi, que de 15 amputados, depois do período de comoção e do desaparecimento dos sintomas de reação, só um sucumbiu”.



Figura 5: Igreja transformada em um hospital do exército aliado em Paso de la Patria, Paraguai (1866). Fonte: Biblioteca Nacional do Brasil.



Figura 6: Instrumentos cirúrgicos usados durante a Guerra do Paraguai, atualmente em exibição no Museu de Humaitá, Paraguai. Foto dos autores, 2023.

Com o fim da guerra, diversas alterações ocorreram nos locais de conflito. A paisagem tem se transformado, principalmente devido a alterações causadas por ações antrópicas que afetam os vestígios materiais da guerra, voluntariamente ou não. Em relação às alterações voluntárias, destacamos dois casos muito comuns como exemplo: o primeiro é a chamada “caça aos tesouros”, uma prática que persiste há muito tempo. Muitas pessoas procuram ativamente por itens relacionados ao conflito, seja para fins comerciais, para manterem como souvenirs, ou para compor coleções que, em alguns casos, culminam na criação de museus particulares ou públicos. Conforme observado empiricamente durante nosso trabalho de campo, é evidente que os restos ósseos dentro dessas coleções são pouco frequentes, podendo sugerir uma evitação deliberada em reter ossos, seja motivada por preocupações de higiene ou considerações religiosas. É plausível então assumir que essas atividades sejam destrutivas para tais materiais, provavelmente resultando em seu descarte quando encontrados. O segundo exemplo é a musealização e construção de monumentos nos locais de batalhas e cemitérios, resultando na alteração do terreno e impactando negativamente no registro arqueológico. Quase todos os campos de batalha da Guerra do Paraguai contam com monumentos comemorativos.

Após essa breve análise das dificuldades e desafios na preservação de remanescentes humanos, concluímos que nossa principal fonte ainda reside nos cemitérios, que continuam a abrigar parte desse material, suscetível à análise bioarqueológica, especialmente no âmbito da investigação paleopatológica, que é nosso foco atual nesse capítulo. Mesmo que tenhamos apenas pequenas partes ósseas, as lixeiras dos antigos hospitais também podem contribuir, embora de maneira mais limitada, para a aquisição de exemplares onde podemos analisar doenças.



Figura 7: Local de descarte de membros amputados. Tuiuti, Paraguai. Foto dos autores, 2023.

O papel da paleopatologia no estudo de doenças infecciosas: métodos e perspectivas

De acordo com a literatura, as doenças infecciosas foram as mais recorrentes e letais durante a Guerra do Paraguai. Infecções podem ser causadas por bactérias, vírus, fungos e parasitas. A susceptibilidade de um indivíduo a infecções pode ser determinada por fatores intrínsecos e extrínsecos, como idade, sexo, predisposição genética, elementos nutricionais, condição imunitária, clima e mobilidade geográfica (Roberts & Manchester, 2005).

A análise paleopatológica desempenha um papel fundamental na reconstrução dos padrões de saúde de populações do passado. Contudo, quando restrita à observação macroscópica dos remanescentes osteológicos, apresenta consideráveis limitações devido à existência de lesões similares para diferentes doenças e à potencial suscetibilidade a equívocos interpretati-

vos (Alves-Cardoso et al., 2022). Além disso, como muitas vezes a morte do indivíduo ocorre antes do processo infeccioso atingir os ossos, as frequências de lesões esqueléticas em mortos não podem ser equiparadas às frequências de doenças entre os vivos de um contexto (Wood et al., 1992). Portanto, para otimizar o estudo paleopatológico dos remanescentes humanos da Guerra do Paraguai, será utilizada uma abordagem multidisciplinar, combinando o estudo das fontes históricas (registros escritos, iconográficos e fotográficos) com métodos da arqueologia, osteologia, biologia, imagiologia biomédica e biologia molecular.

Fontes documentais, iconográficas e fotográficas serão utilizadas para documentar qualquer indício de presença de doenças infecciosas, a fim de identificar potenciais condições patológicas que possam ser identificadas durante a investigação osteológica. No entanto, estaremos sempre receptivos ao que essas fontes não registraram, uma vez que é amplamente reconhecido que as fontes históricas podem ser suscetíveis a preconceitos sociais e culturais inerentes, além de serem influenciadas pelas compreensões e perspectivas daqueles que as produziram (Alves-Cardoso et al., 2022).

Posteriormente, todos os fragmentos ósseos das coleções serão analisados macroscopicamente em busca por sinais compatíveis com patologias infecciosas específicas e inespecíficas. O primeiro passo será reconhecer condições patológicas em contraposição às pseudopatologias, que podem se manifestar por meio de variações morfológicas normais dos indivíduos ou alterações tafonômicas - como marcas produzidas por pequenos animais, raízes (Buikstra & Ubelaker, 1994; Klaus, 2017; Roberts & Connel, 2004), deformação óssea por pressão ou erosão do solo (Roberts & Connel, 2004) e ação bacteriana ou fúngica (Klaus, 2017).

Doenças infecciosas específicas são aquelas em que o organismo causador exato é conhecido, como a tuberculose, hanseníase e sífilis (que, no entanto, podem produzir alterações semelhantes no esqueleto). Doenças infecciosas inespecíficas são aquelas em que não é possível distinguir a causa específica através do exame macroscópico das alterações ósseas (Roberts & Manchester 2005). Para estas últimas, métodos alternativos serão utilizados na tentativa de especificá-las, como será discutido posteriormente.

Após a identificação, as lesões serão descritas, fotografadas e diagnosticadas com base em dados clínicos mais análogos ao contexto em questão, seguindo um teste de hipóteses que implica um rigoroso diagnóstico diferencial. As diretrizes sobre registro paleopatológico serão seguidas sistematicamente (Roberts & Connel, 2004; Buikstra, 2019). Depois de descritas, tentar-se-á estabelecer um diagnóstico para as lesões identificadas, que é um dos maiores obstáculos da análise patológica esquelética (Roberts & Connel, 2004). Os ossos reagem de maneira muito limitada às doenças (Ortner & Putschar, 1981) e várias doenças podem gerar lesões semelhantes ou ocorrer ao mesmo tempo, tornando a identificação da causa de uma lesão uma tarefa nem sempre tangível (Roberts & Connel, 2004; Roberts & Manchester, 2005). O diagnóstico será orientado pelos dados clínicos mais análogos que encontrarmos para o contexto em questão (Roberts & Connel, 2004).

Em casos de lesões macroscopicamente inespecíficas, esforços serão feitos para especi-

ficá-las usando técnicas da imagiologia biomédica, como raios-X e tomografia computadorizada. A análise paleopatológica das imagens radiográficas obtidas será baseada no conhecimento da anatomia óssea normal, variações anatômicas e anatomia patológica, além de comparações com radiografias disponíveis na literatura médica (Villa, Frohlich & Lynnerup, 2019).

Como muitas doenças infecciosas não deixam sinais visíveis nos ossos, será realizada uma busca por agentes patogênicos utilizando os métodos de aDNA (DNA antigo). Devido à qualidade geralmente baixa do aDNA, serão seguidos métodos para evitar maior degradação da amostra e a sua contaminação (Spigelman, Shin & Gal, 2012). O alto custo implicado e a natureza destrutiva das análises demandam um rígido critério na seleção das amostras. Informações sobre condições macroambientais e composição do solo serão levadas em consideração no processo para avaliar o potencial de preservação do aDNA em cada sítio arqueológico e a prioridade será dada para os ossos com lesões, ossos de diferentes indivíduos e para as regiões ósseas disponíveis com maior proporção de DNA endógeno (Geigl & Grange, 2018; Parker, Bos, Haak, & Krause, 2021). No caso de sítios com inumações que não puderam ser individualizadas, as amostras serão guiadas também pelos ossos que estimaram o Número Mínimo de Indivíduos, para que seja possível analisar o máximo possível de indivíduos diferentes.

Por fim, a análise de isótopos estáveis de carbono e nitrogênio nos tecidos ósseos será conduzida na tentativa de acessar informações sobre a dieta de populações passadas (Toyne & Turner, 2020), cujos resultados podem indicar o estado de saúde dos indivíduos, paleodemografia e estratégias de vida (Goude, Dori, Sparacello, Starnini & Varalli, 2020).

Alguns dos métodos a serem usados na pesquisa são destrutivos. Dado que os restos humanos são fontes finitas e que representam pessoas que outrora viveram, submeteremos amostras para análise apenas nos casos em que nossas perguntas não possam ser respondidas por métodos não destrutivos. No entanto, a modelagem 3D por fotogrametria de todos os ossos que são analisados por métodos invasivos será realizada como forma de registro.

Algumas considerações finais

O estudo sobre as doenças infecciosas a partir dos remanescentes osteológicos humanos será realizado para aumentar a compreensão sobre o maior conflito bélico da América do Sul, que foi a Guerra do Paraguai, cuja maioria das mortes esteve relacionada a essas doenças, possivelmente até mais do que traumas causados em combate. As dificuldades intrínsecas do estudo bioarqueológico e paleopatológico abrangem desde problemas com a preservação dos ossos ao longo do tempo até o fato de que doenças infecciosas, por mais que presentes em um indivíduo, podem não ser identificadas nos ossos. Para contornar esses problemas e otimizar os resultados, apontamos para uma escolha metodológica adequada, interdisciplinar e multimetodológica, que envolverá escavações arqueológicas sistemáticas, acesso às coleções osteológicas públicas e privadas, uso de fontes escritas, iconográficas e fotográficas e análise paleopatológica baseada

em métodos da osteologia, biologia, imagiologia biomédica e biologia molecular. Para além de confrontar os dados bioarqueológicos com dados de outras fontes já consagradas, o estudo permitirá uma maior compreensão sobre saúde, condições de vida, estratégias médicas da época e da interseção entre conflitos militares, saúde pública e história.

Agradecimentos

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil (CNPq) pelo apoio ao projeto “Materialidades do Conflito e Pós-conflito na Guerra do Paraguai” aprovado no âmbito da chamada “CNPq/MCTI/FNDCT Nº 40/2022 PRÓ-HUMANIDADES”. Os autores também são bolsistas da instituição, sendo Jaisson Teixeira Lino bolsista de Produtividade Nível 2.

Referências bibliográficas

- ALVES-CARDOSO, F.; PALOMO-DÍEZ, S.; CONDE, A.; GOMES, C.; CASIMIRO, S.; SILVA, R. B.; ARROYO-PARDO, E. Metagenomic Research of Infectious Diseases in Archaeological Contexts: Evidence from the Hospital Real de Todos-os-Santos (Portugal). *Applied Sciences*, 12, 1-15. Recuperado de <https://doi.org/10.3390/app12126096>, 2022.
- AZEVEDO, C. F. S. X. História Médico-Cirúrgica da Esquadra Brasileira nas Campanhas do Uruguay e Paraguay, de 1864 a 1869. Rio de Janeiro, RJ: Typographia Nacional, 1870.
- BORMANN, J. B. História da Guerra do Paraguai. Curitiba, PR: Jesuíno Lopes, 1897.
- BUIKSTRA, J. (Ed.). Ortner's Identification of Pathological Conditions in Human Skeletal Remains. Londres: Academic Press. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/C2011-0-06880>, 2019.
- BUIKSTRA, J.; UBELAKER D. (Eds.). Standards for Data Collection from Human Skeletal Remains. Fayetteville, AR: Arkansas Archeological Survey., 1994.
- CERQUEIRA, D. Reminiscências da Guerra do Paraguai. Brasília, DF: Senado Federal do Brasil., 2011.
- DAZA VILLAR, V. Entre la Malaria, la Fiebre Amarilla, la Viruela y la Crisis Fiscal en la Guerra de Independencia, 1815-1819. *Panorama Economico*, 27(4), 834-859, 2019.
- DIAMOND, J. *Guns, Steel and Germs*. Nova Iorque, NY: Norton, 1999.
- DORATIOTO, F. *Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2002.
- GEIGL, E. M.; GRANGE, T. Ancient DNA: The quest for the best. *Molecular Ecology Resources*, 18(6), 1185–1187. Recuperado de <https://doi.org/10.1111/1755-0998.12931>, 2018.
- GOUDE, G. L.; DORI, I.; SPARACELLO, V.; STARNINI, E.; VARALLI A. Multi-proxy Stable Isotope Analy-

- ses of Dentine Microsections Reveal Diachronic Changes in Life History Adaptations, Mobility, and Tuberculosis-Induced Wasting in Prehistoric Liguria (Finale Ligure, Italy, Northwestern Mediterranean). *International Journal of Paleopathology*, 28, 99–111. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.ijpp.2019.12.007>, 2020.
- HANSON, J. R. Bio-Archaeology of the Fort Craig Skeletal Population (relatório). Recuperado de https://www.academia.edu/11555621/Bioarchaeology_of_the_Fort_Craig_Skeletal_Population, 2014.
- JAMESON, J. Artifacts of Internment: Archaeology and Interpretation at Two American Civil War Prisoner-of-War Sites. In H. Mytum & G. Carr (Eds.), *Prisoners of War: Archaeology, Memory, and Heritage of 19th- and 20th-Century Mass Internment* (pp. 23-40). Nova Iorque, NY: Springer, 2013.
- JOURDAN, E. Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro, RJ: RCMP, 2013.
- KLAUS, H. Paleopathological Rigor and Differential Diagnosis: Case Studies Involving Terminology, Description, and Diagnostic Frameworks for Scurvy in Skeletal Remains. *International Journal of Paleopathology*, 19, 96–110. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.ijpp.2015.10.002>, 2017.
- LIMA, L. O. A Guerra do Paraguai. São Paulo, SP: Planeta, 2016.
- LYNCH, J. Simon Bolívar: A Life. Londres: Yale University Press, 2006.
- MCNUTT, R. K. The Archaeology of Military Prisons from the American Civil War: Globalization, Resistance and Masculinity. *World Archaeology*, 51, 689-708, 2019.
- ORTNER, D.; PUTSCHAR, W. Identification of Pathological Conditions in Human Skeletal Remains. Washington, DC: Smithsonian Institution Press, 1981.
- PARKER, C. E.; BOS, K. I.; HAAK, W.; KRAUSE, J. Optimized Bone Sampling Protocols for the Retrieval of Ancient DNA from Archaeological Remains. *Journal of Visualized Experiments*, 177, 1–20. Recuperado de <https://doi.org/10.3791/63250>, 2021.
- ROBERTS, C.; CONNELL, B. Guidance on Recording Palaeopathology. In M. Brickley & J. McKinley (Eds.), *Guidelines to the Standards for Recording Human Remains* (pp. 34-39). Reino Unido: Universidade de Southampton, 2024.
- ROBERTS, C.; MANCHESTER, K. The Archaeology of Disease. Cheltenham: The History Press, 2005.
- ROCHA, A. S. da. “Ótimo para o recrutamento por ser índio”: soldados indígenas da Província das Alagoas na Guerra do Paraguai (1864-1870). In Esselin, P. M. e Oliveira, J. E. de. *A Grande Guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (1864-1870): história, historiografia e memória*. Palmas: Editora Nagô, p. 251-268, 2024.
- SMALLMAN-RAYNOR, M.; ANDREW, C. War Epidemics: An Historical Geography of Infectious Diseases in Military Conflict and Civil Strife, 1850–2000. Nova Iorque, NY: Oxford University Press, 2004.
- SPIGELMAN, M.; SHIN D. H.; GAL, G. K. B. The Promise, the Problems, and the Future of DNA Analysis in Paleopathology Studies. In A. L. Grauer (Ed.), *A Companion to Paleopathology* (pp. 133–151). Hoboken, NJ: Blackwell. Recuperado de <https://doi.org/10.1002/9781444345940.ch8>,

2012.

- TOYNE, J. M.; TURNER, B. L. Linking Isotope Analysis and Paleopathology: An Andean Perspective. *International Journal of Paleopathology*, 29, 117-127. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.ijpp.2019.11.002>, 2020.
- VIESCA-TREVIÑO, C. Epidemias y enfermedades en tiempos de Independencia. *Rev Med Inst Mex Seguro Soc.*, 48(1), 47-54, 2010.
- VILLA, C.; FROHLICH, B.; LYNNERUP, N. The Role of Imaging in Paleopathology. In J. E. Buikstra (Ed.), *Ortner's Identification of Pathological Conditions in Human Skeletal Remains* (pp. 169-182). Cambridge, MA: Academic Press. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-809738-0.00007-7>, 2019.
- WOOD, J. W.; MILNER, G. R.; HARPENDING, H. C.; WEISS, K. M.; COHEN, M. N.; EISENBERG, L. E.; WILKINSON, R. G. The Osteological Paradox: Problems of Inferring Prehistoric Health from Samples [and comments and reply]. *Current Anthropology*, 33(4), 343-370. Recuperado de <https://www.jstor.org/stable/2743861>, 1992.

Recebido em: 03/07/2024

Aprovado em: 30/08/2024

Publicado em: 17/12/2024

COMPOSIÇÃO DAS PASTAS CERÂMICAS GUARANI DA ÁREA ARQUEOLÓGICA DA FOZ DO CHAPECÓ, ALTO RIO URUGUAI

COMPOSITION OF GUARANI CERAMIC PASTES IN THE FOZ DO CHAPECÓ ARCHAEOLOGICAL AREA, UPPER URUGUAY RIVER

Aline Bertoncello^a

Mirian Carbonera^b

Daniel Loponte^c

Marcos César Pereira Santos^d

Antoine Lourdeau^e

^a Doutoranda em Ciências Ambientais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), Brasil. E-mail alinebert@unochapeco.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2394-180X>.

^b Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e coordenadora do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), Brasil. E-mail: mirianc@unochapeco.edu.br, Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3651-1438>.

^c Pesquisador do Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas (CONICET), Instituto Nacional de Antropologia e Pensamento Latino-Americano (INAPL), Argentina. E-mail: dashtown@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3826-5595>.

^d Professor visitante no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil. E-mail: marcoscesar.arqueologia@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3286-4930>.

^e Professor no Muséum National d'Histoire Naturelle, UMR 7194-HNHP, França -E-mail: a.lourdeau@gmail.com Professor na Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4701-7953>.

RESUMO

Neste artigo, analisamos as pastas cerâmicas de vasilhames da Unidade Arqueológica Guarani (UAG), por meio do estudo de 29 lâminas petrográficas realizadas a partir de fragmentos de recipientes recuperados em quatro sítios arqueológicos do Holoceno Tardio, localizados na área arqueológica da Foz do Chapecó, alto rio Uruguai, Santa Catarina (Brasil). O objetivo geral é identificar a composição das pastas utilizadas para a confecção da cerâmica, cuja elaboração reflete o comportamento cultural das artesãs quanto à preparação das pastas de argila, a fim de utilizá-la na confecção da cerâmica. Neste trabalho, analisamos a composição geral das pastas, os tipos de inclusões e a quantidade de poros. Como principais resultados, observou-se que todas as pastas apresentam uma composição similar quanto à proporção de inclusões e quantidade de poros, indicando técnicas de confecção recorrentes para sua elaboração. As diferenças mais significativas observam-se em relação aos tipos de inclusões utilizadas, que variam entre quartzo, minerais opacos, óxidos, chamote e fragmentos líticos.

PALAVRAS-CHAVE

Petrografia, Cerâmica da Unidade Arqueológica Guarani, Alto rio Uruguai, Santa Catarina.

ABSTRACT

In this article, we analyze the ceramic pastes of pottery from the Guarani Archaeological Unit (UAG) by examining 29 petrographic thin sections derived from fragments of vessels retrieved at four Late Holocene archaeological sites situated in the Foz do Chapecó area along the upper Uruguay River in Santa Catarina, Brazil. Our primary objective is to identify the composition of the pastes used in pottery production, as their preparation reflects the cultural practices of artisans regarding clay paste preparation for ceramic manufacturing. We analyze the overall composition of the pastes, the types of inclusions present, and the quantity of pores. Our findings reveal that all pastes exhibit similar compositions in terms of inclusion proportion and pore quantity, suggesting consistent production techniques in their elaboration. However, notable differences are observed in the types of inclusions utilized, which range from quartz, opaque minerals, oxides, chamotte, to lithic fragments.

KEYWORDS

Petrography, Ceramics, Guarani Archaeological Unit, Upper Uruguay River, Santa Catarina.

COMO CITAR ESTE ARTIGO

BERTONCELLO, Aline; CARBONERA, Mirian; LOPONTE, Daniel; SANTOS, Marcos César Pereira; LOURDEAU, Antoine. Composição das pastas cerâmicas da unidade arqueológica guarani da área arqueológica da foz do Chapecó, alto Rio Uruguai. *Cadernos do Lepaarq*, v. XXI, n. 42, p. 97-119, Jul-Dez. 2024.

Introdução

A Unidade Arqueológica Guarani é a expressão material de grupos horticultores originários da Bacia Amazônica que se expandiram pela Bacia do Prata durante a primeira metade do segundo milênio AP (Brochado, 1984; Noelli 1999–2000; Schmitz, 1991). No alto vale do rio Uruguai, que é um dos rios formadores dessa bacia, o povoamento por esses grupos teve início por volta de 1240 ± 15 anos 14C antes do presente, isto é, entre 773 e 888 da Era Comum (CE) (Loponte, Carbonera, Radaeski, 2024). A partir desse momento, e até em adiantado período colonial, essas populações deixaram um registro arqueológico que hoje apresenta-se praticamente contínuo ao longo do vale, até as proximidades da confluência dos rios Canoas e Pelotas, onde a UAG encontrou um limite ecológico para sua expansão (Loponte, Carbonera, Radaeski, 2024).

O estudo dos conjuntos arqueológicos Guarani do vale teve um impulso nos últimos anos, com foco em diversos aspectos de sua cultura material, bem como aspectos de condutas relacionados com a dieta, mobilidade e comportamentos mortuários. Este estudo, que forma parte dessa nova dinâmica das pesquisas, visa contribuir no entendimento de aspectos da tecnologia cerâmica Guarani por meio da análise da composição das pastas de fragmentos recuperados em quatro sítios localizados no curso do alto rio Uruguai, na área arqueológica da Foz do Chapecó, no estado de Santa Catarina (Brasil). A análise da composição das pastas foi realizada por meio de lâminas petrográficas a partir de fragmentos cerâmicos procedentes dos sítios ACH-LP-1, ACH-LP-3, ACH-SU-1-C2 e C3, ACH-SU-3-C2 localizados no município de Águas de Chapecó (SC) e recuperados durante as escavações desenvolvidas por Caldarelli et al. (2010), em decorrência da construção da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó. Esse estudo enquadra-se dentro de um reestudo da área, no âmbito do projeto Povoamentos Pré-históricos do Alto Rio Uruguai (POPARU)¹.

O estudo das pastas de cerâmicas arqueológicas em contexto arqueológico Guarani

A composição da pasta destinada à manufatura de vasilhas arqueológicas tem assinaturas culturais precisas que se relacionam com as linhagens de aprendizagem intergeracionais das artesãs (Boyd; Richerson, 1985; Harmon et al., 2006; Crown, 2014; Reedy, 2017; Rice, 1987; Stark, 2003). Seu estudo possibilita caracterizar a matéria-prima coletada e preparada pelas ceramistas, a qual tem uma alta carga de conhecimentos apreendidos pelas próprias artesãs e que nos permitem caracterizar os estilos tecnológicos da cerâmica (cf. Lechtman, 1977). Esses estudos possibilitam avaliar eventuais diferenças espaço-temporais para discutir trajetórias culturais em diferentes escalas arqueológicas (Harmon et al., 2006; Tehrani, Riede, 2008; Tehrani et al., 2010).

Os estudos prévios das pastas cerâmicas das vasilhas da UAG têm demonstrado uma notável homogeneidade na preparação das pastas. Observa-se que estas apresentam quantidades homogêneas de inclusões e poros. As principais inclusões detectadas correspondem a quartzo, óxidos, minerais opacos, fragmentos líticos e chamote. As principais diferenças observadas

1 Pesquisa autorizada por meio do Processo IPHAN N. 01510.000926/2013-31.

apontam que alguns tipos de inclusões podem variar quanto à frequência, mas não quanto à quantidade total de inclusões (Pérez et al., 2009; Zorzi, Tchilinguirían, 2013; Carbonera, 2014; Caparelli, 2019; Carbonera, Loponte, 2020).

O primeiro trabalho de petrografia cerâmica da UAG foi desenvolvido por Pérez et al. (2009), onde foram comparados os dados de lâminas petrográficas de amostras dos sítios Arroyo Fredes, El Arbolito e Arenal Central, todos localizados no delta do Paraná e no estuário do rio da Prata, na província de Buenos Aires (Argentina). Os resultados obtidos com esse trabalho mostram um elevado percentual de chamote e de fragmentos líticos na pasta, inclusive nas amostras do sítio Arroyo Fredes, ainda que localmente as rochas estejam praticamente ausentes (Pérez et al., 2009). Isso permite sugerir aos pesquisadores que as artesãs empregavam rochas obtidas no vale inferior do rio Uruguai, a algumas dezenas de quilômetros de Arroyo Fredes, onde há oferta de rochas duras encontradas nos fragmentos cerâmicos analisados. Outro aspecto importante observado nesses estudos é que a fluidalidade das pastas é relativamente baixa, isto é, o processo de amassado parece ter sido relativamente sumário. Essas análises também demonstraram uma significativa homogeneidade na elaboração de pastas entre os sítios Arroyo Fredes, El Arbolito e Arenal Central.

Para o alto vale do rio Uruguai, a análise de cerâmicas de sítios Guaraní pré-coloniais foram efetuadas por Carbonera (2014) e Carbonera e Loponte (2020). Os resultados gerais permitiram observar pastas com um baixo grau de fluidez e escasso amassado, similar ao observado nas lâminas no delta do Paraná. Com respeito à composição das pastas, foi observada uma preponderância de matriz $55,9 \pm 10,4\%$, com uma variação que oscila entre 36% a 75%, apresentando um coeficiente de variação (CV) moderado (18,6%). O segundo componente mais importante são as inclusões, que alcançam uma média de $28,7 \pm 12,7\%$, com valores extremos que oscilam entre 8% e 53% e, por consequência, apresentando um CV de 44,3%. A quantidade de poros também foi levantada, e estes apresentam uma média de $15,3 \pm 5,7\%$, com valores que oscilam entre 10% e 25%, e casos atípicos com valores de 5%. Esses resultados permitiram observar que a pasta da UAG teve na área da Volta do Uvã, para contextos pré-coloniais próximos do período colonial, um promédio na composição geral de 55% de matriz, 15% de poros e 30% de inclusões. Com relação às últimas, as três inclusões principais identificadas correspondem a quartzo, chamote e minerais opacos. O quartzo representou a inclusão mais abundante ($33,7 \pm 16,3\%$, CV = 48%), seguido do chamote ($29,6 \pm 23,2\%$; CV = 78%) e dos minerais opacos e óxidos ($23,7 \pm 19,1\%$; CV = 80%). Além disso, como se observa, os CVs são altos, maiores que o CV total das inclusões (CV = ~ 44 %). Por isso, esses pesquisadores sugeriram que os ceramistas da UAG consideraram como pastas adequadas para confeccionar um vasilhame as que tinham aproximadamente um terço das inclusões totais sobre a matriz e que essa proporção era alternativamente alcançada com distintos antiplásticos, dependendo talvez da carga natural das pastas e/ou do antiplástico disponível. Outro antiplástico detectado, porém em muita baixa proporção, corresponde aos grandes fragmentos líticos que alcançam vários milímetros de comprimento e são visíveis a olho nu, mesmo que sua quantidade seja muito pequena e que eles não apareçam nos campos visuais das lâmi-

nas petrográficas. Estes poderiam ter sido incorporados por necessidade mecânica de estabilizar paredes grossas em recipientes de grande espessura. Não obstante, também se tem observado esses fragmentos líticos de maneira menos frequente em alguns recipientes de menor tamanho, os quais poderiam ter sido incorporados acidentalmente devido à presença de fragmentos de rochas desagregadas no ambiente de trabalho dos ceramistas.

Materiais e métodos

Área de estudo

A área de estudo está situada no alto vale do rio Uruguai, no estado de Santa Catarina, em uma região cuja vegetação natural é a floresta do alto Paraná, que é uma das ecorregiões da Mata Atlântica, compreendida no planalto meridional abaixo dos 600 msnm (Figura 1). O ambiente caracteriza-se pelo desenvolvimento de uma floresta decidual, com precipitações que alcançam regularmente 2.400 mm anuais. Os sítios arqueológicos Guarani mais extensos localizam-se preferencialmente nos patamares próximos ao rio Uruguai e nas desembocaduras de seus afluentes.

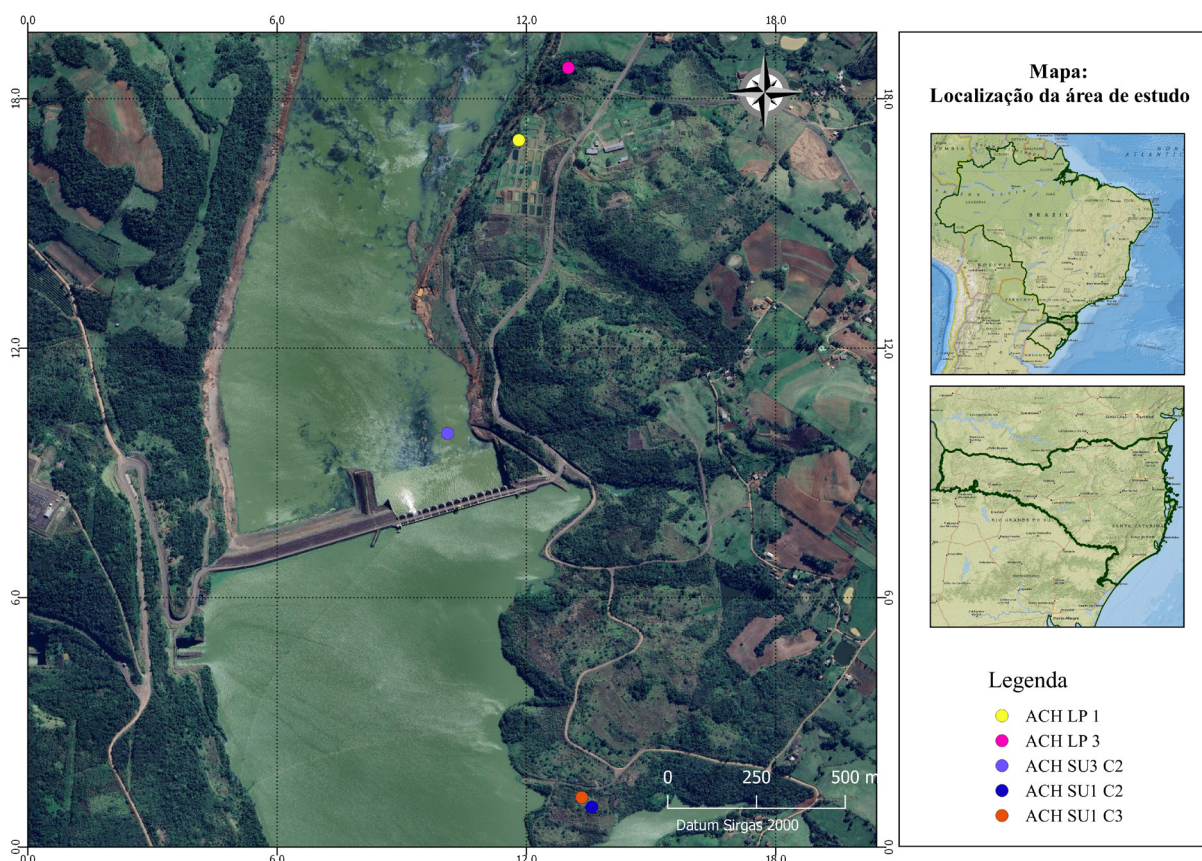


Figura 1: Área de estudo com localização dos sítios analisados na área arqueológica de Foz do Chapecó. Fonte: Elaborado pelos autores a partir da base de dados do Google Earth (2023).

Seleção da amostra

O material cerâmico selecionado para petrografia é proveniente de quatro sítios arqueológicos associados à unidade arqueológica Guarani, ACH-LP-1, ACH-LP-3, ACH-SU-1-C2 e C3², ACH-SU-3-C2. Os últimos dois sítios têm datações entre 470 ± 40 e 320 ± 60 anos 14C AP, dentro de um intervalo cronológico calibrado entre ~ 1.400 e 1.700 anos CE (Tabela 1, Figuras 1 e 2). Esses sítios foram registrados e escavados no canteiro de obras da usina hidrelétrica Foz do Chapecó (Caldarelli et al., 2010), na mesma área onde atualmente são desenvolvidos trabalhos de escavação de outros sítios da UAG (Lourdeau et al., 2016; Carbonera et al., 2018; 2024; Pereira Santos et al., 2021; 2024).

Sítio	Código laboratório	Método	Amostra	Idade	1 s	Cal CE (95%)	Cal BP (95%)	Zona	m E	m N	Município	Referência		
ACH-SU-03-C2	Beta 226116	¹⁴ C	Carvão	470	40	1410	1622	540	328	22 J	297761	6996390	Águas de Chapecó	Caldarelli, 2010
ACH-SU-01-C3	Beta 236424	¹⁴ C	Carvão	400	40	1454	1628	496	322	22 J	298000	6995500	Águas de Chapecó	Caldarelli, 2010
ACH-SU-01-C3	Beta 236426	¹⁴ C	Carvão	360	40	1463	1646	488	305	22 J	298000	6995500	Águas de Chapecó	Caldarelli, 2010
ACH-SU-03-C2	Beta 226115	¹⁴ C	Carvão	320	60	1459	1800	466	155	22 J	297761	6996390	Águas de Chapecó	Caldarelli, 2010

Tabela 1: Cronologia dos sítios analisados.

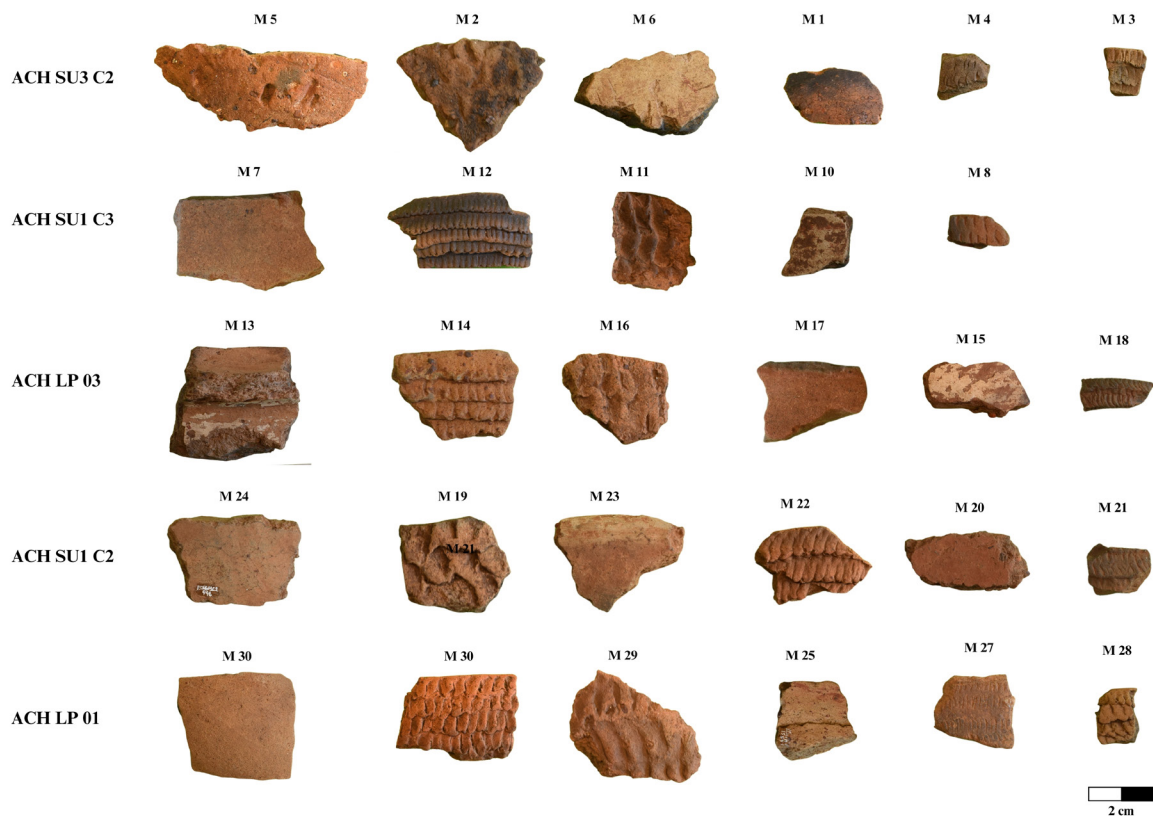


Figura 2: Fragmentos de cerâmica selecionados e analisados amostrados dos sítios: ACH-LP-1, ACH-LP-3, ACH-SU-1-C2 e C3, ACH-SU-3-C2. Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

2 É importante ressaltar que para o sítio ACH-SU1, foram selecionadas seis amostras para cada concentração, ou seja, são quatro sítios analisados, mas são cinco grupos de amostras.

BERTONCELLO, Aline; CARBONERA, Mirian; LOPONTE, Daniel; SANTOS, Marcos César Pereira; LOURDEAU, Antoine. Composição das pastas cerâmicas da unidade arqueológica guarani da área arqueológica da foz do Chapecó, Alto Rio Uruguai.

Todos os sítios analisados apresentaram diferentes graus de impacto pós-deposicional, sobretudo por atividades antrópicas. Na maioria dos casos, as áreas foram utilizadas para agricultura durante décadas. No sítio ACH-SU-1, foram observadas três concentrações de material arqueológico, sendo escavados 10% de cada concentração. Para este trabalho, foram amostradas as concentrações 2 e 3, sendo que a concentração 3 apresenta datas 14C. O sítio ACH-SU-3 tinha duas concentrações, selecionamos a concentração 2, que apresentou estruturas de combustão e funerárias. Por fim, ACH-LP-1 e ACH-LP-3 entraram no presente estudo porque apresentam alto número de fragmentos cerâmicos.

Desse modo, de cada sítio, foram escolhidos seis fragmentos cerâmicos a partir dos seguintes atributos: 1) fragmentos com pasta homogênea; 2) fragmentos com pastas heterogêneas; 3) fragmentos com granulometria fina; 4) fragmentos com granulometria grossa; 5) fragmentos com pastas mais carregadas de antiplásticos e; 6) fragmentos com rochas ou minerais facilmente visíveis a olho nu. Também se consideraram diferentes tipos de tratamento da superfície, sendo selecionados para cada sítio fragmentos corrugados, lisos, unguados e pintados. No caso do sítio ACH-SU-3, procuramos também incluir fragmentos de peças de contexto funerário.

Ao total, foram selecionadas 29 amostras, que foram encaminhadas ao laboratório de petrografia no departamento de Geologia da Faculdade de Ciências Exatas e Naturais da Universidade de Buenos Aires³ (Figura 2, Tabela 2). O processamento das amostras iniciou com a consolidação e impregnação da cerâmica com resina. Em seguida, o corte foi feito com serra diamantada e, na sequência, realizou-se o desbaste da cerâmica por meio abrasivo até alcançar 30 micras de espessura, depois, foram confeccionadas as lâminas (Quinn, 2013).

A leitura e descrição qualitativa e quantitativa foi efetuada com utilização de microscópio petrográfico de luz polarizada Feldmann Wild Leitz (FWL-3300/POL-PETRO), no laboratório do Núcleo de Estudos Paleo Ambientais (NEPA) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Unioeste, campus Francisco Beltrão. Para cada lâmina, foram realizadas duas etapas de análise. Na primeira, foi contabilizada a porcentagem de matriz, poros e de inclusões; na segunda etapa, foram observados os tipos de inclusões (por exemplo, óxidos, minerais opacos, líticos e chamote) e a porcentagem de cada elemento dentro do campo de visão. Nesse trabalho, não foi realizada uma análise detalhada dos tipos de minerais opacos e líticos, já que a intenção foi avaliar os critérios gerais para a constituição das pastas para a confecção de vasilhames.

Resultados e discussão

Resultados gerais da composição das pastas

Os cortes petrográficos apresentam setores externos claros, produtos de uma boa oxidação, e núcleos progressivamente mais escuros no centro, o que é típico da queima da cerâmica da UAG (Carbonera, 2014; Pérez et al., 2009). Na primeira observação no microscópio, foi eviden-

3 Processo de envio ao exterior aprovado pelo Parecer Técnico nº 8/2022/DIVTEC IPHAN-SC/IPHAN-SC.

ciado que aproximadamente 50% das amostras têm inclusões orientadas seguindo o movimento do amassado, com uma fluidalidade moderada; as demais apresentam fluidalidade baixa. Essa observação geral sobre as cerâmicas da UAG aqui analisadas tem resultados similares aos observados nas pastas Guarani do delta do Paraná e na Volta do Uvá (Pérez et al., 2009; Carbonera e Loponte, 2020). Outro aspecto tecnológico que também unifica são as numerosas microfaturas nas pastas. Essas microfaturas provavelmente resultaram da dilatação diferencial dos óxidos de ferro das pastas, porque, durante o processo de queima, os óxidos expandem-se significativamente e, ao esfriar, contraem-se dentro das matrizes, deixando cavidades periféricas ao redor dos grãos (Quinn, 2013). Essas microfaturas, e eventualmente cavidades periféricas, também se observam ao redor dos fragmentos líticos e minerais opacos. Em alguns cortes, são observados chamotes, que apresentam suas próprias estruturas com inclusões correspondentes a fragmentos triturados de outro ciclo de produção de vasilhas. Esses chamotes secundários indicam o emprego sucessivo de vasilhas quebradas como tempero.

Quartzos, óxidos e minerais opacos em geral apresentam boa seleção de tamanho, e os grãos de quartzo têm formas preponderantemente arredondadas de origem fluvial. No caso dos óxidos, alguns deles podem apresentar orientações alargadas ou impressão em negativo às silhuetas dos chamotes, sinalizando que são componentes naturais das pastas que estavam em estado plástico no momento em que a pasta foi amassada. Desta maneira, é mais provável que correspondam a inclusões naturais dos bancos de argila (Figuras 3 e 4).

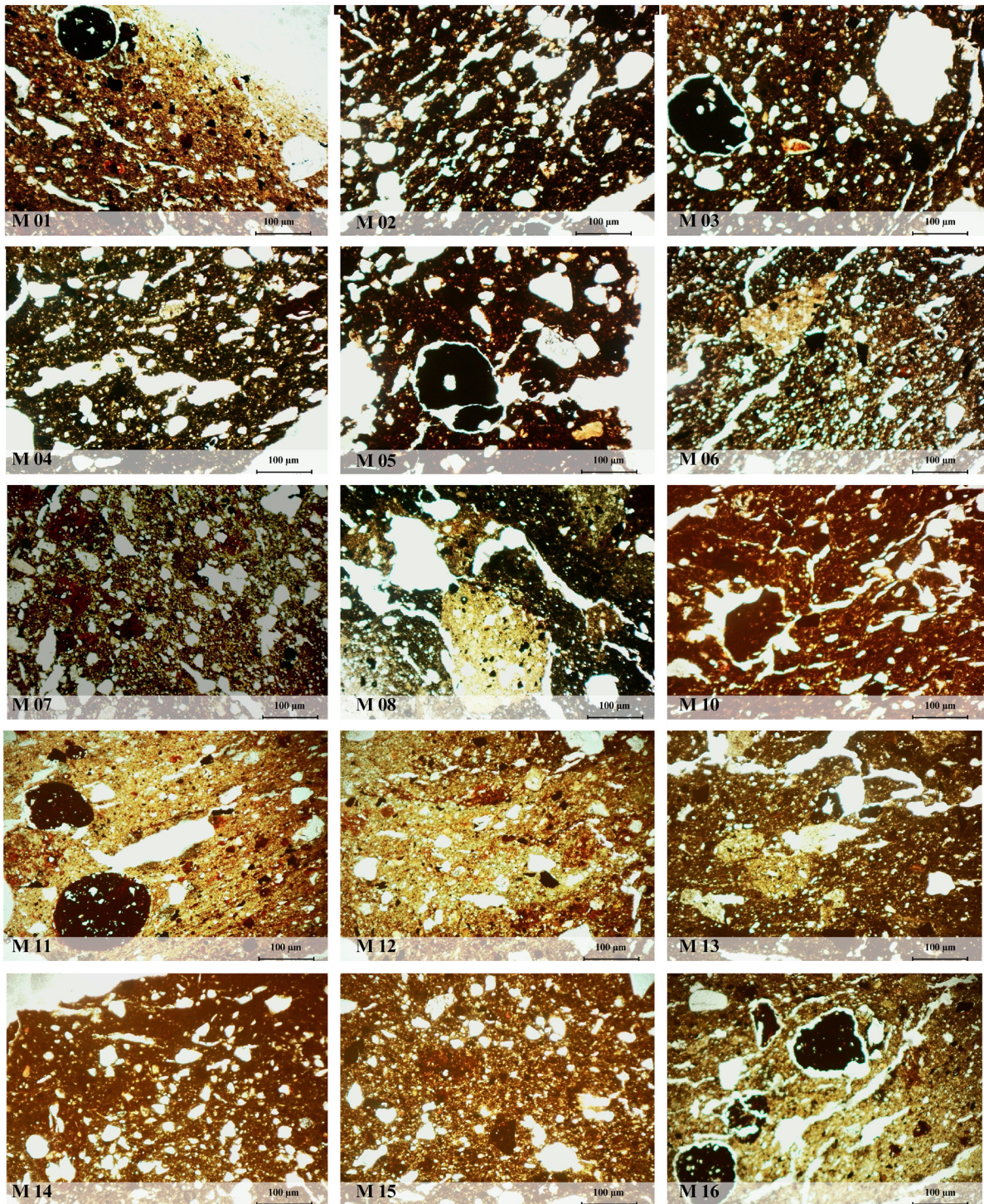


Figura 3: Fotografias microscópicas com detalhes das pastas cerâmicas. M1 a M6 sítio ACH-SU3-C2. M7 a M12 sítio ACH-SU1-C3. M13 a M16 sítio ACH-LP-03. Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

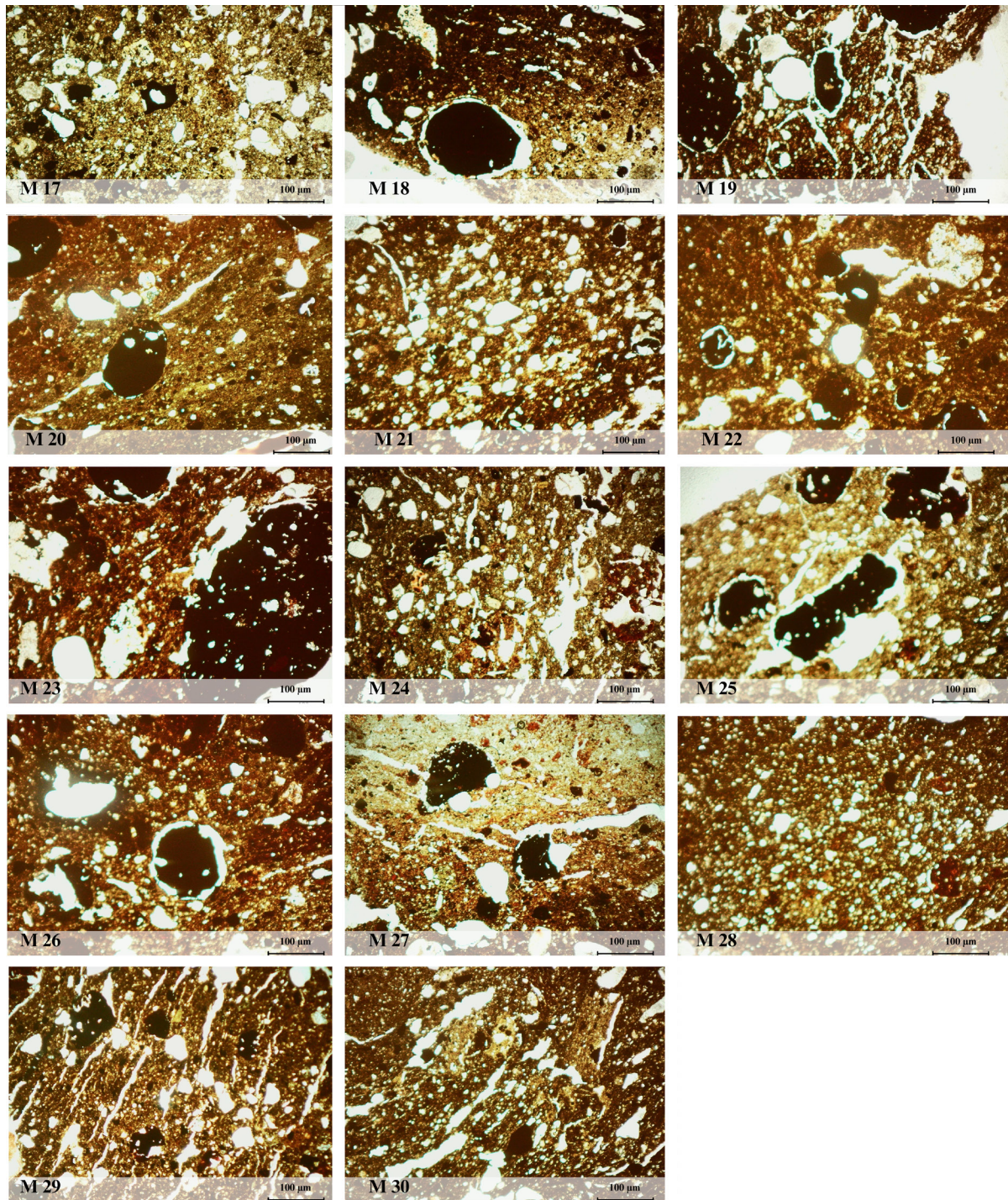


Figura 4: Fotografias microscópicas com detalhes das pastas cerâmicas. M17 a M18 sítio ACH-LP-03. M19 a M24 sítio ACH-SU1-C2. M25 a M30 sítio ACH-LP-01. Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

De fato, estudos geoarqueológicos e sedimentares realizados na área da pesquisa demonstram a existência predominante de depósitos argilosos ricos em minerais ferrosos associados a lato e nitossolos. Olhando para as proporções gerais das amostras dos quatro sítios da Foz do Chapecó, a matriz representa um promédio de $44,5 \pm 4,7\%$ do campo visual; as inclusões, $47,0 \pm 4,6\%$; e os poros $8,5 \pm 2,5\%$ (Tabela 2). Esses valores, que são relativamente similares aos observados nos cortes da Volta do Uvã e delta do Paraná, apresentam uma ligeira maior quanti-

dade de inclusões e uma menor porosidade, resultando em pastas que, ao tato, parecem ser um pouco mais arenosas. O componente arenoso desses depósitos apresenta granulometria fina, de composição quartzosa, de origem fluvial (Biffi, 2023; Bertolini et al., 2022; Bertolini, Naibo, Graeff, 2017; Pereira Santos et al., 2021; 2024). Os resultados da quantificação das proporções dos componentes maiores das pastas de cada amostra estão detalhados na Tabela 4, mesmo que na Tabela 3 apresentem-se os dados agrupados por sítio.

Com respeito à variabilidade intersítios, esta não apresenta diferenças estatisticamente significativas, considerando os cinco grupos de amostras dos sítios da Foz do Chapecó aqui analisados, tanto no número de poros (Tukey, ANOVA, $p = 0,225$), matriz (Tukey, ANOVA $p = 0,299$) e inclusões (Tukey, ANOVA $p = 0,445$) (Tabela 3, Figura 5). Os resultados revelam um ligeiro agrupamento segundo o sítio que se considere (Figura 5), e ademais, as distâncias entre as amostras dos distintos sítios são muito pequenas, independentemente do método de agrupamento que se use (Figura 6). Esses resultados demonstram a existência de critérios compartilhados quanto às diretrizes básicas para o preparo das pastas entre as ceramistas da UAG da região. A única diferença observada mais significativa corresponde à quantidade de poros das amostras do sítio ACH-SU1-C2 (Tabela 3), mas esse caso é um registro isolado, que poderia se dever a problemas específicos dessas amostras durante o processo de laminação, como também pela incidência de processos pós-deposicionais (Rye, 1981; Rice, 1987).

Sítio	Amostra	Porosidade (%)	Matriz (%)	Inclusões (%)	Total
ACH LP 1	M30-2415	8,3	46,7	45,0	100
ACH LP 1	M29-1124	13,3	46,7	40,0	100
ACH LP 1	M28-1251	10,0	41,7	48,3	100
ACH LP 1	M27-2787	10,0	30,0	60,0	100
ACH LP 1	M26-3124	10,0	33,3	56,7	100
ACH LP 1	M25-1559	6,7	48,3	45,0	100
ACH SU1 C2	M24-996	13,3	41,7	45,0	100
ACH SU1 C2	M23-1185	6,7	46,7	46,6	100
ACH SU1 C2	M22-186	4,0	44,5	51,5	100
ACH SU1 C2	M21-522	11,0	37,3	51,7	100
ACH SU1 C2	M20-246	6,7	47,3	46,0	100
ACH SU1 C2	M19-147	5,0	45,0	50,0	100
ACH LP3	M18-1896	6,7	48,3	45,0	100
ACH LP3	M17-4042	7,3	46,7	46,0	100
ACH LP3	M16-1129	8,3	51,7	40,0	100
ACH LP3	M15-3253	4,0	43,3	52,7	100
ACH LP3	M14-218	8,3	44,0	47,7	100
ACH LP3	M13-301	6,7	43,3	50,0	100
ACH SU1 C3	M12-2167	11,7	45,0	43,3	100
ACH SU1 C3	M11-4570	8,3	50,0	41,7	100
ACH SU1 C3	M10-484	6,7	50,0	43,3	100
ACH SU1 C3	M8-114	9,0	43,0	48,0	100
ACH SU1 C3	M7-264	10,0	43,3	46,7	100
ACH SU3 C2	M6-1164	10,0	46,7	43,3	100
ACH SU3 C2	M5	6,7	41,7	51,6	100
ACH SU3 C2	M4-1325	6,7	48,3	45,0	100
ACH SU3 C2	M3-51	10,0	46,7	43,3	100
ACH SU3 C2	M2	11,7	45,0	43,3	100
ACH SU3 C2	M1	10,0	43,3	46,7	100

Tabela 2: Relação de amostras e composição geral das pastas por amostra e sítio. Fonte: Elaborada pelos autores (2023).

Sítio	Porosidade (%)	CV	Matriz (%)	CV	Inclusões (%)	CV
ACH LP 1	9,71 ± 2,20	22,66	41,12 ± 7,73	18,80	49,17 ± 7,66	15,58
ACH SU1 C2	7,68 ± 3,61	47,01	43,75 ± 3,72	8,50	48,48 ± 2,94	6,06
ACH LP3	6,88 ± 1,59	23,11	46,22 ± 3,36	7,27	46,90 ± 4,38	9,34
ACH SU1 C3	9,14 ± 1,87	20,46	46,26 ± 3,50	7,57	44,60 ± 2,63	5,90
ACH SU3 C2	9,60 ± 2,09	21,77	45,28 ± 2,45	5,41	45,55 ± 3,31	7,27
Média	8,52 ± 2,46	28,87	44,47 ± 4,68	10,52	47,02 ± 4,62	9,83

Tabela 3: Média, desvio-padrão e coeficiente de variação das amostras de acordo com cada sítio. Fonte: Elaborada pelos autores (2023).

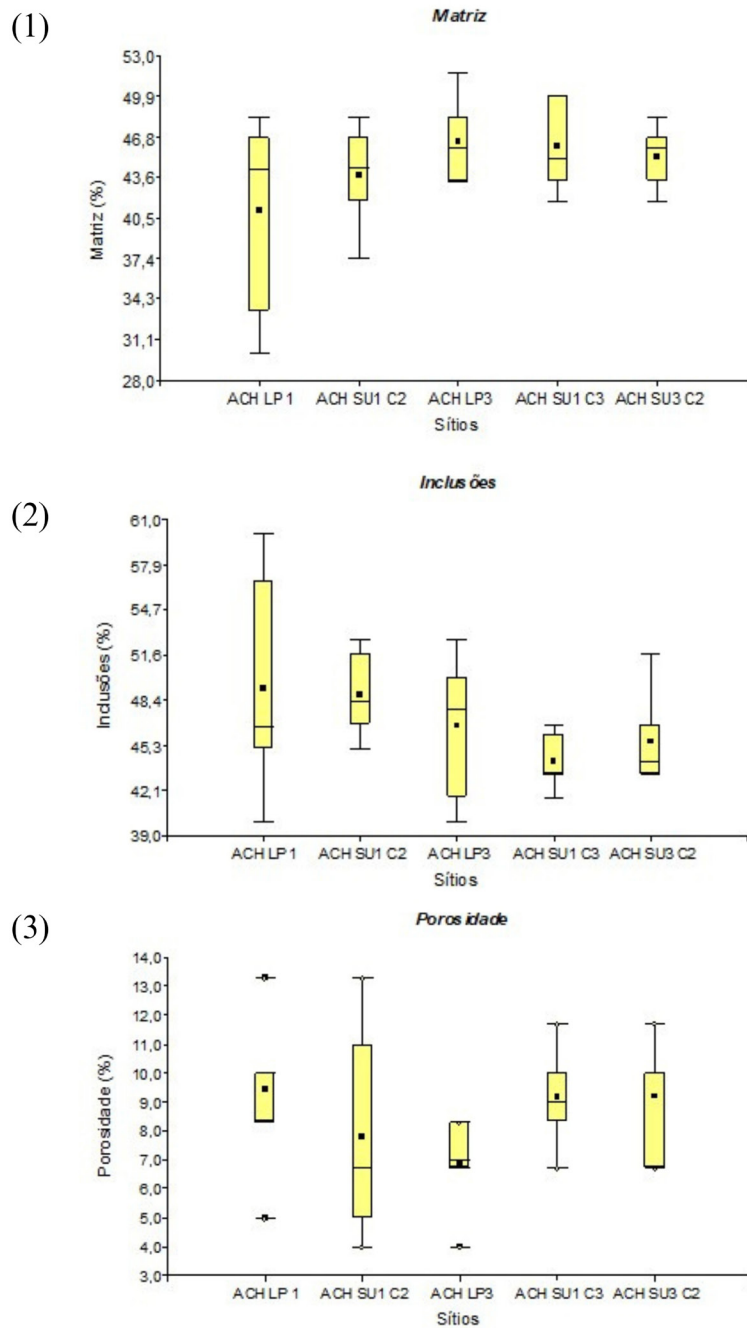


Figura 5: Comparativo entre os sítios quanto às inclusões, a matriz e a porosidade. Fonte: Elaborada pelos autores (2023).

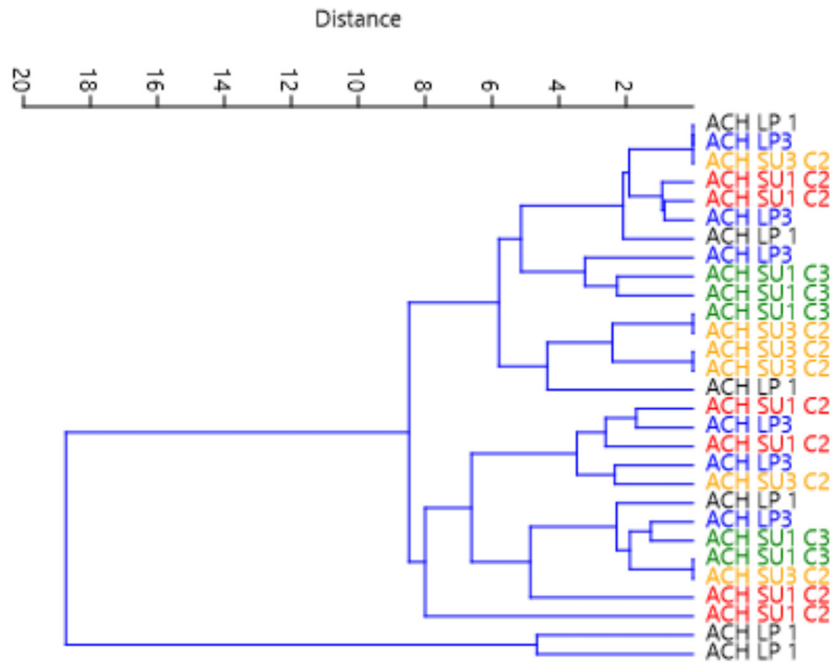


Figura 6: Distância euclidiana considerando as porcentagens de inclusões, espaços porais e matriz. Fonte: Elaborada pelos autores (2023).

Inclusões

Com relação às inclusões, em todas as amostras, foi observada uma quantidade relevante de quartzo, minerais opacos indeterminados e óxidos. De maneira irregular, identificaram-se chamotes (Figura 7) e fragmentos líticos em algumas amostras (Tabelas 4 e 5). Em todas as amostras, a inclusão de maior proporção é a do quartzo, com uma média de $46,8 \pm 12,6\%$ ($CV = 27\%$), com intervalos máximos e mínimos entre 24% e 80% do total das inclusões. Em sua maioria, apresenta-se em formato arredondado, mas existem pequenas quantidades de grãos angulosos e irregulares de tamanhos similares aos arredondados.

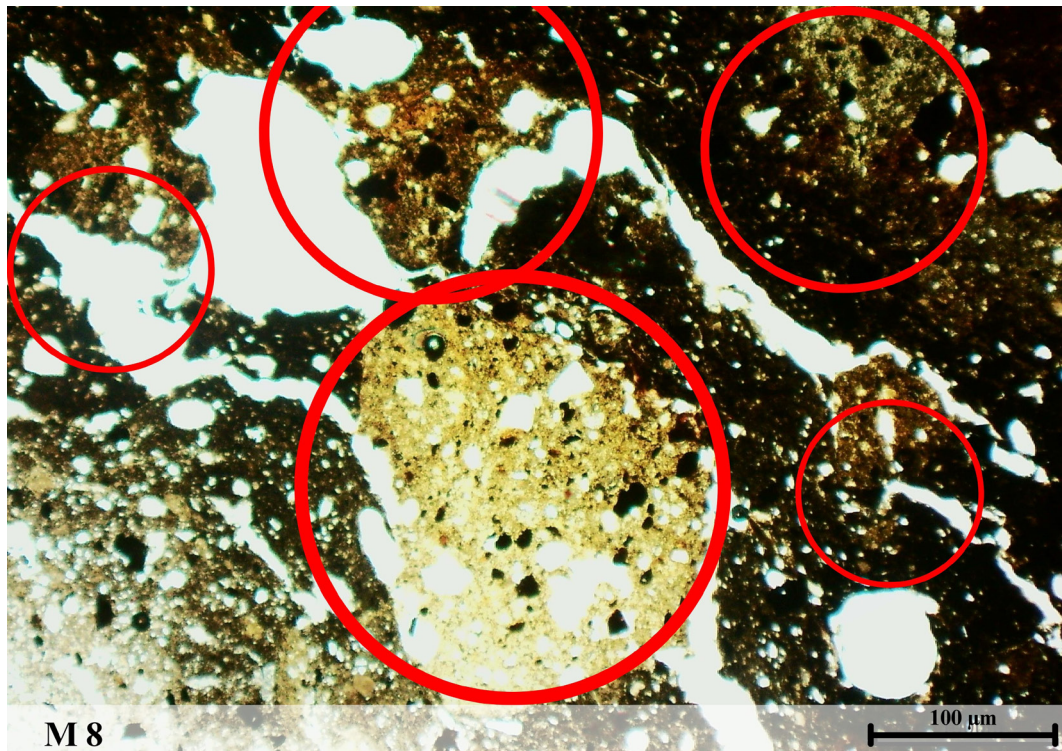


Figura 7: Exemplos de chamotes observados nas amostras M13, M8 e M30, circulado em vermelho. Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A segunda categoria de inclusões com maior incidência corresponde aos óxidos (Figura 8), com uma média de $24,2 \pm 11,3$ % (CV = 46,9 %), e também estão presentes em todos os cortes, com intervalos máximos e mínimos entre 3,3% e 43,3% de todas as inclusões presentes.

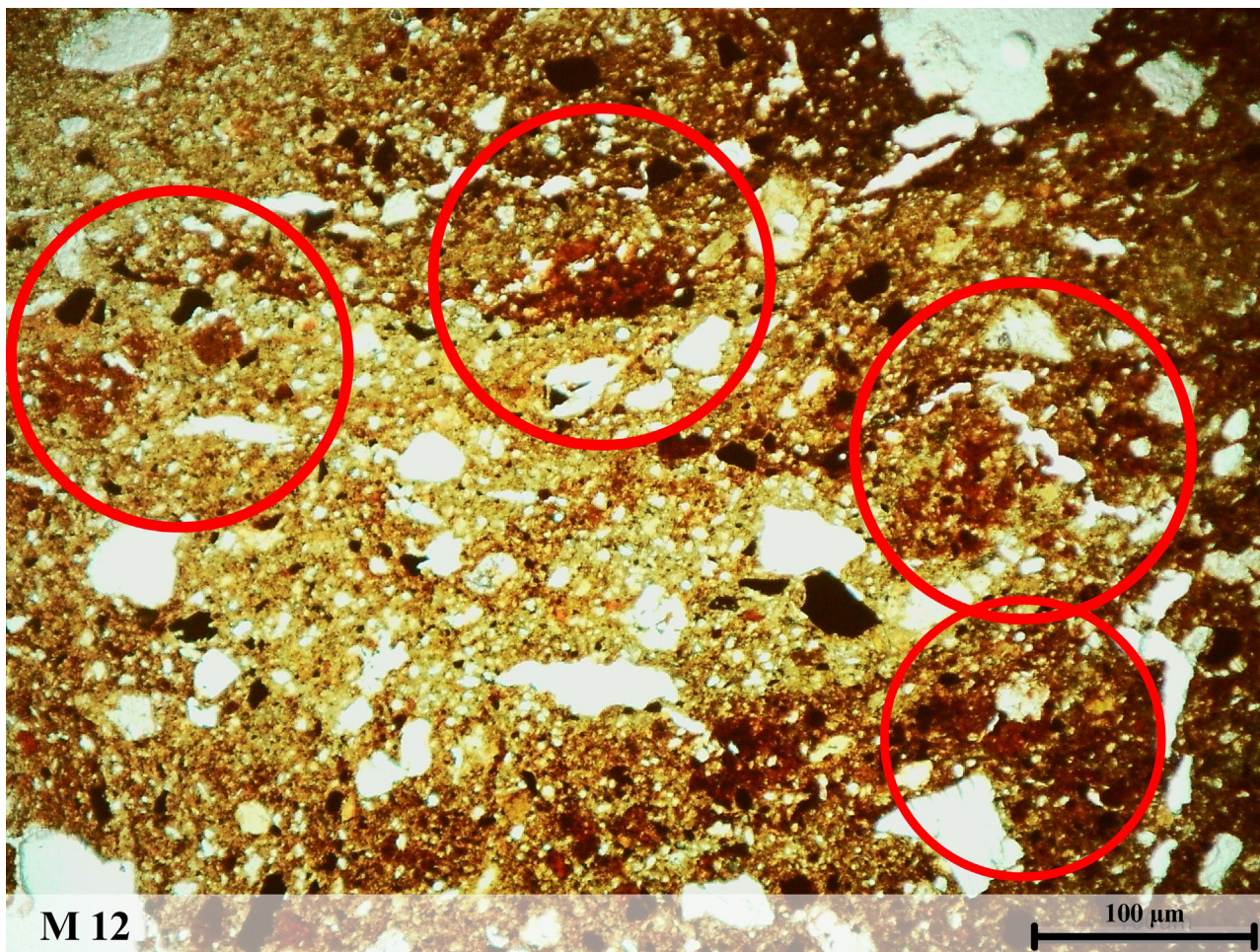


Figura 8: Exemplo de óxidos observados nas amostras M27, M24 e M12, circulos em vermelho. Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A terceira categoria de inclusões em importância corresponde aos minerais opacos, que também estão presentes praticamente em todos os cortes, com exceção de dois. Suas quantidades são menores com respeito às duas inclusões anteriores, com valores médios de $18,1 \pm 8,4\%$ ($CV = 46,3\%$), com intervalos entre 5% e 38%.

Ainda nas inclusões, os fragmentos líticos são relativamente escassos, já que foram identificados em aproximadamente 10% do total das amostras analisadas (Figura 9). Alguns desses fragmentos líticos alcançam 1 cm de diâmetro. Sua incorporação parece obedecer a condutas dos ceramistas antes que agregados naturais das pastas, já que se tem observado em outras regiões, como no delta do Paraná, onde o ambiente carece de fragmentos líticos, porém as pastas da UAG apresentam fragmentos líticos incorporados (Pérez et al., 2009). Por outro lado, cabe ressaltar o alto grau de irregularidade desses fragmentos líticos, que não apresentam evidências de arraste fluvial. Dado que a maioria desses fragmentos é visível a olho nu, é evidente que foram deixados pelos ceramistas, o que também sustenta a hipótese de que são agregados intencionais (Figura 10).

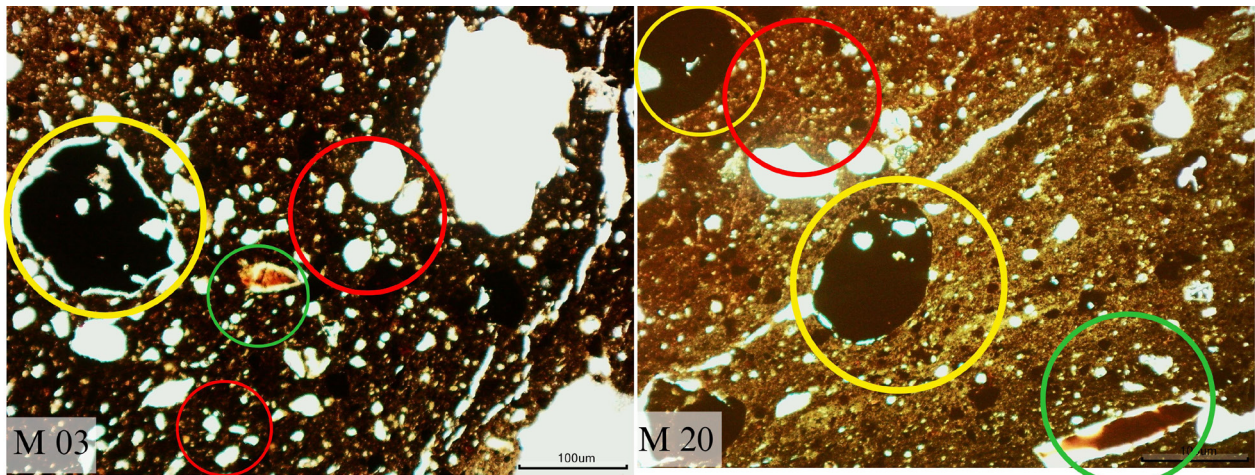


Figura 9: Exemplos de quartzo circulado em vermelho, exemplos de líticos circulado em verde, e exemplos de minerais opacos circulado em amarelo, nas amostras M03 e M20. Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

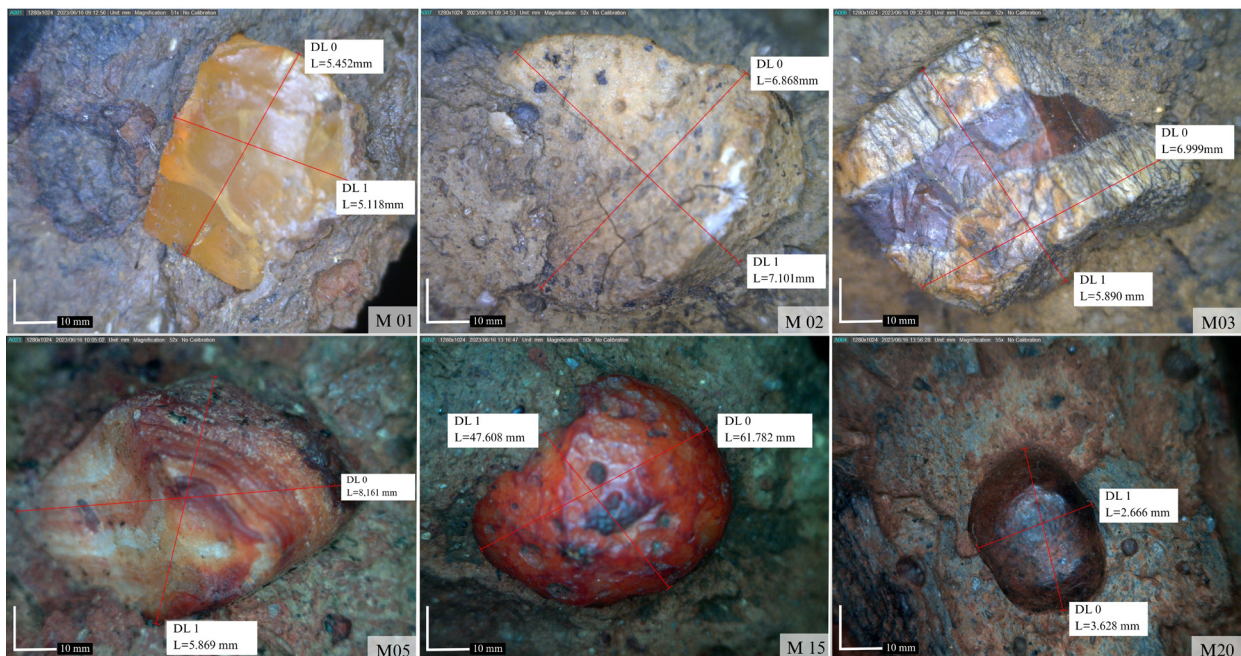


Figura 10: Fragmentos líticos observados nas amostras M1, M2, M3, M5, M15, M20. Todos correspondem a grãos de calcidônia. As linhas vermelhas correspondem à mensuração das medidas de cada lítico. Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

O chamote (Figura 7) é outro elemento presente nas inclusões, mas que tão somente está presente em aproximadamente 1/3 das amostras analisadas, com uma notável variação intersítios, mas também entre concentrações de um mesmo sítio, como acontece com as amostras de ACH-SU-1-C2 e ACH-SU-1-C3. Portanto, pode-se sinalizar que seu emprego não era uma regra e que seu agregado parece haver tido critérios variáveis.

Sítio	Amostras	Quartzo	Óxidos	Opacos	Chamote	Líticos	Outros	Total
ACH LP 01	M30-2415	43	20	0	37	0	0	100
ACH LP 01	M29-1124	50	50	0	0	0	0	100
ACH LP 01	M28-1251	70	20	10	0	0	0	100
ACH LP 01	M27-2787	34	26	10	15	15	0	100
ACH LP 01	M26-3124	36	36	28	0	0	0	100
ACH LP 01	M25-1559	80	10	10	0	0	0	100
ACH SU1 C2	M24-996	50	30	20	0	0	0	100
ACH SU1 C2	M23-1185	24	43	13	20	0	0	100
ACH SU1 C2	M22-186	55	20	25	0	0	0	100
ACH SU1 C2	M21-522	60	15	25	0	0	0	100
ACH SU1 C2	M20-246	40	28	26	0	6	0	100
ACH SU1 C2	M19-147	50	25	25	0	0	0	100
ACH LP 03	M18-1896	53	15	21	0	3	8	100
ACH LP 03	M17-4042	50	11	33	0	6	0	100
ACH LP 03	M16-1129	35	35	10	20	0	0	100
ACH LP 03	M15-3253	62	20	18	0	0	0	100
ACH LP 03	M14-218	56	33	11	0	0	0	100
ACH LP 03	M13-301	28	8	12	52	0	0	100
ACH SU1 C3	M12-2167	35	25	30	10	0	0	100
ACH SU1 C3	M11-4570	35	30	15	15	5	0	100
ACH SU1 C3	M10-484	45	30	25	0	0	0	100
ACH SU1 C3	M8-114	30	10	25	35	0	0	100
ACH SU1 C3	M7-264	35	45	10	10	0	0	100
ACH SU3 C2	M6-1164	50	5	20	25	0	0	100
ACH SU3 C2	M5	55	20	25	0	0	0	100
ACH SU3 C2	M4-1325	53	18	22	0	7	0	100
ACH SU3 C2	M3-51	50	30	20	0	0	0	100
ACH SU3 C2	M2	44	13	20	0	23	0	100
ACH SU3 C2	M1	50	30	15	0	5	0	100

Tabela 4: Composição das inclusões das amostras analisadas no trabalho. Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Sítios	Quartzo			Óxidos			Opacos			Chamote		
	Média	DE	CV	Média	DE	CV	Média	DE	CV	Média	DE	CV
ACH LP 01	52,2	18,9	36,21	27,0	14,3	53,0	9,7	10,2	105,2	8,7	15,1	173,6
ACH LP 03	47,3	1,0	2,1	20,3	11,3	55,7	17,5	8,7	49,71	12,0	21,2	176,7
ACH SU1 C2	46,5	12,9	27,74	26,8	9,6	35,896	22,3	5,1	22,87	3,3	8,2	248,5
ACH SU1 C3	36,0	2,5	6,9	28	12,6	45,0	21,0	8,2	39,0	14,0	12,9	92,1
ACH SU3 C2	50,3	3,7	7,4	19,3	9,8	5,08	20,3	3,3	16,26	4,2	10,2	242,9
Média	46,5	7,8	16,77	24,3	11,5	47,3	18,2	7,1	39,0	8,4	67,6	804,8

Tabela 5: Valores médios, desvios e coeficiente de variação das principais inclusões das amostras analisadas. Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Os resultados obtidos mostram que as pastas da UAG apresentam três inclusões básicas, que são quartzo, óxidos e minerais opacos e que se apresentam em quantidades relativamente similares com intervalos de variação baixos a intermediários, tanto em nível inter como intrasítio. Pelo contrário, o chamote e os fragmentos líticos de grande tamanho são os que mais variam. Isso não implica que existam amostras que se distanciam significativamente do promédio observado em cada sítio, mas não é o mais frequente. Por isso, as amostras agrupam-se com distâncias estatísticas relativamente baixas e não se agrupam preferencialmente por sítio (Figura 11).

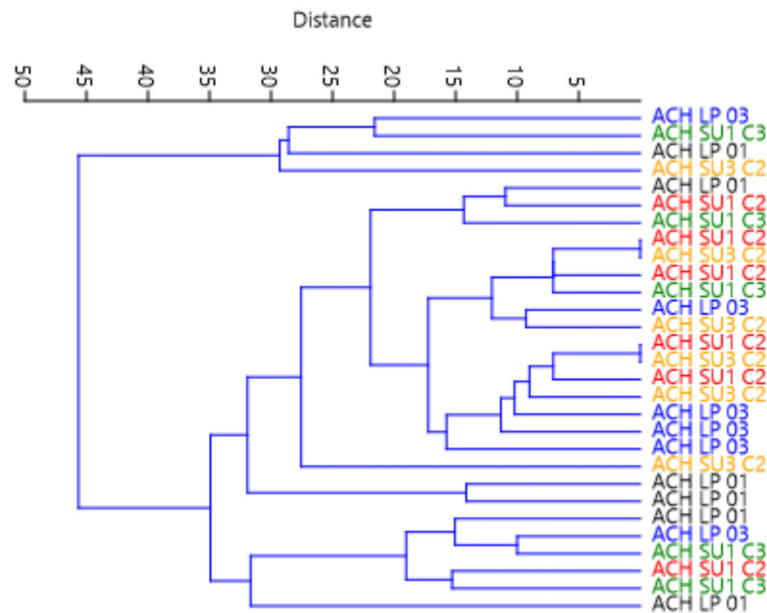


Figura 11: Agrupamento das pastas cerâmicas por inclusões Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Não há dúvida de que os chamotes são agregados intencionais, que não têm uma distribuição normal quando se considera a totalidade das amostras (Shapiro-Wilks, $p = 0,0001$). O mesmo acontece no caso dos fragmentos líticos (Shapiro-Wilks $p = 0,0001$), que são frequentemente visíveis a olho nu. No caso do quartzo, óxidos e minerais opacos, a distribuição é relativamente semelhante, com distribuição normal (Shapiro-Wilks $p = 0,56$; $p = 0,48$ e $p = 0,18$, respectivamente) (Figura 12). Muito embora não se descarte que esses componentes tenham sido parcial ou totalmente agregados pelas artesãs, a distribuição normal permite considerar que esses três componentes poderiam estar presentes de forma natural nos bancos de argila selecionados para a manufatura dos vasilhames e/ou que o comportamento relacionado com a sua incorporação era altamente regulado. Por outro lado, parece improvável que os bancos de argila locais não contenham esses três componentes naturalmente, pelo menos em alguma quantidade.

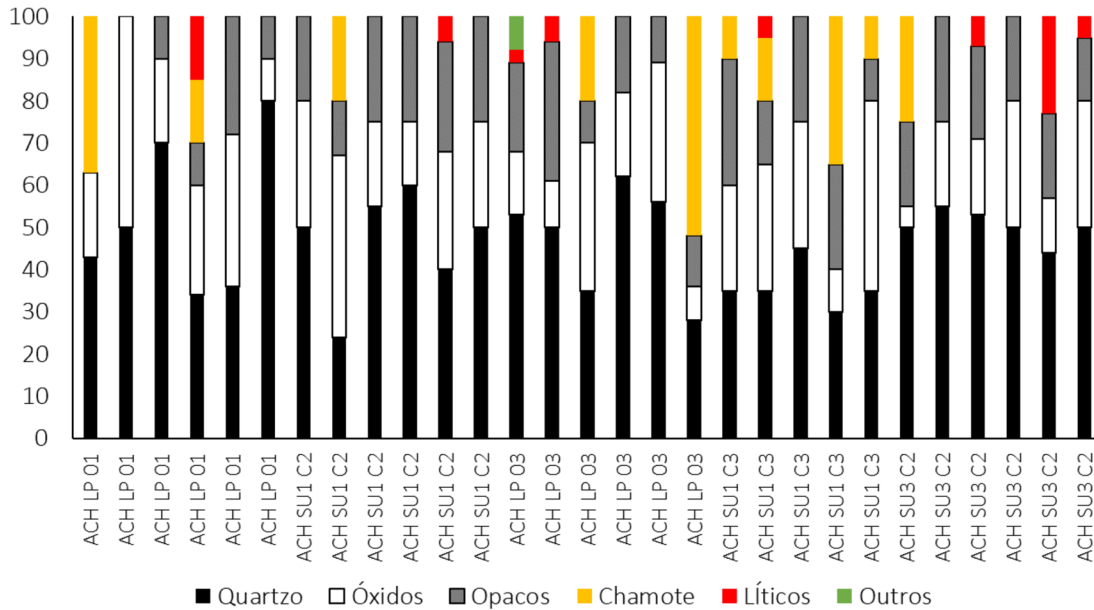


Figura 12: Quantidades de inclusões por amostra. Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A Figura 12 apresenta as quantidades de inclusões em cada amostra. Pode-se observar que, embora sejam proporções diferentes, o comportamento do quartzo, óxidos e opacos é similar, ao contrário do que se nota em relação ao lítico e ao chamote que se apresentam de forma particular em cada uma das amostras. Esses resultados sugerem que a quantidade de chamote era incorporado de maneira irregular, como um reforço complementar com respeito às outras inclusões.

Considerações finais

A manufatura de cerâmicas Guarani na área arqueológica da Foz do Chapecó apresentou, na composição das pastas, assinaturas culturais recorrentes, demonstrando um alto padrão técnico nas linhagens de aprendizagem intergeracionais das artesãs. As pastas elaboradas e utilizadas para a confecção de vasilhames apresentam alta similaridade em sua composição com respeito às quantidades de inclusões e ao tempo de amassado. Essas similitudes verificam-se tanto em nível inter como intrasítio. As inclusões mais utilizadas correspondem ao quartzo, óxidos e minerais opacos, cuja seletividade dimensional, formas e quantidade sugerem que estavam naturalmente incorporadas nas pastas. Nesse sentido, dada à proximidade entre os sítios arqueológicos estudados, é possível que as artesãs tenham utilizado bancos de argila com composição similar. Não obstante, tampouco se pode descartar que algumas inclusões, ao menos parcialmente, também tenham sido intencionalmente agregadas, especialmente o quartzo do tamanho areia. Os óxidos, por seu tamanho e sua disposição, em numerosas ocasiões, moldam-se a outras inclusões rígidas e dificilmente poderiam ser incorporados pelos ceramistas em

forma de grumos em estado plástico. Da mesma maneira, os fragmentos de minerais opacos são muito pequenos e mostram uma alta seletividade dimensional, duas características que dificilmente puderam ser alcançadas pelas artesãs mediante moagem e peneiramento de fragmentos de minerais. O chamote e muito provavelmente os grandes fragmentos líticos foram agregados intencionalmente, provavelmente para complementar as inclusões anteriores e como uma forma de alcançar a composição ideal para as pastas. Não se pode tampouco descartar algum componente simbólico ou estético no agregado dessas inclusões, especialmente do chamote, que implica a reutilização de vasilhas previamente empregadas. A identificação de chamotes de segunda geração é um indicador do emprego sucessivo de vasilhas fraturadas dentro dos mesmos assentamentos.

Os resultados obtidos são semelhantes aos publicados para a área da Volta do Uvá, se bem que as amostras deste último setor apresentam quantidades ligeiramente menores de inclusões (Carbonera e Loponte, 2020). Essas diferenças, de caráter quantitativo, constituem as primeiras evidências de variabilidade na conformação das pastas dos sítios da UAG do alto vale do rio Uruguai. Por fim, ressalta-se que o emprego da petrografia cerâmica é inédito para a região da Foz do Chapecó, e seu estudo permite construir uma base de dados sólida com respeito à preparação das pastas dos ceramistas Guarani em diversos pontos de sua distribuição geográfica e temporal.

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos de doutorado e à Universidade Comunitária da Região de Chapecó-Una-chapécó. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) Processo 305609/2022-0, Ministère de l'Europe et des Affaires Etrangères da França, no âmbito do Programa Arqueológico Franco-Brasileiro do Sul do Brasil (projeto POPARU), Edital 12/2021 da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (FAPESC) e o Termo de Ajustamento de Conduta SEI 0462925, do Instituto de Patrimônio Histórico-Artístico Nacional (IPHAN/SC). Ao Núcleo de estudos Paleoambientais da Unioeste pela infraestrutura para descrição das lâminas petrográficas.

Referências bibliográficas

BERTOLINI, W. Z. et al. Geoquímica das coberturas pedogenizadas no Planalto Dissecado do rio Uruguai — SC/RS. *Revista Brasileira de Geomorfologia*, v. 23, n. 2, p. 1379–1393, 6 abr. 2022. _____; NAIBO, G. J.; GRAEFF, A. Análise morfoscópica das areias da Volta Grande no rio Uruguai — SC/RS. *Os Desafios da Geografia Física na Fronteira do Conhecimento*, v. 1, n. 2017, p. 4318–4328, 24 nov. 2017.

- BIFFI, V. H. S. Contribuição à Geoarqueologia da Volta Grande do Alto rio Uruguai: geologia, geomorfologia, estratigrafia e cartografia da área arqueológica da Foz do Chapecó. Tese de Doutorado. UEM, Maringá, PR, 375p. 2023.
- BOYD, P; RICHERSON, P. Culture and the Evolutionary Process. Chicago: University of Chicago Press, 1985.
- BROCHADO, J. J. P. An Ecological Model of the Spread of Pottery and Agriculture Into the Eastern South America. 1984. Tese (Doutorado). University of Illinois at Urbana — Champaign, Carbon-dale.
- CALDARELLI, S, B. (Org). Arqueologia preventiva na UHE Foz do Chapecó, SC/RS: Relatório final. Florianópolis, Scientia Consultoria Científica, 2010.
- CAPARELLI, I. 100 Años de arqueologia en la Isla Martín García. 1.ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Vazquez Mazzini Editores, 2019.
- CARBONERA, M. A ocupação pré-colonial do alto Rio Uruguai, SC: contatos culturais na Volta do Uvã. 2014. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- _____ et al. Uma deposição funerária Guarani no alto rio Uruguai, Santa Catarina: escavação e obtenção de dados dos perfis funerário e biológico. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, n. 3, p. 625–644, 2018.
- _____ ; LOPONTE, D. Caracterização das pastas cerâmicas das unidades arqueológicas Itararé-Taquara e Guarani de sítios da Volta do Uvã, Alto Rio Uruguai. Revista de Arqueologia, São Paulo-SP, v. 33, n. 2, p. 1–20, maio–agosto, 2020.
- CROWN, P. L. The Archaeology of Crafts Learning: Becoming a Potter in the Puebloan Southwest. The Annual Review of Anthropology, v. 33, p. 71–88, 2014.
- HARMON, M. et al. Reconstructing the Flow of Information across Time and Space: A Phylogenetic Analysis of Ceramic Traditions from Prehispanic Western and Northern Mexico and the American Southwest. In: Mapping Our Ancestors: Phylogenetic Approaches in Anthropology and Prehistory. New Brunswick: Aldine Transactions, p. 209–229, 2016.
- LECHTMAN, H. Style in Technology-some Early Thoughts. In: Material culture-styles, organization and dynamics of technology. St. Paul: West Publishing, p. 3–20, 1977.
- LOPONTE, D.; CARBONERA, M.; RADAESKI, J. N. The Guaraní Expansion in the Upper Uruguay River. Chronology, Colonization Strategies, Social Impacts and Environmental Changes. *Journal of Archaeology Science: Reports*, v. 60, 10486, 2024.
- LOURDEAU, A. et al. Pré-história na foz do rio Chapecó. Revista Cadernos do CEOM, Chapecó, v. 29, n. 45, p. 220–242, 2016.
- NOELLI, F. S. A ocupação humana na Região Sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas (1872–2000). Revista USP, n. 44, p. 218–269, 1999–2000.
- PEREIRA SANTOS, M. C. et al. Holocene Settlement, Stratigraphy and Chronology at the Site of Uruguai 1 —Sector 1, Foz do Chapecó Archaeological Area, South Brazil. *Journal of Archaeological Science: Reports*, v. 39, p. 103–113, 1º out. 2021.

- _____. et al. Ge archaeology of Open-air Sites of the Foz do Chapecó Area in the Upper Uruguay River, Southern Brazil. *Quaternary Science Reviews*, v. 325, p. 108–489, 1º fev. 2024.
- PÉREZ, M. et al. Estudo petrográfico da tecnologia cerâmica Guaraní no extremo sul de sua distribuição: Rio Paraná Inferior e Estuário do Rio da Prata, Argentina. *Revista de Arqueologia*, São Paulo-SP, v. 22, n. 1, p. 65–82, jan.–jul. 2009.
- QUINN, P. S. *Ceramic Petrography. The Interpretation of Archaeological Pottery & Related Artefacts in Thin Section*. Archaeopress, 2013.
- REEDY, C. L. Quantitative Porosity Studies of Archaeological Ceramics by Petrographic Image Analysis. *Mat Res Soc Symp*, v. 1656, p. 53–337, 2017.
- RICE, P. *Pottery Analysis: A Sourcebook*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.
- RYE, O. *Pottery Technology: Principles and Reconstruction. Manuals on Archaeology*, 4. Washington: Taraxacum, 1981.
- STARK, M. Current Issues in Ceramic Ethnoarchaeology. *Journal of Archaeological Research*, v. 11, p.193–242, 2003.
- SCHMITZ, P. I. Migrantes da Amazônia: a tradição Tupiguarani. A pré-história do Rio Grande do Sul. *Documentos*, n. 5. São Leopoldo: IAP/Unisinos, p. 31–66, 1991.
- TEHRANI, J.; RIEDE, F. Towards an Archaeology of Pedagogy: Learning, Teaching and the Generation of Material Culture Traditions. *World Archaeology*, v. 40, n. 3, p. 316–331, 2008.
- TEHRANI, J. et al. The Cophylogeny of Populations and Cultures: Reconstructing the Evolution of Iranian Tribal Craft Traditions Using Trees and Jungles. *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences*, v. 365, n. 1559, p. 3865–3874, 2010.
- ZORZI, F.; TCHILINGUIRIÁN, P. Caracterización petrográfica y estilística de un conjunto cerámico de tradición Guaraní en el sitio Bolívar 373 (Buenos Aires, siglo XVII). *Cuadernos del Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano — Series Especiales*, Buenos Aires -Argentina, v. 4, n. 1, p. 180–192, 2013.

Recebido em: 01/03/2024

Aprovado em: 31/10/2024

Publicado em: 17/12/2024

SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DE OCUPAÇÃO SAZONAL NA COSTA ESTUARINA DO AMAPÁ

SHORT-TERM ARCHAEOLOGICAL SITES ON AMAZON ESTUARY, AMAPÁ, BRAZIL

Keyla Maria Ribeiro Frazão^a

Rafael Stabile^b

Luiz Eduardo Oleiro^c

Alan Nazaré^d

Lúcio Costa Leite^e

^a Bacharel em Arqueologia, Mestra em Geociências, Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa Arqueológica do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (NuPARq/IEPA). Aluna do Curso de Doutorado do PPGArq - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3198-4228>.

^b Bacharel em História, Mestre em Arqueologia, Pesquisador do Núcleo de Pesquisa Arqueológica do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (NuPARq/IEPA). Aluno do Curso de Doutorado do PPGArq - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1015-1294>.

^c Bacharel em Arqueologia, Pesquisador do Núcleo de Pesquisa Arqueológica do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (NuPARq/IEPA). Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-1411>.

^d Bacharel em Ciências Sociais, Especialista em Arqueologia, Pesquisador do do Núcleo de Pesquisa Arqueológica do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (NuPARq/IEPA). Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-9052-7879>.

^e Bacharel em História, Especialista em Arqueologia e Patrimônio, Mestre em Arqueologia, Aluno do Curso de Doutorado do PPGAn da Universidade Federal de Minas Gerais. Gerente do Núcleo de Pesquisa Arqueológica do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (NuPARq/IEPA). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0604-2450>.

RESUMO

Este artigo apresenta uma caracterização de sítios arqueológicos sobre a planície costeira amazônica, no município de Macapá, estado do Amapá. Os sítios em destaque neste artigo têm sido descritos como “acampamentos” e “sítios rasos”, classificações que reforçam a baixa densidade de vestígios e a ausência de uma camada arqueológica bem definida desses espaços. O estudo de 7 sítios e de suas coleções cerâmicas sugere que esses espaços foram ocupados de forma sazonal, mas também revelou particularidades entre cada sítio. Tendo em vista que os sítios sazonais estão implantados muito próximos a grandes sítios cemitério e habitação, propomos com este trabalho que todas essas formas de ocupação foram parte de um mesmo sistema de assentamento nesta região.

PALAVRAS-CHAVE

Padrão de Assentamento, Arqueologia do Amapá, Arqueologia Amazônica.

ABSTRACT

Here we review the available information about the archaeological sites located in the Macapá city, on the Amazon coastal plain of Amapá state, Brazil. We have focused on the archaeological contexts described in previous research as “camps” or “shallow” sites, highlighted due to the scarcity of archaeological traces and its small size, in addition to other similarities in archaeological record and collections. The exam of ceramics from 7 archaeological sites and its contextual data suggests that these were spaces occupied seasonally, but also some particularities between them. Furthermore, considering the existence of large ceramic sites at the same region, as ancient cemeteries and villages, we propose that both, seasonal and the large sites were part of the same occupation system.

KEYWORDS

Amapá Archaeology, Amazon Archaeology, Settlement Pattern.

COMO CITAR ESTE ARTIGO

FRAZÃO, Keyla Maria Ribeiro; STABILE, Rafael; OLEIRO, Luiz Eduardo; NAZARÉ, Alan; LEITE, Lúcio Costa. Sítios arqueológicos de ocupação sazonal na Costa Estuarina do Amapá. Cadernos do Lepaarq, v. XXI, n. 42, p. 120-151, Jul-Dez. 2024.

Introdução

O processo de ocupação do Amapá expressa, ao mesmo tempo, diversidade nas formas de ocupação do território e paridades culturais e tecnológicas, especialmente observadas através dos vestígios cerâmicos, provenientes da diversidade de contextos arqueológicos identificados nessa região da Amazônia Brasileira (BARRETO, 2015; CABRAL e SALDANHA, 2008; CABRAL, 2014; SALDANHA et al., 2016; SILVA, 2016). Pesquisas arqueológicas e etnohistóricas sugerem que grandes contingentes populacionais transitaram, notadamente, pelo setor costeiro estuarino. Entretanto, o período da conquista europeia causou significativos impactos, realocações e mudanças nas relações entre as populações indígenas, resultando em fluxos de dispersão e movimentações para outros territórios (GALLOIS, 2008; SALDANHA & CABRAL, 2016).

Como parte desse processo, Gallois (2008) destaca que apesar das diferenças entre os grupos que viviam na faixa litorânea, ou seja, na Zona Costeira, e os que ocupavam o interior (zonas de Terra Firme), redes de troca e contatos entre esses povos não encontraram obstáculos suficientes para sua interrupção (GALLOIS, 2008: 46). A existência dessas redes de interação tem sido documentada no registro arqueológico a partir da coexistência de diferentes culturas arqueológicas em um mesmo sítio – expressa na concomitância de diferentes estilos cerâmicos (BARRETO, 2015; SALDANHA, 2017).

A escavação de áreas amplas em sítios arqueológicos de grandes dimensões tem favorecido a obtenção de amostras estatisticamente significativas para a reconstrução da distribuição espacial dos materiais cerâmicos e líticos e, dessa maneira, ponderar em cada contexto a dinâmica e uso dos espaços no transcurso da vida cotidiana. Sítios como Curiaú Mirim – I, UNIFAP e CT-UEAP, localizados na zona urbana de Macapá, na região sudeste do estado do Amapá, têm oferecido dados cronológicos e um panorama do papel que diferentes estilos e tecnologias cerâmicas cumpriram nesse setor específico da região. O tamanho dos sítios habitacionais e dos cemitérios, somado a presença de diferentes estilos cerâmicos reiteram a perspectiva de que Macapá foi densamente povoada no passado, possivelmente um local de passagem e encontro de grupos distintos (SALDANHA & CABRAL, 2016; SALDANHA, 2017). Essa região foi um dos elos das redes de interação que conectaram no passado áreas mais longínquas para a troca de objetos, fluxo de ideias através da movimentação dos povos, casamentos exogâmicos, etc (BARRETO, 2015; GALLOIS, 2008; SALDANHA e CABRAL, 2010; SALDANHA, 2017).

Os dados arqueológicos já nos permitiram revisitar áreas arqueologicamente pouco conhecidas, identificar novos contextos e estudar sítios relevantes para a compreensão de diferentes processos relacionados à ocupação pré-colonial do estado. Entre os novos achados, destacamos a presença de sítios interpretados como espaços de ocupação sazonal, como acampamentos, pontos estratégicos de observação e exploração territorial e habitações temporárias. Em contraposição aos grandes contextos cerâmicos, os sítios sazonais têm dimensões reduzidas, baixa densidade de materiais e uma camada arqueológica rasa ou indefinida. Saldanha e Cabral (2013), durante a escavação do sítio Macapaba, localizado na zona norte de Macapá, aventaram a

possibilidade de que sítios com essas características fossem a expressão arqueológica das áreas de savana na região, tendo em vista a implantação desses sítios nesse ecossistema.

Embora haja um consenso de que as mudanças das savanas, influenciadas por fatores antrópicos, naturais ou por mudanças climáticas, sejam determinantes na disposição da paisagem, o Amapá ainda não dispõe de estudos que explorem a relação de longa duração entre as savanas, que recobrem boa parte da zona costeira, e a presença humana na região (ver **Figura 1**). A ausência de estudos arqueobotânicos ainda é um desafio para a definição desse paleoambiente, a partir da perspectiva arqueológica.

Na Amazônia, por meio da colaboração de diferentes instituições e pesquisadores, pesquisas têm sido realizadas no sentido de contribuir para a compreensão dos processos de longa duração e que envolvem, particularmente, as relações entre pessoas e plantas, as mudanças socioeconômicas, a identificação de marcadores culturais, a variabilidade cerâmica e o processo de formação de sítios arqueológicos (BARRETO, LIMA e BETANCOURT, 2016; CARVALHO, 2019; COSTA et al., 2009; COSTA et al., 2012; FAUSTO e NEVES, 2018; FURQUIM, 2018; KATER et al., 2020; KERN, 1996; 2009; KERN e KAMPF, 1989; KERN et al., 2009; MONGELÓ, 2020; MORAES, 2019; SHOCK e MORAES, 2019, entre outros).

No Amapá ainda são incipientes pesquisas arqueológicas interdisciplinares, capazes de obter dados que possam ser correlacionados com as cronologias cerâmicas já estabelecidas, aos padrões de assentamento dos sítios, datações e padrões espaciais intra-sítio. Esse tipo de abordagem possibilita não só a revisão dos dados anteriormente obtidos para sítios arqueológicos da região, como também possuem o potencial de adicionar novos elementos contextuais, os quais são primordiais para o aprofundamento das discussões dos temas destacados anteriormente.

Partindo desta perspectiva, este artigo discute a relação entre os sítios sazonais e os grandes contextos cerâmicos já identificados e conhecidos na região de Macapá. A existência desses locais sugere que acampamentos e locais de paragem poderiam estar associados a aldeias e cemitérios na região, como parte de um sistema mais complexo de ocupação. Este trabalho também é uma contribuição para o debate, especialmente focado em apresentar dados sobre como os estudos sobre a savana amapaense e as pesquisas arqueológicas permitem entender e refletir sobre os padrões de distribuição dos sítios na foz do Amazonas.

As savanas do Amapá

Na Amazônia, as zonas de cerrados distribuídas na floresta úmida nos estados do Amapá, Amazonas, Pará e Roraima, são denominadas de savanas amazônicas, ocupando uma extensão de 112.961 km² (PRANCE, 1996; RATTER et al., 2003; CARVALHO & MUSTIN, 2017). O uso deste termo foi utilizado pela primeira vez no Projeto Radar da Amazônia (RADAM) em função da fitofisiologia ecológica análoga à da Venezuela, da África e da Ásia, onde o termo foi consolidado (IBGE, 2012). É importante ressaltar que a designação dos termos “savana” e “cerrado” é considerada análoga e corresponde a um tipo de vegetação com ocorrência em toda a zona neotropical, prio-

ritariamente no Brasil Central. Além disso, é comum o uso do termo “cerrado” na bibliografia que versa sobre o tema, assim como outros sinônimos regionais (IBGE, 2003; 2012; 2019; ZEE, 2007).

De acordo com o IBGE (2012; 2019) há quatro subtipos de savanas na Amazônia: florestada; arborizada; parque; e gramíneo-lenhosa. Essas coberturas vegetais encontram-se dispersa de forma isolada (enclaves) e não isolada (periférica), sob influência de diferentes tipos climáticos, fatores edáficos, relevo e ações antropogênicas (IBGE, 2012; 2019). Em geral, são compostas por uma vegetação xeromorfa associada, sobretudo, a climas quentes e úmidos, caracterizada por um estrato herbáceo contínuo, com predominância de espécies dos grupos Poaceae e Cyperaceae, plantas herbáceas de aspecto graminiforme e flores reduzidas (AMARAL et al., 2019). Além disso, tem-se abundância de arbustos e pequenas árvores tortuosas, de cascas grossas e folhas grandes, fortemente adaptadas ao fogo, aos solos deficientes, profundos e aluminizados (IBGE, 2012; AMARAL et al., 2019).

Na região de Macapá, observa-se a ocorrência das savanas do tipo parque e gramíneo-lenhosa (IBGE, 2012; 2019). A primeira encontra-se representada por lenhosas como *Byrsonima crassifolia* (L.) Kunth, *B. coccolobifolia* Kunth, *Salvertia convallariodora* A. St.-Hil., enquanto o estrato herbáceo apresenta *Rhynchospora barbata* (Vahl) Kunth, *Trachypogon spicatus* (L.f.) Kuntze e *Tibouchina aspera* Aubl, dentre outras (AMARAL et al., 2019). Na savana gramíneo-lenhosa há predominância de Poaceae (*Paspalum pulchellum* Kunth e *Trichanthecium nervosum* (Lam.) Zuloaga e Morrone), além da presença pontual dos arbustos de *Byrsonima verbascifolia* (L.) DC, bem como ervas de Eriocaulaceae, Xyridaceae, Droseraceae, Lentibulariaceae, Gentianaceae e Polygalaceae, especialmente associadas à solos mal drenados (AMARAL et al., 2019).

As pesquisas voltadas ao estudo das savanas amapaenses se concentram predominantemente nos aspectos qualitativos e quantitativos da flora, envolvendo elementos relacionados a composição florística e a estrutura da vegetação (AMARAL et al., 2019). Entretanto, algumas pesquisas se dedicam a caracterização dos subtipos que ocorrem na Amazônia Oriental, com base em seus aspectos fitofisionômicos, como apresentado por Costa Neto (2014) e Amaral et al., (2019). Dentre os resultados obtidos, os autores apresentam uma quantificação (em km²) de cada subtipo de savana no Amapá e suas espacializações geográficas. Esse estudo dá ênfase à presença singular de *Alloteropsis cimicina* (L.) Stapf, cujo registro representa a primeira ocorrência da espécie (e do gênero) para a América do Sul, assim como o capim *Axonopus amapaensis* e *Borreria amapaensis*, consideradas espécies endêmicas do estuário amazônico (COSTA NETO, 2014; COSTA NETO et al., 2017; ROCHA et al., 2014; AMARAL et al., 2019).

As savanas do Amapá compõem a segunda maior área contínua desse tipo de vegetação na Amazônia, com aproximadamente 9.929 km², abrangendo territórios dos municípios de Macapá, Santana, Porto Grande, Itaubal, Calçoene e Oiapoque (COSTA NETO, 2014; IBGE, 2019; ZEE, 2007; SILVA e SILVA, COSTA NETO e SOARES, 2015). Entre os subtipos, a savana parque ocupa a maior porção da superfície do estado (4,33 %), seguida pela gramíneo lenhosa (0,66 %), savana florestada (0,48 %) e arborizada (0,34 %), além das áreas pontuais de ecótono das savanas com florestas estacionais (0,20 %), ver **Figura 1**.

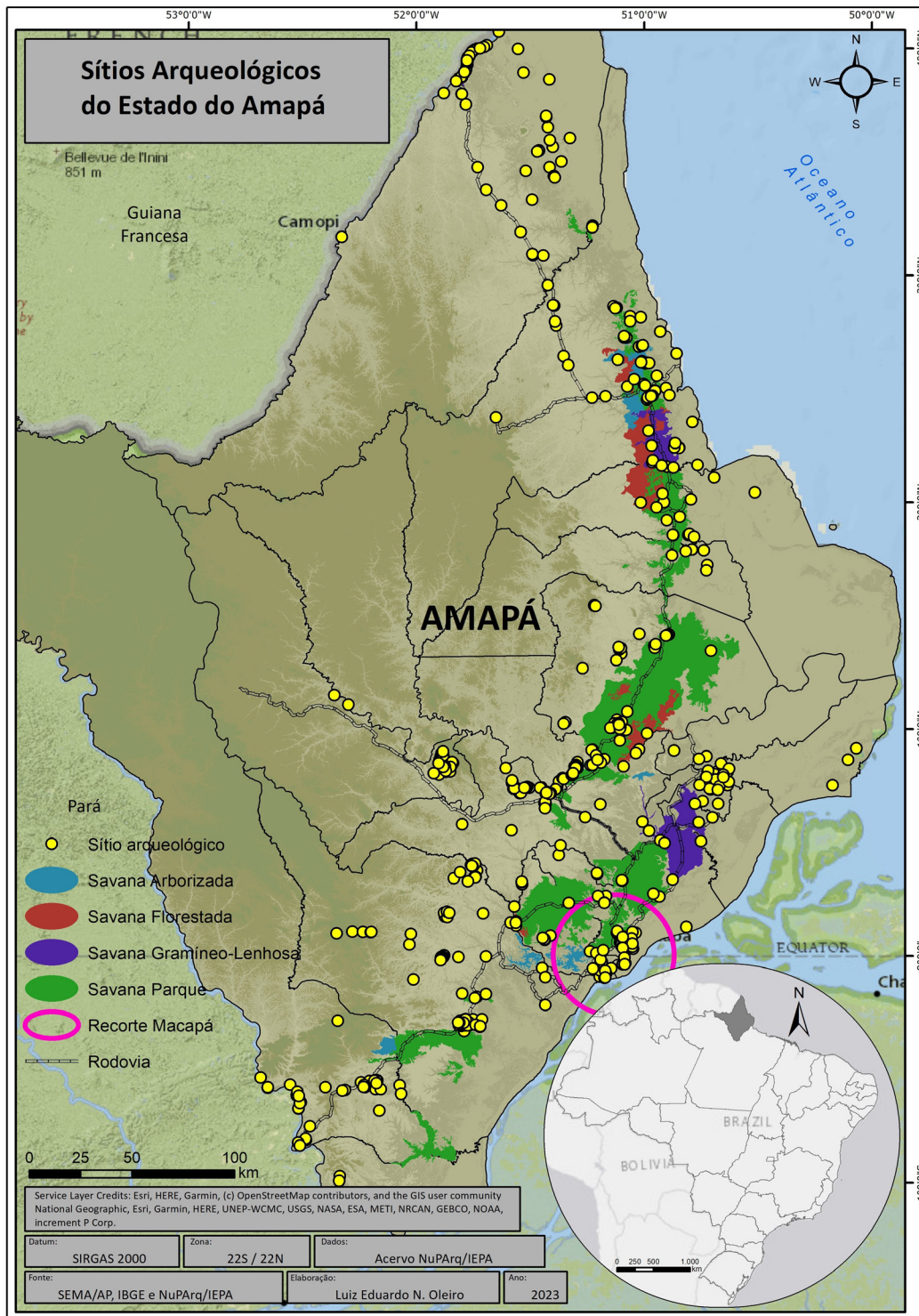


Figura 1: Distribuição dos subtipos de savanas existentes no Amapá em relação a distribuição de sítios arqueológicos conhecidos até o momento. Fonte: Acervo NuPARq/IEPA (2023).

Embora o Amapá apresente cerca de 70% de áreas protegidas, somente 1,12 mil km² (13%) das áreas de savana estão localizadas em Unidades de Conservação (UC) de proteção integral e áreas indígenas. À vista disso, pesquisadores alertam sobre a fragilidade das savanas amapaenses e as ameaças em curso quanto à agricultura de grãos em larga escala (AMARAL et al., 2019;

FRAZÃO, Keyla Maria Ribeiro; STABILE., Rafael; OLEIRO, Luiz Eduardo; NAZARÉ, Alan; LEITE, Lúcio Costa. Sítios arqueológicos de ocupação sazonal na Costa Estuarina do Amapá.

COSTA NETO, 2014; ZEE, 2007).

A sua distribuição acompanha a Zona Costeira (Costa Atlântica e Costa Estuarina), particularmente, a região leste do estado, compreendendo uma extensa faixa contínua ao longo do eixo rodoviário (vide **Figura 1**). Nessa região, concentra-se as principais bacias hidrográficas do estado e a maior quantidade de sítios arqueológicos conhecidos até o momento, o que não necessariamente reflete um padrão pré-Colombiano de assentamento, mas um maior volume de pesquisas nessa região, devido aos estudos voltados ao licenciamento ambiental de empreendimentos (CABRAL e SALDANHA, 2010).

No município de Macapá, a vegetação de savana tem sido continuamente transformada em áreas agrícolas com alto potencial de produção de grãos em grande escala, especialmente soja, como também devido à expansão da infraestrutura urbana e a especulação imobiliária. É neste cenário que se insere a maior parte das pesquisas arqueológicas desenvolvidas nessa região, as quais culminaram na identificação e escavação de inúmeros sítios arqueológicos, sobretudo, ao longo das últimas décadas.

Sítios de ocupação sazonal no estuário amapaense

No município de Macapá, pesquisas sistemáticas realizadas desde a década de 1980 chamam à atenção para a singularidade de sítios arqueológicos, representada tanto pela forma de deposição dos artefatos quanto pela diversidade cultural de vasilhas encontradas. Em termos funcionais, foram interpretados como antigas aldeias indígenas, cemitérios, acampamentos e oficinas.

Nas savanas da região, a maioria desses contextos está distribuída entre os subtipos Parque e Gramíneo-Lenhosa, associadas à sedimentos de idade Cretáceo-Terciária característicos de Latossolo Amarelo e Latossolo Vermelho-Amarelo, os quais apresentam um solo raso e compacto, normalmente associado a presença de lateritas (IBGE, 2004; VALENTE, CAMPOS, WATRIN, 2015; CASTRO & ALVES, 2013). Geomorfologicamente, observa-se a predominância de planaltos compostos por formas dissecadas em mesa e tabuleiros rebaixados, além de planícies formadas por depósitos areno-argilosos quaternários, sob influência fluvial e sujeitas às inundações periódicas (IBGE, 2004; 2019).

Já foram registrados cerca de 70 sítios arqueológicos dentro dos limites municipais de Macapá, a maioria dos quais, concentrados na zona urbana da cidade e no distrito do Pacuí (ver **Figura 2**).

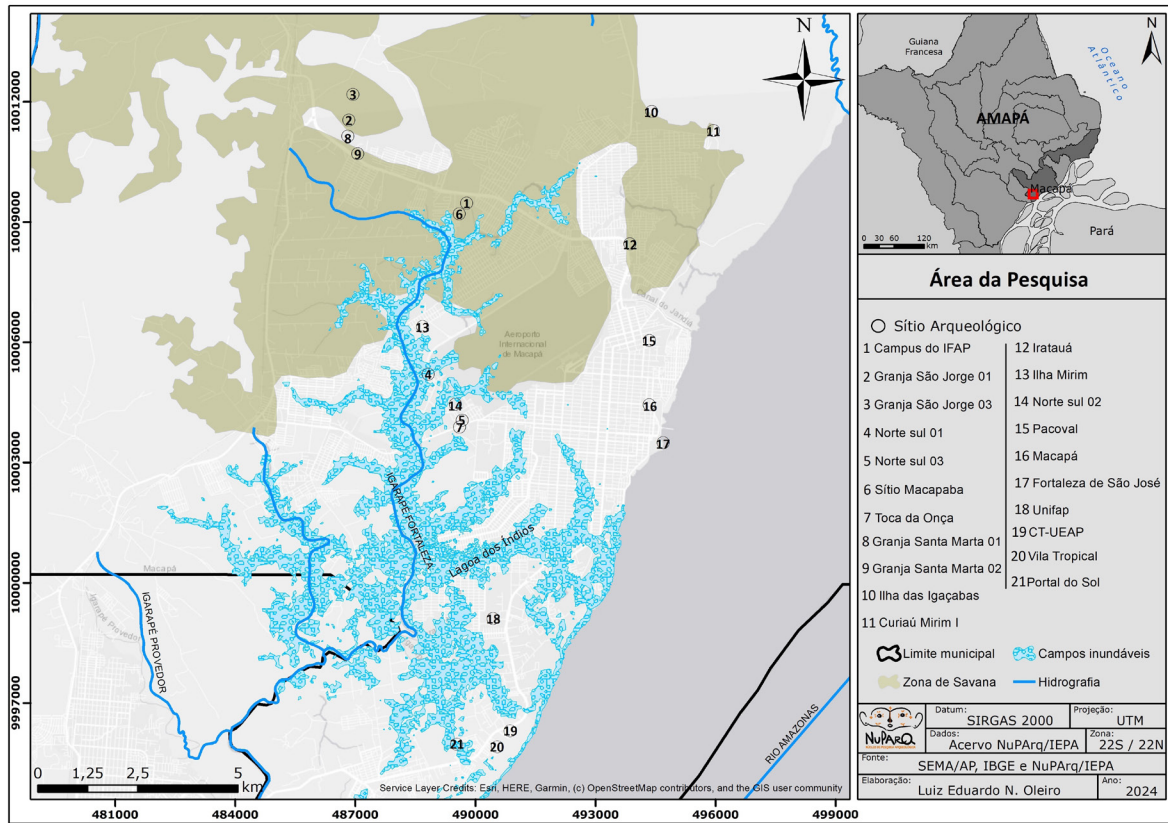


Figura 2: Área da pesquisa, região metropolitana de Macapá.

Neste trabalho, será dada ênfase aos sítios de pequenas dimensões cuja camada arqueológica é rasa ou inexistente (**Tabela 1 e Figura 2**). Os dados foram obtidos por meio de pesquisas realizadas ao longo dos últimos dez anos pela equipe do Núcleo de Pesquisa Arqueológica do IEPA, por meio de prospecções e escavações em áreas amplas.

A escolha dos sítios elencados para este estudo baseou-se, especialmente, na disponibilidade de dados obtidos a partir de escavações arqueológicas, bem como na distribuição espacial desses contextos em zonas de savana. Nestes termos, optamos por excluir sítios arqueológicos que não foram objeto de escavações sistemáticas, especialmente por apresentarem escassas informações contextuais.

Sítio Arqueológico	Sigla	Coordenadas UTM (Sirgas2000)		Área (m ²)	Prof. média da camada arqueológica (cm)	Campanhas de Escavação	Referência
		E	N				
Granja São Jorge 1	GSJ 1	486840	11540	3.000	20	2016	Costa Leite & Oleiro (2016)
Granja São Jorge 3	GSJ 3	486940	12180	25	20	2016	Costa Leite & Oleiro (2016)
Macapaba	MCP	494345	4436	4000*	30	2013	Saldanha & Cabral (2013)
Campus do IFAP	IFAP	489779	9467	622*	30	2010	Saldanha & Cabral (2011)
Norte Sul 1	NS 1	488821	5202	4.895	30	2015 - 2016	Saldanha & Cabral (2016)
Norte Sul 3	NS 3	489670	4050	2.345	30	2017	Oleiro & Silva (2017)
Toca da Onça	TO	489604	3880	11.600	30	2022	Stabile & Oleiro (2022)

Tabela 1: Compilação dos sítios arqueológicos destacados para a pesquisa em relação a área conhecida e a espessura da camada arqueológica. * Área estimada a partir da pesquisa de resgate arqueológico.

O Sítio Granja São Jorge I é um contexto a céu aberto, de grupos ceramistas, com dimensões relativamente pequenas, cerca de 3.000 m², e um pacote arqueológico raso (média de 20 cm de profundidade, podendo chegar a 30 cm), com esparsos vestígios cerâmicos e ausência de estruturas arqueológicas (COSTA LEITE e OLEIRO, 2016). A estratigrafia local não revelou uma camada arqueológica definida, tampouco foram observados elementos composicionais significativos, sendo dada ênfase a presença de textura areno-argilosa e coloração marrom claro a escuro, semelhante ao registrado no entorno imediato do sítio.



Figura 3: Escavação do sítio arqueológico GSJ3. Destaque para a concentração de cerâmicas e a profundidade do pacote arqueológico. Fonte: Acervo NuPARq/IEPA (2016).

Curiosamente, o sítio GSJ3 apresenta apenas 25 m² de área e está localizado a 600 m a

sul de Granja São Jorge I. Esse pequeno espaço concentra vestígios cerâmicos representativos de diferentes conjuntos cerâmicos com variedade de formas e decorações, como pintura, apliques (linhas curtas horizontais, curvilíneas, etc) e recorrência de incisões. Os resultados apontam para a presença de um sítio a céu aberto, com pacote arqueológico pouco denso e uma única estrutura do tipo fossa identificada.

O sítio Macapaba está localizado a sudeste do conjunto de sítios descrito acima e é caracterizado pela presença de poucas estruturas arqueológicas, na forma de buracos de poste, concentrações de vestígios cerâmicos e cerâmicas dispersas, além de escassos vestígios líticos, dentre eles, uma lâmina polida (SALDANHA e CABRAL, 2013). Os vestígios estão associados a uma camada superficial de até 30 cm, a qual apresenta sedimento de coloração cinza escuro nas porções com maior densidade de materiais, carvões e sementes carbonizadas.



Figura 4: À esquerda, escavação do sítio arqueológico Campus IFAP em 2010. À direita, escavação do sítio arqueológico Macapaba em 2013. Fonte: Acervo NuPArq/IEPA.

O sítio IFAP estava implantado a 300 m a leste do Macapaba, e englobava uma área de 622 m², sendo resgatado em quase a sua totalidade. As escavações resultaram na identificação de estruturas arqueológicas (fossas, lixeiras e argila queimada), vestígios cerâmicos dispersos em uma camada estratigráfica pouco espessa, de coloração variando entre marrom escuro e claro, com substrato laterítico a partir de 30 cm de profundidade (SALDANHA e CABRAL, 2011). Estruturas lineares formadas por concentrações de argila queimada, formavam, juntamente com as fossas, uma estrutura retangular que sugere a presença de piso de uma habitação. Tanto Macapaba quanto o sítio IFAP foram classificados como antigos espaços habitacionais de pequenas dimensões (SALDANHA & CABRAL, 2016).

Norte Sul 1 é um sítio arqueológico a céu aberto, associado a grupos ceramistas e identificado nas imediações da Lagoa dos Índios e do Igarapé da Fortaleza. Este sítio, que apresenta uma área de 4.895 m², está imediatamente próximo dos sítios Ilha Mirim (1,19 km), Norte Sul 2 (1,01 km), Norte Sul 3 (1,43 km) e Toca da Onça (1,53 km). Segundo o relatório de salvamento arqueológico, os vestígios arqueológicos encontrados consistem apenas de fragmentos cerâmi-

cos, observados de forma predominante sobre a superfície. Quando observados na subsuperfície do terreno, esses vestígios não ultrapassaram os 10 cm de profundidade de uma camada arenosa, formada por sedimentos pouco compactos com presença de lateritas (SALDANHA e CABRAL, 2016).

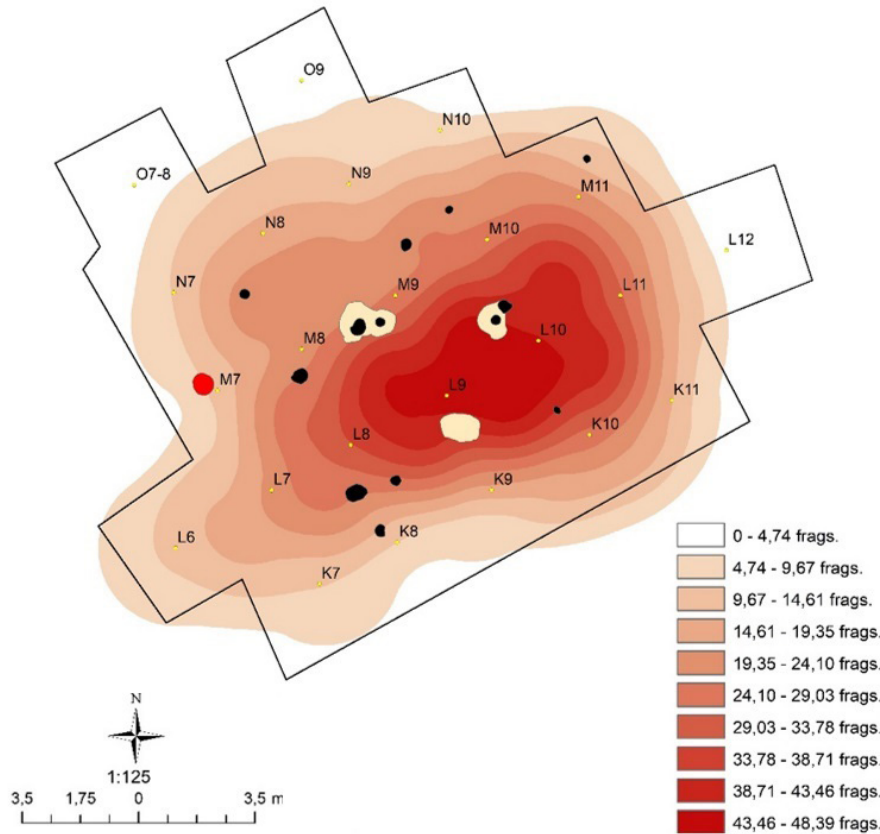


Figura 5: Sítio NS3. Georreferenciamento das estruturas arqueológicas e densidade de fragmentos cerâmicos. Manchas em cor preta representam estruturas do tipo buracos de poste. Manchas em cor bege representam fossas. A mancha vermelha, localizada na unidade M7, representa uma estrutura de combustão. Fonte: Oleiro & Silva (2017).

O sítio NS3 está localizado a apenas 430 m do sítio anterior, possuindo pequenas dimensões (2.345 m²). As ações de escavação registraram um pacote arqueológico raso, com baixa densidade de materiais em superfície e subsuperfície – principalmente, vestígios cerâmicos com ocorrência de calibradores, associados a feições antrópicas como buracos de poste e fossas. Para Oleiro e Silva (2017), os resultados são indicativos de uma ocupação do tipo acampamento de curta duração, possivelmente relacionada à aquisição de alimentos e/ou caça.

O sítio TO é parte do mesmo conjunto de sítios representado por Norte-Sul 2 e 3. Trata-se de contexto a céu aberto, pré-colonial, com baixa densidade de material, representado por vestígios e uma única estrutura cerâmica, distribuídos em uma área de 11.600 m² (STABILE e OLEIRO, 2022). A baixa densidade de vestígios, representados por materiais cerâmicos, está associada a uma camada arqueológica de até 30 cm, sendo resultado da própria constituição desse contexto.

Para Stabile e Oleiro (2022), tendo em vista as semelhanças e proximidade entre TO e NS3, toda a área foi caracterizada pela presença de estruturas sazonais dos grupos indígenas que ocuparam a região, como habitações temporárias e acampamentos para a exploração do entorno da Lagoa dos Índios.

Além desses contextos, pesquisas preliminares nos sítios Iratauí e Norte-Sul 2 apontam para a existência de características similares aos contextos objetos deste estudo (COSTA LEITE & NAZARÉ, 2020). Entretanto, esses espaços ainda carecem de investigações capazes de explorar aspectos como densidade de vestígios e características tecno-morfológicas dos materiais cerâmicos. Todavia, os dados espaciais e estratigráficos obtidos para esses contextos sugerem que se tratam, também, de ocupações sazonais, caracterizadas pela baixa expressividade de materiais arqueológicos.

Métodos

As amostras cerâmicas analisadas de cada contexto foram selecionadas a partir da disponibilidade de elementos diagnósticos que permitissem, além da análise tecnológica, a reconstituição das formas das vasilhas. Dessa forma, foi dada ênfase para os fragmentos cerâmicos diagnósticos de cada coleção, ou seja: fragmentos de borda e de base, fragmentos decorados e apliques. Entretanto, pensando em uma abordagem conjunta dos contextos apresentados neste artigo, todas as coleções foram revisitadas com o propósito de compreender as particularidades das coleções estudadas, sobretudo, no que se refere aos padrões tecnológicos.

A análise dos atributos tecno-morfológicos das coleções cerâmicas foi sempre baseada nas diretrizes de La Salvia & Brochado (1989), Rice (1987), Rye (1977), Shepard (1956, 1965), Sinopoli (1991), Skibo et al. (1989), Vacher et al. (1998) e Wust (1990). Os critérios de análise utilizados contemplaram os processos relacionados à manufatura de uma vasilha cerâmica, ou seja, as etapas de produção do artefato, como também alguns atributos relacionados ao seu uso e descarte como, marcas de uso e estado de preservação dos vestígios.

Para os sítios NS3 e TO, contamos com os dados da análise já realizada pelos autores deste artigo em 2017 e 2022 e publicadas em relatórios técnicos (OLEIRO & SILVA, 2017; STABILE & OLEIRO, 2022). Para o sítio NS1, contamos com dados já realizados pelo NuPARq/IEPA em 2016 (SALDANHA & CABRAL 2016b).

O sítio GSJ1 possui uma coleção formada por apenas 156 fragmentos, dos quais foram analisadas 14 peças. O sítio GSJ3, embora seja menor em dimensões, apresenta uma coleção significativa de fragmentos cerâmicos, oriundos de 16 vasilhas agrupadas e quebradas in situ. Dessa forma, optamos por realizar a análise representativa de 11 vasilhas, compostas por 7 perfis completos e 4 vasos inteiros, uma vez que para as demais vasilhas não foi possível identificar o perfil completo, o que influencia diretamente no processo de reconstituição da forma do vasilhame. O sítio IFAP possui uma coleção de 592 fragmentos, dos quais foram analisados 39 fragmentos. O sítio MCP possui uma coleção de 1.035 fragmentos, dos quais foram analisados 59. O sítio NS1

também possui uma pequena coleção de 50 fragmentos, dos quais foram considerados os dados de 7 fragmentos diagnósticos. O sítio NS3 apresenta uma coleção de 4.540 fragmentos, dos quais, 55 elementos foram analisados. Finalmente, o sítio TO possui uma coleção de 345 fragmentos, dos quais consideramos os dados de 59 fragmentos diagnósticos.

Considerando que as coleções cerâmicas de cada sítio apresentam poucos elementos diagnósticos (por ex: bordas, bases e fragmentos de paredes decorados), todos os materiais diagnósticos disponíveis para cada sítio foram analisados, com exceção do sítio Grande São Jorge 3, formado por uma coleção de vasilhas inteiras quebradas in situ e do qual analisamos 11 (onze) vasilhames. Além da análise cerâmica, revisitamos informações e dados dos relatórios de pesquisa de campo de cada um dos sítios aqui estudados, como forma de integrar dados estratigráficos, cronológicos, da distribuição espacial dos vestígios e da análise cerâmica.

O objetivo da análise cerâmica e das características deposicionais de cada sítio foi construir uma base de comparação entre os contextos destacados nesta pesquisa e, ademais, entre os demais sítios conhecidos na área de estudo.

Resultados e discussão

Os sítios de ocupação sazonal

A costa estuarina do Amapá apresenta uma profusão de sítios – remanescentes de antigas aldeias e grandes cemitérios de urnas – que se destacam no contexto regional por apresentarem grandes dimensões e pela densidade de estruturas e vestígios arqueológicos. Em adição a estes grandes contextos cerâmicos, ocorrem também na região sítios arqueológicos caracterizados pela baixa densidade de vestígios e dimensões significativamente menores, tanto da camada arqueológica quanto da área de dispersão. Temos nos referido a esses contextos ceramistas, cujo registro arqueológico é caracterizado por traços mais indistintos, como “sítios de ocupação sazonal”.

Os sítios sazonais destacados nesse trabalho são contextos arqueológicos à céu aberto e unicomponenciais, com uma área de dispersão de vestígios que varia predominantemente entre 1.000 m² e 5.000 m², ou seja, são bastante diminutos se comparados aos grandes contextos cerâmicos conhecidos na região, como os sítios Curiaú Mirim – I (10.000m²), CT-UEAP (67.500m²) e Campus UNIFAP (12.000m²).

Áreas mais extensas foram observadas no sítio NS1 (4.895 m²) e TO (11.600m²), localizados a 1,5 km de distância na margem leste da Lagoa dos Índios – uma extensa área de ressaca, abastecida pelas cheias do Igarapé da Fortaleza. Sua extensão, neste caso, não implica em densidade de vestígios ou na presença de camadas arqueológicas mais profundas, já que NS1 e TO, no todo, apresentam mais semelhanças com os contextos aqui chamados de sazonais do que com os grandes sítios habitacionais e cemitérios.

Outra característica comum aos sítios sazonais é sua sobreposição às zonas de savana

no município de Macapá, uma das formações vegetais pioneiras da planície fluvio-marinha Macapá/Oiapoque. O solo característico nesses sítios é o latossolo, com textura areno-argilosa nas camadas mais superficiais e argilo-arenosa nos estratos mais profundos. Há presença de concentrações lateríticas e a coloração dos sedimentos varia entre tons amarelados e avermelhados.

A estratigrafia desses locais é caracterizada pela presença de estratos pouco definidos e por uma camada arqueológica cuja profundidade não ultrapassa uma espessura média de 20 - 30 cm (**Figura 6**). A incidência de pequenos sítios associados às zonas de savanas na cidade de Macapá, já havia levado Saldanha e Cabral (2013) a indicarem que esses contextos podem ser a expressão arqueológica dos cerrados na região.

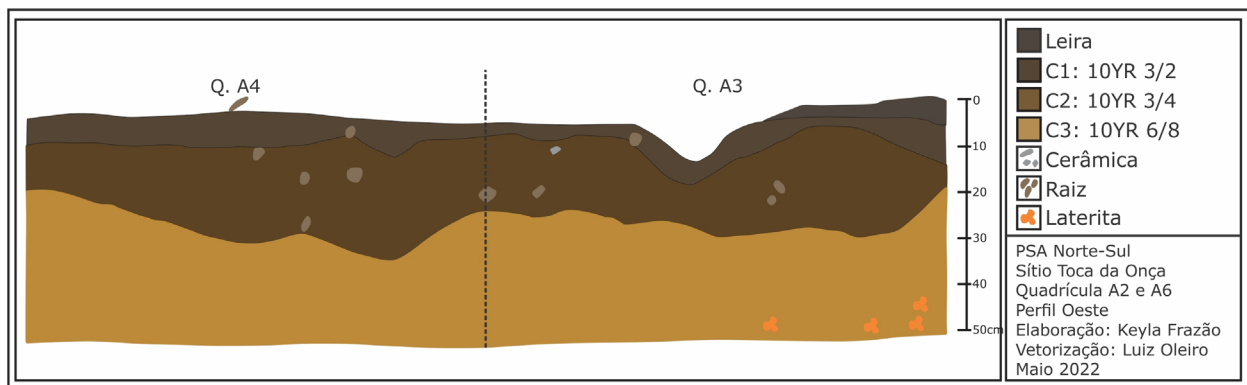


Figura 6: Sítio arqueológico TO, perfil oeste das quadrículas A4 e A3. Nota-se que a camada arqueológica (C1 e C2), varia entre 10 e 20cm de profundidade. Elaboração e vetorização: Keyla Frazão e Luiz Eduardo Oleiro. Fonte: Stabile & Oleiro (2022)

São mais escassas nos sítios de ocupação sazonal a presença de estruturas antrópicas, como buracos que serviram para a colocação de esteios, bolsões cerâmicos, estruturas de combustão, lixeiras, deposição de vasilhas inteiras e sepultamentos. De fato, o denominador comum consiste na baixa densidade de vestígios, compostos essencialmente por materiais cerâmicos relacionados a utilidades domésticas, como jarros, pratos, assadores e tigelas, e escassos vestígios líticos.

Os sítios destacados neste estudo também estão associados a margem esquerda do Igarapé da Fortaleza, formando um alinhamento de sítios no sentido norte - sul. Este rio também alimenta um grande campo de inundação conhecido como Lagoa dos Índios e que, por sua extensão conecta a zona leste do município de Santana e a APA do rio Curiaú, na zona norte do município de Macapá (vide **Figura 2**). Principalmente durante a estação chuvosa e a expansão das áreas inundáveis, o Igarapé da Fortaleza conecta diferentes regiões e poderia oferecer acesso a recursos e locais estratégicos.

A continuidade das escavações arqueológicas no município de Macapá deve oportunizar a descoberta de novos contextos de ocupação sazonal em áreas mais afastadas do núcleo de sítios próximos ao Igarapé da Fortaleza, como o sítio Iratauá, localizado a leste da Lagoa dos Índios (Vide **Figura 2**).

O material cerâmico é o principal vestígio arqueológico nesses contextos, sua característica, entretanto, é fragmentária e erodida, por se tratar de achados que não estão, na maioria dos casos, concentrados no interior de estruturas arqueológicas. Entre todos os sítios destacados, foram identificados fragmentos de borda lisa e decorada, e bases totalizando apenas 253 fragmentos cerâmicos, 7 perfis completos e 4 vasilhas inteiras decoradas, separados como diagnósticos no interior das coleções, número que pode ser considerado como um dos indicadores da baixa densidade de vasilhas cerâmicas por sítio arqueológico.

Considerando o grau de exposição dos materiais, geralmente distribuídos sobre a superfície dos sítios ou em estratos pouco profundos, sujeitos ao intemperismo e a impactos antrópicos, muitas das cerâmicas recuperadas em sítios sazonais da região apresentam certa friabilidade e erosão das paredes interna e externa (**Figura 7**). Com exceção dos sítios Granja São Jorge 3 e Campus IFAP, cuja coleção apresentou de forma preponderante vasilhas e fragmentos preservados, os demais contextos apresentaram peças cerâmicas com grau de erosão variável, entre erosão parcial das paredes e erosão total. A pior condição de preservação foi observada no sítio Macapaba, contexto caracterizado pela presença de muitas lateritas e sedimento compacto ou muito compacto.

As técnicas de manufatura identificadas foram sempre o roletado (sobreposição de roletes) para a construção do corpo cerâmico e o modelado para bases e apliques. A técnica de queima das vasilhas, por sua vez, observada em 100% dos materiais analisados, foi a oxidação interna e externa com presença de núcleo redutor. Trata-se de uma técnica baseada na queima em ambiente aberto.



Figura 7: Amostra de fragmentos cerâmicos com erosão das paredes externas. Fonte: Acervo NuPArq/IEPA (2024).

A pasta das cerâmicas de cada sítio apresenta diferentes elementos não plásticos utilizados como tempero para a confecção dos vasilhames. Entre os diferentes temperos há componentes minerais (quartzo e o óxido de ferro, como a hematita), orgânicos (carvão e cariapé) e o caco moído. É de se notar que, em cada cerâmica, há a presença de um tempero predominante para a composição da pasta, além de outros elementos cuja ocorrência é pontual ou difusa (tempero secundário), podendo, neste caso, terem sido adicionados indiretamente ou propositalmente em menor quantidade.

Sítio	N	Tempero Predominante (n %)					Tempero Secundário* (n %)					
		Caco Moído	Quartzo	Cariapé	Hematita	Óxido de Ferro	Carvão	Cariapé	Hematita	Quartzo	Caco Moído	Óxido de Ferro
GSJ 1	14	10 71.4%	3 21.4%	--	1 7.1%	--	2 14.2%	9 64.2%	7 50%	1 7.1%	--	--
GSJ 3	18	18 100%	--	--	--	--	--	--	14 77%	--	--	--
MCP	59	58 98.3%	1 1.6%	--	--	--	2 3.3%	--	33 55.9%	11 18.6%	1 1.6%	--
IFAP	39	31 79.4%	1 2.5%	2 5.1%	5 10.2%	--	4 10.2%	6 15.3%	25 64.1%	--	--	--
NS 1	7	6 85.7%	--	1 14.2%	--	--	--	--	--	6 85.7%	1 14.2%	--
NS 3	55	49 89.0%	3 3.6%	1 1.8%	--	--	--	--	--	8 14.5%	4 7.2%	--
TO	61	59 96.7%	1 1.6%	--	--	1 1.6%	--	--	--	14 5.5%	--	9 3.5%
Total	253	231 91.3%	9 3.5%	4 1.8%	6 2.3%	1 0.3%	8 3.1%	15 5.9%	79 31.2%	40 15.8%	6 2.3%	9 3.5%

Tabela 2: Distribuição de temperos utilizados na constituição da pasta cerâmica nos sítios deste estudo.

Materiais temperados com caco moído foram os mais frequentes em todos os sítios estudados (91,3%), enquanto outros elementos temperados com Quartzo (3,5%), Hematita (2,3%) e Cariapé (1,8%), foram raros. O sítio IFAP apresentou a maior variedade de antiplásticos, muito embora, o caco moído (79,4%) também tenha sido o elemento de tempero mais frequente. Quartzo (15,8%) e Hematita (31,2%) foram os elementos secundários mais comuns e não concomitan-

FRAZÃO, Keyla Maria Ribeiro; STABILE., Rafael; OLEIRO, Luiz Eduardo; NAZARÉ, Alan; LEITE, Lúcio Costa. Sítios arqueológicos de ocupação sazonal na Costa Estuarina do Amapá.

tes nas coleções. Ou seja, nos sítios diretamente associados a Lagoa dos Índios (NS 1, NS 3 e TO), o quartzo teve maior relevância, enquanto a Hematita esteve ausente (Tabela 2).

Sítio	N	Forma Particular	n	Abertura
GSJ1	6	Jarro Globular	1	Restringida
		Tigela	4	Não-Restringida
		Tigela Carenada	1	Não-Restringida
GSJ3	13	Jarro Globular	4	Restringida
		Jarro Tórico	2	Restringida
		Pote Tórico	1	Restringida
		Vasilha Antropomorfa	1	Restringida
		Tigela Carenada	5	Não-Restringida
MCP	6	Jarro Globular	5	Restringida
		Tigela	1	Não-Restringida
IFAP	13	Jarro Globular	1	Restringida
		Tigela	8	Não-Restringida
		Tigela Carenada	2	Não-Restringida
		Jarro Tórico	1	Não-Restringida
		Prato	1	Não-Restringida
NS1	6	Jarro Globular	3	Restringida
		Tigela	1	Restringida
		Tigela	1	Não-Restringida
		Prato	1	Não-Restringida
NS3	30	Jarro Globular	11	Restringida
		Tigela Funda	5	Não-Restringida
		Tigela	6	Não-Restringida
		Prato	6	Não-Restringida
		Assador	2	Não-Restringida
TO	5	Jarro Globular	2	Restringida
		Tigela	3	Não-Restringida
Total	79			

Tabela 3: Quantificação das formas das vasilhas por sítio.

Marcas de uso se fizeram representadas, entre as vasilhas e bordas analisadas, a partir da presença de fuligem, furos de reparo e erosão das paredes internas. No sítio GSJ3 a erosão e furos de reparo ocorreram concomitantemente nas mesmas vasilhas. As formas de tratamento da superfície identificadas foram o alisamento e estriado, muito embora esta última tenha sido observada em raros fragmentos cerâmicos.

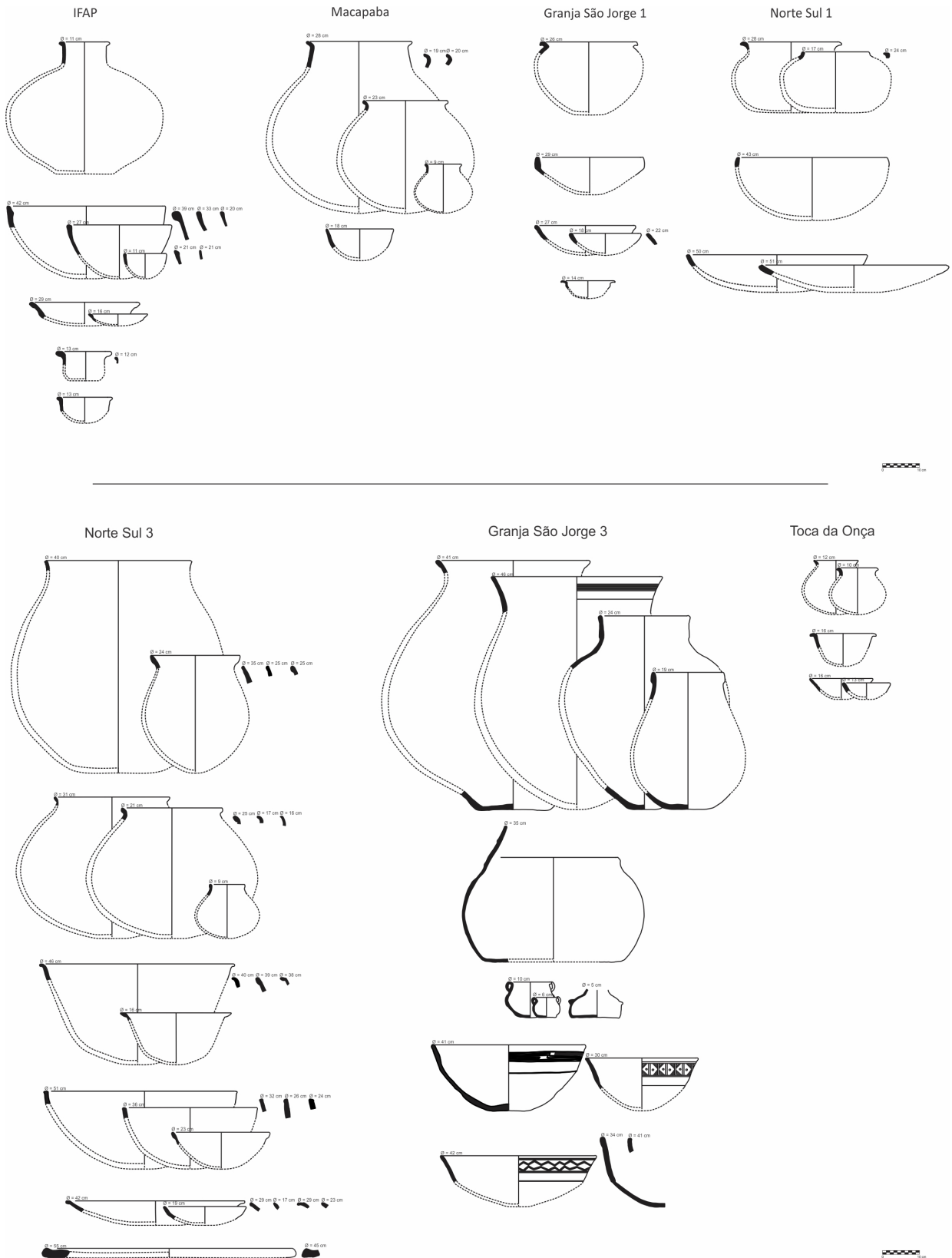


Figura 8: Grupos de formas reconstituídas para cada sítio arqueológico do estudo.

De modo geral, os sítios não apresentam diversidade significativa de vasilhas, cujos tipos variam entre Jarros, Tigelas, Pratos e Assadores. Estes últimos, porém, estão representados por apenas duas bordas oriundas do sítio NS3. Os pratos estão melhor representados no sítio NS3 que, junto de GSJ3, são os contextos com a maior variedade de vasilhas.

Os sítios MCP, GSJ1 e TO, por sua vez, apresentam apenas Jarros Globulares e Tigelas, enquanto IFAP e GSJ1, além dos jarros e tigelas com contorno simples, contém também tigelas carenadas e pratos (**Tabela 3 e Figura 8**).



Figura 9: Conjunto de vasilhas e fragmentos cerâmicos decorados provenientes dos sítios IFAP, Toca da Onça e Granja São Jorge 3. Fonte: Acervo NuPArq/IEPA (2024).

As vasilhas cerâmicas não são necessariamente recipientes passivos, podendo ser reutilizadas para fins diversos. Para Rice (1987: 209), alguns recipientes possuem usos múltiplos, ou seja, a mesma vasilha pode ser utilizada no transporte, armazenamento, ou com a função de preparo e servir alimentos, dentro dos limites provavelmente impostos pelos recursos disponíveis (Rice, 1987: 209). As tipologias definidas na análise resultaram em formas bem definidas como jarros restringidos, potes, tigelas e pratos. Os jarros podem ser interpretados com a dupla função de transporte e armazenamento de produtos secos e/ou líquidos, enquanto potes, tigelas e pra-

tos, podem ter sido utilizados no preparo e para servir alimentos.

As incisões foram o tipo de decoração plástica mais frequentes entre os sítios. Apenas GSJ1 e NS1 não apresentaram qualquer tipo de incisão. De fato, NS1 não apresentou qualquer tipo de decoração plástica. Nos demais sítios, elas geralmente são finas, longas e retilíneas e, com menos frequência, curtas e curvilíneas, localizadas sobre o pescoço da parede externa e paralelas a borda. Incisões na parede interna foram observadas apenas no sítio GSJ3.

Alguns fragmentos identificados nos sítios IFAP e TO apresentam vestígios de engobo branco aplicado no interior dos sulcos das incisões. Uma das tigelas carenadas do sítio GSJ3 (**Figura 9**), apresenta forma e padrão decorativo análogo a descrição da subfase Uxy Inciso (Fase Mazagão), realizada por Meggers & Evans (1957).

A decoração na forma de apliques cerâmicos modelados foi identificada nos sítios GSJ3, IFAP e TO. Trata-se do aplique lobulado, de baixo relevo, alças e aplique de filete. Outras decorações pouco frequentes foram o raspado – presente em materiais do sítio IFAP – e o digitado, presente no sítio GSJ1. Vale destacar a presença de materiais com incisões cruzadas e raspado no sítio IFAP.

O sítio GSJ3 apresentou a maior variedade de decorações plásticas entre os sítios estudados, com a presença de diferentes tipos de aplique (lobulado, baixo relevo, filetes e alças) e incisões (linhas cruzadas, linhas curtas, longas, retilíneas e curvilíneas). Dois pequenos jarros tóricos e um pote estavam inteiros e apresentavam alças e os apliques de filetes sobre o bojo (**Figura 9**).

O engobo branco não foi identificado nos sítios IFAP e NS1, mas se encontra presente em todos os demais. O banho vermelho ou amarelo, em ambas as paredes, foi relativamente comum em todos os sítios, muito embora, a presença apenas vestigial de pigmentos sobre a parede muitas vezes não permitiu a delimitação da pintura – em faixas ou banho. A resolução sobre esse elemento decorativo foi particularmente afetada pelas condições de preservação do material.

Aldeias e cemitérios

A região de Macapá foi principalmente estudada a partir de grandes contextos cerâmicos, tais como os sítios UNIFAP (AP-MA-05), Curiaú Mirim – I e Pacoval (PEREIRA et al., 1986; SALDANHA & CABRAL, 2016). Grandes sítios cemitérios e habitacionais também foram escavados nos arredores do município, porém aguardam pela sistematização de dados ou estudos mais aprofundados, como Santa Luzia do Pacuí (COSTA LEITE & SILVA, 2018), Santo Antônio da Pedreira (SALDANHA & CABRAL, 2009), CT-UEAP (BARRETO & OLEIRO, 2022) e os sítios Santana 1 e 2 (ALMEIDA, 2017). Todos bastante diferentes dos contextos sazonais abordados ao longo desse trabalho.

Pode-se dizer que esses sítios consistem em dois tipos de espaços: (a) grandes cemitérios de urnas ou exclusivamente funerários, como os sítios UNIFAP, Santa Luzia do Pacuí e (b) habitacionais / funerários, como o sítio Curiaú Mirim – I, CT-UEPA e Santana 1. Além das grandes dimensões – que podem chegar a mais de 50.000m² – todos se caracterizam pela grande densidade

de materiais e transformação da paisagem onde estão inseridos. Essas transformações são expressas na construção de grandes poços funerários, de bolsões de terra preta e cacos de vasilhas, caches cerâmicos e na concentração de centenas de urnas funerárias. Além disso, apresentam estratigrafias mais espessas, por vezes, com horizontes de terra preta indicando uma ocupação prolongada desses espaços.

O sítio Curiaú Mirim – I foi caracterizado pela presença de sedimento escuro misturado com fragmentos cerâmicos e sepultamento de urnas (SALDANHA et al., 2016). As estruturas funerárias mostraram-se espalhadas pelos espaços em diversificados contextos como poços com câmara lateral, bolsões e deposições de vasilhas, algumas acompanhadas por urnas na forma de jarros globulares Mazagão e antropomorfa Caviana, preenchidas com ossos, conchas e contas, acompanhados por tigelas (tampa), jarros pequenos e bancos (GAMBIM JUNIOR, 2016). A fase Marajoara foi identificada nas centenas de fragmentos decorados com as características desse estilo cerâmico. A análise espacial do conjunto de estruturas reconhecidas no sítio (buracos de poste, lixeiras, deposições cerâmicas), indicou a existência de locais específicos: destinados a construção da habitação e outros espaços destinados aos sepultamentos e ritos funerários. As peças cerâmicas coletadas no interior dos três poços funerários sugerem uma confluência de estilos cerâmicos distintos: Marajoara, Caviana, Mazagão e Koriabo (NAZARÉ et al., 2015).

O sítio Pacoval apresenta certa similaridade com Curiaú Mirim – I, devido ao alinhamento de urnas funerárias Mazagão e Caviana. Um arranjo de urnas do mesmo estilo cerâmico também foi identificado no sepultamento mais antigo de Curiaú Mirim – I. Alinhamento similar também foi observado no sítio Curiaú Mirim e entre as urnas antropomorfas no sítio Vila Tropical, sobre o qual constam apenas poucas informações contidas no relatório de escavação (NUNES FILHO, 2014).

Pacoval está localizado em bairro homônimo na cidade de Macapá e constitui um contexto ainda pouco estudado e que não apresenta evidências de vasilhas e estruturas de uso doméstico. Foram identificadas urnas de formas, tamanhos e acabamentos diferentes, algumas preenchidas apenas com sedimento e outras com ossos e vasilhas menores como pratos e tigelas. Duas urnas antropomorfas (Mazagão e Caviana) estavam localizadas uma junto à outra e em sua volta encontravam-se mais duas urnas com formato de vasos (PEREIRA et al., 1986; POLO, 2019).

O sítio UNIFAP é um cemitério arqueológico cujo registro é formado pela deposição de dezenas de urnas funerárias globulares, associadas a diferentes estilos cerâmicos, muito embora, uma recorrência nas técnicas de manufatura tenha sido identificada. Algumas das cerâmicas arqueológicas mais frequentes nos sítios do setor estuarino do Amapá estão representadas entre as urnas: Mazagão e Marajoara. Há também cerâmicas relacionadas a fase Aruã e Ananatuba, essas raramente presentes em sítios no estado (SALDANHA & CABRAL, 2011). Esses vestígios se encontravam depositados em níveis que variaram de 60 a 100 cm de profundidade, protegidos por uma camada laterítica superficial. Ausentes do sítio UNIFAP e dos contextos sazonais, as cerâmicas Koriabo e as urnas antropomorfas do estilo Caviana parecem circunscritas aos contextos habitacionais / funerários, no interior dos quais, exercem funções diferentes.

Os sítios citados têm em comum contextos em áreas amplas, com profundas camadas

estratigráficas composto por estruturas antrópicas organizadas, contemplando uma diversidade de material seja pelos inúmeros fragmentos e objetos cerâmicos (potes, tigelas, bancos e urnas), aos remanescentes humanos e animais, organizados em espaços rituais/cerimoniais e/ou habitacional-ritual/cerimonial.

Uma vez mais, o Estuário Amazônico

Há décadas a arqueologia do Amapá tem se destacado no contexto amazônico pela presença de uma cerâmica altamente elaborada, com pintura policrômica e a presença do antropo zoomorfismo expresso através de apliques ou da (re)construção de corpos na forma de urnas funerárias (GOELDI, 1905; MEGGERS & EVANS, 1957; NIMUENDAJU, 2004; SALDANHA, 2016; SALDANHA & CABRAL, 2008). Sítios arqueológicos extensos, megalitismo e grandes trabalhos de terra (escavação de poços, valas defensivas e aterros) se somam as cerâmicas na conformação de contextos arqueológicos muito ricos, especialmente do ponto de vista do potencial informativo sobre os modos de vida e processo de ocupação da região.

Saldanha e Cabral (2016b) organizaram os principais sítios do estuário amapaense em categorias tipológicas, segundo sua finalidade: “sítios habitação”, “sítios funerários” e “sítios habitação / funerários”. A partir da classificação dos diferentes contextos arqueológicos estudados até aquele momento, além de dados cronológicos (Tabela 4), esses pesquisadores propuseram uma transformação no padrão de ocupação na região, mudança caracterizada pela emergência de grandes aldeias a partir do primeiro milênio da era cristã, em contraposição a contextos habitacionais de pequeno porte. Nesse modelo explicativo, grandes cemitérios, como o sítio UNIFAP, deveriam servir, concomitantemente, a diversos sítios habitação (SALDANHA & CABRAL, 2016b).

Sítio Arqueológico	Idade Convencional	Idade Calibrada (2 Sigma)		Laboratório	Referência
Campus do IFAP	1150 ± 30 BP	Cal 780 AD - 980 AD	Cal 1160 BP - 970 BP	Beta 290843	SALDANHA & CABRAL (2016)
	1110 ± 30 BP	Cal 880 AD - 1000 AD	Cal 1070 BP - 950 BP	Beta 290842	
UNIFAP (AP-MA-05)	920 ± 30 BP	Cal 1030 AD - 1200 AD	Cal 920 BP - 750 BP	Beta 290848	SALDANHA (2017)
	740 ± 30 BP	Cal 1240 AD - 1290 AD	Cal 700 BP - 660 BP	Beta 290849	
	990 ± 40 BP	Cal 980 AD - 1160 AD	Cal 960 BP - 800 BP	Beta 290850	
	660 ± 30 BP	Cal 1277 AD - 1323 AD Cal 1347 AD - 1393 AD		Beta 433345	
Curiaú Mirim - I	360 ± 30 BP	Cal 1450 AD - 1640 AD Cal 1540 AD - 1635 AD		Beta 433347	GAMBIM JÚNIOR (2016)
	630 ± 30 BP	Cal 1287 AD - 1399 AD		Beta 433346	
	690 ± 30 BP	Cal 1270 AD - 1305 AD	Cal 680 BP - 645 BP	Beta 376230	SALDANHA <i>et al.</i> (2016)
		Cal 1365 AD - 1385 AD	Cal 585 BP - 565 BP		
	960 ± 30 BP	Cal 1020 AD - 1155 AD	Cal 930 BP - 795 BP	Beta 376231	

Tabela 4: Cronologia disponível a partir da bibliografia levantada durante a pesquisa.

Ao longo dos últimos oito anos, a continuidade das pesquisas arqueológicas no Amapá oportunizou a escavação de novos contextos arqueológicos na capital. A reunião de dados e análise dessas coleções permite agora a adição de novos elementos ao quadro de explicações sobre a ocupação da região, processo que motivou a realização deste trabalho.

Ao passo que Saldanha e Cabral (2016b), indicavam a hipótese de que os grandes cemitérios, como o sítio UNIFAP, estivessem conectados a um sistema de aldeias nessa porção do estuário, a escavação de sítios de pequeno porte, como aqueles por nós destacados neste estudo, também suporta a compreensão de que esse sistema incluía um conjunto de locais estratégicos, relacionados a exploração e transporte dos recursos da região.

Os sítios de ocupação sazonal são de difícil identificação, pois estão associados a pequenas coleções de objetos e ainda carecem de datações absolutas, tornando desafiadora sua associação cronológica aos demais sítios da região. Além disso, não apresentam solos antropogênicos, tampouco uma camada arqueológica bem definida. Por outro lado, a profusão e proximidade entres os sítios arqueológicos, situados sobre uma cobertura remanescente de savana, estimula o problema da relação entre esses contextos.

Neste trabalho, procuramos explorar esse problema: é possível que as coleções arqueológicas recuperadas de diferentes sítios da região sejam o produto de uma forma de ocupação que integrava, simultaneamente, diferentes tipos de espaços? Seriam os sítios rasos e com baixa densidade de materiais arqueológicos a expressão de locais estratégicos no interior desse sistema integrado de ocupação?

É evidente que a resposta para essas questões deve passar pela produção de mais pesquisas e, principalmente, pela reunião de mais datações que permitam testar a relação sincrônica entre os sítios de Macapá. Todavia, os dados sobre os sítios de ocupação sazonal indicam similaridades, mas também certa heterogeneidade entre eles.

As principais semelhanças já foram destacadas ao longo deste texto e reiteram a característica sazonal desses espaços: pacote arqueológico raso e/ou superficial, baixa densidade de materiais em relação a área de dispersão, ausência ou pouca expressão de estruturas antrópicas. Concordamos que esses indicadores sustentam a interpretação de que esses sítios suportaram ocupações por um curto período. No entanto, a análise ora realizada, observou que, para além da semelhança nas formas de deposição e estratigrafia nesses sítios, há particularidades importantes que indicam se tratar de espaços temporários com diferentes funções.

A começar pelo sítio GSJ3, o menor em dimensões entre os levantados nesta pesquisa, porém, diferente dos demais sítios sazonais, aqui descrevemos um contexto bastante denso e formado pela deposição em superfície de quase duas dezenas de vasilhas inteiras. Além disso, a análise tecnológica e reconstrução das formas cerâmicas revelou a presença de uma variedade maior de formas (incluindo uma vasilha com características antropomorfas) e uma frequência maior de materiais decorados (**Figura 10**). Tal conjunto de artefatos sugere uma função votiva para esse espaço, cujo período de utilização deve ter sido curto ou, até mesmo, episódico – tendo em vista a ausência de evidências que indiquem a reutilização do local. Além disso, em um raio

não maior do que 1.000 m estão situados os sítios Granja Santa Marta 01 e 02 e GSJ1 e que juntos atestam a presença indígena e a utilização de diferentes espaços imediatamente próximos a GSJ3.

Ao descrever os sítios MCP e IFAP, Saldanha e Cabral (2016b:232) consideram que se trata de contextos habitacionais menos expressivos e que, talvez, esse tenha sido o padrão de ocupação local antes de 800 anos AP, quando as aldeias se tornaram maiores. Considerando a hipótese dos autores, é possível que alguns dos espaços de ocupação sazonal aqui destacados seja o resultado arqueológico de antigas unidades habitacionais esparsas, temporárias e que poderiam formar pequenos conjuntos comunitários relacionadas a alguma fonte de captação de recursos.

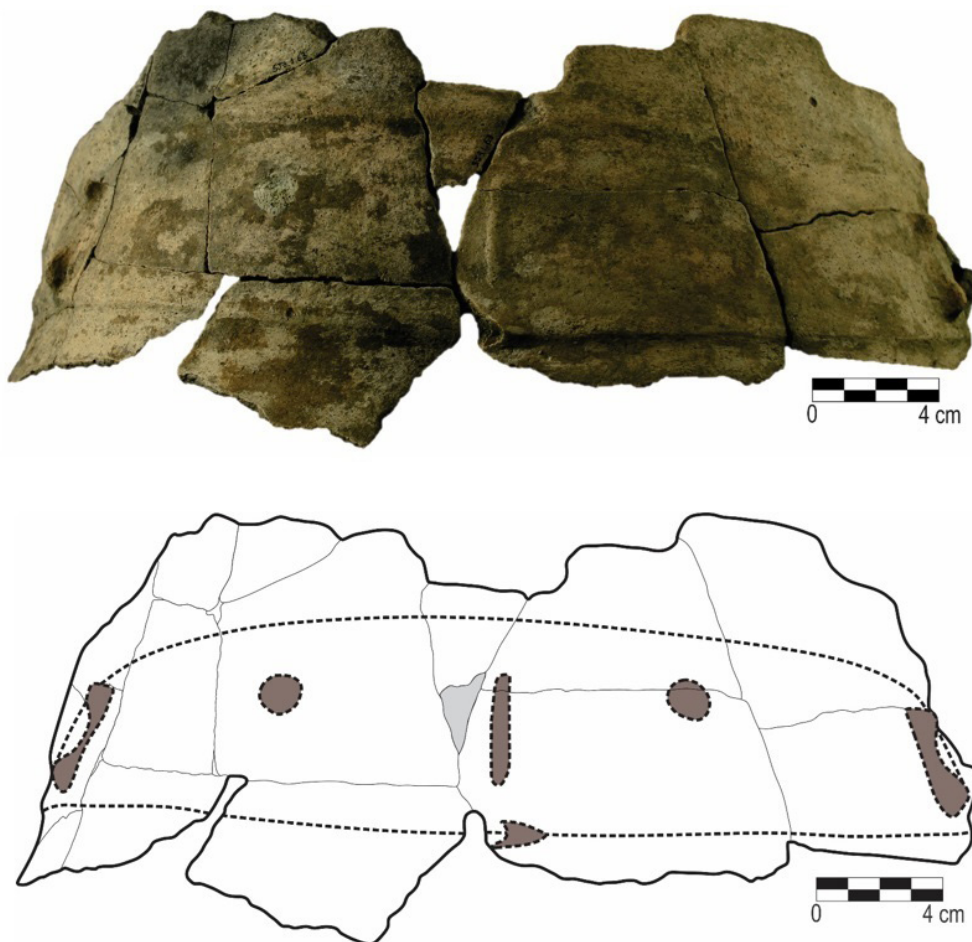


Figura 10: Fragmento de vasilha cerâmica antropomorfa, oriunda do sítio GSJ3 com a representação de duas orelhas, nariz e boca, confeccionados através de apliques cerâmicos e dois olhos simetricamente posicionados.

Fonte: Acervo NuPARq/IEPA (2024).

Os sítios MCP, IFAP e NS3 são os melhores representantes dessa hipótese, à medida que, apresentam algumas poucas estruturas arqueológicas (fossas, buracos de poste, combustão), uma pequena área de dispersão e nenhum sepultamento. A presença de jarros de grande porte nas coleções desses sítios também sugere a estocagem por períodos mais prolongados. Além do

mais, embora seja representativo de algumas estruturas, o sítio NS3 é notadamente distinto de contextos habitacionais perenes, como o sítio Curiaú Mirim – I, onde se verificou a concomitância de diferentes fases cerâmicas (principalmente Mazagão, Marajoara, Koriabo e Caviana) e pela variabilidade de formas e estilo de decoração. Os contextos sazonais, por sua vez – a exceção de GSJ3 – apresentam uma quantidade limitada de vasilhas inteiras e com poucos elementos com decoração plástica e/ou pintura.

Os sítios TO e NS1 circundam NS3 e estão a poucos metros do sítio Ilha Mirim, este último conhecido pelo antigo relato de moradores sobre a presença de vasilhas cerâmicas e urnas funerárias indígenas (OLEIRO & SILVA, 2017). As pesquisas mais recentes em Ilha Mirim verificaram que a única porção preservada do sítio consistia em sua periferia (SOUZA & PENHA, 2021) e que o crescimento urbano do bairro homônimo deve ter suplantado a área central desse sítio (OLEIRO & NAZARÉ, 2020; SOUZA & PENHA). Ilha Mirim pode ter sido um sítio habitação/funerário de grandes proporções - se consideramos os limites do sítio aferidos no trabalho de Souza e Penha (2021) – talvez integrado a espaços logísticos imediatamente próximos, como NS1 ou TO. Junto com GSJ1, os três sítios apresentam vasilhames com maior portabilidade, como pequenos jarros, tigelas e pratos que poderiam indicar o consumo ou processamento de alimento. Assim, o conjunto de características deposicionais e da análise cerâmica reforçam a hipótese de que esses três contextos específicos funcionaram como locais de paragem ou de atividades transitórias.

As imediações da Lagoa dos Índios em Macapá congregam espaços temporários – tenham eles servido como pequenos núcleos habitacionais, acampamentos ou local para a coleta de recursos – e espaços com ocupações perenes.

A oferta de recursos naturais, de locais estratégicos e a circulação significativa de pessoas e ideias por diferentes regiões do Amapá deve se refletir em um sistema de ocupação baseado na existência de espaços diversos. A manutenção de redes de contato entre grupos pode ter se valido das aldeias, cemitérios e espaços cerimoniais como pontos de chegada ou lugares significativos, mas também dos acampamentos de caça, pontos de observação, paragens e habitações temporárias. Ou seja, sítios cuja resolução é relativamente baixa, mas que apresentam potencial para discussão sobre as diferentes formas de ocupação do espaço e transformação da paisagem local.

A sobreposição entre savanas em Macapá e a teia de sítios e rotas que os conectaram, como o Igarapé da Fortaleza, a Lagoa dos Índios e outros corpos hídricos, chama à atenção para o papel humano na construção da paisagem. Apesar de incipientes, estudos palinológicos já demonstraram que a savana amapaense vem sendo mantida pelas queimadas ao longo dos anos, o que sugere uma origem antrópica para essa formação vegetal, por volta de 4.500 anos AP. (TOLEDO e BUSH, 2007; 2008). Segundo os autores, o clima atual da região (precipitação e temperatura), suportaria uma vegetação mais densa e uma frequência menor de queimadas, o que demonstra também que as variações climáticas ocorridas na Amazônia influenciaram a composição florística atual (TOLEDO e BUSH, 2008).

Ao mesmo tempo que paisagens e ambientes específicos resultam em diferentes formas de ocupar o espaço, a ação humana também transforma e influencia a criação de novas paisagens

(WATLING, 2023). Todavia, a ausência de indicadores de transformação da paisagem dificulta, em muito, abordagens sobre a coevolução ser humano-ambiente, muito embora esses espaços compartilhem de características comuns. Ao adotarmos uma perspectiva macro, transformações da paisagem nas áreas dos sítios arqueológicos ou quaisquer atividades com movimentação de solos, comumente serão interpretadas como naturais, a menos que existam vestígios culturais associados (RUBIN et al., 2011).

A luz das informações e dados aqui apresentados, destacamos algumas hipóteses complementares para a leitura dos contextos arqueológicos denominados como “sazonais”:

1) Podem se tratar de habitações esparsas que, em conjunto, podem formar pequenos conjuntos comunitários e que, dessa forma, compartilhariam sítios cerimoniais e/ou funerários comuns, além de outros espaços temporários de caráter logístico. Os sítios NS3, IFAP e MCP são os melhores representantes dessa tipologia;

2) Consistem em espaços votivos, porém de uso episódico, associados a espaços habitacionais próximos, tal como o sítio GSJ3;

3) São sítios representativos de um sistema de ocupação e apropriação da paisagem, em que sítios de menores dimensões funcionariam como pontos logísticos e de caráter sazonal para a realização de atividades específicas, como a coleta, a caça e a pesca. Essa interpretação engloba principalmente os sítios GSJ1, TO e NS1 que apresentam a menor densidade de vestígios e de estruturas arqueológicas em relação a sua área de dispersão.

A partir dessas considerações, compreendemos que a expressão arqueológica das savanas em Macapá, caracterizada pela presença de sítios rasos ou superficiais de pequenas dimensões e baixa densidade de materiais, não se resume a uma única tipologia de sítios, como “acampamento” ou “habitação”. De fato, o padrão de distribuição e tecnologia cerâmica reitera não apenas as semelhanças contextuais existentes entre os sítios aqui destacados, mas também usos potencialmente diferentes.

Conclusão

O conjunto de sítios já identificados no setor estuarino do Amapá pode ser a expressão de um sistema integrado de ocupação, que envolvia cemitérios diretamente relacionados às grandes aldeias (SALDANHA & CABRAL, 2016), mas também sítios de caráter logístico e temporário. Sua localização concentrada junto a margem leste do Igarapé da Fortaleza adiciona ainda, um fator estratégico ao padrão de distribuição de sítios sazonais.

Ainda que a maioria desses contextos careçam de investigações aprofundadas, o panorama obtido a partir das escavações arqueológicas realizadas nos sítios IFAP, MCP, NS1, NS3, GSJ1 e GSJ3, e mais recentemente, no sítio TO, demonstra o potencial para se pensar esses espaços não de forma isolada, mas imersos em um contexto mais amplo de ocupação da foz do Amazonas.

Os dados alcançados até o momento, embora careçam de cronologias absolutas, nos le-

vam a pensar os padrões espaciais, contextuais e artefatuais dos contextos sazonais em relação aos espaços de ocupação mais densa, representados por sítios de habitação, funerário, e habitação/funerário. A distribuição desses sítios reforça um padrão de uso do espaço atrelado às diferentes atividades e necessidades humanas ao longo do processo de ocupação pretérita tardia do estuário amazônico, proporcionando uma compreensão valiosa das práticas de assentamento e do modo de vida dessas populações.

Muito embora os sítios descritos ao longo deste trabalho estejam agrupados junto à margem do Igarapé da Fortaleza, espera-se que novas prospecções ou projetos de licenciamento em Macapá permitam a descoberta de novos contextos dessa natureza, como o sítio Iratauá, localizado no Bairro São Lázaro, a menos de 5 km da concentração principal. De igual modo, espera-se um refinamento dos dados disponíveis a partir do desenvolvimento de investigações específicas, voltadas ao entendimento de aspectos relacionados às transformações culturais do ambiente de implantação desses contextos.

Referências bibliográficas

- AMARAL, Dário Dantas, ROCHA, Antônio Elielson, PEREIRA, Jorge Luís Gavina & COSTA NETO, Salustiano Vilar. Identificação dos subtipos de savanas na Amazônia oriental (Pará e Amapá, Brasil) com uma chave dicotômica de individualização. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi-Ciências Naturais* v. 14, n. 2, 183-195, 2019.
- ALMEIDA, Sérgio Bruno dos Reis. Relatório de Análise do Material Arqueológico do Resgate Arqueológico na Área dos Empreendimentos Imobiliários Acquaville Tambaqui, no Município de Santana, Estado do Amapá. Brasília: Fronteiras Arqueologia (Relatório de Pesquisa), 2017.
- BARRETO, Bruno de Sousa. Diacronia e Cultura Material no Sítio Laranjal do Jari 01: um assentamento associado às cerâmicas Jari e Koriabo, baixo rio Jari, sul do Amapá (670- 1450 AD). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Sergipe, Laranjaeiras, 2015.
- BARRETO, Bruno de Sousa; Oleiro, Luiz Eduardo Nunes. Relatório de Campo do Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico (RGPA): Campus Tecnológico da Universidade do Estado do Amapá – UEAP/ Macapá (Resgate do Sítio Arqueológico CT-UEAP). Relatório de Pesquisa. Macapá: Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá, 2022.
- BARRETO, Cristiana; LIMA, Helena Pinto; BETANCOURT, Carla Jaime. Cerâmicas arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese. Belém: IPHAN, 2016.
- BURKE, Ariane; PEROS, Matthew C; WREN, Colin D; PAUSATA, Francesco S. R; RIEL-SALVATORE, Julien; MOINE, Olivier; VERNAL, Anne de; KAGEYAMA, Masa; BOISARD, Solène. The archaeology of climate change: The case for cultural diversity. *PNAS*, v. 118, n. 30, 2021. <https://doi.org/10.1073/pnas.2108537118>
- CABRAL, Mariana Petry; SALDANHA, João Darcy de Moura. Paisagens Megalíticas na Costa Norte

do Amapá. *Revista de Arqueologia*, v. 21, 2008.

- CABRAL, Mariana Petry. No tempo das pedras moles: arqueologia e simetria na floresta. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.
- CARVALHO, Patrícia Ramos. Cerâmicas arqueológicas e Arqueometria. Fase Bacabal: um estudo sobre a ocupação no sudoeste da Amazônia. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- CARVALHO, Willian Douglas; MUSTIN, Karen. The highly threatened and little known Amazonian savannahs. *Nature Ecology & Evolution*, v.1, 2017. Doi: <https://doi.org/10.1038/s41559-017-0100>.
- CASTRO, Gustavo Spadotti Amaral; ALVES, Luis Wagner Rodrigues. Cerrado Amapaense: estado da arte da produção de grãos. Macapá: Embrapa Amapá. 2013.
- CLEMENT, Charles; CASAS, Alejandro; PARRA-RONDINEL, Fabiola; LEVIS, Carolina; PERONI, Nivaldo; HANAZAKI, Natalia; CORTÉS-ZÁRRAGA, Laura.; RANGEL-LANDA, Selene; ALVES, Rubana; FERREIRA, Maria Júlia; CASSINO, Mariana; COELHO, Sara; CRUZ-SORIANO, Aldo; PANCORBO-OLIVEIRA, Marggiori; BLANCAS, José; MARTÍNEZ-BALLESTÉ, Andrea; LEMES, Gustavo; LOTERO-VELÁSQUEZ, Elisa; BERTIN, Vinicius; MAZZOCHINI, Guilherme. Disentangling Domestication from Food Production Systems in the Neotropics. *Quaternary*, v. 4, n. 1, 2021. Doi: <https://doi.org/10.3390/quat4010004>
- COSTA LEITE, Lúcio Flávio; OLEIRO, Luiz Eduardo Nunes. Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial do Empreendimento Loteamento Macapá, Macapá – Amapá: Primeiro Relatório. Relatório de Pesquisa. Macapá: Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá, 2016.
- COSTA LEITE, Lúcio Flávio Siqueira & SILVA, Michel Bueno Flores. Primeiro Relatório Parcial de Resgate do Sítio Santa Luzia do Pacuí - Projeto de Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial ao Longo da Rodovia AP-070, Amapá. Relatório de Pesquisa. Macapá: Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá, 2018.
- COSTA LEITE, Lúcio Flávio Siqueira; NAZARÉ, Alan Silva. Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do 2º Grupamento Bombeiro Militar do Amapá. Relatório de Pesquisa. Macapá: Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá, 2020.
- COSTA, Jucilene Amorim; MOURA, Helyelson Paredes. Uso e ocupação do solo no cerrado amapaense: a formação de antrossolos no Campus da Universidade Federal do Amapá. In: BRITO, Daguiete Maria; AVELAR, Valter Gama. *Geografia do Amapá em Perspectiva*, Macapá: Editora da Universidade Federal do Amapá, 2017.
- COSTA, Juscilene; KERN, Dirse; COSTA, Marcondes Lima; RODRIGUES, Tarcísio Ewerton; KÄMPF, Nestor; LEHMANN, Johannes; FRAZÃO, Francisco Juvenal. Geoquímica das Terras Pretas Amazônicas. In: TEIXEIRA, Wenceslau Gerales; KERN, Dirse; MADARI, Beáta; LIMA, Hedinaldo; WOODS, Willian (eds.) *As Terras Pretas de Índio da Amazônia: sua caracterização e uso deste conhecimento na criação de novas áreas*. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, p.

162-171, 2009.

- COSTA, Juscilene; COSTA, Marcondes Lima; KERN, Dirse. Analysis of the spatial distribution of geochemical signatures for the identification of prehistoric settlement patterns in ADE and TMA sites in the lower Amazon Basin. *Journal of Archaeological Science*, v. 40, p. 2771-2782, 2012.
- COSTA NETO, S.V. Fitofisionomia e florística das savanas do Amapá. 2014. 100 f. Tese (Doutorado) Universidade Federal Rural da Amazônia/UFRA, Belém, 2014.
- COSTA-NETO, S. V., I. S. MIRANDA, A. E. S. ROCHA, A. J. BASTOS & S. R. MIRANDA-JÚNIOR, 2017. Flora das savanas do estado do Amapá. In: A. M. BASTOS, J. P. MIRANDA-JUNIOR & R. B. LIMA E SILVA (Ed.): *Conhecimento e manejo sustentável da biodiversidade amapaense*: 65-94. Blucher, São Paulo.
- FAUSTO, C., & NEVES, E. G. Was there ever a Neolithic in the Neotropics? Plant familiarisation and biodiversity in the Amazon. *Antiquity*, 92(366), 1604-1618, 2018. doi: <https://doi.org/10.15184/aqy.2018.157>
- FURQUIM, Laura P. Arqueobotânica e mudanças socioeconômicas durante o Holoceno Médio no sudoeste da Amazônia. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- GALLOIS, Dominique Tinkel. Levantamento Histórico-Cultural: Parque Montanhas do Tumucumaque. Relatório de pesquisa. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, p. 195, 2008. Disponível em: <http://montanhasdotumucumaque.blogspot.com.br/p/mapas.html>. Acesso em: 11 de março de 2017.
- GAMBIM JUNIOR, Avelino. Corpo, vida e morte na Foz do Rio Amazonas: As estruturas funerárias do Sítio Curiaú Mirim I/AP. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- GOELDI, Emilio. 1905. Excavações Archeologicas em 1895. 1ª parte: As Cavernas funerárias artificiais dos indios hoje extinctos no rio Cunany (Goanany) e sua cerâmica, *Memórias do Museu Goeldi*, v. 1, Belém, 43 p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Amazônia Legal. 1:250.000: banco de dados geográficos – vegetação. IBGE, Rio de Janeiro, 2003.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Mapa Exploratório de Solos – Pedologia – Estado do Amapá. 1:750.000. IBGE, Rio de Janeiro, 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Manual técnico da vegetação brasileira: sistema fitogeográfico; inventário das formações florestais e campestres; técnicas e manejo de coleções botânicas; procedimentos para mapeamentos: 1-275. IBGE, Rio de Janeiro, 2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Mapa de Biomas do Brasil. Escala 1:5.000.000. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- KATER, Tiago; ALMEIDA, Fernando; MONGELÓ, Guilherme; WATLING, Jeniffer; NEVES, Eduardo Goés. Variabilidade estratigráfica e espacial dos contextos cerâmicos no Sítio Teotônio.

- Revista de Arqueologia, v. 33, n. 1, p. 198–220, 2020. Doi: 10.24885/sab.v33i1.685
- KERN, Dirse Clara. Geoquímica e pedogeoquímica de sítios arqueológicos com Terra Preta na Floresta Nacional de Caxiuaná (Portel-Pará). Tese de Doutorado, Universidade Federal do Pará, Belém, 1996.
- KERN, Dirse Clara. Análise e interpretação de solos e ou sedimentos nas pesquisas arqueológicas. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, v.8, p.21–35, 2009.
- KERN, Dirse Clara; KÄMPF, Nestor. 1989. Antigos assentamentos indígenas na formação de solos com Terra Preta Arqueológica na região de Oriximiná, Pará. Revista Brasileira de Solos, v. 13, p. 219-225, 1989.
- KERN, Dirse Clara; KÄMPF, Nestor; WOODS, Willian; DENEVAN, W. M., COSTA, M. L., FRAZÃO, F. J. L., SOMBROEK, W. As terras pretas de índio na Amazônia: evolução do conhecimento em terra preta de índio. In: TEIXEIRA, Wenceslau Geraldes (org.), As Terras Pretas de Índio da Amazônia: sua caracterização e uso deste conhecimento na criação de novas áreas. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, p. 72 – 81, 2009.
- LA SALVIA, Fernando; BROCHADO, José. Cerâmica Guarani. Editora Posenato Arte e Culura, 1989. 175p.
- MEGGERS, Betty J.; EVANS, Clifford. Archaeological investigations at the mouth of the Amazon. Bulletin of the Bureau of American Ethnology, 167: 1-664, 1957.
- MORAES, Claide de Paula. O papel da arqueologia brasileira na discussão sobre os cenários e os processos das primeiras ocupações humanas das Américas. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v.14, n.2, pp. 259-262, 2019. doi: <https://doi.org/10.1590/1981.81222019000200002>
- MONGELÓ, Guilherme. Ocupações humanas do Holoceno inicial e médio no sudoeste amazônico. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v.15, n.2, 2020.
- NAZARÉ, Alan.; GAMBIM JÚNIOR, Avelino; SALDANHA, João Darcy de Moura. Cacos, urnas e ossos: a variabilidade dos poços de um sítio na foz do rio Amazonas. 18º Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, Goiânia, setembro de 2015.
- NIMUENDAJÚ, Curt. In Pursuit of a Past Amazon - Archaeological Researches in the Brazilian Guyana and in the Amazon Region: A posthumous work compiled and translated by Stig Rydén and Per Stenborg. Goteborg: Ethnological Studies, 2004.
- NUNES FILHO, Edinaldo Pinheiro. Relatório Final do Projeto de Resgate Emergencial do Sítio Arqueológico AP-MA: Vila Tropical, no Loteamento Manari Village, Macapá-AP. Macapá: CEPAP-UNIFAP, 2014.
- OLEIRO, Luiz Eduardo e SILVA, Michel Bueno Flores. Projeto de Levantamento e Resgate Arqueológico ao Longo da Rodovia Norte-Sul (Relatório Final). Relatório de Pesquisa. Macapá: Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá, 2017.
- PEREIRA, EDITHE S.; KERN, DIRSE CLARA; VERISSIMO, CÉSAR U. V. 1986. Nota sobre o Salvamento Arqueológico do Sítio AP-MA-03 Pacoval, Macapá-AP. Revista do CEPA, v.5, pp. 55-67, 1986.
- POLO, Mario Junior Alves. Corpo e Figuração na Arqueologia da Foz do Amazonas: uma aborda-

org/10.1590/1809-4392201305173.

- RUBIN, J. C. R.; BARBERI, M.; SILVA, R. T.; SAAD, A. R.; GARCIA, G. V.; LEMOS, C. M. Arqueologia e paleoambiente em áreas do Cerrado. *Habitus*, n.9. p.77-94. 2011.
- SALDANHA, João Darcy de Moura. Monumentalidade, visibilidade e persistência: o caráter da morte no litoral leste da Guayana Pré-Colonial. *Teoria & Sociedade*, v.24, n.2, pp. 18-30, 2016.
- SANTOS, Valdenira Ferreira. Dinâmica de inundação em áreas úmidas costeiras: zona urbana de Macapá e Santana, costa amazônica, Amapá. *PRACS*, v.9, n.3, p.121-144, 2016.
- SALDANHA, João Darcy de Moura. Poços, Potes e Pedras: Uma Longa História Indígena na Costa da Guayana. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- SALDANHA, João Darcy de Moura; CABRAL, Mariana Petry. A Arqueologia do Amapá: reavaliação e novas perspectivas. *Arqueologia Amazônica*, v. 1, p. 95-112, 2010.
- SALDANHA, João Darcy de Moura; CABRAL, Mariana Petry. Resgate arqueológico no sítio campus do instituto federal (Relatório Final). Relatório de Pesquisa. Macapá: Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá, 2011.
- SALDANHA, João Darcy de Moura; CABRAL, Mariana Petry. Primeiro Relatório Do Projeto de Resgate Arqueológico no Residencial Macapaba, Município de Macapá, AP. Relatório de Pesquisa. Macapá: Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá, 2013.
- SALDANHA, João Darcy de Moura; CABRAL, Mariana Petry. Estruturas Rituais Pré-coloniais na costa do Amapá. *Habitus*, v.14, n. 1, p. 73-86, jan./jun, 2016.
- SALDANHA, João Darcy de Mora; CABRAL, Mariana Petry. Levantamento e Resgate Arqueológico ao longo da Rodovia Norte-Sul (Relatório Parcial – Salvamento Arqueológico do sítio Norte Sul 1, Trecho III). Relatório de Pesquisa. Macapá: Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá, 2016a.
- SALDANHA, João Darcy de Mora; CABRAL, Mariana Petry. O Estuário do Amazonas revisitado: pesquisas junto ao canal norte. *Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico*, v.25, n.1, pp. 194-235. 2016b
- SALDANHA, João Darcy de Moura; CABRAL, Mariana Petry; GARCIA, Luis Felipe dos Santos. Relatório de campo referente ao monitoramento na AP-070: trecho entre Santo Antônio da Pedreira a Santa Luzia do Pacuí. Relatório de Pesquisa. Macapá: Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá, 2009.
- SALDANHA, João Darcy de Moura; CABRAL, Mariana Petry; NAZARÉ, Alan da Silva; LIMA, Jelly Souza; SILVA, Michel Bueno F. da. Os Complexos Cerâmicos do Amapá: Proposta de uma nova sistematização. In: BARRETO, Cristina; LIMA, Helena Pinto; BETANCOURT, Carla Jaimes (org.) *Cerâmicas arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese*. Belém: IPHAN: Ministério da Cultura.
- SHEPARD, A. O. *Ceramics for the Archaeologist*. Washington: Carnegie Institution of Washington, 1956.
- SHOCK, Myrtle Pearl; MORAES, Claide de Paula. A floresta é o domus: a importância das evidências arqueobotânicas e arqueológicas das ocupações humanas amazônicas na transição Pleistoceno/ Holoceno. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 14(2), 263-289, 2019. doi: <https://doi.org/10.1590/1981.81222019000200003>.
- SILVA, Michel B. Flores da. Aldeias e Organização Espacial dos Povos produtores da Cerâmica Aris-

- té: Contribuições para a Arqueologia das Unidades Habitacionais da costa atlântica do Amapá. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- SILVA e SILVA, Luis; COSTA NETO, Salustiano Vilar; SOARES, Marcos Vinicius Batista. Diversidade de Leguminosae em Savanas do Amapá. *Biota Amazônia*, v. 5, n. 1, p. 83-89, 2015.
- SKIBO, James M., SCHIFFER, Michael B. KOWALSKI, Nancy. Ceramic style analysis in archaeology and ethnoarchaeology: Bridging the analytical gap. *Journal of Anthropological Archaeology*, v.8, pp. 388-409, 1989.
- SINOPOLI, Carla M. *Approaches to Archaeological Ceramics*. Nova Iorque: Plenum Press, p.238, 1991.
- STABILE, Rafael; OLEIRO, Luiz Eduardo. *Salvamento Arqueológico: Implantação da Rod. Norte-Sul e Acesso AP-020 (Duca Serra), Macapá-AP (Relatório de Pesquisa)*. Macapá, Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá, 2022.
- TOLEDO, Mauro Bevilacqua; BUSH, Mark Bennet. A Holocene pollen record of savanna establishment in coastal Amapá. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, v. 80, n.2, pp.341-351, 2008.
- TORRES, Admilson Moreira; OLIVEIRA, D.M. Caracterização Sedimentológica e Variáveis Ambientais das Áreas Úmidas Costeiras das Bacias Hidrográficas do Igarapé da Fortaleza e do Rio Curiaú, Municípios de Santana e Macapá. In: TAKIYAMA, L. & SILVA, A.Q. (orgs.). *Diagnóstico de Ressacas do Estado do Amapá: Bacias do Igarapé da Fortaleza e do Rio Curiaú*. Macapá, JM Editora Gráfica: 169-180, 2004.
- WATLING, Jennifer. As “ecologias” na arqueologia: bases teóricas para o estudo das interações entre pessoas e o ambiente. *Revista do Museu Arqueologia e Etnologia*. 40: 163-172, 2023.
- WÜST, Irmhild. *Continuidade e Mudança - Para uma Interpretação dos grupos ceramistas pré-coloniais da Bacia do Rio Vermelho, Mato Grosso*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.
- VACHER, Stéphane.; JÉRÉMIE, Sylvie.; BRIAND, Jérôme. *Amérindiens du Sinnamary (Guyane): archéologie en forêt équatoriale*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l’Homme. (Documents d’Archéologie Française, 70), 297p., 1998.
- VALENTE, Moacir Azevedo; CAMPOS, Antonio Guilherme Soares; WATRIN, Orlando dos Santos. *Mapeamento dos Solos do Bioma Cerrado do Estado do Amapá*. Anais XVII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto – SBSR, João Pessoa-PB, Brasil, INPE, 2015.
- ZEE. *Macrodiagnóstico do Estado do Amapá primeira aproximação do ZEE*. 3ª edição. Macapá: IEPA. 2007.

Recebido em: 22/07/2024

Aprovado em: 21/08/2024

Publicado em: 17/12/2024

ARTIGO | *PAPER*

PROJETO “MEMÓRIAS DA TERRA: PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DA COMUNIDADE DE VILA VELHA DO CASSIPORÉ, AP”, ATIVIDADES DE PESQUISA REFERENTES AOS ANOS DE 2018 E 2023

PROJECT “MEMORIES OF THE EARTH: ARCHAEOLOGICAL HERITAGE OF THE AMAZONIAN INLAND COMMUNITY OF VILA VELHA DO CASSIPORÉ, AMAPÁ, BRAZIL”, RESEARCH ACTIVITIES REGARDING THE YEARS 2018 TO 2023

Jelly Juliane Souza de Lima^a
Avelino Gambim Júnior^b
Aron Rauri Medeiros de Miranda^c
Tami Martins^d
Kathelin Thayssa Mendonça Carneiro^e
Leitícia Pinheiro Barros^f

^a Doutoranda em História, pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestra em Arqueologia pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)..

^b Doutorando em História, pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestre em Arqueologia pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

^c Mestrando em Música pela Universidade Estadual do Paraná (UEP). Licenciado em música pela Universidade Estadual do Amapá (UEAP).

^d Graduada em Designer de Produto e Gráfico pelo Centro de Ensino Superior do Amapá (CEAP). Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Meta.

^e Discente no curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

^f Discente no curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados do projeto “Memórias da terra: patrimônio arqueológico da comunidade de Vila Velha do Cassiporé” realizado na fronteira entre Brasil e Guiana Francesa, especificamente no Estado do Amapá, nos anos de 2019 e 2022. Nesse sentido, o projeto se baseou na perspectiva da Arqueologia Pública, ao buscar compreender as relações e percepções da comunidade com o patrimônio arqueológico. Para isso, como estratégias metodológicas se utilizou na pesquisa de campo o reconhecimento visual por meio do percorrimento pedestre, análise de vestígios materiais, a etnografia e a história oral como forma de registro das informações. Paralelamente, a pesquisa envolveu instituições que possuíam acervos da história da região. Com as informações geradas em diferentes campos, após o processo reflexivo da pesquisa, os resultados possibilitaram gerar produtos e ações de divulgação científica. Dessa forma, os resultados mostram como uma comunidade formada por diferentes grupos busca, por meio da memória, da arqueologia e dos vestígios arqueológicos indígenas do passado, narrar sua presença no território ocupado por eles na atualidade.

PALAVRAS-CHAVE

Memória, Fronteira entre Brasil e Guiana Francesa, Arqueologia Pública, Amapá.

ABSTRACT

This article presents the results of the project “Memories of the Earth: archaeological heritage of the community of Vila Velha do Cassiporé”. Whose research was conducted at the border between Brazil and French Guiana, specifically in the state of Amapá, in 2019 and 2022. In this sense, the project sought through the approach of public archeology, understanding the relationships and perceptions of the community with archaeological heritage. As methodological strategies, in field research, visual recognition was used through archaeological pedestrian survey, analysis of material remains, the use of ethnographic methods and oral history as a way of recording information. At the same time, the research involved institutions that had collections and archives about the history of the region. With the information generated in different fields, after the reflective process on the research, the results made it possible to generate products and actions for scientific dissemination. Thus, the results show how a community formed by different groups seeks, through memory, archeology and archaeological traces of the native peoples of the past, to tell about their presence in the territory occupied by them today.

KEYWORDS

Memory, Border Between Brazil and French Guiana, Public Archeology, Archaeological Heritage.

COMO CITAR ESTE ARTIGO

LIMA, Jelly Juliane Souza; GAMBIM JÚNIOR, Avelino; MIRANDA, Aron Rauri Medeiros; MARTINS, Tami; CARNEIRO, Kathelin Thayssa Mendonça; BARROS, Leiticia Pinheiro. Projeto "Memórias da terra: patrimônio arqueológico da comunidade de Vila Velha do Cassiporé, AP", atividades de pesquisa referentes aos anos de 2018 e 2023 . Cadernos do Lepaarq, v. XXI, n. 42, p. 152-174, Jul-Dez. 2024..

Introdução

Na Amazônia, os problemas relacionados ao patrimônio arqueológico em áreas habitadas por comunidades tradicionais formadas por indígenas, negros, caboclos, não podem ser considerados os mesmos encontrados nas cidades, devido as suas especificidades (SCHAAN, 2007, p. 121). Nesses lugares, a depredação do patrimônio arqueológico ocorre devido às ações de retirada de peças arqueológicas para uso doméstico e pessoal, construções de casas e retirada intencional de objetos com destino ao comércio ilegal (BEZERRA, 2010, 2011; SCHAAN, 2007). Esse é o contexto¹ que se encontrava o patrimônio arqueológico da comunidade de Vila Velha do Cassiporé, localizada na fronteira entre Brasil e Guiana Francesa, especificamente no município de Oiapoque (Figura 1), um lugar que guarda uma diversidade de histórias que, por meio dos vestígios arqueológicos evocam o passado de diferentes grupos (LIMA et al, 2024).

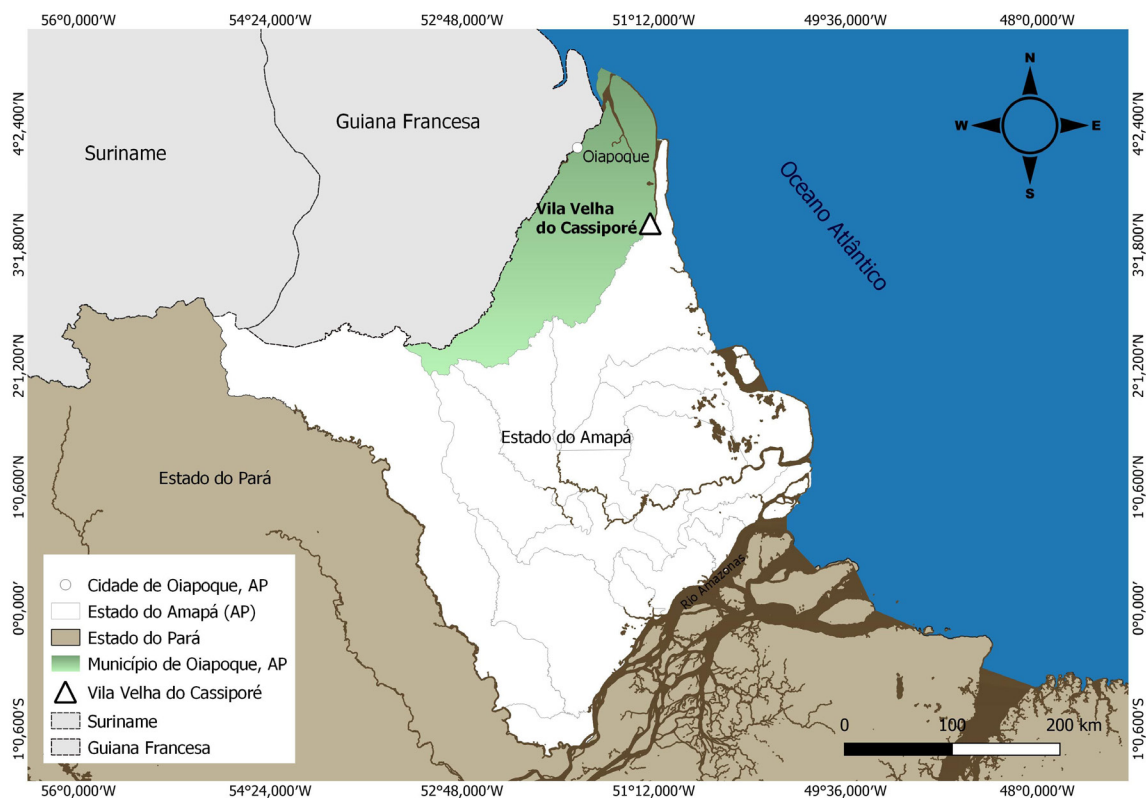


Figura 1: Mapa de localização de Vila Velha do Cassiporé, no município de Oiapoque, Amapá. Fonte: Acervo do projeto, 2019.

Na década de 1950, o arqueólogo Paul Hilbert registrou e escavou vários sítios arqueológicos, na região do Cassiporé (HILBERT, 1957). Após setenta anos uma equipe formada por pesquisadores independentes se voltou para a realização de estudos nessa região, especialmente na comunidade de Vila Velha do Cassiporé (LIMA et al, 2024). Este artigo apresenta os resultados do projeto “Memórias da terra: patrimônio arqueológico da comunidade de Vila Velha do Cassipo-

¹ Várias informações sobre a documentação referente a destruição do patrimônio arqueológico da comunidade de Vila Velha do Cassiporé encontram-se no Sistema de Informação Eletrônica (SEI) do IPHAN.

ré”, realizado entre os anos de 2019 e 2022, coordenado pela pesquisadora Jelly Lima (LIMA et al, 2022). O principal objetivo do projeto foi registrar as percepções e narrativas dos moradores da comunidade de Vila Velha do Cassiporé sobre os vestígios arqueológicos. É preciso destacar que esse projeto foi um dos 13 selecionados nacionalmente por meio do edital Rumos Itaú Cultural 2017-2018 (LIMA et al, 2022).

O Projeto “Memórias da terra: patrimônio arqueológico da comunidade de Vila Velha do Cassiporé” se amparou na perspectiva da Arqueologia Pública (LIMA, 2018). A Arqueologia Pública em síntese pode ser considerada um campo da arqueologia voltado para o interesse público (MERRIAM, 2004). O objetivo de envolver o público com a arqueologia é encorajar uma autorrealização, enriquecer a vida das pessoas, estimular a reflexão e a criatividade (HOLTORF, 2007; MERRIAM, 2004). Em diferentes contextos, os projetos que partem de uma perspectiva da Arqueologia Pública buscam compreender as narrativas sobre o passado por meio do mundo material (BEZERRA, 2010; GAMBIM JÚNIOR; LIMA, 2021; GOMES, 2013; GREEN; GREEN; NEVES, 2003; LIMA et al, 2021; LIMA; GAMBIM JÚNIOR, 2021, SILVA, 2022; SCHAAN, 2007; SCHAAN; MARQUES, 2012, entre outros) e da memória (BOSI, 2003). A comunidade de Vila Velha do Cassiporé, guarda diferentes histórias de e memórias da terra, de quem viveu e vive em cima de sítios arqueológicos (LIMA et al, 2024).

Para a pesquisa de campo, o registro de vestígios arqueológicos foi feito por meio da prospecção de reconhecimento visual por meio do percorrimto pedestre ou caminhamento (p. ex: BURKE; SMITH, 2008). A amostragem desses locais de interesse foi indicada e escolhida por meio das informações orais dos próprios moradores da comunidade (BURKE; SMITH, 2008). Na relação com as pessoas, foram adotados métodos próprios da etnografia na prática da pesquisa arqueológica. A etnografia possibilita compreender os modos de apreensão da comunidade e de seus moradores sobre a materialidade do passado, no presente (CASTAÑEDA; MATTHEWS, 2008; ZARGER; PLUCKHAHN, 2013). A história oral foi utilizada como um método de pesquisa visando reconstituir as trajetórias dos grupos interessados junto a comunidade, procurando auxiliar na pesquisa de genealogias de determinadas famílias dessa comunidade (ALBERTI, 2004). Também incluímos na pesquisa, a análise de vestígios de coleções pessoais dos moradores da comunidade e análise de vestígios arqueológicos e documentos em instituições de pesquisa e arquivos (LIMA et al, 2022).

Com as informações geradas em diferentes campos de atuação dos pesquisadores, após a coleta de informações as mesmas se transformaram em dados durante o processo reflexivo da pesquisa. Diante dos resultados, um dos passos mais importantes nos projetos que envolvem a arqueologia é a divulgação científica, ou seja, o diálogo entre a arqueologia e o público (p. ex: LIMA et al, 2021; SOUSA, 2018; MILHEIRA; PIRES, 2018). O texto visa a apresentação do passo a passo das ações de pesquisa realizadas ao longo dessa primeira fase de pesquisa, particularmente, ao envolver pessoas da comunidade que buscam, por meio da memória, da arqueologia e dos vestígios arqueológicos indígenas do passado, contar sua presença no território ocupado por eles na atualidade.

Ações do projeto entre os anos de 2018 e 2023

Com o apoio do Rumos Itaú Cultural (edital 2017-2018), o projeto Memórias da terra: patrimônio arqueológico da comunidade de Vila velha do Cassiporé finalmente pode iniciar as ações de pesquisa que envolveram a formação da equipe do projeto, reunião com os comunitários, pesquisa de campo e a participação dos moradores da comunidade, instituições e a divulgação científica de seus resultados. Nesse contexto, socializamos uma breve descrição das ações desenvolvidas pelo projeto entre os anos de 2018 e 2023.

Formação da equipe do projeto

Para a formação da equipe do projeto, planejamos a participação de pesquisadores que atuariam na coordenação da pesquisa, seja no campo ou em instituições, elaboração de relatórios e orientações de discentes que fossem envolvidos nas ações de pesquisa. Nesse contexto, a função de coordenação do projeto foi dividida entre os pesquisadores Jelly Juliane Sousa de Lima e Avelino Gambim Júnior. Como parte integrante do projeto, também envolvemos três discentes da graduação que teriam a função de assistentes de pesquisa. A participação de discentes da graduação ocorreu por um processo de seleção (Figura 2) que contou com a colaboração de profissionais como Verônica Xavier Luna² e Hélio Braz Gomes³.



Figura 2: À esquerda, cartaz da seleção de discentes para a função de assistente de pesquisa. À direita, momento da seleção de assistente de pesquisa. Fonte: Acervo do projeto, 2018.

2 Professora e pesquisadora do curso de história da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), campus Marco Zero.

3 Na época, arqueólogo na divisão técnica no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no Amapá.

LIMA, Jelly Juliane Souza; GAMBIM JÚNIOR, Avelino; MIRANDA, Aron Rauri Medeiros; MARTINS, Tami; CARNEIRO, Kathelin Thayssa Mendonça; BARROS, Leiticia Pinheiro. Projeto "Memórias da terra: patrimônio arqueológico da comunidade de Vila Velha do Cassiporé, AP"; atividades de pesquisa referentes aos anos de 2018 e 2023.

Como resultado foram selecionadas como assistentes de pesquisa Mayara Toledo, Kathelin Thayssa Carneiro e Leiticía Barros, discentes da graduação da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). A formação da equipe do projeto também envolveu profissionais do audiovisual. A atuação da Jubarte audiovisual por meio da parceria com Aron Miranda e Tami Martins possibilitaria a produção de um dos produtos da pesquisa, nesse caso um pequeno documentário sobre as percepções e narrativas dos moradores da comunidade de Vila Velha do Cassiporé sobre os vestígios arqueológicos. A equipe do audiovisual envolveu também a inclusão de profissionais que manipulariam drones e outros recursos tecnológicos para o registro de informações durante a pesquisa de campo.

Oficinas e ciclos de estudo para a equipe do projeto

Para a equipe do projeto foram planejadas as oficinas de cartografia social e abordagem etnográfica, consideradas essenciais para o desenvolvimento das ações a serem realizadas na comunidade de Vila Velha do Cassiporé como forma de preparo prévio ao campo. A oficina cartografia social foi ministrada pela professora Daguinete Brito⁴ (Figura 3). Já a oficina de abordagem etnográfica foi ministrada pela professora Cecília Bastos⁵ (Figura 3).



Figura 3: À esquerda, oficina de cartografia social. À direita, oficina de etnografia. Fonte: Acervo do projeto, 2019.

As oficinas ministradas pelas professoras Daguinete Brito e Cecília Bastos tiveram um momento de prática, onde os grupos formados pela equipe do projeto puderam aplicar o que aprenderam em relação a cartografia, a etnografia e a história oral (Figura 4).

4 Curso de Geografia da Universidade Federal do Amapá.

5 Curso de História da Universidade Federal do Amapá.



Figura 4: À esquerda, grupo realizando a atividade de cartografia social. À direita, grupo fazendo atividade de etnografia. Fonte: Acervo do projeto, 2019.

Na oficina de cartografia social ministrada pela professora Daguiete Brito foi enfatizado que a cartografia social é um método aberto a diferentes interesses e perspectivas analíticas que visa à elaboração de mapas sociais que expressam a realidade de determinadas populações, de forma crítica e participativa, ao fazer a demarcação e caracterização espacial do território. Já na oficina de abordagem etnográfica ministrada pela professora Cecília Bastos foi explanado que a etnografia é uma prática das Ciências Sociais, principalmente da Antropologia, em que o foco é a pesquisa da vida social das pessoas de determinado grupo. Uma ação importante em especial para as assistentes de pesquisa foram os ciclos de leitura voltados para os temas como arqueologia, patrimônio arqueológico, comunidades e análise cerâmica (Figura 5).

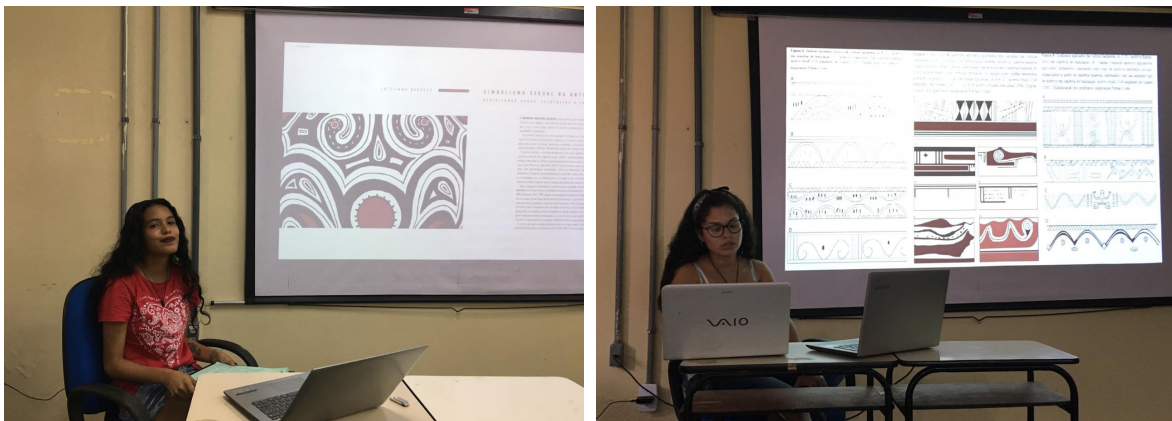


Figura 5: Momento em que as assistentes de pesquisa apresentam textos de arqueologia no ciclo de estudos.

Fonte: Acervo do projeto, 2019.

A ideia do ciclo de estudos foi justamente preparar a equipe do projeto, principalmente as assistentes de pesquisa com leituras que contribuíssem com o desenvolvimento de suas atividades. Cada assistente de pesquisa ficou responsável por fazer apresentações de textos. As oficinas e os ciclos de estudo foram marcados pela preocupação ética no que concerne à responsabili-

dade social das informações que seriam coletadas em campo ou nas instituições envolvidas na pesquisa. Esses princípios éticos e responsabilidade dizem respeito principalmente sobre a colaboração e postura respeitosa com as pessoas da comunidade e seus modos de vida, participantes da pesquisa ou não, e entre toda a equipe do projeto, além da seriedade, ética e honestidade na coleta de dados, seja na comunidade ou nas instituições de pesquisa.

Reunião com moradores da comunidade

O objetivo da reunião com os moradores da comunidade de Vila Velha do Cassiporé foi apresentar o projeto, a equipe de pesquisa e as atividades que envolveram a participação dos moradores como entrevistas e filmagens para a produção de um documentário. Na atualidade a comunidade é formada por dois grupos com interesse divergentes, os quilombolas e os assentados (Figura 6).



Figura 6: À esquerda, encontro com os quilombolas do Cassiporé, em Oiapoque. À direita, encontro com os assentados do Cassiporé. Fonte: Acervo do projeto, 2019.

Em julho de 2018, no município de Oiapoque, foi realizada uma reunião com cerca de 25 associados da Associação de Remanescentes de Quilombo de Vila Velha do Cassiporé (ARQV). A ARQV foi a responsável por iniciar as denúncias sobre retirada de peças arqueológicas e a manutenção do ramal sem pesquisa arqueológica, junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN) no Amapá (2015). Na apresentação do projeto, destacamos o histórico das pesquisas arqueológicas realizadas no norte do Amapá e na comunidade de Vila Velha do Cassiporé. Em novembro de 2019, ocorreu o contato com os demais moradores da comunidade de Vila Velha do Cassiporé, quando finalmente fomos iniciar os primeiros registros de pesquisa e de produção audiovisual.

Pesquisa de campo e participação dos moradores da comunidade de Vila Velha do Cassiporé

A pesquisa na comunidade de Vila Velha do Cassiporé ocorreu entre os anos de 2019 a 2021. Na comunidade, a equipe de pesquisa buscou mapear a presença de vestígios arqueológicos em superfície indicados pelos moradores da comunidade. Assim, lugares como o Prego, o Jari e o Cassiporé foram alvo de registro da pesquisa (Figuras 7 e 8).



Figura 7: À esquerda, deslocamento da equipe do projeto pelo rio Cassiporé. À direita, fonte: Acervo do projeto, 2019.



Figura 8: À esquerda, caminhamento pelas ruas da comunidade de Vila Velha do Cassiporé. À direita, caminhamento até o lugar chamado Jari, na comunidade de Vila Velha do Cassiporé. Fonte: Acervo do projeto, 2019-2021.

Já na própria comunidade de Vila Velha do Cassiporé, também tivemos contato com moradores que mostraram pequenas coleções de artefatos encontrados quando ocorrem limpezas de roças. A partir do contato com esses vestígios, fizemos desenhos e o registro fotográfico para compor o acervo da pesquisa (Figura 9).

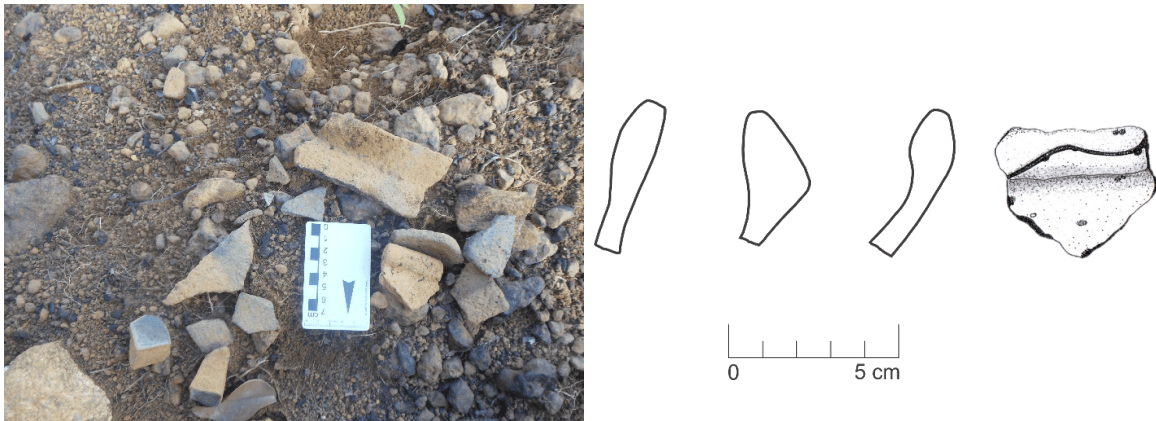


Figura 9: À esquerda, fragmentos de cerâmica indígena e à direita, reconstituição gráfica dos mesmos, que foram encontrados no terreno do sr. Ivanildo dos Santos. Fonte: Acervo do projeto, 2021.

No contato com os moradores da comunidade também tivemos a oportunidade de conhecer as pequenas coleções particulares de artefatos arqueológicos (Figura 10). Em outros momentos da pesquisa de campo também fomos chamados para ver fragmentos de vestígios de cerâmica indígena encontrados por moradores em seus quintais (Figura 10).



Figura 10: À esquerda, Sr. Raimundo Pinheiro Oliveira segura nas mãos dois machados de pedra polida. À direita, mostram fragmentos de cerâmica indígena. Fonte: Acervo do projeto, 2019-2021.

Outra atividade importante foi a realização de entrevistas como registro das histórias e memórias dos moradores da comunidade. Nesse contexto, tivemos a oportunidade de entrevistar os colaboradores Valter dos Santos, Raimundo Oliveira, Edicleia Gomes, Sebastião Moraes, Jair Miranda, Carmem dos Santos, Raimunda Silva, Ivanildo dos Santos, Raimundo Miranda, Eurico Souza, entre outros. Nesse processo a equipe realizou entrevistas e o registro audiovisual (Figura 11). Após o tratamento das informações coletadas em campo, as entrevistas transcritas e o registro audiovisual foram mostrados para os colaboradores para obtermos aprovação de uso desses dados (Figura 11).



Figura 11: À esquerda, entrevista e registro audiovisual. À direita, retorno dos pesquisadores mostrando para os colaboradores os resultados. Fonte: Acervo do projeto, 2019 e 2020.

A experiência da equipe de pesquisa foi pautada em três atos: fazer pesquisas em diferentes lugares (instituições ou na comunidade), conversar com as pessoas, caminhar pelo território e descobrir que os cacos, pedaços de igaçabas ou vestígios arqueológicos eventualmente encontrados nas roças, limpezas de quintais e ruas, contam diferentes histórias que foram narradas por assentados, quilombolas e ribeirinhos: dos cacos chamados por eles de igaçabas, das miçangas de vidro que se tornaram alvo de escavações de mulheres da comunidade para adornar seus corpos, do cultivo de cacau, da pista de pouso, das visagens e encantarias, das coleções domésticas compostas por machadinhos e cacos de cerâmica guardados em casa, dos lugares de passagens pelos antigos crioulos que exploravam os garimpos da região no século XIX (LIMA et, 2024).

Pesquisa em instituições: o arquivo público do Pará e o Museu Histórico Joaquim Caetano da Silva

Em 2019, ocorreu uma pesquisa inicial feita junto ao acervo documental do Arquivo Público do Pará (APEP), localizado em Belém do Pará, para identificar documentos relacionados à história da região do Cassiporé (Figura 12). Durante o levantamento desses documentos encontramos informações dispersas nas categorias, correspondências entre governadores, ofícios de ministérios de negócios estrangeiros e da justiça, guias de fundos da documentação judiciária dos séculos XIX e XX, guias de discursos, falas e relatórios. As documentações tratam de assuntos diversos. Em relação a uma história mais recente, por exemplo, encontramos documentos específicos que abordam sobre impostos relacionados a agricultura e a pecuária pagos por moradores que residiam em fazendas na região do Cassiporé, por volta da década de 1930 (Figura 12).



Figura 12: À esquerda, levantamento de documentações no APEP. À direita, um documento intitulado imposto de agricultura e pecuária com informações recentes sobre a região do Cassiporé. Fonte: Acervo do projeto, 2019.

Em 2019, tivemos acesso aos materiais arqueológicos resgatados em escavações feitas pelo arqueólogo Peter Hilbert na década de 1950 na região do Cassiporé (Figura 13). Esses materiais arqueológicos estão sob a guarda do Museu Histórico Joaquim Caetano da Silva, importante instituição do estado do Amapá.

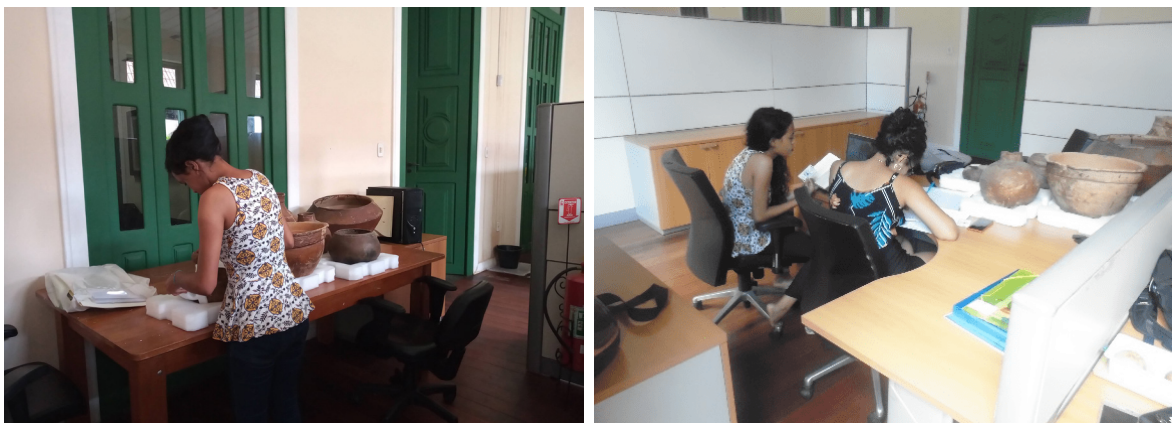


Figura 13: Assistentes do projeto tendo contato com acervos arqueológicos da região do Cassiporé que estão sob guarda do no Museu Histórico Joaquim Caetano da Silva, em Macapá. Fonte: Acervo do projeto, 2020.

Nossa equipe realizou estudos com a chamada coleção Peter Hilbert, formada por um conjunto de vasilhas cerâmicas indígenas provenientes dos sítios arqueológicos Vila Velha I, Vila Velha II e Ilha das Igaçabas. No decorrer das atividades de pesquisa, também tivemos a oportunidade de levar alguns quilombolas para fazer uma visita ao museu e conhecer mais de perto a coleção arqueológica proveniente da região onde são moradores (Figura 14). Essas ações estão registradas no documentário e no livro que são produtos do Projeto Memórias da terra.

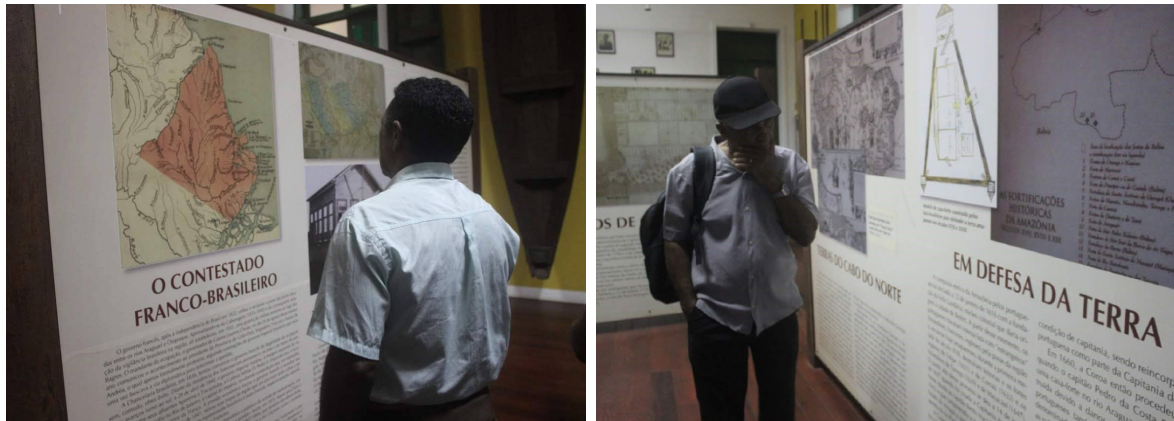


Figura 14: Momento da visita dos quilombolas no Museu Joaquim Caetano da Silva, em Macapá. Fonte: Arquivo do projeto, 2020.

Ao caminhar pelo espaço expositivo, cada detalhe dos textos informativos situados nas paredes era cautelosamente lido e comentado de forma empolgante por nossos visitantes atentos, que pela primeira vez visitavam um museu (LIMA et al, 2022). Diante da destruição do patrimônio arqueológico da comunidade de Vila Velha do Cassiporé, ver uma coleção arqueológica preservada no museu provocou no senhor Valter, de 72 anos, emoção: “A gente fica sabendo que naquele lugar [o museu] as pessoas se importam com a nossa história”. Com alguns adornos de rocha nas mãos, dona Carmem, de 42 anos, lembrou que explicou para a filha o significado dos vestígios arqueológicos no lugar onde vivem: “É uma lembrança que nós temos para saber que os antigos passaram aqui e que existia gente”. Depois, dona Carmem lamentou não ter trazido a filha para conhecer o museu naquele momento.

Os resultados e divulgação científica do projeto Memórias da Terra

A pesquisa desenvolvida no âmbito do Projeto Memórias da terra: patrimônio arqueológico da comunidade de Vila Velha do Cassiporé possibilitou gerarmos vários resultados socializados em eventos acadêmicos, presenciais ou online, promovidos por diferentes instituições de ensino, pesquisa e extensão (LIMA et al, 2024). A participação nos eventos possibilitou a premiação de menção honrosa (segundo lugar na área das Ciências Humanas) do pôster intitulado “Arqueologia como ação sociopolítica: o caso da comunidade de Vila Velha do Cassiporé, AP”, no dia 25 de novembro de 2019, na Semana de Ciência e Tecnologia do Instituto Federal do Amapá (IFAP), campus Santana (Figura 15).



Figura 15: Momento em que a assistente de pesquisa Kathelin Mendonça apresenta seu painel na Semana de Ciência e Tecnologia do Instituto Federal do Amapá, Campus Santana, Amapá. Fonte: Acervo do projeto, 2019.

Outros momentos de socialização dos resultados iniciais do projeto ocorreram em eventos como: a Jornada Internacional de Ensino de História da Amazônia da UNIFAP (2018); 2º Seminário de Teoria Arqueológica Contemporânea: perspectivas arqueológicas no presente para o futuro do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da UNIVASF (2021); e o Universidade das Manas (UNIMANAS) em razão do dia 8 de março (2019), na cidade de Macapá (Figura 16).



Figura 16: Apresentação do painel da assistente de pesquisa Leiticia Barros no Universidade das Manas (UNIMANAS), na praça Floriano Peixoto na cidade de Macapá. Fonte: Acervo do projeto, 2019.

Os relatórios da pesquisa de campo e materiais resultantes de apresentações em eventos pela equipe do projeto foram entregues às lideranças da comunidade de Vila Velha do Cassiporé, em especial para a associação quilombola, na época liderada por Valter dos Santos (Figura 17).



Figura 17: À esquerda, Sr. Valter dos Santos recebe um dos relatórios de pesquisa do projeto. À direita, quilombolas recebe um pequeno pôster de apresentação de estudo de uma das assistentes de pesquisa do projeto.

Fonte: Acervo do projeto, 2020.

As informações coletadas na pesquisa de campo e transformadas em dados resultaram na publicação de capítulos de livros. Da mesma forma, na Revista de Arqueologia Brasileira (SAB) foi submetida uma nota de pesquisa sobre o projeto. Na internet é possível encontrar notícias do andamento do projeto como uma matéria feita pelo Rumos Itaú Cultural. É preciso destacar que os produtos mais importantes resultantes do projeto foram a elaboração do documentário “Memórias da terra: Vila Velha do Cassiporé”, sob direção de Aron Miranda (Figura 18), os pôsteres de divulgação (Figura 19) e o livro “Percurso do Projeto Memórias da terra: patrimônio arqueológico da comunidade de Vila Velha do Cassiporé” (Figura 20).

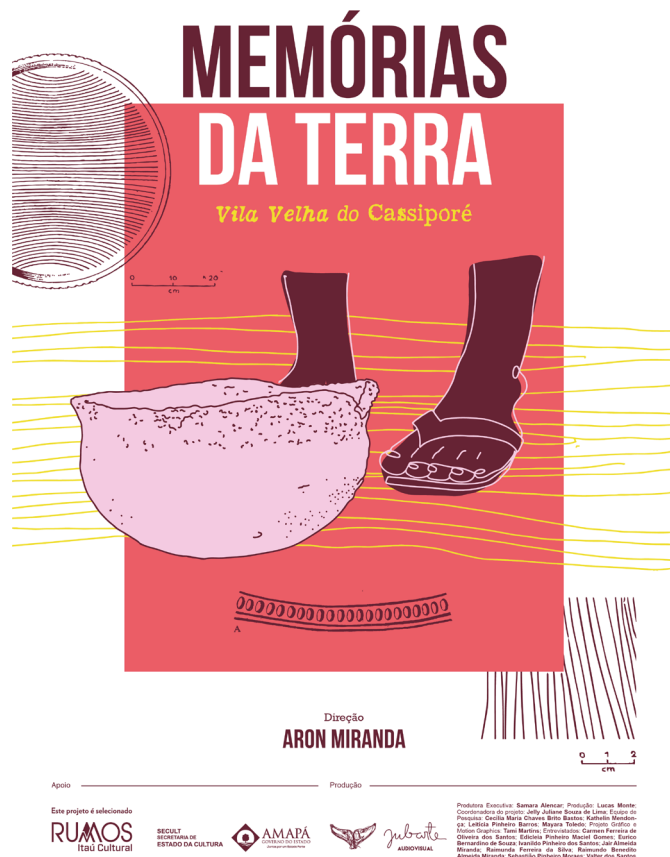


Figura 18: Cartaz do documentário Memórias da terra: Vila Velha do Cassiporé. Fonte: Acervo do projeto, 2022.



Figura 19: Folder do Projeto memórias da terra: patrimônio arqueológico da comunidade de Vila Velha do Cassiporé. Fonte: Acervo do projeto, 2022.



Figura 20: Capa do livro "Percursos do Projeto memórias da terra: patrimônio arqueológico da comunidade de Vila Velha do Cassiporé". Fonte: Acervo do projeto, 2022.

Em especial, o livro "Percursos do Projeto Memórias da terra: patrimônio arqueológico da comunidade de Vila Velha do Cassiporé" contou com pequenos textos produzidos por pesquisadores referências na área do patrimônio arqueológico como Ana Cristina Rocha (UNIFAP), Ademir Ribeiro Júnior (IPHAN-BA), Klaus Hilbert (PUC-RS) e Clarisse Jacques (Peruaçu Arqueologia).

LIMA, Jelly Juliane Souza; GAMBIM JÚNIOR, Avelino; MIRANDA, Aron Rauri Medeiros; MARTINS, Tami; CARNEIRO, Kathelin Thayssa Mendonça; BARROS, Leitícia Pinheiro. Projeto "Memórias da terra: patrimônio arqueológico da comunidade de Vila Velha do Cassiporé, AP", atividades de pesquisa referentes aos anos de 2018 e 2023.

Com os produtos elaborados, principalmente o documentário “Memórias da terra: Vila Velha do Cassiporé”, iniciamos o processo de ida até a comunidade para finalmente divulgar os resultados do projeto. No mês de dezembro de 2022, pelas ruas da comunidade e na escola vários cartazes foram colados (Figura 21) chamando os moradores para participar da exibição do documentário e da entrega do material impresso (livros e pôlderes). Além disso, pequenas versões do cartaz foram impressas e deixadas em cada casa da comunidade ao fazermos o convite para a participação dos moradores.



Figura 21: Colocando cartazes da atividade de socialização dos resultados do projeto pela comunidade de Vila Velha do cassiporé. Fonte: Acervo do projeto, 2022.

É preciso lembrar que o mês de dezembro é marcado pelas chuvas típicas da Amazônia. Infelizmente, no dia da socialização dos resultados do projeto, em especial da exibição do documentário, poucos moradores conseguiram chegar ao espaço cedido pela igreja da comunidade para participar da nossa ação. Inicialmente um vídeo com uma mensagem do diretor Aron Miranda foi apresentado e em seguida o documentário foi exibido (Figura 22).



Figura 22: Momento da exibição do documentário Memórias da terra: Vila Velha do Cassiporé no espaço da igreja da comunidade. Fonte: Acervo do projeto, 2022.

Após a exibição do documentário, os participantes dessa produção audiovisual foram chamados para receber seu livro e fôlderes. No final da atividade, sorteamos livros para que outras pessoas tivessem a possibilidade de receber o material impresso. Devido o pouco recursos, a expectativa é a de que o material seja reimpresso para que cada família que vive na comunidade possa ter um exemplar em casa.

Como meio de maior ampliação de socialização dos resultados do Projeto “Memórias da terra: patrimônio arqueológico da comunidade de Vila Velha do Cassiporé, AP”, idealizamos uma página na rede social Instagram. A logo da rede social foi elaborado pelo pesquisador João Moreno (FURG), com base em uma foto onde um morador da comunidade segura nas mãos uma vasilha cerâmica indígena e inspirada também na logo da rede social do Laboratório de Arqueologia e Pré-História Evolutiva e Experimental (LAPEEX) da Universidade Federal de Rio Grande (FURG) (Figura 23). Na atualidade o Instagram *memoriasterra_arqueo* (Figura 23) conta com postagens semanais.



Figura 23: À esquerda logo para a rede social Instagram do projeto criado por João Moreno. À direita, print da rede social do Projeto memórias da terra: patrimônio arqueológico da comunidade de Vila Velha do Cassiporé.

Fonte: Acervo do projeto, 2023.

Os textos de divulgação científica buscam compartilhar informações, pesquisas ou conceitos de uma área a um público que desconhece ou sabe pouco sobre aquele assunto. Uma das formas de divulgar as informações ou conhecimentos produzidos em uma pesquisa ocorre em eventos científicos apresentando resultados para outros pesquisadores da área, publicações de textos em revistas, idas de pesquisadores em escolas ou comunidades. Na atualidade a internet ampliou o espaço de divulgação científica, ao permitir que os pesquisadores socializem seus estudos, como é o caso desta página no Instagram do Projeto Memórias da terra.

Considerações finais

Neste artigo apresentamos as ações desenvolvidas no âmbito do projeto “Memórias da terra: patrimônio arqueológico da comunidade de Vila Velha do Cassiporé”, realizado nos anos de 2019 e 2023. As informações coletadas na pesquisa estão em processamento, mas permitem neste momento relatarmos a importante experiência de pesquisa no âmbito da arqueologia, ao envolver essa pequena comunidade amazônica, localizada na fronteira entre Brasil e Guiana Francesa. Esse exercício de pesquisa possibilitou conhecermos melhor as relações entre o patrimônio arqueológico e os moradores da comunidade em questão. Para isso, se fez importante ter como fundamentos do projeto a perspectiva da Arqueologia Pública, ao trazer para a pesquisa a participação dos moradores da comunidade e suas narrativas sobre o passado acionadas pelos materiais arqueológicos (HOLTORF, 2007; MERRIAM, 2004).

A pesquisa de campo aliou usos de diferentes métodos como o caminhamento prospectivo arqueológico, a história oral e o uso de métodos da etnografia (ALBERTI, 2004; BURKE; SMITH, 2008; CASTAÑEDA; MATTHEWS, 2008; HOLLOWELL; MORTENSEN, 2009; ZARGER; PLUCKHAHN, 2013). Por meio dessa abordagem metodológica, buscou-se correlacionar a memória, a oralida-

de e os vestígios arqueológicos, o que possibilitou evocar diferentes histórias sobre a ocupação humana naquele território no passado e no presente. Assim, os tecidos das vidas dos moradores são constantemente atravessados pelos fios dourados da história (BOSI, 2003). Ao ter como foco a perspectiva dos moradores da comunidade que participaram do projeto, os dados gerados mostram histórias que dão conta da presença indígena no passado, mas também uma forte preocupação em resgatar histórias sobre a presença negra na região por meio dos vestígios arqueológicos. A ideia do diálogo da arqueologia e o público concretiza uma das etapas mais importantes da pesquisa que é a importância da divulgação científica (LIMA, 2018; LIMA et al, 2021; MILHEIRA; PIRES, 2018; SOUSA, 2018). É importante destacar que a pesquisa sobre as percepções dos moradores da comunidade de Vila Velha do Cassiporé sobre os vestígios arqueológicos por meio do Projeto Memórias da terra ainda continua em pleno 2023, sendo previsto iniciarmos uma segunda etapa de pesquisa mais ampla nessa região em 2024.

Agradecimentos

À comunidade de Vila Velha do Cassiporé, especialmente à Associação de Remanescentes de Quilombo de Vila Velha (ARQVV). Ao companheiro de luta, Valter dos Santos (In Memoriam). Agradecemos as contribuições feitas no projeto por Ana Cristina Rocha (UNIFAP), Ademir Ribeiro Júnior (IPHAN-BA), Klaus Hilbert (PUC-RS), Clarisse Jacques (Peruaçu Arqueologia), Verônica Luna (UNIFAP) e Hélio Gomes. Ao colega João Moreno (LAPEEX da FURG) pela criação da identidade visual do projeto que utilizamos no Instagram. À Jubarte pela produção do documentário "Memórias da terra". Ao Rumos Itaú Cultural pela parceria (edital 2017-2018). Ao colega, Claudemir Batista pelo apoio na pesquisa de campo. À Secretaria de Cultura do Estado do Amapá (SECULT-AP) e ao Museu Histórico Joaquim Caetano da Silva (MHJCS), em especial seus funcionários pela atenção e colaboração. Aos pareceristas da Revista Cadernos do LEPAARQ pela contribuição ao nosso texto.

Referências bibliográficas

- ALBERTI, Verena. Ouvir contar: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- BEZERRA, Márcia. Arqueólogos e comunidades locais no projeto de educação patrimonial. In: Arqueologia no Pelourinho / Organizado por Rosana Najjar. – Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2010.
- BEZERRA, Márcia. " As moedas dos índios": um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 6, p. 57-70, 2011.
- BOSI, Ecléa. Velhos amigos. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

- BURKE, Heather; SMITH, Claire. The archaeologist's field handbook: North American edition. Rowman Altamira, 2008.
- CASTAÑEDA, Quetzil; MATTHEWS, Christopher (eds.). Ethnographic Archaeologies: reflections on stakeholders and archaeological practices. Lanham: AltaMira Press, 2008.
- GAMBIM JÚNIOR, Avelino; LIMA, Jelly Juliane. Notas e reflexões sobre as possibilidades de uma arqueologia pública na Universidade Federal do Amapá. In: FARIAS JÚNIOR, José Petrúcio; SIMONIAN, Lígia Teresinha Lopes; SILVA, Ana Cristina Rocha; MATEUS, Yuri Givago Alhadeff Sampaio (orgs). História, Arqueologia e Educação Museal: Patrimônios e Memórias. Teresina: Edufpi, p. 446-482, 2021.
- GOMES, Denise Maria Cavalcante. A arqueologia amazônica e ideologia: Uma síntese de suas interpretações. Revista Arqueologia Pública, v. 7, n. 1 [7], p. 48-59, 2013.
- GREEN, Lesley Fordred; GREEN, David; NEVES, Eduardo Góes. Indigenous knowledge and archaeological science: The challenges of public archaeology in the Reserva Uaçá. Journal of Social Archaeology, v. 3, n. 3, p. 366-398, 2003.
- HILBERT, Peter Paul. Contribuição à Arqueologia do Amapá: Fase Aristé. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Antropologia, nº 1, Belém do Pará, 1957.
- HOLTORF, Cornelius. Archaeology is a brand. Oxford: Archaeopresse, 2007.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no Amapá, 2015. Averiguação de denúncia sobre danos à sítios arqueológicos na comunidade quilombola de Vila Velha do Cassiporé, Oiapoque/Amapá. Despacho nº 22/2015, em 29/06/2015.
- LIMA, Jelly Juliane Souza. Projeto “Memórias da terra: patrimônio arqueológico da comunidade de Vila Velha do Cassiporé”. ITAÚ-RUMOS-CULTURAL/Macapá, 2018.
- LIMA, Jelly Juliane Souza; GAMBIM JÚNIOR, Avelino. “Eu não sei se morou índio, arábio ou negro”: os vestígios arqueológicos e a narrativa da comunidade de Vila Velha do Cassiporé”. In: FARIAS JÚNIOR, José Petrúcio; SIMONIAN, Lígia Teresinha Lopes; SILVA, Ana Cristina Rocha; MATEUS, Yuri Givago Alhadeff Sampaio (orgs). História, Arqueologia e Educação Museal: Patrimônios e Memórias. Teresina: Edufpi, p. 413-444, 2021.
- LIMA, Jelly Juliane Souza; GAMBIM JÚNIOR, Avelino; BARBOSA, Carlos Eduardo Santos; BARROS, Leitícia Pinheiro. Projeto “Arqueologia e educação patrimonial: construindo experiências a partir da Universidade Federal do Amapá, Campus Marco Zero”. Atividades referentes aos anos de 2018-2019. Cadernos do LEPAARQ (UFPEL), v. 18, n. 36, p. 303-315, 2021.
- LIMA, Jelly Juliane Souza; GAMBIM JÚNIOR, Avelino; BASTOS, Cecília Maria Chaves; CARNEIRO, Mendonça Kathelin; BARROS, Leitícia Pinheiro. Memórias da terra: patrimônio arqueológico da comunidade de Vila Velha do Cassiporé, Amapá. São Paulo: D7, 2022.
- LIMA, Jelly Juliane Souza; GAMBIM JÚNIOR, Avelino; BARROS, Leitícia Pinheiro; CARNEIRO, Mendonça Kathelin. A emergência da história negra por meio do projeto Memórias da Terra: patrimônio arqueológico da comunidade de Vila Velha do Cassiporé. Revista de Arqueologia, v. 37, n. 2, p. 265-271, 2024.
- MERRIMAN, Nick. Introduction- Diversity na dissonance in public archaeology. Public Archaeolo-

gy. Nick Merriman (org.). Londres: Routledge, 2004.

- MILHEIRA, Rafael Guedes & PIRES, Caroline Araújo. Arqueologia, educação patrimonial e história indígena em Pelotas. IN: BITENCOURT CAMPOS, Juliano; GOMES RODRIGUES, Marian Helen da Silva & PEREIRA SANTOS, Marcos César. Patrimônio Cultural, Direito e Meio Ambiente: Educação Contextualizada Arqueologia e Diversidade (volume III). Criciúma: UNESC, 2018, p. 80-94.
- SCHAAN, Denise. Múltiplas vozes, histórias e memórias: por uma gestão compartilhada do patrimônio arqueológico da Amazônia. *Revista do Patrimônio: Arqueologia* 19-35, 2007.
- SCHAAN, Denise Pahl; MARQUES, Fernando Luiz. Por que não um filho de Joanes? Arqueologia e comunidades locais em Joanes, Ilha de Marajó. *Revista de arqueologia*, v. 25, n. 1, p. 106-123, 2012.
- SILVA, Maurício André. As comunidades ribeirinhas convidam para colaboração no médio rio Solimões-Amazônia: por uma Arqueologia parente. *Revista Habitus*, v. 20, n. 2, p. 401-424, 2022.
- SOUSA, João Carlos Moreno. Internet use for Archaeological Education. In: *Encyclopedia of Global Archaeology*. 2 ed. Cham: Springer International Publishing, 2018, p. 1-10.
- ZARGER Rebecca; PLUCKHAHN, Thomas. Assessing Methodologies in Archaeological Ethnography: A Case for Incorporating Ethnographic Training in Graduate Archaeology Curricula, *Public Archaeology*, 12:1, p. 48-63, 2013.

Recebido em: 09/06/2024

Aprovado em: 31/10/2024

Publicado em: 17/12/2024

ENSAIO VISUAL | *VISUAL ESSAY*

VISÕES DE BARRO, TAIPA E TELHA: UMA CASA E VÁRIAS VIDAS NA COMUNIDADE DE TANQUE VELHO, EM SÃO BRAZ DO PIAUÍ – PI

VISIONS OF CLAY, WATTLE, AND ROOF TILE: ONE HOUSE AND MANY LIVES IN THE COMMUNITY OF TANQUE VELHO, SÃO BRAZ DO PIAUÍ – PI

Maria Jéssica Rodrigues da Silva^a

Alencar de Miranda Amaral^b

Leandro Elias Canaan Mageste^c

Luís Antônio Silva^d

Isaías Joaquim de Souza^e

Emídio da Conceição Souza^f

^a Graduanda em Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco. Laboratório de Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco. Bolsista de Iniciação Científica do CNPq. E-mail: maria.jessica@discente.univasf.edu.br.

^b Professor Doutor do Colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial e Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco. Docente Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco. Coordenador do Laboratório de Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco. E-mail: alencar.amaral@univasf.edu.br.

^c Bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq. Professor Doutor do Colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial e Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco. Coordenador do Laboratório de Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco. E-mail: leandromageste@gmail.com.

^d Graduando em Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco. E-mail: luis.silva@discente.univasf.edu.br.

^e Comunidade de Tanque Velho, São Braz do Piauí.

^f Comunidade de Tanque Velho, São Braz do Piauí.

RESUMO

O presente ensaio fotográfico foi produzido na primavera de 2024, entre os meses de setembro e outubro, no escopo dos trabalhos colaborativos conduzidos pelo Laboratório de Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco (LAPA – UNIVASF) no município de São Braz do Piauí. De modo geral, buscamos apresentar diferentes visões relacionadas com uma antiga casa do sertão piauiense, mais especificamente situada na comunidade de Tanque Velho. As imagens focalizam a Casa do Senhor Eusébio Joaquim de Souza, edificação construída no início do século XX, sendo participante dos processos históricos que configuraram a região na passagem do século XIX para o século XX, em termos de técnicas, materiais e modos de vidas. Em nossos olhares, testemunhamos que, no presente, a casa reconfigura-se sob o regime da mutitemporalidade, constituindo ao mesmo tempo, paisagem de encontro entre coisas, seres e memórias; bem como registro arqueológico em formação.

PALAVRAS-CHAVE

Casa Sertaneja, Comunidade Rural, Formação do Registro Arqueológico, Arqueologia do Presente, São Braz do Piauí.

ABSTRACT

The present photo essay was produced in the spring of 2024, between the months of September and October, within the scope of collaborative work conducted by the Laboratory of Heritage Preservation at the Federal University of Vale do São Francisco (LAPA – UNIVASF) in the municipality of São Braz do Piauí. Broadly, we seek to present different perspectives related to an old house in the Piauí hinterlands, specifically located in the Tanque Velho community. The images focus on the House of Mr. Eusébio Joaquim de Souza, a building constructed at the beginning of the 20th century, which participated in the historical processes that shaped the region during the transition from the 19th to the 20th century in terms of techniques, materials, and ways of life. Through our lens, we witness that, in the present, the house reconfigures itself under a regime of multitemporality, constituting both a landscape of encounters among things, beings, and memories, as well as an archaeological record in formation.

KEYWORDS

Hinterland House, Rural Community, Formation of the Archaeological Record, Archaeology of the Present, São Braz do Piauí.

COMO CITAR ESTE TRABALHO

SILVA, Maria Jéssica Rodrigues; AMARAL, Alencar de Miranda; MAGESTE, Leandro Elias Canaan; SILVA, Luís Antônio; SOUZA, Isaías Joaquim; SOUZA, Emídio da Conceição. Visões de barro, taipa e telha: uma casa e várias vidas na comunidade de Tanque Velho, em São Braz do Piauí - PI. Cadernos do Lepaarq, v. XXI, n. 42, p. 175-186, Jul-Dez. 2024.

Introdução

Há anos, as moradias sertanejas chamam a atenção de cronistas, folcloristas, historiadores e arquitetos, que, em muitas ocasiões, analisaram e descreveram suas feições e técnicas construtivas. Estas exemplificariam não apenas a “arquitetura vernacular” recorrente nas regiões interiores do Nordeste do Brasil, mas também o modo de vida simples e “rústico” das pessoas que viviam no semiárido. Em uma perspectiva utilitarista, tal modo de vida era representado também pela parca tralha doméstica, constituída majoritariamente por objetos produzidos localmente, como potes e panelas de barro, pilões de madeira, aiós e surrões de cipós e fibras de caroá, entre outros (ASSUNÇÃO, 2021; SILVA FILHO, 2007).

A Arqueologia, no entanto, apenas recentemente voltou seu olhar para a documentação e compreensão dos espaços e materialidades associados ao passado recente do povoamento do semiárido, e ainda são poucas as obras voltadas para a problematização da formação deste registro arqueológico (SOUZA, 2015; SILVA, 2023). Certamente, este ensaio fotográfico não tem a pretensão de se aprofundar nessas discussões, mas busca, inspirado pelos direcionamentos teóricos e metodológicos da Arqueologia do Presente e por abordagens de Arqueologias Etnográficas (cf. HARRISON, 2018; HAMILAKIS, 2011), problematizar o potencial tanto das narrativas quanto das coisas associadas às “casas sertanejas”. Neste percurso, buscamos oportunizar não apenas o acesso a histórias de vida e trajetórias locais invisibilizadas nos discursos oficiais, mas também relativizar nossas concepções de tempo, vida e agência.

Esses interesses estão no cerne do programa de pesquisa e extensão conduzido pela equipe do Laboratório de Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco. Desde 2017, esse programa tem desenvolvido um trabalho colaborativo voltado para o mapeamento arqueológico e patrimonial do município de São Braz do Piauí, situado no Sudeste do Piauí, especificamente no Corredor Ecológico entre os Parques Nacionais Serra da Capivara e Serra das Confusões (MAGESTE ET AL, 2020). Em termos históricos, as terras que hoje constituem o município de São Braz do Piauí integraram o município de São Raimundo Nonato na categoria de distrito até 1989, quando foram elevadas à categoria de cidade (MACÊDO, 2021). Assim, compartilham os processos históricos que configuraram essa região situada no Sudeste e Sudoeste do Piauí. Densamente ocupada por populações indígenas por um longo período, conforme indicado pelos milhares de sítios arqueológicos registrados na área, a região teve seu povoamento colonial intensificado a partir do século XVIII, seguindo a penetração da pecuária pelos sertões. No século XIX, o lugar, constituído por fazendas e um pequeno centro comercial, firmou-se economicamente com a criação de gado e a agricultura, enfrentando oscilações decorrentes dos regimes de seca que assolam a área. Na passagem para o século XX, a economia diversificou-se devido ao surto de exploração da borracha da maniçoba, além das oportunidades de trabalho na lida com a roça e o gado, o que atraiu moradores de outras partes do Nordeste (OLIVEIRA, 2007).

Essa conjuntura permitiu a fixação de povoados rurais oriundos das antigas fazendas estabelecidas na região no século XIX, como é o caso da Fazenda Tranqueira, em São Braz do Piauí

(MACÊDO ET AL, 2023). Foi ao redor da sede dessa fazenda que se constituiu o povoado de Tanque Velho, nos encontros entre diferentes seres, coisas e seus atravessamentos com os modos de vida que se configuram na caatinga. Assim, casas de planta retangular, com telhados em duas águas de telhas do tipo capa e canal, paredes robustas de taipa batida e/ou de tijolos produzidos localmente, janelas de tramela e portas de duas bandeiras lavradas com madeiras da caatinga, marcavam a paisagem local no início do século XX (Figura 1). Essas casas, limitadas por cercas de madeira para separar os quintais, currais para apartar cabras e bodes e roçados, próximas a antigos caminhos, têm sido abandonadas, demolidas e substituídas por construções de alvenaria com materiais e configurações típicas de áreas urbanizadas (Figura 2).

Todavia, uma das primeiras casas erigidas no povoado ainda permanece parcialmente íntegra (Figura 3). Até cerca de um ano atrás, ela era habitada, graças aos esforços dos filhos e netos do Sr. Eusébio Joaquim de Souza, que tentam preservar a casa construída pelo patriarca da família. Em nossos trânsitos por São Braz do Piauí, fomos acompanhados por Isaías Joaquim de Souza (66), que compartilhou um pouco da história de sua família e da comunidade de Tanque Velho, ressaltando como estão ontologicamente associadas àquela casa e aos objetos que ainda permanecem ou que foram aos poucos retirados (Figura 4 e 5).

Segundo relato do Sr. Isaías, a fundação da comunidade de Tanque Velho está ligada à chegada de três “forasteiros”: Roseno Lopes, Eugênio Lopes e Zé Maroto, que vieram da região de Dom Inocêncio (município do Piauí) no final do século XIX. Apenas Eugênio Lopes e Zé Maroto se fixaram nas novas terras, formando suas famílias e deixando um legado que perdura até hoje. Eusébio Joaquim de Souza teria nascido no início do século XX e na juventude, casou-se com Júlia Maria da Conceição (filha de Zé Maroto), com quem teve oito filhos biológicos (incluindo o Sr. Isaías) e alguns adotivos. Por volta de 1920, Eusébio construiu sua casa, uma típica construção da época, feita de tijolo e taipa, com chão batido (Figura 6) e um telhado com cumeeiras de angico (Figura 7) e telhas produzidas por ele e por membros da comunidade (Figura 8). Além de ser sua morada até seu falecimento em 1998, a casa foi preservada por seus filhos, e um deles, Emídio da Conceição Souza (63 anos), morou ali até o início de 2024.

Assim, o gradual processo de abandono pelo qual o imóvel vem passando nos últimos anos é um exemplo vivo das complexas relações envoltas naquilo que passamos a designar como “formação do registro arqueológico”. Entre as paredes de taipas caídas, uma velha máquina de costura jaz ao lado de um grande cesto fabricado com cipó (Figura 9); já na cozinha, uma panela de barro, cercada por diferentes coisas, descansa sobre o fogão de lenha há muito sem uso (Figura 10); enquanto no corredor, um pote encontra-se solitário sobre a banca (Figura 11), visto que seu pote “amigo”, como ele foi chamado pelo Sr. Isaías, foi removido há poucos meses. Contudo, as marcas deixadas por esse ser e sua antiga e profunda amizade com aquela casa ainda podem ser vistas nas paredes (Figura 12). No quarto, agora abandonado, uma diversidade de coisas se amontoa e se mistura no chão (Figura 13), embaralhando nossas expectativas sobre o que seriam os “artefatos” antigos e novos (THOMAS, 2004), e revelando que aquele local abriga histórias e coisas fluidas, cujas relações as fazem “vazar” pelas caixas herméticas do tempo e espaço (IN-

GOLD, 2012).

A casa de Eusébio não apenas abriga memórias afetivas de sua família, como mencionado por Isaías Joaquim de Souza, mas também preserva lembranças de um período significativo na história de Tanque Velho. Sua materialidade, com o uso de taipa e tijolo característicos da arquitetura rural do início do século XX, revela aspectos da vida e das tradições daquela época. Integrada à paisagem, a casa é um testemunho vivo de como era Tanque Velho em meados do século passado, refletindo as condições socioeconômicas e culturais relacionadas aos processos de ocupação e permanência no Sudeste e Sudoeste do Piauí.



Figura 1: Casa do Sr. Eusébio Joaquim de Souza, na comunidade de Tanque Velho, remanescente do início do século XX.



Figura 2: A casa do Sr. Eusébio em paisagem de emaranhados: a caatinga, seus caminhos e limites, suas coisas e seres.



Figura 3: Visão frontal da casa do Sr. Eusébio, a partir de caminho que conecta a edificação com o núcleo central da comunidade. Na imagem, Sr. Isaiás e sua neta, Maria Jéssica, primeira autora deste ensaio, se esforçam para abrir a porta de entrada. Isto ocorre porque não basta a utilização da chave, sendo necessário negociar com as coisas: é preciso saber onde apertar, torcer e empurrar.



Figura 4: Senhor Isaiás no interior da casa, contemplando o cômodo que, segundo ele, outrora era o lugar de receber as visitas.



Figura 5: Sr. Isaiás nos conduzindo pelo quintal da propriedade e, ao mesmo tempo, mapeando seus elementos presentes e as lacunas que encontram ressonância nos domínios da memória.



Figura 6: Visão geral do “cômodo de receber visitas”. Percebe-se características que se repetem em outras partes da edificação, como os tijolos e a taipa, o chão de terra batido e o telhado com cumeeira de angico, incorporando telhas produzidas localmente e materiais construtivos contemporâneo, como garrafas de plástico e latas de alumínio, que por sua vez parecem ter servido ao propósito de emendar fissuras.



Figura 7: Detalhe de telhado e suas cumeeiras.



Figura 8: Telhas de fabricação local, remanescentes do telhado da casa, reutilizadas na composição de trechos das cercas.



Figura 9: Remanescentes de paredes de taipa, tijolos, cesta e máquina de costura, que existem associados ao quintal e aos fluxos da caatinga.



Figura 10: Visão da cozinha e suas coisas.



Figura 11: Potes que existem enquanto presença e ausência, nos enquadramentos estipulados pela permanência de banca de pote.



Figura 12: Coisas em associação, indicando formas de descarte e, ao mesmo tempo, transmutando-se em memória material da persistência da habitação de outros seres.

Referências Bibliográficas

- ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima. *Arquitetura na Paisagem Sertaneja: estudo sobre as casas-grandes das fazendas de gado na Ribeira do Seridó*. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.
- HAMILAKIS, Yannis. *Archaeological Ethnography: A Multitemporal Meeting Ground for Archaeology and Anthropology*. *Annu. Rev. Anthropol.*, vol. 40, p.399–41, 20114.
- HARRISON, Rodney. *Arqueologias de futuros e presentes emergentes*. *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 12, n. 2, p. 83–104, 2022.
- INGOLD, Tim. *Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais*. *Horizontes Antropológicos*, ano 18, n.37, p. 25-44, 2012.
- MACÊDO, Géssika Sousa. *Retalhos afetivos de tecidos coletivos: vivências de arqueologias decoloniais em São Braz do Piauí*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade Federal do Vale do São Francisco: São Raimundo Nonato, 2021
- MACÊDO, Géssika Sousa; MAGESTE, Leandro Elias Canaan; AMARAL, Alencar de Miranda. *Cabocos, coisas arqueológicas e amefricanidades em São Braz do Piauí*. *Cadernos do Lepaarq*, v. XX, n.40, p.178-203, 2023.
- MAGESTE, Leandro Elias Canaan; MACÊDO, Géssika Sousa; PAES, Evanilza Lopes de Castro.; SANTOS, Carlos Eduardo Ferreira dos. *As arqueologias de São Braz do Piauí: apontamentos ini-*

ciais sobre as narrativas e usos dos bens arqueológicos no presente. Cadernos do Lepaarq, v. XVII, n.34, p. 164-182, 2020.

OLIVEIRA, Ana Stella Negreiros. O povoamento colonial do Sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2007.

SILVA, Amanda Paes Landim. “DO RIACHO PARA O LADO DE LÁ É QUEIMADINHA E PARA O LADO DE CÁ É GARÇA”: A formação de Queimadinha Véa, em São Raimundo Nonato-PI, na perspectiva da Arqueologia do Presente. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade Federal do Vale do São Francisco: São Raimundo Nonato, 2023.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauí. Volume I – Estabelecimentos Rurais. Belo Horizonte: Ed. do Autor, 2007.

SOUZA, Rafael de Abreu. Globalização, consumo e diacronia: populações sertanejas sob a ótica arqueológica. Vestígios - Revista Latino-Americana De Arqueologia Histórica, v. 9, n.2, p. 36-62, 2015.

THOMAS, Julian. Archaeology and modernity. London: Routledge 2004.

Recebido em: 11/11/2024

Aprovado em: 25/11/2024

Publicado em: 17/12/2024